

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA RELIGIÃO – MESTRADO 2012
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO
(MESTRADO UFJF)

Norma Maria Vieira dos Reis

**Irmandades do Rosário em Minas e São Paulo:
Devoções contemporâneas entre histórias e identidades.**

Juiz de Fora

2014

Norma Maria Vieira dos Reis

**Irmandades do Rosário em Minas e São Paulo:
Devoções contemporâneas entre histórias e identidades**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, área de concentração: Ciências Sociais da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof: Dr: Robert Daibert Júnior

Juiz de Fora

2014

Reis, Norma Maria Vieira dos.

Irmandades do Rosário em Minas Gerais e São Paulo :
Devoções contemporâneas entre histórias e identidades / Norma
Maria Vieira dos Reis. -- 2014.
300 p. : il.

Orientador: Robert Daibert Júnior

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-
Graduação em Ciência da Religião, 2014.

1. Irmandades do Rosário. 2. Minas Gerais e São Paulo. 3.
Devoções contemporâneas. 4. Histórias e identidades. I. Júnior,
Robert Daibert, orient. II. Título.

Norma Maria Vieira dos Reis

Irmandades do Rosário em Minas e São Paulo: devoções contemporâneas entre histórias e identidades

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, Área de Concentração em Ciências Sociais e Religião, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião.

Aprovada em 28/08/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Robert Daibert Júnior (orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Emerson José Sena da Silveira
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra Sônia Maria de Souza
Universidade Salgado de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por estar presente em todos os passos de minha caminhada.

Ser grato é uma qualidade ímpar com todos aqueles que fazem parte de nossa vida. Agradecer é reconhecer a importância daqueles que se inseriram, talvez até mesmo inconscientes em momentos da minha caminhada acadêmica.

Agradeço ao meu orientador Dr. Robert Daibert Júnior que desde o curso de “Especialização em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: Educação para às relações étnico raciais”, como coordenador do Núcleo de Estudo Afro-Brasileiro – NEAB - 2010/2011- UFJF, por acreditar na minha proposta de trabalho sobre “As Irmandades do Rosário em Minas Gerais: identidade religiosa nas escolas”. Agradeço por acreditar no meu potencial, sua orientação realizada com paciência e extrema dedicação, proporcionou a oportunidade para iniciar esta nova etapa acadêmica. Agradeço pelas palavras de confiança e otimismo a cada final de e-mail “Vamos conversando.” “Vai dar tudo certo,” “Fique tranquila”.

Agradeço sinceramente ao professor Dr. Emerson José Sena Silveira por participar da Banca de Qualificação, por sua leitura crítica e a indicação de referências para a pesquisa que proporcionou novos olhares à pesquisa.

Agradeço aos professores do Departamento de Ciência da Religião: Dr. Volney Berkenbrock, Dr. Marcelo Ayres Camurça, Dr. Emerson José Sena Silveira, Dr. Rodrigo Portela, Dr. Faustino Luiz Couto Teixeira, pelo carinho, pelos bons conselhos, instruções e esclarecimentos.

Agradeço aos colegas de turma e amigos de caminhada pelos momentos de alegria, de brincadeiras, de seriedade nos estudos, das angústias divididas para a prova de francês, pela troca de bibliografias, pelas horas nas filas de ônibus que compartilhamos, pelas caronas até o centro de Juiz de Fora, pelos segredos, pelos abraços e sorrisos. O meu agradecimento: Daniela, Lidiane, Marselha, Pedro Nogueira, Maria Luiza, Andrea Bernardes, Ismael, Albuquerque Junior, Giovani, Vera, Diego Lucas, Suzana Macedo, Thiago Tavares, Elza Oliveira, Fábio, Sueli.

Agradeço a Coordenação da pós-graduação.

Agradeço ao secretário Antônio Celestino que sempre esteve pronto a ajudar com eficiência e disposição.

Agradeço aos professores: Dr. Emerson José Sena Silveira e Dra. Sonia Maria Souza por aceitar com alegria o convite para participar da Banca examinadora.

Agradeço a Luciana do Arquivo Eclesiástico da Cúria de Mariana.

Agradeço a Ângela Maria Ferreira Pedro da Casa dos Contos de Ouro Preto pela atenção, pelas informações, paciência e confiança.

Agradeço as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Ouro Preto- MG e Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos de São Paulo pela acolhida, pois sem o apoio dos irmãos e irmãs não teria realizado esta pesquisa.

Agradeço aos irmãos que participaram das entrevistas. Sou grata pelas narrativas dos irmãos, Francisco Paulo Santos (Juiz-presidente), Antônio Horta de Paula, Wilson Ferreira, Francisco Eduardo Almeida, Marcus Vinicius de Jesus, Anna Josefina de Abreu Pimenta.

Agradeço a D. Francisco Barroso, Bispo emérito de Oliveira, MG, pela atenção, pelo carinho e pela disponibilidade de ajuda.

Agradeço ao Padre Luiz Carlos dos Santos, pároco da paróquia de Santa Efigênia, da cidade de Ouro Preto, MG.

Agradeço ao Jeferson dos Santos responsável pela Mina de Santa Rita, pelas suas narrativas sobre o trabalho dos negros escravizados realizado nas minas de Ouro Preto, em especial na Mina de Santa Rita do Bairro Alto da Cruz.

Agradeço aos irmãos e irmãs da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu da cidade de São Paulo, por me receberem de braços abertos, pelo carinho, satisfação e disponibilidade para as entrevistas e pelos momentos compartilhados das celebrações religiosas. Agradeço a irmã Vanilda Aparecida Costa Silvério e a irmã Sonia Pereira pelas narrativas que foram fundamentais para esta dissertação, a irmã Maria do Carmo da Costa pela sinceridade e tranquilidade durante a entrevista, a irmã Alaíde Salles de Almeida, ex-juíza e festeira pela alegria durante as conversas partilhadas em grupo no salão da Irmandade, ao irmão Jonas pela alegria em relatar sobre seu convívio com os irmãos, a irmã Josefina pela alegria em contar sobre sua devoção a Nossa Senhora do Rosário e ao irmão Kleyber Castro. Agradeço a todos os irmãos que não foram nomeados, mas que se fizeram presentes na dinâmica dos encontros e agora fazem parte da minha memória.

Agradeço ao Padre Enes de Jesus, presidente do Instituto do Negro Padre Batista de São Paulo, pela sua narrativa como negro fiel à luta pelo racismo e desigualdade social e pelos momentos festivos e de oração compartilhados nas celebrações da Missa Afro.

Agradeço ao meu irmão Adalberto e sua esposa Lilian que me acolheram em sua residência na cidade de Sorocaba com carinho, alegria e por partilharem dos momentos de pesquisa de campo, como bons ouvintes, observadores e como informantes.

Agradeço a minha mãe Elvira que durante minha ausência cuidou de minha filha Íris para que a saudade se tornasse menor e menos dolorosa, seu amor, seu apoio, determinação e coragem sempre me impulsionaram a ver a vida de frente e seguir na busca da realização dos sonhos.

Agradeço aos meus filhos Juliana, Diego, Fábio, Márcio e Íris pela ajuda, pela confiança, pelo amor e por compreenderem e compartilharem dos momentos de stress e ansiedade e dos momentos de prazer e alegria ao concluir esta dissertação.

Aos meus amigos por entenderem que escrever é um momento solitário e único e que ao finalizar nos encontraremos para festejar.

Agradeço ao meu esposo Luiz Cláudio por seu amor, carinho, apoio, companheirismo, por ficar lado a lado durante toda a pesquisa de campo que se transformaram em bons momentos de conversa na cidade de Ouro Preto e São Paulo e nas horas silenciosas que passou, para que eu pudesse ler e escrever, pelas horas que passou digitando meus textos que colocava sobre seu notebook, pelos dias e noites que estive afastada, trancada na sala com a história dos irmãos do Rosário. Agradeço por sua preocupação e zelo pelo meu bem estar e por me auxiliar nas conversas amorosas com meus filhos. Sou eternamente grata. Sem o seu amor e carinho tudo seria mais difícil.

Agradeço a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais pela aprovação de meu pedido de afastamento remunerado para concluir a pesquisa.

Agradeço a Nossa Senhora do Rosário como fiel devota pela proteção e pelas graças alcançadas.

“A Senhora do Rosário, a Senhora do Rosário, foi ela que me trouxe aqui, na água do lago é Santa, eu vi, eu vi, eu vi” (Cântico de Missa Conga para Nossa Senhora do Rosário. MG).

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar os significados atribuídos pelos filiados e a construção da identidade nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário no cenário contemporâneo partindo da construção e análise comparativa do histórico social e religioso e institucional das irmandades delimitadas para estudo: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, do Paissandu, em São Paulo e a Irmandade de Nossa Senhora e Santa Efigênia dos Homens Pretos, do Alto da Cruz, em Ouro Preto. Para esta análise foi necessário à identificação dos aspectos aglutinadores que permitem a congregação dos filiados no contexto contemporâneo a estas irmandades através da leitura que os irmãos fazem do próprio passado. A pesquisa apoiou-se em documentos escritos, em bibliografia específica sobre cada irmandade, iconografia, entrevistas e observação participante, sobretudo durante as práticas de devoção para identificar as relações entre os filiados da Irmandade e a memória de Chico Rei com os irmãos do Rosário de Ouro Preto e a memória de Zumbi e da África com os irmãos do Rosário de São Paulo. A narrativa dos irmãos, através das entrevistas realizadas, possibilitou compreender o significado da Irmandade, e o papel que ela assume na memória individual e na memória coletiva e; de verificar o processo de interação com o catolicismo assimilado pelos irmãos q permanece nas práticas religiosas dos fiéis, que conservam em parte suas lógicas culturais, a partir da alta compreensão de sua história e da compreensão das transformações ocorridas com o tempo. Essas memórias preservam e atualizam a identidade dos irmãos distinguindo as categorias que organizam os dados empíricos: memórias/esquecimento, identidade/ diferença e espaço/ lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Irmandades do Rosário. Minas Gerais e São Paulo. Devoções Contemporâneas. Histórias e Identidades.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the meanings attributed by members and the construction of identity in the Brotherhoods of Our Lady of the Rosary in the contemporary scenario based on the construction and comparative analysis of the social and religious background of institutional and bounded to study sororities: Brotherhood of Our Lady of Rosary of Black Men, the Paissandu in São Paulo and the Brotherhood of Our Lady and St. Efigênia of Black Men, the High Cross in Ouro Preto. This analysis was required to identify aspects of binders that allow members of the congregation in contemporary these brotherhoods by reading the brothers make last own context. The research was based on written documents, in specific literature for each fellowship, iconography, interviews and participant observation, especially on the practices of devotion to identify the relationships between the members of the Brotherhood and the memory of King Chico with the brothers of the Rosary Ouro Preto and the memory of Zumbi and memory of Africa with the brothers of the Rosary of São Paulo. The narrative of the brothers whose families several generations attending Brotherhood, enabled us to understand the meaning it has in the individual memory and collective memory; to verify that the process of interaction with Catholicism assimilated by the brothers remains in the religious practices of the faithful, which retain their cultural logics in part, from the high understanding of their history and understanding of the changes occurring with time. These memories preserve and update the identity of the brothers distinguishing categories that organize the empirical data: memory / forgetting, identity / difference and space / place.

KEYWORDS: Brotherhoods of the Rosary. Minas Gerais and São Paulo. Contemporary devotions. Histories and Identities.

LISTA DE SIGLAS

ACMSP:	Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo
AEAM:	Arquivo Eclesiástico Arquidiocesano de Mariana
AGCRJ:	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
AHNA:	American Holistic Nurses Association
ALESP:	Assembleia Legislativa de São Paulo
AMIREI:	Associação dos Amigos do Reinado de Ouro Preto
APN's:	Agente de Pastoral Negro
Av:	Avenida
CEHILA:	Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina
CELAM:	Conselho Episcopal Latino-Americano
CJ:	Coração de Jesus
CNBB:	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
Condephaant:	Conselho de preservação do patrimônio histórico, arqueológico, artístico turístico de São Paulo.
Cor:	Coríntios
Cr\$:	Cruzeiro
CS:	Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu
CUT:	Central Única dos Trabalhadores
D.:	Dom
D.C.:	Depois de Cristo
Dep.:	Deputado
Exma:	Exclentíssima
Exmo:	Excelentíssimo
Fasc.:	Fascículo
FMU:	Faculdade Metropolitanas Unidas
Hb:	Hebreus
Ibram:	Instituto Brasileiro de Museus
IML:	Instituto Médico Legal
IPHAN:	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Lc:Lucas
LEMA:Levando o Evangelho Através da Missa Afro
Lgo..... Largo
m²:Metro quadrado
MG:Minas Gerais
MinC:Ministério da Cultura
MNU:Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial
Mons.:Monsenhor
Mt:Mateus
NEAB: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
OP:Ordem dos Pregadores
Pe.:Padre
PUC Rio:Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
R\$:..... Real
Rm:Romanos
S.:São
s/n:Sem número
SEDUC/MT:.....Secretaria de Estado de Educação – Mato Grosso
SP: São Paulo
Sr.:.....Senhor
Tel.:Telefone
UFJF:Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG:Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP:Universidade Federal de Ouro Preto
UNEafro.....União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora
UNESCO:Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
USP:Universidade de São Paulo
V.:Volume

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A: Íntegra do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Paulo	290
ANEXO B: Provisão da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário Ouro Preto MG	298
ANEXO C: Questionário para a realização das entrevistas	300

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Altar-mor da primeira capela construída em Ouro Preto MG.	67
Foto 2: Igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz, Ouro Preto MG.	68
Foto 3: Interior da igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz, Ouro Preto MG.....	69
Foto 4: Presidente da Irmandade Francisco Paulo Santos e a autora na sacristia da Igreja de Santa Efigênia.	75
Foto 5: Monumento em homenagem a Duque de Caxias.....	87
Foto 6: Irmã dona Maria do Carmo Costa.	89
Foto 7: Velárium ecológico da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo no Paissandu.	93
Foto 8: Lateral com rachaduras e infiltração de água da chuva.	97
Foto 9: Quadro de Zumbi realizado em grafite por Cassiano José Neves Filho.	101
Foto 10: Irmã Vanilda mostrando uma das opas guardadas na igreja	141
Foto 11: Vanilda conduzindo o Estandarte de Nossa Senhora do Rosário. À frente o irmão Jean do Nascimento	142
Foto 12: Casal de Reis Congo, Sérgio e Sarah	153
Foto 13: Confeção do tapete durante a madrugada do domingo de Páscoa para a Procissão da Ressurreição.	163
Foto 14: Procissão da Ressurreição.....	163
Foto 15: Bênção das imagens, objetos e pagadores de promessa	170
Foto 16: Cemitério contíguo da irmandade de Nossa Senhora do Rosário.....	186
Foto 17: Cemitério Municipal Parque da Saudade de Ouro Preto	198
Foto 18: Lateral esquerda do cemitério da irmandade destacando a construção das sepulturas e suas cruzes	204
Foto 19: Altar de Nossa Senhora do Rosário. São Paulo.	228
Foto 20: Calendário de missas celebradas na igreja de Nossa Senhora do Rosário. São Paulo.....	229
Foto 21: Cartaz/convite enviado para os grupos de Congadas.....	236
Foto 22: Cartaz com a programação da festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia para 2013	236

Foto 23: Estatueta alusiva à representação de Chico Rei.	259
Foto 24: Salão no subsolo da Igreja do Rosário no Paissandu.	268

LISTA DE FOTOMONTAGEM

Fotomontagem 1: Antiga fazenda e senzala com mina de ouro no bairro Alto da Cruz rodeada pela Igreja de Santa Efigênia, a cafua e a Capela do Padre Faria	31
Fotomontagem 2: Altares laterais onde os fiéis depositam ex-votos São Paulo	146
Fotomontagem 3: Missa Compromissal na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Paissandu, São Paulo.	148
Fotomontagem 4: Festa de São Benedito na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Paissandu, São Paulo.	154
Fotomontagem 5: Missa inculturada em ritmo afro-brasileiro celebrada por padre Enes na Quadra do Clube Recreativo, Cultural, Social e Escola de Samba, Unidos Do Peruche, SP	156
Fotomontagem 6: Missa inculturada em ritmo afro-brasileiro em Ação de Graças aos 25 anos de diaconato de Pe Enes.	158
Fotomontagem 7: Missa das caixeiras - Festa do Divino Espírito Santo - na igreja do Rosário. Associação Cachuera!	160
Fotomontagem 8: 1ª Missa celebrada em louvor a Santa Efigênia, Ouro Preto MG.	167
Fotomontagem 9: Missa celebrada na Igreja de Santa Efigênia no dia 22/09/2013..	171
Fotomontagem 10: Missa solene em Ação de Graças pelos irmãos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz..	172
Fotomontagem 11: Missa celebrada por Padre Luizinho na escadaria da Igreja de Santa Efigênia Ouro Preto MG	174
Fotomontagem 12: Entrada do andor de Santa Efigênia na igreja de Santa Efigênia Ouro Preto MG	175
Fotomontagem 13: Concentração das Guardas de Congo Ouro Preto MG.....	179
Fotomontagem 14: Reinado de Nossa Senhora do Rosário. Despedida da Congada a Nossa Senhora na Capela do Padre Faria no bairro Alto da Cruz, Ouro Preto, MG.....	182
Fotomontagem 15: Igreja e cemitério de São José dos Homens Pardos ou dos Bem Casados Ouro Preto MG	188

Fotomontagem 16: Cemitério da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula, Ouro Preto, MG	190
Fotomontagem 17: Adro e interior da Capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário	192
Fotomontagem 18: Primeiro Cemitério Municipal de Ouro Preto.	197
Fotomontagem 19: Enterro e sepultamento de uma irmã da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz Ouro Preto MG.....	202
Fotomontagem 20: Cemitério da Vila Formosa São Paulo.	209
Fotomontagem 21: Cemitério Municipal da Consolação na cidade de São Paulo....	214
Fotomontagem 22: Cemitério Gethsêmani – Bairro Morumbi- São Paulo.	217
Fotomontagem 23: Lavagem da escadaria da igreja de Santa Efigênia Ouro Preto MG.....	237
Fotomontagem 24: Detalhes africanos nos retábulos e altares.....	252

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
1-IRMANDADES RELIGIOSAS.....	26
1.1 As Irmandades negras no catolicismo colonial.....	26
1.1.1 Declínio das Irmandades leigas.....	35
1.2 O Catolicismo ultramontano e o combate às irmandades negras.....	36
1.3 A história do passado e do presente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia dos Homens Pretos do Alto da Cruz de Ouro Preto.....	65
1.4 A história do passado e do presente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu da cidade de São Paulo.....	76
2- A RELIGIOSIDADE NAS IRMANDADES DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.....	103
2.1 - A devoção e a propagação do rosário.....	103
2.1.1- Irmandades de Nossa Senhora do Rosário Europa/Portugal.....	104
2.1.2- Conversão do Reino do Congo e do Reino de Angola e seus desdobramentos.....	108
2.1.3 Narrativa da Igreja católica e narrativa congadeira sobre a devoção a Nossa Senhora do Rosário.....	119
2.2 - O culto a Nossa Senhora do Rosário.....	123
2.2.1- A origem e a devoção ao Rosário de Nossa Senhora.....	125
2.3 - Religião ou religiosidade no contexto das Irmandades do Rosário?.....	135
2.3.1- A religiosidade na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu em São Paulo.....	139
2.3.2- A religiosidade em Ouro Preto e na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia dos Homens Pretos do Alto da Cruz.....	162

3- TRADIÇÃO, MORTE, DEVOÇÃO E COTIDIANO NAS IRMANDADES DO ROSÁRIO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	183
3.1 - Os cemitérios, os rituais de morte e suas transformações	185
3.1.1- Ouro Preto, a Irmandade do Rosário e o seu cemitério.....	185
3.1.2- São Paulo, a Irmandade do Rosário e o seu cemitério	204
3.1.3- A Igreja católica e a preocupação com a “boa morte” e o “bem morrer	218
3.1.4- Diferenças e similaridades entre os ritos fúnebres dos irmãos do Rosário	222
3.2- Devoção entrelaçada: santos negros e Nossa Senhora do Rosário.....	225
3.3- Papel da Irmandade do Rosário em São Paulo e Minas para seus filiados	238
3.4- Irmandade do Rosário de São Paulo espaço de múltiplas ações	244
3.5- Chico Rei, Irmandade do Rosário: identidade e memória	249
3.6- Zumbi, Irmandade do Rosário: identidade e memória.....	260
CONCLUSÃO.....	269
REFERÊNCIAS	275
ANEXOS	290

INTRODUÇÃO

Estar à frente coordenando dois projetos na área de Educação Patrimonial financiados pela Secretaria de Educação de Minas Gerais na Escola Estadual de Mar de Espanha onde atuo como professora de Matemática em 2008 e 2009 e participar ativamente das ações a serem desenvolvidas pelos projetos permitiu-me trabalhar a religiosidade como fonte agregadora de indivíduos e formadora de identidades e perceber a necessidade de expandir o conhecimento sobre a Lei 10639/2003 voltada para a implementação da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica. Estes foram os motivos que me impulsionaram a retornar a Universidade para fazer a especialização através do NEAB-UFJF¹, em História da África e cultura Afro-brasileira e Africana: educação para as relações étnico-raciais, 2010/2011, onde pude desenvolver como trabalho de conclusão de curso um material didático-pedagógico cuja finalidade é permitir a reflexão sobre como fazer para promover a igualdade étnico-racial e as africanidades nas escolas através do estudo das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário.

Desse trabalho, surgiu a ideia de estudar as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário no cenário contemporâneo partindo da construção e análise comparativa do histórico social e religioso e institucional das irmandades delimitadas para estudo: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, do Paissandu, em São Paulo e a Irmandade de Nossa Senhora e Santa Efigênia dos Homens Pretos, do Alto da Cruz, em Ouro Preto. Esta pesquisa tem como objetivo principal verificar de quais maneiras os irmãos destas irmandades constroem sua identidade individual e a identidade coletiva e, se a interação com o catolicismo assimilado pelos irmãos permanece nas práticas religiosas dos fiéis ou se conservam em parte suas lógicas culturais, a partir da alta compreensão de sua história e da compreensão das transformações ocorridas com o tempo. O recorte de estudo elegeu estas duas irmandades devido às mesmas manterem um diálogo a pesquisa disponibilizando seus livros para consulta, a realização de entrevistas aos seus filiados e além de ter bibliografia disponível que permite a observação da interação e influência de sistema de valores e das trocas culturais e religiosas entre os filiados. Nesta pesquisa vamos nos deter no lugar do qual nossos irmãos

¹ Núcleo de Estudo Afro-Brasileiro, pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

fazem parte que é a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Ouro Preto e a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo como ponto de referência para as lembranças desse grupo e pelo fato de entender o sentido de pertencimento que este lugar exerce sobre estes para a formação de identidade. Assim, podemos ver estas Irmandades como lugar de memória, “(...) fechado sobre si mesmo fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto à extensão de suas significações” (NORA, 1992:24). Além disso, suas igrejas são lugares de memória, que na acepção de Nora, são materiais, simbólicos e são nestes lugares que se encontra e se enraíza o grupo pertencente a cada Irmandade, onde encontram com os objetos de memória que permitem a imaginação e as lembranças.

Para dar início a pesquisa, construímos o histórico social e religioso das irmandades definindo as transformações ocorridas ao longo do tempo, a partir do levantamento de atas e análise de bibliografias específicas de cada irmandade.

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Paissandu da cidade de São Paulo, foi criada em 1711 para abrigar à religiosidade do povo negro e que se adapta à urbanização, mantendo em seu calendário a devoção secular a Nossa Senhora do Rosário e também a São Benedito. Dentro do contexto contemporâneo esta irmandade continua sua história adaptando-se a expressão cultural e religiosa no que concerne ao espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que fez a abertura da Igreja para o mundo através de seus documentos e constituições renovadoras, trazendo uma nova perspectiva de diálogo com o mundo.

A missa inculturada Afro já faz parte do calendário da Igreja sendo celebrada de dois em dois meses, e também nos dias 13 de maio e 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Nesta data a missa, rememora a morte de Zumbi dos Palmares; que batizado com o nome de Francisco é considerado um dos grandes líderes da história, símbolo da resistência e luta contra a escravidão que lutou pela liberdade de culto, religião e prática da cultura africana no Brasil Colonial.

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz da cidade de Ouro Preto em Minas Gerais com compromisso datado de 1733, tem na memória coletiva o construtor da igreja e fundador da irmandade o personagem Chico Rei. Nesta irmandade o espírito do Concílio Vaticano II, parece soprar com menor intensidade, diante das práticas religiosas estarem relacionadas ao catolicismo oficial.

Ouro Preto que foi instituída Patrimônio da Memória Nacional a partir de 1933, foi tombada pelo IPHAN em 1938 e em 1980 foi considerada Patrimônio Cultural da

Humanidade, pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) se transforma em um enorme palco para as celebrações da Semana Santa e Corpus Christi o que favorece um comportamento diferenciado se comparada com a metrópole paulista. A irmandade erigida na igreja de Santa Efigênia celebra seus santos padroeiros obedecendo o calendário litúrgico da Igreja e o seu estatuto. Os grupos de congos participam destas celebrações no interior da igreja de Santa Efigênia e da Capela do Padre Faria e pelas ruas do bairro Alto da Cruz. Também se realiza o Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia no Alto da Cruz com a colaboração da irmandade e que culmina com a realização da missa Conga.

Esta pesquisa lança um novo olhar para estas instituições que podem ser valorizadas como um lugar de práticas coletivas entre seus integrantes do passado e as construções por elas estabelecidas no momento presente. Assim utilizamos da concepção de cultura histórica de Le Goff, onde é preciso estudar o lugar que o passado ocupa nas sociedades para designar a relação que uma sociedade na sua psicologia coletiva mantém com o passado (2010, p. 48). Para Le Goff o passado é uma construção e uma reconstrução constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. A cultura histórica não é uma exclusividade da narrativa dos historiadores, a historiografia, mas pode ser narrada pela pessoa comum, aquela que pertence à camada não acadêmica da sociedade, cuja experiência do passado e sua participação na comunidade são reconhecidas como conhecimento histórico.

O uso da memória permitiu analisar de que forma este passado é incorporado por um grupo, neste caso, as irmandades selecionadas para estudo, e a forma que cada grupo o utiliza para a construção da identidade individual e coletiva. Assim, a memória como o fenômeno construído socialmente e individualmente, sua herança pelo grupo, remete à construção de uma identidade. Dessa forma o conceito de identidade trabalhado é o de Pollak, para quem identidade é “(...) o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida de maneira como quer ser percebida pelos outros” (1992, 204).

Realizamos entrevistas com membros da Mesa Administrativa e filiados das irmandades eleitas para estudo para o levantamento de dados. Para as entrevistas utilizamos a História Oral como metodologia para a compreensão e registro da trajetória dos filiados em suas Irmandades buscando a apreensão de alguns aspectos culturais e religiosos eleitas como objeto de pesquisa. Utilizamos a História Oral, porque é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas

dimensões: factuais, espaciais, conflituosas (Delgado, 2010, p. 15). Dentre as inúmeras potencialidades metodológicas e cognitivas selecionamos trabalhar a recuperação das memórias locais, sobre diferentes óticas e visões, possibilitando a construção de evidências via o cruzamento de depoimentos. Assim, aplicamos um questionário inicial² como roteiro para que os entrevistados descrevessem sua história de vida. Dessa forma, os depoimentos recolhidos através do procedimento de constituição de fontes orais, traduziram visões particulares de processos coletivos. Este tipo de entrevista permitiu a compreensão e registro da trajetória dos irmãos em suas irmandades bem como a apreensão de aspectos culturais e religiosos das irmandades eleitas como objeto de pesquisa

Para as histórias de vida escolhemos o tipo de pesquisa biográfica múltipla, que trata de um conjunto de depoimentos de história de vida, que se propõe a recolher depoimentos de sujeitos históricos anônimos ou não, que atuou em um mesmo movimento social, político, religioso ou cultural (DELGADO, 2010, p. 22). Para a preparação das entrevistas foram seguidas as orientações de Verena Alberti, com relação à escolha dos entrevistados que partiu da posição do entrevistado no grupo e do significado de sua experiência. Dessa forma, selecionamos de acordo com Verena Alberti (2005), os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que passaram a fornecer depoimentos significativos.

Os critérios para a seleção dos sujeitos participantes das entrevistas foi de caráter intencional, no sentido de buscar sujeitos específicos, que qualitativamente correspondessem aos objetivos, sendo eles homens e mulheres na faixa etária de 20 a 80 anos, filiados da irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Paissandu e do Alto da Cruz, residentes nas cidades de São Paulo e Ouro Preto. Com relação ao número de entrevistados escolhemos em Ouro Preto oito pessoas entre os irmãos e não irmãos e na irmandade de São Paulo escolhemos cinco irmãs e dois irmãos e padre Enes que não é filiado à irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Paissandu. Na irmandade de Ouro Preto foram escolhidos: uma irmã, quatro irmãos, o bispo emérito de Oliveira, MG, Dom Barroso e um morador do bairro Alto da Cruz. A quantidade de pessoas entrevistadas produziu material suficiente para as comparações a fim de destacar conteúdos divergentes e convergentes que contribuíram para a construção de evidências.

Para a realização das entrevistas preparamos um roteiro geral que continha a síntese das questões levantadas durante a pesquisa nas bibliográficas utilizadas como fontes primárias

² Ver questionário no Anexo C.

e nas informações recolhidas no primeiro contato com os entrevistados. A seguir elaboramos a quantidade de roteiros individuais correspondentes ao número de entrevistados que se disponibilizaram a respondê-lo e analisamos e comparamos de acordo com a faixa etária selecionada e aos cargos que ocupados, ou não, na Irmandade. Posteriormente registramos as informações obtidas durante o processo de entrevistas visando à resposta para alcançar os objetivos da pesquisa. Entretanto, cabe ressaltar que as narrativas revelaram os dramas sociais concernentes aos problemas gerados pela Mesa Administrativa relacionados ao patrimônio material e financeiro nas duas Irmandades o que provocou uma inquietação entre os irmãos.

Nas idas ao campo percebemos o afastamento de muitos irmãos na irmandade do Rosário de Ouro Preto motivado pelo tempo que a igreja de Santa Efigênia ficou fechada para a restauração interna e externa e, também pela dilapidação do patrimônio financeiro da irmandade comprovada pela análise do Livro de prestação de contas que levou o afastamento dos membros que participavam da Mesa Administrativa e a questão está nas mãos do Ministério Público Estadual. Entretanto, houve a eleição de uma nova Mesa Administrativa para dar continuidade às atividades administrativas e religiosas de competência da irmandade. Da mesma forma na irmandade de São Paulo encontramos o mesmo tipo de problema relacionado à Mesa Administrativa, levando ao afastamento dos irmãos da mesa e de irmãos mais idosos que se entristeceram com o fato. O Ministério Público de São Paulo interditou a irmandade impossibilitando-a de realizar a eleição de nova Mesa Administrativa, assim, há mais de dez anos, a administração financeira cabe a um interventor e a administração religiosa cabe aos irmãos que continuam a frente da irmandade.

A primeira ida ao campo ocorreu em janeiro de 2013 na irmandade do Rosário da cidade de Ouro Preto e em julho de 2013 na irmandade do Rosário da cidade de São Paulo, com a intenção de mapear o espaço da irmandade, assistir as missas e outras celebrações religiosas concernentes ao mês litúrgico da Igreja. Desse modo, a observação participante possibilitou perceber quem eram os frequentadores deste espaço e o que falavam. Estes contatos permitiram iniciar as primeiras entrevistas, pois ao participar das celebrações os irmãos se manifestaram disponíveis para serem entrevistados ao saberem que morava distante do campo.

A pesquisa de campo foi realizada em três momentos na cidade de Ouro Preto e dois momentos na cidade de São Paulo. Nestas idas e vindas ao campo busquei conversar com tipos variados de pessoas, direta ou indiretamente ligadas ao campo (velhos, adultos, jovens, padres, bispo, homens e mulheres, pessoas pobres e ricas), utilizando assim de conversas às vezes informais e mais descontraídas outras vezes mais formais, fazendo uso do gravador ou

filmadora e com um roteiro temático, em mãos, para orientação do assunto. Por estar distante do campo manteve contato com os irmãos e irmãs através do correio e através de via on-line como troca de e-mails e uma rede social comum de acesso, que permitiu a troca de informações pontuais. Assim, utilizando da observação participante, dos depoimentos que foram anotados em diário de campo, outras vezes não e de todos estes recursos de comunicação, pude obter imagens, cópias de documentos e narrativas que ajudaram no registro da história documental e oral das duas irmandades delimitadas para a pesquisa.

Ao decorrer do trabalho de campo, o processo de pesquisa, leitura, fichamento e redações preliminares, foram realizados, bem como as devidas revisões e organizações, para ser elaborada a redação final desta dissertação que foi subdividida em três capítulos, conforme esclarecimento abaixo:

O **primeiro capítulo** descreve a trajetória histórica e sociológica das irmandades negras e a gênese destas irmandades no catolicismo colonial da América portuguesa. Trabalhamos o catolicismo ultramontano na busca de verificar sua relação com o combate das irmandades negras. Destacamos as ações de três “bispos reformadores” das províncias de São Paulo e Minas Gerais, por assumirem o papel de protagonistas na condução do movimento que pretendia implantar o catolicismo universalista no Brasil, sendo eles os bispos D. Antonio Joaquim de Melo, e D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho bispos de São Paulo e D. Antonio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana. Analisamos a decadência das irmandades sob a ótica das regras impostas pela Igreja, das ideias sanitaristas e das regras impostas pelo decreto do Estado português e pelo governo Imperial. Ainda neste capítulo, escrevemos o perfil histórico do passado e do presente das irmandades de Nossa Senhora do Rosário, delimitadas para a pesquisa. Para escrever sobre a irmandade de Ouro Preto utilizamos os dados pesquisados e registrados por Célia Maia Borges em seu livro, *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais - século XVIII e XIX*. Além desta autora, buscamos informações pontuais em Fritz Teixeira de Salles através de seu livro, *Associações religiosas no ciclo do ouro*, em Adalgisa Arantes Campos através de seu livro *Roteiro Sagrado: Monumentos religiosos de Ouro Preto* e em Joaquim Furtado de Menezes através de seu livro, *Igrejas e Irmandades de Ouro Preto*. Também pesquisamos a documentação disponível na Casa dos Contos, na cidade de Ouro Preto e no Arquivo Eclesiástico Arquidiocesano de Mariana, Minas Gerais e nos documentos disponibilizados pelo presidente da irmandade. Para escrever sobre o perfil da irmandade de São Paulo, utilizamos o livro de Raul Joviano do Amaral, *Os pretos do Rosário de São Paulo, subsídios históricos* (1991), que se constitui em uma compilação de informações documentais sobre a

irmandade do Rosário. Além do livro de Raul Joviano, utilizamos o livro de Antonia Quintão que desenvolveu uma pesquisa na irmandade, resultando na obra intitulada *Irmandades Negras: espaço de luta e resistência São Paulo: 1870 -1890*, (2002) e a dissertação de David William Aparecido Ribeiro que discute o caso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, existente desde o século XVIII e que em 1903 se viu alijada de seu espaço de sociabilidade. A história da irmandade retrata sua criação para abrigar a religiosidade do povo negro, impedido de frequentar as mesmas igrejas dos senhores e que permanece lutando para sobreviver no cenário contemporâneo.

O **segundo capítulo** apresenta o estudo da religiosidade nas irmandades e concerne na descrição da devoção e a propagação do rosário que se fundamenta no resgate da abordagem histórica da origem das irmandades na idade Média; e que se propagaram por toda a Europa, inclusive Portugal, buscando através da historiografia a fundação da primeira irmandade de Nossa Senhora do Rosário na Europa. Abordamos a conversão do Congo e Angola e seus desdobramentos, perpassando pelas irmandades instituídas em Portugal que fundaram irmandades nas terras conquistadas. Discutimos a devoção a Nossa Senhora do Rosário sob a ótica da narrativa da Igreja Católica e da narrativa congadeira. O interesse nessas narrativas é de conhecê-las mesmo que não aceitas pela doutrina católica, mas porque fazem parte do imaginário dos irmãos do rosário e, são responsáveis pela permanência à devoção ao rosário e ao culto a Nossa Senhora do Rosário no Brasil. Adentramos também, no estudo do culto a Nossa Senhora do Rosário, que percebemos ser quase impossível de separar-lo da devoção a Nossa Senhora do Rosário. Abordamos no contexto da doutrina católica, o instrumento de devoção - o rosário - do qual existem várias explicações para sua origem. Ao finalizarmos o capítulo efetuamos a discussão e análise no cenário contemporâneo da religião e da religiosidade nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto e São Paulo. Neste sentido, buscamos compreender a religiosidade destas irmandades, a partir da experiência cotidiana, que de algum modo unem e configuram africanos e afrodescendentes, cujo cotidiano segundo Maria Odila Leite Dias (1998), deixa de ser pensado como lugar do repetitivo, mas que nos possibilita apreender as dimensões postas da luta do dia-a-dia.

No **terceiro capítulo** descrevemos sobre os cemitérios, os rituais de morte e as suas transformações nas irmandades do Rosário de Ouro Preto e São Paulo retratando as diferenças e similaridades entre os ritos fúnebres destes irmãos do Rosário. Discutimos a preocupação da Igreja católica com a “boa morte” e o “bem morrer” no que se refere à contemporaneidade. A compreensão e entendimento sobre a devoção entrelaçada de Nossa Senhora do Rosário aos santos negros permitiu iniciar a discussão sobre o papel atribuído pelos irmãos à irmandade e

o reconhecimento de que elas continuam a ser o espaço de múltiplas ações. Ao final do capítulo discutimos e analisamos os depoimentos dos irmãos, a respeito da gênese da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz de Ouro Preto ser atribuída a Chico Rei, assim como a construção da igreja como fatores responsáveis pela identidade coletiva destes irmãos. Da mesma forma dedicamos o espaço para a discussão e análise dos depoimentos dos irmãos, que relegam ao esquecimento o sofrimento de seus ancestrais quanto ao cativo, mas os enaltecem diante das lembranças das fugas para os quilombos como forma de resistência ao regime de escravidão no Brasil. Assim, consideramos como fatores de construção e reconstrução de identidade coletiva destes irmãos, a fé em Nossa Senhora do Rosário, protetora dos negros, a memória dos ancestrais e a identificação com a coragem, luta e força de resistência de Zumbi.

1 – IRMANDADES RELIGIOSAS.

1-1 As Irmandades negras no catolicismo colonial

O surgimento das irmandades de homens pretos, na sua maioria dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, que se difundiu na Europa, na América portuguesa e espanhola deve-se a chegada de africanos escravizados e que convertidos ao catolicismo encontraram nessas associações a maneira de se organizarem na nova sociedade.

Segundo Russel-Wood, essas associações de origens medievais e europeias não se limitaram a Península Ibérica e tinham na sua maioria as seguintes características:

Primeiro, a ênfase na prática das virtudes cristãs em palavras e atos; segundo, um espírito de responsabilidade coletiva pelo bem estar físico, daqueles irmãos e dependentes que precisassem de esmolas, assistência médica, alimentos, roupas e sepultamento; terceiro, quando os fundos permitiam, um compromisso com a ajuda caritativa aos pobres e doentes da paróquia (RUSSEL-WOOD, 2005, p.192).

Essas associações foram trazidas pelos portugueses e tiveram grande aceitação no Brasil Colonial, tanto as constituídas pela elite: Misericórdia, Santíssimo Sacramento, Ordem Terceira, como as que foram erigidas pelas camadas populares: Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, Santo Antônio de Categeró. Dentro deste contexto, privilegiaremos o estudo das irmandades de pretos tendo como protetora Nossa Senhora do Rosário.

Julita Scarano (1975, p.44) afirma que a primeira irmandade do Rosário dos negros que se tem notícia foi fundada em Portugal, na data de 14 de julho de 1496, sendo chamada de “Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos” de acordo com um alvará de D. Manuel. A autora aponta ainda que, esforçando-se para integrar os africanos recém-chegados a Portugal ao catolicismo, a Igreja os atraiu para as irmandades, e como os dominicanos se destacavam nessa ação evangelizadora, foram às associações existentes em seus conventos

que os receberam. Esse fato nos faz acreditar que os negros, em terras lusitanas, aceitaram o catolicismo como forma de tentar manter através do sincretismo religioso, as suas devoções a santos católicos, no egresso nessas irmandades religiosas. Mais tarde acabaram por fundar as suas próprias associações, nas quais elegiam seus reis e rainhas para rememorarem os reinados existentes na África.

As irmandades de pretos foram trazidas para o Brasil com as grandes navegações no século XVI, sendo a primeira que se tem notícia a criada no ano de 1682 em Belém, no Pará com o nome de Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Em Minas Gerais, na época da Colônia, de todas as suas 322 irmandades, sendo 95 delas de escravos e libertos, 62 foram dedicadas à devoção a Nossa Senhora do Rosário (BOSCHI, 1986, p.187).

O ingresso em uma irmandade era uma forma de inserção na organização social na nova terra, o que não só valia para os africanos e seus descendentes, mas era para estes a única oportunidade que tinham de se organizar, encontrar, festejar e lamentar, com a aprovação dos senhores e da administração colonial (SOUZA, 2006, 186).

Segundo o historiador Riolando Azzi, (1978, p. 9-10) o catolicismo tradicional vigorou em todo o período colonial, ou seja, nos três primeiros séculos da vida cristã do Brasil, tendo como característica principal da Igreja o caráter eminentemente leigo. Os leigos levavam adiante a Igreja, tomando iniciativa na construção de edifícios de culto, na promoção de novas devoções, no zelo pelo êxito das festas religiosas, exercendo o ofício de ermitães, reunindo-se em confrarias, organizando procissões e novenas, promovendo rezas do terço e ladainhas. Logo, esse catolicismo tradicional ainda que imposto pelos portugueses permitiu aos negros que aportaram em solo brasileiro oriundos de diferentes grupos étnicos a construção de novas estruturas de organização - as irmandades negras - como importantes espaços para sua inserção e de seus descendentes.

Estas associações constituídas de leigos, na maioria por homens negros eram regidas por estatuto próprio denominado compromisso e sua aprovação era concedida pelo Estado e o clero. Os Compromissos das irmandades se pautavam no Brasil colônia, durante o século XVIII, no religioso nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia elaboradas em 1707 por D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo da Bahia³, e no civil, as Ordenações Filipinas que valiam para a União Ibérica e se estendiam às colônias de Espanha e Portugal, foram, portanto, o corpo legislativo do Brasil durante todo o período colonial. Assim com a aprovação de funcionamento as irmandades elegiam seus reis e rainhas, e o santo de

³ Tal documento é composto de cinco livros e 279 títulos e constitui a base de todo funcionamento dos bispados no Brasil, norteando a vida na colônia.

veneração para o qual cultuavam e realizavam festas no dia do orago⁴. Neste contexto, em todo o território colonial havia irmandades apenas de negros e também de afrodescendentes, que construíram igrejas para a elite portuguesa como para si mesmos e desta forma, os negros eram incorporados à vida civilizada de seus senhores expressando um pacto colonial entre a população de origem africana e a elite branca.

Tal como nos atesta o historiador Caio César Boschi participar de uma irmandade era visceral para uma adequada vida social, e havia mesmo uma “impossibilidade de o indivíduo viver à margem de seus quadros (1986, p. 26)”. Além disso, afirma que ao mesmo tempo, as irmandades:

Cumpriam a importante função histórica de serem um veículo estruturado e orgânico, por isso importante - talvez o único na Colônia – de que a população em geral, mormente os grupos sociais subalternos, dispôs para se manifestar com relativa liberdade e autonomia (BOSCHI, 1986, p.68).

Pode-se entender que no período colonial existiram irmandades muito poderosas, que contavam com a participação da elite da sociedade e também podiam reunir membros de diferentes origens sociais cujo critério regulador de entrada dos membros era o étnico-racial, dando origem às irmandades de brancos, de pretos e pardos. No entendimento de Caio Boschi (1986), o Estado e a Igreja ao permitir e estimular a criação das irmandades leigas de negros facilitava a assimilação da religião cristã, ao mesmo tempo em que, proporcionava aos negros uma espécie de sincretismo planejado, isto quer dizer que, dirigiam e determinavam as formas pelas quais os contatos religiosos entre os negros e os brancos seriam norteados.

Consideramos como fato comum na historiografia brasileira que as irmandades negras tornaram-se um importante vínculo de socialização e de representação, de um grupo de pessoas que eram vistas com desprezo, mas que encontraram nessas associações formas de manifestar sua existência. No Brasil colonial e imperial estas associações de leigos católicos tiveram capital importância no Brasil Colonial e Imperial. Elas cumpriram papel importante na promoção da fé católica, através das festas de seus santos de devoção, através do cuidado com a liturgia que envolvia os enterros, através das construções e conservação de capelas e igrejas. Dentro deste contexto, no século XIX as irmandades se faziam presentes, refletindo o espírito da época. Segundo Caio César Boschi,

⁴ Refere-se ao santo padroeiro.

A riqueza maior do estudo das irmandades talvez esteja no profundo significado histórico que elas apresentam. Foram e são instituições que espelham e retratam os diversos momentos e contextos históricos nos quais se inserem. Nada de anacronismos históricos. As irmandades caracterizam sempre o seu momento e o seu ambiente, dando origem à diversidade de formas, por um lado, e à fluidez e imprecisão de suas denominações por outro (1986, p. 12).

Desta forma devemos compreender as irmandades não apenas como ambiente de solidariedade, mas como um espaço onde se faz presente parte da pluralidade de tempos, no corpo do tempo histórico marcado pelas linguagens, rituais, vestimentas, conflitos, devoção, religiosidade e tradição. Assim, embora estivessem presentes em todo o território colonial tudo leva a crer que as irmandades se proliferaram em terras mineiras devido à proibição da entrada de religiosos regulares. Segundo Caio César Boschi esta proibição aconteceu sob a “alegação de que estes eram os responsáveis pelo extravio do ouro e por insuflar a população ao não pagamento de impostos”, passando assim “toda a vida religiosa da Nova Capitania a ser acionada por associações leigas” (1986, p. 3).

Devido a essa proliferação em Minas Gerais e também a atuação destas associações, cumpre apontar que foi severa e permanente a fiscalização da Coroa exercida sobre as irmandades mineiras. Para Boschi era compreensível à preocupação das autoridades em relação às irmandades como pode ser visto no seguinte trecho:

O temor das autoridades para com essas associações, que tendo nascido de forma tão espontânea, sólida, na maior parte dos casos, por isso orgânica, de baixo para cima, de livre vontade dos habitantes e não imposto pela Metrópole poderia apresentar um constante perigo para o Estado. Assim, era mister dominá-las. Controlá-las (1986, p. 28-29).

O mesmo autor adverte sobre o cuidado que devemos ter ao se afirmar, a exemplo de Russel-Woold que as irmandades, no Brasil-Colônia, “representam manifestações medievais existentes por toda Europa” (RUSSEL-WOOD, p.191), ou como quer Julita Scarano, “no Brasil elas aparecem mais ligadas às confrarias medievais, de finalidade religiosa e caritativa” (SCARANO, p.25), (BOSCHI, 1986, p. 22).

Essa preocupação se dá de acordo com seus estudos realizados especificamente com as irmandades em Minas Gerais onde embora seja difícil determinar exatamente a data em que

essas irmandades foram criadas, pode-se, entretanto partir do pressuposto que foi à sombra do templo que os fiéis se congregavam, assim as capelas primitivas formaram o núcleo e o eixo vital determinando as normas de comportamento para os arraiais. Pensando dessa forma, Boschi considera que:

As capelas tornaram-se não apenas palco de práticas religiosas, como também centro de vida social. Por conseguinte, ao erigirem seus templos os indivíduos não tiveram presentes apenas propósitos espirituais. E foi sob a sombra das capelas e com essa perspectiva associacionista que os primeiros mineiros se aglutinaram para instituir suas irmandades (1986, p. 22).

Esta relação descrita por Caio nos parece muito convincente depois de ter ouvido em entrevista Jeferson dos Santos, morador do bairro Antônio Dias, responsável pela Mina de Ouro Santa Rita, que embora negro e morador do bairro, não é filiado à irmandade de Nossa Senhora do Rosário, mas é um observador atento a toda a movimentação do bairro. Durante nossa conversa Jeferson ponderou sobre o questionamento que lhe havia feito a respeito do motivo que levou o negro a se congregar em irmandade. Para responder essa pergunta me conduziu até a rua para que observasse a localização de uma antiga residência que no período colonial foi uma fazenda mineradora, com muitos escravos, da localização da Capela de Padre Faria da localização da Igreja de Santa Efigênia e, a localização de uma cafua. Então começou a interrogar-me:

O que a sinhazinha avistava quando chegava da janela de sua fazenda?

O que o escravo avistava quando estava no quintal da fazenda ou na senzala?

O que o ferreiro, o carpinteiro avistava de sua cafua?

Minha resposta foi uma só - a igreja- não importa seu tamanho, pequena como a Capela de Padre Faria ou a suntuosa igreja de Santa Efigênia. Tudo gira em torno da igreja. Então, pude exercitar minha imaginação como Jeferson havia solicitado. “Era na igreja que estava presente a sinhazinha que se vestia com pompa para as festas de batismo, procissões e rezas dominicais, os senhores das minas com roupas vindas da Europa, os escravos que se amontoavam no adro para poder ouvir o sermão do padre.” A igreja, portanto, era o ponto de encontro não só dos senhores. Mas, também de seus escravos que buscavam aos domingos nos ofícios religiosos e na prática do exercício da fé cristã, o apoio, pois a igreja era lugar de conforto diante da insegurança e da instabilidade de suas vidas. A fotomontagem abaixo, representa a situação descrita em conformidade com a explicação atribuída por Caio César

Boschi para o surgimento dos arraiais em terras mineiras.



Fotomontagem 1: Antiga fazenda com mina de ouro e senzala no bairro Alto da Cruz rodeada pela igreja de Santa Efigênia, a cafua e a Capela do Padre Faria. Arquivo da autora. Ouro Preto- 15/01/2013.

Dentro deste contexto vivenciado, concordo com Caio César Boschi, no que diz respeito à necessidade de enfatizar a peculiaridade e a singularidade das fraternidades mineiras, pois nas Minas Gerais, ao se constituírem e se organizarem em irmandades, elas extrapolaram suas funções espirituais, tornaram-se responsáveis diretas pelas diretrizes da nova ordem social que se instalava. Nesse sentido as irmandades precederam ao Estado e a própria Igreja, enquanto instituições funcionaram como uma “força auxiliar”, “complementar e substituta da Igreja”, pois se responsabilizaram pela contratação de religiosos e pela construção dos templos mineiros no século XVIII (1986, p. 3).

Já Marina de Melo e Souza, aponta que o pouco investimento da Coroa Portuguesa na construção de templos e da insuficiência de sacerdotes que suprissem as necessidades religiosas dos colonos, favoreceram o desenvolvimento na América Portuguesa de um catolicismo fundado em torno de irmandades que se responsabilizaram pelas atividades

religiosas relacionadas ao culto de seus santos protetores (2006, p.183).

Para Alisson Eugênio as confrarias negras foram um espaço negociado dentro da ordem cujo objetivo não era lutar contra a escravidão, e sim dentro do contexto da negociação entre senhores e escravos, fornecer aos seus associados um momento em que eles pudessem construir um mundo próprio (2010, p.45).

Embora, esse novo mundo não negasse ao negro a condição de escravo, a sua participação em suas irmandades escapava à lógica da escravidão no sentido de que essas associações supriam as dificuldades impostas pelo cativo como, por exemplo, a de ter uma família. Desta forma, nas irmandades os negros ao mesmo tempo em que reproduziam seus valores através de suas festas, eleições de reis e rainhas, funerais e da assistência mútua entre os irmãos associados, construíam suas identidades sociais significativas, onde homens e mulheres, podiam se sentir um pouco mais livres estabelecendo um mundo paralelo as sociedades opressoras.

Julita Scarano (1976) considera que as irmandades no período colonial eram conformistas e conservadoras, pois não lutavam contra a escravidão, não tinham como meta a procura pela liberdade, mas apenas minimizavam seus sofrimentos. Embora, a mesma autora reconheça que elas colaboravam para salvar a identidade dos negros africanos no Brasil, e serviam de veículo de transmissão de suas tradições africanas, que de certo modo conservavam pela frequência de contatos, pela linguagem e outras razões semelhantes. Nesse sentido, Antonia Quintão reforça esse pensamento afirmando que:

Se a classe senhorial e as elites quiseram usar as irmandades como meio de controle e de integração do povo negro numa sociedade escravocrata, estes souberam transformá-las num espaço de solidariedade, de reivindicação social e de protesto racial. Conseguindo assim, salvar sua identidade e sua dignidade (2002, p. 34).

Célia Borges (2005, p.150) corrobora o pensamento de Antonia Quintão quando diz que as irmandades possibilitaram a afirmação dos irmãos à medida que seus filiados se diferenciavam dos demais, constituindo assim um espaço de construção de “identidade coletiva” (2005, p.150). A mesma autora considera que à convivência de diferentes grupos no interior das irmandades mineiras, ao contrário das confrarias do Rio de Janeiro, fazem das irmandades um local de constante negociação de conflitos, aprendizado de respeito às diferenças, e reconstrução cultural no contexto da diversidade étnica e opressão do sistema

escravista.

João José Reis considera que no interior das irmandades, africanos de diversas nações enfrentaram questões relativas à identidade e à diversidade étnicas e a alianças inter-étnicas como foram os enfrentamentos e as negociações com os brancos onde os “escravocratas aprenderam que era preciso combinar a força com a persuasão, e os escravos aprenderam ser impossível sobreviver apenas da acomodação ou da revolta” (1999, p. 7).

Em outras palavras, este autor considera as irmandades idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, que através da africanização da religião dos senhores, vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas. Entretanto, de acordo com José D’Assunção Barros, as irmandades no Brasil apresentaram características próprias que permitiram se distinguirem por dois modelos dominantes com relação a sua organização em torno da questão étnica, o “modelo mineiro” e o “modelo baiano”. No “modelo mineiro” sua organização era feita privilegiando uma diferença negra mais ampla e abrangente, isso quer dizer, sem encaminhar diferenciações étnicas internas, o irmão era negro e isso bastava para sua filiação. Já no “modelo baiano” guardava-se sob o manto da diferença negra algumas referências étnicas internas como as “etnias de tráfico” (congo, angolas, benguelas, minas) ou as diferenças criadas na colônia, como crioulos e pardos (2006, p.118).

Considerando as irmandades como uma possibilidade de reconstrução de laços simbólicos parentais, através das identidades étnicas, é possível que a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Efigênia, de Antônio Dias, em Ouro Preto fazia uso de uma prática costumeira da África Centro- Ocidental, que era o estabelecimento de aliança para além das linhagens de origem, definindo poderes que permitissem a convivência. Esta especificidade pode ser comprovada através de seu compromisso, de 1733, que afirma: “Entrará nesta Irmandade toda qualidade de pessoas sendo católicas [...] e eles darão seus votos conformando-se com os Irmãos Pretos em tudo o que for justo e de Razão”.

Neste sentido, Julita Scarano corrobora quando afirma que nas irmandades mineiras de Nossa Senhora do Rosário, além de não existirem restrições quanto à etnia dos que pleiteavam cargos reais, escravos e livres tinham os mesmos direitos podendo ocupar postos de direção ou os honoríficos de rei e rainha. Nos compromissos de irmandades mineiras pela autora analisados não foi encontrado restrições aos escravos e nem a exigência de que os reis fossem de “nação Angola” e “pessoas izentas de cativeiro”, este fato, portanto, pode ser considerado como um diferencial entre as irmandades de outras regiões brasileiras particularmente as irmandades de áreas litorâneas (SCARANO, 1975, p.113).

Enfim, é possível inferir que estas irmandades tinham o seu santo protetor, conseqüentemente fortaleciam o catolicismo e, para este caso específico das irmandades de homens negros, ajudavam a impor ao negro transplantado da África a religião do colonizador.

Dentro deste contexto, cada irmandade de acordo com os seus protetores, organizava as suas próprias festividades religiosas embora se inspirassem nas festas da tradição católica europeia. Organizavam-se para incentivar a devoção a um santo protetor, realizar procissões, missas, festas e erigir suas igrejas. No momento da festa o negro deixava de ser um agente passivo e passava a ser um agente ativo. Ele não era mais um simples escravo ou um negro marginalizado, ele era irmão de uma irmandade que passava a ser respeitada pela população branca, que inclusive era capaz de acatar as decisões de homens negros livres em relação à organização das festas (PEREIRA, 2009, p.4).

Portanto, as celebrações dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, eram um dos poucos festejos onde os negros e seus descendentes podiam ser vistos como seres humanos, pois desfilavam em lugares públicos, ao mesmo tempo em que cantavam, tocavam tambores e usavam vestimentas de suas tradições deixando transparecer sua herança africana. Para Célia Borges o cantar e dançar era uma forma de reconstruir sociabilidades e resgatar sua soberania sobre o seu corpo, gestos e voz, expressão limitada de uma precária liberdade (BORGES, 2005, p. 197).

Marcos Magalhães de Aguiar, inclusive ressalta uma dependência estrutural das irmandades negras com relação à festa, dela dependendo o sustento material das confrarias, bem como a continuidade da devoção, já que os festejos eram “os momentos fortes de contribuição econômica das irmandades” (2001, p. 371).

Em estudo mais recente realizado por Célia Borges (2005, p. 195), é mencionado à realização da festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade do Serro em Minas Gerais, que recebe os ternos das confrarias de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras para festejar a padroeira. Nestas festas são incorporados barracas de comidas, feiras e baile que demonstram que nos dias atuais as confrarias ainda criam como no passado, embora reproduzindo outros modelos, os espaços próprios de sociabilidade.

Compreendemos assim, que as irmandades religiosas negras do período colonial, que desenvolveram uma dinâmica própria que abarcava o contexto religioso; social, político e cultural na vida de seus membros e da sociedade escravocrata as reproduzem no tempo presente, ainda que de forma diluída.

1.1.1 Declínio das irmandades leigas

Após várias leituras realizadas sobre as irmandades leigas não posso concordar que só o controle da Igreja tridentina tenha provocado o decréscimo das irmandades. Outros fatores relacionados ao cerceamento de tradições da sociedade colonial, que não eram mais vistas como compatíveis principalmente na cidade do Rio de Janeiro, que abrigava a corte portuguesa, as questões higienistas e as leis régias e imperiais, desenvolveram papéis favoráveis ao declínio das irmandades de brancos e negros, de igual ou maior mérito, que não só a Igreja. O nosso interesse é verificar o quanto as ações enumeradas acima contribuíram para o declínio das irmandades constituídas de negros, embora, acreditamos que nas irmandades constituídas de brancos as consequências para o declínio não tenham sido na mesma proporção.

Com relação às irmandades negras, inicialmente consideramos que diante da Colônia que se tornava Império as elites buscavam novos padrões de comportamento, desta forma, os ajuntamentos provocados pelos peditórios de negros ao som de tambores foram proibidos por ordem do príncipe regente. No entender de Debret:

A presença da Corte no Rio de Janeiro proibiram-se as festas fantasiadas e extremamente ruidosas [...] e É por esse motivo que somente nas outras províncias do Brasil se pode observar ainda a eleição anual de um rei, de uma rainha, e de um capitão de guarda (DEBRET, 1940, p. 225 apud SOUZA, 2006, p. 247).

De certo estas restrições relacionadas a uma das formas de sobrevivência econômica das irmandades que era o peditório e a realização das festas até então vistas como momentos de alegria que suavizavam as saudades da África e as agruras da escravidão certamente contribuíram para o declínio das irmandades.

Contudo, Antonia Quintão (2002), é uma das autoras que entende que esse declínio se deu porque o catolicismo tradicional que fora instituído na Colônia e que se assentava na organização e lideranças leigas começaram a se transformar devido ao catolicismo ultramontano que penetrou no Brasil. Catolicismo este com base na autoridade do Papa, seguidos pelos bispos e padres, ocorrendo assim uma tendência da transferência do poder

religioso dos leigos para os clérigos. Como consequência este catolicismo provocou a destituição de muitas irmandades de devoção a santos tradicionais e a criação de novas associações leigas, voltadas para devoções de santos de grande aceitação na Europa ou outras devoções, como por exemplo, a devoção ao Sagrado Coração de Jesus. Embora as novas associações que se formaram ainda fossem de leigos, o diferencial estava na direção das mesmas que eram diretamente subordinadas ao vigário que fazia parte da diretoria e controlava as decisões concernentes à entidade (QUINTÃO, 2002, p. 58). Assim, resolvemos dedicar o tópico seguinte para a compreensão da relação da implantação do catolicismo ultramontano com o declínio das irmandades religiosas negras.

1.2-O Catolicismo ultramontano e o combate às irmandades negras.

Não se pretende, aqui, relatar a História do Catolicismo Ultramontano, porque não é objeto deste estudo, portanto buscar-se-á, neste enfoque, entender o contexto histórico brasileiro deste catolicismo e verificar qual a sua relação com o combate às irmandades religiosas negras. Contudo, é importante salientar que o catolicismo foi introduzido na América como parte da conquista colonial europeia, e, no Brasil, às práticas da catolicidade lusa somou-se as indígenas e africanas. Esse formato religioso leigo, social e familiar, é conceitualmente tratado, por muitos estudiosos, como “catolicismo luso-brasileiro”⁵.

Cláudia Maria Rabelo nomeou este catolicismo luso-brasileiro de catolicismo-africano e que aqui coexistiu de três formas que são: o catolicismo patriarcal, o catolicismo popular que foi difundido entre camponeses, índios destribalizados, escravos fugidos, ou mesmo alforriados, mestiços, colonos empobrecidos e o catolicismo popular urbano (2001, p. 30).

No entender de José Oscar Beozzo, esta religião do povo brasileiro tinha “uma prática religiosa que ocupava lugar de destaque na vida familiar e individual” (...) “passava de pessoa a pessoa (...) certas orações, devoções e benzeções”, (...) e completa seu pensamento definindo o papel do padre neste catolicismo da seguinte forma:

⁵ Sobre o “catolicismo luso-brasileiro”, alguns artigos são clássicos: AZZI, Riolando. Elementos para a História do Catolicismo Popular. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, v. 36, fasc.141, pp. 95-130, março de 1976, p. 95; O catolicismo popular no Brasil: aspectos históricos. Petrópolis: Vozes, 1978; OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, v.36, fasc.141, pp. 131-141, março de 1976, p. 131.

O papel do padre era relativamente pouco importante nesta religiosidade assentada sobre instituições e lideranças leigas; rezadores, benzedores, imagens milagrosas e objetos protetores tinham poder suficiente para resolver quase todas as situações (1992, p.112).

Diante do exposto acima, o catolicismo popular urbano é a via de interesse neste momento, pois as irmandades sendo instituições na sua maioria de caráter urbano, dentro deste catolicismo elas se erigiram e proliferaram. Assim, a partir do catolicismo no qual se desenvolveram as irmandades merece destacar a qual poder a Igreja no Brasil colonial estava vinculado.

A Igreja no Brasil, como em Portugal e nos demais territórios conquistados estavam vinculados ao Regime de Padroado, que em Portugal se constituía de uma tradição bem antiga, foi instituído pelo papa Inocêncio III, em 1212, para os reis de Portugal, conhecido como padroado das igrejas paroquiais Conforme Hoornaert (1992, p. 34) o regime se prendia à criação da Ordem dos Templários, de caráter simultaneamente militar e religioso, e que, ao ser extinta no século XIV, teve seus bens transferidos para a recém-criada “Ordem de Cristo”⁶.

O regime do padroado⁷ brasileiro, portanto tem suas origens no padroado português, e as suas origens históricas remontam ao século IV, quando o cristianismo não tinha permissão para realizar suas práticas religiosas livremente nos territórios do Império Romano. Assim explica Hoornaert o padroado régio foi criado através de um tratado entre a Igreja Católica e os reinos de Portugal e de Espanha. Uniram assim:

Os direitos políticos da realeza com os títulos de grão-mestre de ordens religiosas, os monarcas portugueses passaram a exercer ao mesmo tempo o

⁶ Em 14 de março de 1319, o papa João XXII publicou a bula *Ad Ea Ex Quibus Cultus Angestur Divinus* (MONUMENTA HENRICINA, 1960: 97 - 110), onde instituída, a pedido do rei português, a Ordem da Cavalaria de Jesus Cristo, herdeira dos bens dos Templários, destinada à luta contra os sarracenos. A nova confraria seguiria a Regra de São Bento, em sua variante seguida pela Ordem da Calatrava, iniciativa tomada com o propósito de afastá-la o máximo possível de sua predecessora. Seria dependente, no quadro da hierarquia eclesiástica, da Ordem da Calatrava e em um segundo nível, de Cister. Desta forma, estaria sujeita a visitação e fiscalização do abade do mosteiro de Alcobaça. Na mesma bula, o papa indica como primeiro mestre da Ordem de Cristo, Dom Gil, mestre da ordem de Avis. Também determinou que a sede fosse à igreja de Santa Maria do Castelo, em Castro Marim, no Algarve, fronteira com as terras moiras (SILVA, 2011, p.11).

⁷ Os privilégios eclesiásticos concedidos pelo papado à Ordem de Cristo, relativos ao patrocínio de igrejas no ultramar, foram incorporados à Coroa por uma bula de 1551. Conhecida como Padroado Real, esta união espiritual e temporal conferia à monarquia portuguesa um papel administrativo duplo, primeiro como reis de Portugal e segundo como “governadores e administradores perpétuos da Ordem de Cristo”. (RUSSELL-WOOD, 2005, p. 201).

governo civil e religioso, principalmente nas colônias de domínios de Portugal (HOONAERT, 2008, p. 163).

Cabe ressaltar que desde tempos remotos muitas igrejas paroquiais e mosteiros em Portugal sujeitavam-se aos padroeiros particulares, bem como ao Padroado do rei. Todavia, desde o início do fortalecimento do poder real português até o século XV, o Padroado que vigorava dentro do reino, ainda o Padroado da Coroa, era frequentemente interferido pela Santa Sé, especialmente em momentos de estremecimento entre a Coroa portuguesa e os papas (ZANON, 1999, p.34).

Quando foi instituído o primeiro bispado no Brasil, em 25 de fevereiro de 1551, pela bula *Super specula militantis Ecclesiae*, o papa Júlio III confirmava os direitos já outorgados ao rei D. João III:

Declaramos que o direito de padroado existe e de apresentação existe com todo o vigor, essência e eficácia em virtude de verdadeiras e totais fundação e dotação reais, e ao dito rei compete como Grão-mestre ou administrador como igualmente lhe compete em virtude de verdadeira e total doação e não poderá ela ser derogada nem mesmo pela Santa Sé, sem primeiro intervir o consentimento expresse de João, Rei e Grão mestre, ou do administrador que então for (AZZI, 1987, p.23)

Posteriormente, em 1552 o papa Adriano conferiu ao rei D. João III a dignidade de Grão-Mestre da Ordem de Cristo, e assim transmitindo-a aos sucessores do trono. Dessa forma a união entre os direitos políticos decorrentes da realeza e a titularidade de Mestre Geral desta importante instituição religiosa medieval dotou os monarcas portugueses de um poder de ordem civil e eclesiástico (ZULIAN, 2009, p.35). A Igreja delegava aos monarcas dos reinos ibéricos a administração e a organização da Igreja Católica em seus domínios. Ao Estado cabia a construção de igrejas e capelas, o estabelecimento de ordens e confrarias religiosas, a designação de párocos e bispos, a manutenção do culto e a subvenção do clero.

Segundo Hoonart:

O monarca português tornava-se assim uma espécie de pontifício para o Brasil, ou seja, o chefe efetivo da Igreja em formação e neste sistema de padroado nenhum clérigo partia de Portugal para o Brasil sem autorização explícita do rei. O rei exigia audiência particular com juramento de fidelidade (HOORNAERT, 1992, p.38 e 2008, p. 164).

Nota-se que, a combinação entre o padroado e os privilégios informais dele decorrentes, fez com que a Igreja no Brasil estivesse mais ligada ao Estado que ao Papado e neste cenário nasce o Catolicismo Popular no Brasil, numa profunda contradição, pois a religiosidade presente na igreja tradicional, na estrutura eclesiástica dominante, permitiu a organização de capelas e igrejas e os fiéis foram chamados para ajudarem em suas construções, assim como para auxiliarem na administração das mesmas, como padroeiros ou patronos por serem pessoas de posição social e posse (RABELO, 2006, p.32).

A Igreja tradicional tornava-se aliada dos leigos o que permitiu assim a ereção de irmandades aprovadas através de seus compromissos e autorização régia. Com o propósito de reafirmar tais considerações reportamos as palavras de Hoornaret quando diz que:

O Brasil católico nasceu sob o signo das irmandades ou confrarias, também chamadas ordens terceiras. Estas irmandades exprimem o desejo, por parte do povo, de formar comunidades, de não deixar reduzir a uma simples massa anônima e manipulada segundo os ditames da cultura dominante (1992, p.383).

Assim, as irmandades não encontraram barreiras por parte das autoridades e por esta razão, seguiram seu processo de expansão e os períodos dos setecentos e oitocentos marcaram um tipo particular de catolicismo onde as práticas devocionais se destacaram pelas missas pomposas, pelas procissões repletas de alegorias, por funerais magníficos e muitas festas de rua.

Até então as autoridades coloniais, civis e eclesiásticas não se opunham, pelo menos até meados do século XVIII, as essas manifestações festivas dos leigos. Porém, ao longo dos séculos XVIII e XIX, novas práticas religiosas surgem e se afirmam incentivadas pela hierarquia eclesiástica. Era o Catolicismo Ultramontano moldando a Igreja, e porque não dizer uma nova Igreja que se caracterizava pela interiorização da devoção, gestos contidos, corpos obedientes, procissões ordeiras, culto com base no apelo pelo íntimo.

Mas, o que vem a ser Catolicismo Ultramontano e em que sentido ele seria o responsável pelo combate às irmandades negras?

O catolicismo ultramontano marcou a atuação da Igreja Católica brasileira, destacando-se principalmente pelo combate ao Liberalismo, a Maçonaria e o Protestantismo caracterizando-se por um conjunto de proposições e documentos eclesiásticos para este fim. De acordo com Riolando Azzi para a implantação do movimento ultramontano, o respeito à

hierarquia católica, que tinha como principal figura o papa deveria ser o ponto central para se iniciar as ações relacionadas ao movimento.

O ultramontanismo para Lúcia Helena Moreira de Medeiros Oliveira além de evidenciar um indisfarçável saudosismo à Idade Média; em relação à doutrina, “retomou” as principais decisões do Concílio de Trento⁸, ocorrido entre 1545 e 1563, combate ao protestantismo e ao espiritismo (século XIX). E no Brasil, concretizou-se com a criação de seminários para formação do clero e a criação de colégios para educação da juventude, masculina e feminina (OLIVEIRA, 2010, p.148). Assim, o doutrinário ultramontano procurou colocar em prática os ditames tridentinos relacionados à moral do sacerdote e seu ofício religioso porque o espírito da reforma do Concílio de Trento não havia ainda sido introduzido no Brasil (CASALI, 1995, p. 60).

Autores como Eduardo Hoornaert e Riolando Azzi compartilham com o pensamento de Alípio Casali e, defendem a ideia de que as decisões de Trento não tiveram impacto no Brasil, em virtude da presença do regime de padroado orientador das relações Igreja e Estado, desde o período colonial. Por outro lado, Laura de Mello e Souza argumenta que a ausência das ações tridentinas deve-se à heterogeneidade das formas de exercer o catolicismo que não eram coesas nem mesmo na própria Europa onde a reforma tridentina. Demorou a apresentar resultados, pois, no século XVIII, religiões diversas ainda coabitavam na cristandade europeia onde, a dos teólogos e a dos crentes, apesar dos esforços redobrados das elites para quebrar a cultura arcaizante sobrevivia no seio das massas cristianizadas havia séculos (1986, p. 88).

Precisamente a ascensão da Igreja ultramontana ocorre com Gregório XVI ao receber o poder papado⁹ e, o movimento floresceu com a eleição de Pio IX, como pontífice, e assim as intenções ultramontanas se efetivaram principalmente a partir da publicação das Encíclicas *Quanta Cura e do Syllabus errorum*¹⁰ (1864) que a acompanhava, em que se retomava a luta pela preponderância da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil, e a realização do Concílio Vaticano I em 1869/1870. O Bispo de Roma conseguiu assim reunir o capital

⁸ Esse Concílio gerou frutos além-mar e no século XVIII deu origem as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Elaboradas por D. Silvério Monteiro de Vide, essa Constituição baiana pode ser considerada como um marco para as ideias de Trento no Brasil.

⁹ Segundo Rodrigo Coppe Caldeira: “Claramente, a ascensão da Igreja ultramontana ocorre com Gregório XVI e tem seus impulsos principais com Pio IX e Pio X”.

Em< <http://periodicos.pucminas.br/index.http/horizonte/article/viewArticle/458>> Acesso em: 03/11/2010.

¹⁰ A encíclica *Quanta Cura* de 8 de dezembro de 1864, condenou dezesseis proposições que contrariavam a visão católica na época. Esta encíclica foi acompanhada pelo famoso *Syllabus errorum*, que condenava as ideologias do pantéismo, naturalismo, racionalismo, indiferentismo, socialismo, comunismo, franco-maçonaria, judaísmo, Igrejas dadas como Cristãs a tentar explicar a bíblia e várias outras formas de liberalismo religioso tido por incompatíveis com a religião católica.

simbólico necessário para impor as outras dioceses através de encíclicas, bulas, entre outros o modo como deveria ser vivido o catolicismo, defendendo a centralização do poder no herdeiro de Pedro em detrimento do poder civil (RIBEIRO, 2011, p. 2)

Segundo Hoonart, a Igreja de Roma passou a se preocupar mais decididamente com o catolicismo latino-americano, pois o continente era “considerado a terra por excelência do erro pagão a ser reconduzido à verdade católica [...]. Tudo tem que ser colocado nos eixos através de um trabalho paciente e tenaz a ser executado por um episcopado ‘reformado’ dos erros do passado [...], (1996, p. 173)”. Partindo desse pressuposto, verifica-se que o clero brasileiro neste período, vivia em voltas com um catolicismo largamente enraizado na tradição ibérica, de forte caráter leigo, familiar e maleável as novas tradições europeias, apesar das tentativas isoladas de se estabelecer no território brasileiro os preceitos tridentinos.

Nesse sentido, observa-se significativa preocupação entre outras medidas decretadas pelo Concílio de Trento, a tarefa imprescindível de “reforma do clero”, desde a cúpula romana até as estruturas formadoras dos sacerdotes principalmente no Brasil, visto que, por conta do sistema de padroado régio, os sacerdotes podiam desrespeitar as sanções episcopais pelo recurso ao Imperador, com efeito suspensivo, minando, assim, a autoridade dos bispos.

Apesar do sistema de padroado não favorecer as ações tridentinas, o catolicismo ultramontano no Brasil foi assumido por um grupo de bispos nacionais fiéis às diretrizes romanas, como D. Antonio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo, D. Antonio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, e D. Antonio de Macedo Costa, bispo do Pará, dentre outros. Com a denominação de “bispos reformadores”, foram eles os protagonistas na condução do movimento que pretendia implantar o catolicismo universalista no Brasil e, no plano social, agentes da relação entre a centralização do governo eclesiástico em Roma e as alterações políticas em curso que desembocaram no regime republicano no país (ZULIAN, 2010, p. 54).

Neste contexto, as ações ultramontanas começaram a ser implantadas no início do século XIX, especificamente em Minas Gerais com a chegada de Padre Viçoso que aportou no Rio de Janeiro a convite de D. João VI. Sua maior influência em terras brasileiras começou na década de 1844, quando se tornou Bispo da Diocese de Mariana. A partir de então, D. Viçoso empreendeu uma reforma nos quadros da Igreja, especialmente no campo intelectual. Além disso, investiu na criação de escolas e instituições de caridade, dada sua ligação com a Congregação da Missão de tendência Vicentina, também conhecida como lazarista (OLIVEIRA, 2011, p. 263).

D. Viçoso levou à frente o pensamento ultramontano de formação do novo clero através da modificação dos seminários e a reforma no que se diz respeito à alteração dos

costumes religiosos do povo leigo se evidência no trabalho de atração dos fiéis para o interior da Igreja, empenhando-se para que as festas religiosas e o controle sobre as irmandades passassem para a responsabilidade do clero, além de procurar o quanto pôde evitar que seus fiéis irrompessem para os lados da maçonaria (CAMPOS, 2010, p. 16).

Segundo carta de D. Viçoso, datada no ano de 1867 é possível perceber sua preocupação em evitar o contato dos fiéis com os maçons:

Sr. Moraes,

Vá dizer à sua mãe que escreva uma carta ao seu irmão [o nome não aparece no documento] urgentemente, porque é ele que está promovendo a entrada da maçonaria em Juiz de Fora. Não quero que ela tenha um irmão excomungado e no inferno. Eu também vou escrever-lhe. Servo, Antônio, Bispo de Mariana¹¹.

Como estratégia para vencer as grandes distâncias entre a instituição e o povo do interior D. Viçoso utilizou-se das visitas pastorais e através delas aproveitou-se para estar junto do povo e abençoar a catequese, crismar e transformar uniões consensuais em casamentos legítimos às exigências da Igreja. Durante seu bispado foi introduzido os festejos do Mês de Maria (maio) e do culto ao Sagrado Coração de Jesus, com o objetivo de substituir o culto dos santos tradicionais, fontes de paixão e de grande apelo popular, por uma maior proximidade aos cultos europeizados. Para Campos (2010) as ações de D. Viçoso foram diferentes das opções políticas adotadas pelos demais bispos brasileiros em suas dioceses, pois seu trabalho partiu de um ideal reformador interno, pautado na observação, correção e até mesmo punição junto àqueles religiosos que não seguissem suas prescrições; na formação de novos sacerdotes e na árdua tarefa missionária em que consistiam suas visitas pastorais.

Dessa forma é possível considerar que o objetivo implícito das visitas pastorais realizadas em Minas Gerais era o de moralizar a religiosidade e serviram de exemplo aos demais bispos do século XVIII, pois além do caráter moralizador permitia controlar a população, exercendo uma vigilância contínua sobre as paróquias possibilitando assim a implantação da reforma devido ao acesso aos sacerdotes e aos fiéis.

A saber, o episcopado de D. Viçoso (1844-1875) coincide quase que plenamente com o pontificado de Pio IX (1846 a 1878), que até a década de 1850 ainda tomava medidas liberalizantes para a Igreja de Roma. Somente a partir da década de 1860, especialmente com a

¹¹ AEAM. Carta de D. Viçoso, 1867, Armário 1, prateleira 2.

elaboração do *Syllabus Errorum*, mencionada neste texto, e mais tarde, em 1870 com o Concílio Vaticano I, é que Roma passou a definir mais diretamente sua política reformista para todo o mundo católico.

No que se refere às visitas pastorais realizadas em Minas Gerais no século XVIII, Caio Cesar Boschi delineou uma postura um pouco diferente para os bispos que visitaram outras regiões. Segundo este autor:

Tendo como parâmetro as diretrizes tridentinas, mas cômicos da perspectiva de que suas atividades pastorais integravam a política colonizadora, os bispos coloniais procuravam desempenhar seus ministérios. Tinham claro que o sucesso de seu múnus de pastor estaria condicionado a não atender ou aplicar aquelas normas senão adequando-as às vicissitudes dessa política¹² (1987, p. 160).

Boschi ainda considera que em Minas Gerais ocorreu menos o confronto entre os bispos e a autoridade metropolitana e mais a adequação entre os interesses das duas esferas de poder. Corrobora com Boschi, Gustavo de Souza Oliveira ao comentar sobre uma das cartas de D. Viçoso consultadas por ele, que fora enviada ao Ministro da Justiça José Joaquim Fernandes Torres em 23/05/1846¹³: “A carta tratou dos cuidados ao nomear os clérigos, pois muitos imorais se apresentam com diversos atestados e assinaturas enfatizando uma boa moral, mas eram enganações e mentiras” (2010, p.117). Embora seja evidente nesta colocação a posição rígida de D. Viçoso ao deparar com um clero tão problemático não foi possível se manter rígido em todo momento, pois era imensa a Diocese de Mariana e reduzido o número de padres. Segundo Oliveira D. Viçoso se manteve tolerante com relação a certas práticas religiosas encontradas nas paróquias visitadas, pois as imposições de suas normas reformadoras coexistiram com a resistência de muitos padres e fiéis.

Este período de implantação do catolicismo ultramontano, não só na Diocese de Mariana como nas demais dioceses constituídas no Brasil, favoreceu a produção de vasta documentação como as portarias e cartas pastorais emitidas pelos bispos, ricas no que diz respeito à necessidade de se reformarem a igreja, ou se construírem novas matrizes, melhor equipadas do que as construídas pelas irmandades religiosas, que passaram a ser negativamente caracterizadas como precárias (NASCIMENTO, 2009, p. 124).

¹²Em Caio César Boschi “As visitas diocesanas e a inquisição na colônia”, Revista Brasileira de História, São Paulo, vol. 7, n° 14, março-agosto/1987, p. 160.

¹³ Em AEAM, Armário Arquivo nº3. Livros e Encadernações, “1° Livro Borrão desde junho de 1844”, fl. 28.

Este contexto histórico se traduz numa tentativa de reafirmação papal e significa a transição do catolicismo colonial para o catolicismo universalista qual há uma total rigidez doutrinária e moral. A afirmação da autoridade institucional -papa e bispos - é tomada como única e, legítima sobre todas as formas de catolicismo inclusive o popular.

Segundo Rabelo, o Brasil já havia desenvolvido suas próprias tradições, recriadas e combinadas com os elementos religiosos de sua origem indígena, europeia, ou africana e a modificação gradativa das práticas religiosas favoreceu para que as transformações a serem implantadas não provocassem um conflito direto entre os fiéis e a sociedade. A luta da Igreja consistia então em descobrir estratégias de sobrevivência frente ao novo movimento histórico, pois necessitava controlar ideologicamente a sociedade, de acordo com as diretrizes do papa Pio IX (2001, p. 37).

Em outras palavras, pode-se dizer que o catolicismo ultramontano em terras brasileiras foi sendo introduzido de acordo com o pensamento formulado através de ideias provenientes de outras partes do mundo e reinventado a partir das necessidades locais. Dessa forma, a determinação de Roma, seja em virtude da própria característica da colonização, ou, em virtude dos empecilhos provocados pelo padroado não foram impostas com rigor no Brasil. Esta dicotomia, registrada nas literaturas sobre o tema torna-se visível na entrevista realizada no dia 30 de março de 2013, com o Bispo emérito da cidade de Oliveira, Minas Gerais, D. Barroso, que esteve à frente da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Alto da Cruz em Ouro Preto por vinte e seis anos como pároco e vigário.

Com relação a não rigidez das ações ultramontanas D. Barroso admite que, a atitude dos bispos não poderia ser diferente, pois com a realidade encontrada neste período no Brasil seria impossível aplicar as ordens de Roma a uma sociedade centrada no catolicismo tradicional nas suas diversas camadas. Para ser aplicada a política da Santa Sé em relação à desapropriação dos leigos do comando das irmandades e confrarias, visando com isso torná-las mais submissas a Igreja e a promoção do maior enquadramento à disciplina por parte do clero, D. Barroso explica que várias ações foram paulatinamente aplicadas pelos bispos diocesanos e que foram seguidas pelos padres em suas paróquias.

No sentido de efetivar as mudanças propostas pelas encíclicas e bulas, D. Barroso enquanto pároco, decidiu por reunir as treze Irmandades existentes em Ouro Preto na época, para propor o que poderia ser mantido nesta “nova igreja que nascia”¹⁴ valorizando o que cada uma delas representava para a Igreja. Agindo desta forma D. Barroso acredita ter sido

¹⁴ A expressão “nova igreja que nascia” foi utilizada para corresponder a Igreja que se pretendia reformadora, romanizada, ultramontana por oposição à Igreja dos tempos do Padroado Régio, do Período Colonial.

possível implantar e articular as associações e irmandades de corte europeu como o culto a Jesus através do Apostolado da Oração com as devoções aos santos populares evitando assim um choque entre a paróquia e as irmandades tradicionais e assim as novas devoções trazidas pelas congregações ultramontanas não substituíram as antigas, no que se refere a Ouro Preto apenas foram acrescentadas às anteriores. Utilizando-se desta estratégia D. Barroso ganhou a confiança das Mesas Administrativas que com o decorrer do tempo lhe concederam o acesso às reuniões possibilitando-o realizar um trabalho de readaptação das irmandades aos moldes do catolicismo ultramontano, ou seja, conseguiu intervir de forma a mudar os estatutos (compromissos), ter acesso às prestações de contas das irmandades e o controle sobre as práticas do catolicismo popular como procissões, festas e sepultamentos.

Embora a atitude comum de muitos bispos no Brasil fosse à tentativa de supressão e substituição das tradicionais irmandades pelas novas associações dirigidas e divulgadas pelo clero, na cidade de Ouro Preto, para D. Barroso os padres deviam atingir o coração do catolicismo popular no que tinha de mais sagrado; o aspecto devocional. Assim utilizou-se da devoção aos santos, para que o povo assimilasse Roma e estabeleceu certa intersecção com os devotos populares, introduzindo-se no credo local e levando-os para a sua igreja de fé, a do seu padroeiro, ao mesmo tempo em que se posicionou com flexibilidade às tradições populares. Em meio a estas considerações é possível entender a articulação existente entre as irmandades do catolicismo ouropretano atual com as novas devoções trazidas pelas congregações ultramontanas que se mantêm forte entre os fiéis.

Diante do exposto, a estratégia utilizada por D. Barroso para internalizar a racionalidade religiosa nas igrejas das quais era responsável, foi a de seguir a doutrina do catolicismo oficial em consonância com o catolicismo popular. Era necessária a aceitação dos fiéis com relação à necessidade da revisão dos cultos, da reformulação do padrão de conduta da população e a aceitação dos sacramentos como o batismo, a penitência, a eucaristia e o matrimônio. A saber, um dos enfoques do Concílio tridentino era inculcar nos fiéis que somente através do seguimento da doutrina e dos sacramentos é que o homem conseguiria a salvação. A penitência assume então um papel destacado entre os demais sacramentos, pois se constitui como uma das tábuas de salvação, porque a salvação torna-se mais do que nunca garantia de salvação para os cristãos.

Outro ponto a ser destacado na entrevista com D. Barroso é o relacionado à revisão dos cultos, o uso dos tambores foi mantido nas festas dos padroeiros e reinados e foram introduzidos os cânticos sacros nas missas passando a ter o controle das festas dos santos padroeiros tanto com relação ao culto, as pompas das procissões, o uso de fogos de artifícios,

quanto aos recursos financeiros angarinados pela irmandade. Nesse contexto é possível indentificar a presença sacerdotal de D. Barroso se constituindo gradualmente como figura central da Igreja na cidade de Ouro Preto.

A análise de Pedro A. Ribeiro de Oliveira corrobora com a posição tomada por D. Barroso quando afirma que após o ultramontanismo “o padre passa a ser o principal festeiro”. Isso porque “a romanização do catolicismo brasileiro só poderia ser efetivada na medida em que o poder religioso fosse transferido dos leigos para os clérigos” (1976, p. 137-139).

O padre, portanto, torna-se o responsável por toda a dinâmica da espiritualidade e da política da Igreja e, o poder de decisão das Mesas Administrativas migra para as mãos do pároco e desta forma o catolicismo leigo, popular, doméstico e miscigenado surgido desde o início da colonização até o século XIX integra-se às diretrizes de Roma.

Para D. Barroso é compreensível que alguns filiados das irmandades, em especial os de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz se rebelassem contra as ações tridentinas, pois não estavam sujeitos a nenhum tipo de intervenção da Igreja na administração, na contabilidade dos gastos para os eventos religiosos de tradição popular. Além disso, cabe destacar que as funções das irmandades relacionadas aos atos funerários não escaparam às críticas da Igreja neste período, porque essas associações não abandonaram facilmente suas preocupações com as práticas mortuárias, muitas delas mantiveram por muito tempo o cortejo dos defuntos aos cemitérios com procissões, com muitas tochas, cera para as velas e muitas orações.

Importante lembrar que esta pesquisa não tem como objetivo mostrar os limites do projeto ultramontano na cidade de Ouro Preto ou na cidade de São Paulo e, nem se tais medidas chegaram a todos os rincões do Brasil. Procuramos entender a influência dele no enfraquecimento e combate às irmandades negras e as estratégias da Igreja de “depurar” a religiosidade dos fiéis; como uma resposta à reforma interna que ela própria empreendia desde o século XVI, aplicando as resoluções do Concílio de Trento. Sem dúvida a Igreja reformadora empreendeu um controle ao chamado catolicismo não oficial ou popular, que se constituía por práticas religiosas que fugiam do poder eclesiástico e, burlava a rigidez de seus dogmas. Trento propunha uma religião mais subjetiva, livre de superstições pagãs, contrário ao catolicismo vivenciado no cotidiano da colônia pelos fiéis leigos que se reportavam a uma religiosidade onde os santos se constituíam de poderes imanentes (COELHO, 2010).

Não podemos negar que a principal característica das irmandades no período colonial era a sua autonomia, pois através da Mesa Administrativa geria todos os negócios e decidiam sobre todas as questões internas e externas. No entanto, alguns aspectos chamam a

atenção no final dos setecentos com relação aos conflitos acirrados entre párocos e irmandades em todo território brasileiro, que de acordo com o direito canônico da época, o vigário da paróquia tornava-se presidente nato de todas as irmandades e associações religiosas o que provocou choques violentos entre o clero e as irmandades, até então dirigidas por leigos. Os motivos destes conflitos geralmente se relacionavam aos emolumentos cobrados pelo pároco, quando chamado para realizar celebrações, onde cabia à irmandade efetuar o pagamento. Neste caso, o pagamento devia seguir as taxações impostas pelos párocos que cobravam valores considerados altíssimos pelas irmandades. Porém, de acordo com Antonia Quintão “a taxação era um direito próprio dos párocos, visando à sustentação de sua dignidade sacerdotal, e se traduzia em tributo pecuniário cobrado aos paroquianos por ocasião da desobriga quaresmal” (1996, p. 169). Por consequência, também as acusações dos párocos às irmandades eram frequentes.

Primeiro porque empregavam seus recursos nas próprias capelas e igrejas, recusando-se a auxiliar com as despesas dos ofícios religiosos das matrizes. E, ainda, porque celebravam suas festas e ofícios sem a autoridade e a assistência dos párocos, impedindo-os de receber os emolumentos e desfrutar da sua posição hierárquica (QUINTÃO, 1996, p. 169).

Entre outros fatores Sérgio Cristovão Selingard, cita que “à delimitação da jurisdição paroquial a respeito dos assuntos internos das associações leigas, limitava a autonomia destas para a condução de suas atividades” (1999, p. 27). Esta situação provocou grandes discussões entre párocos e irmandades desde o período colonial e se tornaram merecedores de maior atenção no período imperial, onde tomaram maiores proporções.

A decadência das irmandades pode ser analisada em diversos ângulos e para sua análise escolhemos o período que se refere à metade do século XIX, e estão relacionadas a restrições impostas pela Igreja, pelo Estado português e pelo governo imperial. Com o propósito de chamar a atenção para a relevância deste assunto, embora não dispondo de referências bibliográficas, que tratem com exclusividade sobre o declínio das associações leigas no Brasil, discutimos o tema tendo como apoio historiadores que se dedicaram ao estudo das irmandades religiosas leigas.

Partimos então, a analisar a intervenção do clero, tomada como uma das principais causas da decadência das irmandades e até mesmo pela extinção de outras. De forma geral,

para todas as províncias os vigários deviam seguir tais disposições em relação às irmandades¹⁵:

- a) Ninguém poderá fazer parte dessas corporações, pertencendo à seita ou sociedades secretas condenadas pela Igreja, qualquer que seja a sua denominação.
- b) Deverão prestar contas à Autoridade diocesana anualmente.
- c) Os bens que constituírem seus patrimônios são considerados bens eclesiásticos, cuja administração é exercida pelas mesmas Irmandades. Estas, quando extintas, terão os seus bens incorporados às dioceses a cujo território pertencerem.
- d) Não poderão vender e hipotecar, permutar, dar ou, de qualquer modo, alienar objetos preciosos, títulos de renda e bens imóveis, que pertençam ao patrimônio ou venham a pertencer por qualquer título legítimo ou, sobre os mesmos objetos de bens, fazer contratos de aluguel e arrendamento, por mais de três anos, sem o prévio beneplácito da Autoridade Eclesiástica, de conformidade com as leis canônicas.
- e) No ato de dar os nomes à corporação, farão promessa explícita de que não hão de pertencer a seitas e sociedades proibidas pela Igreja. Obrigar-se-ão a acatar sempre a autoridade do Prelado diocesano ou de seus legítimos representantes e não assumirão a personalidade jurídica sem a prévia e expressa autorização do Ordinário diocesano.
- f) Em todos os conflitos e dúvidas que surgirem no seio da corporação e que não puderem ser resolvidos pacificamente, recorrerão ao Ordinário diocesano para decidir-lo conforme for de justiça.
- g) Todas as vezes que se tratar de eleições, gerais, ou parciais, será admitido o pároco ou qualquer sacerdote assistindo-as como representante da autoridade diocesana.
- h) Os livros de atas, do inventário dos bens da Irmandade, receita e despesa, devem ser abertos, numerados, rubricados e encerrados na Câmara eclesiástica ou por comissão do Ordinário; os outros livros ficam sob a responsabilidade do Juiz ou Provedor da Irmandade.
- i) Não poderão nomear capelão, sem aprovação do Ordinário; nem exonerá-lo sem apresentar ao Diocesano as causas e este ao reconhecer e julgá-las suficientes.

Como se vê, os bispos reformadores seguiram estas disposições para controlar as ações das irmandades, pois avaliaram a dimensão da importância que tal controle tinha dentro do contexto da Reforma, já que as Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias, vendiam e alugavam casas, terrenos e bens como melhor entendiam, além de serem os leigos

¹⁵ Cf. “Boletim Eclesiástico” in Anuário Eclesiástico ano IV. P. 86” apud QUINTÃO, Antonia Aparecida, 2002, p. 59.

responsáveis pelas práticas religiosas. Apesar de ter um capelão dentro dessas associações ele era uma figura que tinha atribuições estritamente limitadas pelos compromissos e sua ação deveria se dar mediante as necessidades das irmandades. Estas medidas, mesmo que não tenham sido tomadas de imediato em Minas Gerais e São Paulo dentro do período da implantação do catolicismo ultramontano se tornou a mola mestra para o declínio em outras dioceses brasileiras. Assim, selecionamos alguns historiadores e suas considerações a respeito das aplicações destas disposições e a relação com a decadência das irmandades.

Para Maria Antonia Quintão (2009), a decadência das irmandades tem haver com o desmantelamento das antigas devoções voltadas para os santos tradicionais, que foram substituídas por novas associações leigas, voltadas para a devoção aos ‘novos’ santos. Neste contexto histórico a Igreja oficial dá início à valorização de associações mais vinculadas ao clero como: devoção ao Sagrado Coração de Jesus que se efetivou através da organização do Apostolado da Oração, a Associação das Filhas de Maria, as Congregações Marianas e similares. Estas novas associações apesar de serem formadas por leigos, tem o padre como membro da diretoria por ação estatutária, que mantém o controle de todas as ações concernentes à entidade.

Por outro lado, Pedro A. Ribeiro de Oliveira (1976) julga que a causa foi à substituição das antigas festas religiosas promovidas pelos leigos, onde o padre era apenas o celebrante da Missa, e das bênçãos solenes em festas litúrgicas, pelas celebrações controladas pelo pároco, onde a princípio as antigas irmandades não podiam mais realizar suas festas. Portanto, no entendimento deste autor as irmandades começam a perder suas funções propriamente religiosas e foram se extinguindo ou realizando atividades reduzidas às finalidades beneficentes para os próprios membros.

Corrobora com o pensamento deste autor Julita Scarano quando aponta que a perda de importância das irmandades também se deve a série de transformações dos primeiros anos da República, que é descrito desta forma:

As necessidades levam as Irmandades a ter cada vez mais finalidades vagas e difusas, promovendo festas em lugar de promover todo um grupo, como sucederam anteriormente. [...]. Essa diminuição dos aspectos protetivo e religioso, com o incremento da vaidade pessoal, indício dos novos tempos, pode ter levado muitos homens a se distanciarem da confraria (SCARANO, 1976, p.100).

Para Manuela Carneiro da Cunha, a decadência atingiu não só as irmandades negras, mas também as confrarias de brancos por influência dos problemas criados durante a chamada Questão religiosa que segundo a autora instalou-se devido o:

Expurgo na irmandade do Rosário de seus membros maçons, o que não deixa de lembrar curiosamente o estopim da Questão religiosa no Brasil, na mesma época, quando D. Vital e D. Macedo Costa exigiram que as irmandades da diocese de Olinda e Belém expulsassem os maçons que as integravam, e estas, se recusando, foram por eles interditadas (CUNHA, 1985, p. 168-169).

Desta forma, as irmandades que desde o período colonial, supriram em diversas ocasiões, o papel evangelizador que cabia ao clero, acabaram por não pautar suas ações catequéticas dentro dos padrões ortodoxos recomendados pela Igreja tornando-se difusoras das práticas religiosas condenadas pelos bispos reformadores (OLIVEIRA, 1995, 149).

Perpassando pelas dioceses até então implantadas no Brasil é possível verificar que no Pará, Pernambuco e Rio de Janeiro, as irmandades ofereceram grande resistência às ações de reforma, principalmente com relação à perda dos privilégios de que gozavam com seus compromissos mistos o que colocou muitas vezes os bispos em situação constrangedora. Como exemplo destas tensões temos no Rio de Janeiro em 1868 a nomeação do padre Pedro Maria de Lacerda para a função de bispo que devido à prática em sua diocese das lições do discurso reformador, diante das irmandades provocou vários conflitos (OLIVEIRA, 1995, p. 149). Em suma o deslocamento do poderio leigo para o paroquial não se deu de forma harmônica em todo o território brasileiro, mas, ao contrário, foi um processo eivado de conflitos entre as partes. Outros conflitos entre autoridades eclesiais e leigos surgiram nos lugares onde se localizavam os santuários de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, de Jardinópolis, em São Paulo, e no de Alto Paraguai, em Mato Grosso que foram mais pertinentes, em menor ou maior grau, sobretudo, nas festas do patrono.

De acordo com Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta estes conflitos se tornaram mais evidentes devido à aplicação da segunda deliberação tomada na 1ª Reunião do Episcopado Brasileiro, realizada em São Paulo, em 1890 que foi a de confiar totalmente a sacerdotes a direção espiritual desses devocionais de maneira a torná-los "centros de verdadeira fé católica" (1997, p.6). Como não bastassem as intervenções eclesiásticas, as restrições impostas pelo Estado português e pelo governo imperial enfraqueceram ainda mais

as irmandades. A primeira intervenção foi efetivada através do decreto Régio de D. João VI a Carta Régia nº 18, datada de 14 de janeiro de 1801, que proibia o sepultamento dentro das igrejas e capelas, por questões de higiene (REIS, 1991, p.274). A carta régia proibia os sepultamentos na igreja e ordenava ao governador da capitania que procurasse “de acordo com o bispo, fazer construir em sítio separado” das cidades “um ou mais cemitérios”.

A assinatura desse decreto estava relacionada ao contexto do século XVIII, denominado Século das Luzes, na França, onde predominava entre o meio científico as teses miasmáticas, isto é, as quais tratavam sobre a nocividade à saúde pública, da emanação dos vapores cadavéricos em ambientes fechados (SELINGARDI, 1999, p. 4).

De acordo com Luiz Alberto Sales Vieira (2002), esta medida higienista, contrariava profundamente os anseios da cristandade colonial, que, temente à morte “por não saber o que Deus fará” e desejando pôr as almas “no caminho da salvação”, buscava nos sepultamento em território sagrado um auxílio para se alcançar a vida eterna. Além disso, contrariava também a própria legislação eclesiástica¹⁶ que previa, para todos os cristãos, o direito de serem enterrados em local sagrado. Por outro lado, a legislação de 1801 seria a responsável pelo desencadeamento de inúmeros protestos populares em toda Colônia, retardando assim a implantação da lei.

Em decorrência disso “bem morrer” e o “sepultamento” que constituía para as irmandades brasileiras o enorme investimento material e espiritual, pois era a garantia que as irmandades proporcionavam aos seus membros, por estas possuírem espaços para os enterramentos dentro das capelas ou no interior das igrejas, deixou de ser um dos atrativos para o ingresso nas irmandades provocando assim uma inquietação entre os irmanados.

Com este decreto Régio as irmandades se viram as voltas para comprar terrenos para construir seus cemitérios para manter a sua maior fonte de renda. Muitas delas por não poderem cumprir com o capítulo de seus compromissos a respeito da ajuda no “bem morrer”, nos sufrágios e sepultamento de seus irmãos, perderam seus membros que aos poucos foram distanciando das confrarias. Entretanto, algumas irmandades continuaram a prática dos sepultamentos no interior de suas igrejas que havia lhes garantido prestígio durante o século XVIII enquanto construía seus cemitérios próximos as igrejas.

¹⁶ “... que nenhuma pessoa de qualquer estado, condição, e qualidade que seja, enterre ou mande enterrar fora do sagrado defunto algum, sendo cristão batizado, ao qual conforme a direito se deve dar sepultura eclesiástica, não se verificando nele algum impedimento [...] pelo qual se deve negar...”. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Typographia. 2 de Dezembro, 1853, p. 295 -296.

Segundo João José Reis, a prática deste decreto só veio a se concretizar em 1828, com a criação da Lei de Estruturação dos Municípios¹⁷, que permitiu a política imperial, ganhar uma orientação nacional, embora já se iniciasse o processo de emancipação do Brasil do domínio de Portugal, e da transição colônia/império, mediante a ideologia liberal que ganhava espaço na política brasileira nas décadas que se seguiram à independência (2012, p. 274).

Como o liberalismo propunha a erradicação daquilo que era considerado um atraso, uma barbárie no interior da sociedade a Lei Imperial de Estruturação dos Municípios, que criou as Câmaras Municipais compartilhava assim das ideias liberais, pois, a estrutura, funcionamento, eleições, funções e outras matérias passariam para a responsabilidade das Câmaras Municipais, ou seja, propunha-se, com isso, a civilização dos centros urbanos, estando nesse propósito civilizatório à construção de cemitérios que viessem a substituir os enterramentos realizados nas igrejas. (SELINGARDI, 1999, p.50). Esta Lei Imperial reforçou o decreto de 1801, embora provocasse manifestações contrárias por parte do clero e de algumas irmandades, mas que com o passar do tempo tanto a Igreja como as Irmandades tiveram que se adaptarem as novas regras.

Na década de 1830 há um novo olhar sobre a morte descrita como “visão médica”, que ganha adeptos por todo o Brasil e os médicos do império passam a ver os enterros nas igrejas por uma ótica radicalmente diferente da que até então eram consideradas pelo povo como certas e sagradas. Surgiam as ideias sanitaristas propagadas por médicos, advindos de academias francesas, portuguesas, do Rio de Janeiro e da Bahia, que não viam com bons olhos os ditos enterramentos no interior das igrejas, pois acreditavam que os cadáveres em decomposição produziam gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. Assim:

Os mortos representavam um sério problema de saúde pública. Os velórios, os cortejos fúnebres e outros usos funerários seriam focos de doenças, só mantidos pela resistência de uma mentalidade atrasada e supersticiosa que não combinava com os ideais da nação que se formava (REIS, 2012, p. 247).

Na verdade com o espírito cada vez mais “científico” que se desenvolvia o cemitério despontava como uma das soluções para resolver o problema das epidemias que se alastravam

¹⁷ Somente após a promulgação da Lei Imperial de estruturação dos municípios, em 1828, pode-se começar a vislumbrar uma política mais concreta contra os enterramentos nas igrejas, pois de acordo com essa lei, toda a “estrutura, funcionamento, eleições, funções e outras matérias” passariam para a responsabilidade das Câmaras Municipais, ou seja, propunha-se, com isso, a civilização dos centros urbanos, estando nesse propósito civilizatório à construção de cemitérios que viessem a substituir os enterramentos realizados nas igrejas.

nos centros urbanos, especialmente a partir do século XIX. Neste contexto, no ano de 1829 cria-se a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ) que se torna em 1835, a Academia Imperial de Medicina, cuja maior função era discutir e divulgar em nível nacional as ideias higienista, promovendo palestras e relatórios. Também foi criado o Diário da Saúde que publicava artigos de médicos franceses e brasileiros esclarecendo a população sobre as epidemias causadas pelos miasmas. Acreditava-se, de acordo com os conhecimentos científicos da época, que emanações provenientes dos mortos enterrados no interior das igrejas provocavam doenças que se espalhavam pelas localidades. Assim, médicos como Dr. Eufrásio Pantaleão Néri atribuía que as grandes epidemias do século XIX foram provocadas pelo “envenenamento miasmático” (REIS, 2012, p. 253).

Contudo, a tradição dos sepultamentos nas igrejas, fortemente enraizada na população, não desaparece subitamente em decorrência de decretos administrativos e a população apresenta sinais de insubmissão às determinações. Assim o cemitério passa a representar um importante catalisador das manifestações populares contra a lei de 1828, apresentando-se como um primeiro ponto negativo ao estabelecimento das medidas de higiene.

Vale ressaltar o movimento popular conhecido por “Cemiterada” ocorrido em 1836 em Salvador, que foi uma revolta motivada pela oposição a lei municipal que concedeu o monopólio dos enterramentos no cemitério do Campo Santo a uma companhia particular.

João José Reis a esse respeito comenta que a

Cemiterada produziu seu manifesto geral, um documento que revela um movimento mais amplo, de uma população que recusou deixar que uma companhia privada gerisse um aspecto tão importante de sua visão de mundo (1997, p. 24).

A saber, este mesmo autor, evidencia que nesse ponto a oposição não se restringiu às irmandades, embora oito delas e uma igreja conventual¹⁸ elaboraram manifestos, abaixo assinados e representações ao Legislativo ou ao Judiciário apresentando argumentos políticos, jurídicos, religiosos e econômicos contra a construção do cemitério do Campo Santo, fora da cidade e ao privilégio de monopólio concedido aos empresários. O fato ocorrido em Salvador repercutiu dando origem a impasses semelhantes, porém de menor intensidade no Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo.

¹⁸ Irmandades: do Santíssimo Sacramento, da Rua do Passo, Santíssimo Sacramento do Pilar, Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios (negros), Irmandade dos Pardos do Boqueirão, ordens terceiras do Carmo, de São Francisco e de São Domingos.

Para Reis (1997), a morte continuou a ser tratada de maneira diferente, pois quando uma pessoa morria, a cidade toda vivia esse momento, compartilhava a dor da família e de todo o ritual, apesar dos conflitos desencadeados pela não aceitação do cumprimento da lei imperial até meados dos oitocentos. Dentro deste contexto, a familiaridade entre vivos e mortos, se expressava nos sepultamentos no interior ou em torno das igrejas. Este costume essencialmente cristão - sepultar em território sagrado - representava uma das condições fundamentais para se alcançar a salvação o que favoreceu a resistência por parte da população contra as mudanças nos costumes relacionados aos funerais.

Em particular, no Rio de Janeiro, somente com o impacto da epidemia de febre amarela que atingiu a cidade, entre 1849 e 1850, deu início a sua ação transformadora sobre os costumes funerários e as atitudes da população diante da morte e dos mortos. Segundo Cláudia Rodrigues (1999) a epidemia, com seu alto índice de mortalidade, foi o elemento catalisador do discurso médico que há tempo advogava o afastamento dos mortos e de suas sepulturas do interior das igrejas em prol da prevenção de doenças, em nome da salubridade pública e somente com a vigência do surto epidêmico que entrou em vigor a legislação imperial que determinava a proibição dos sepultamentos eclesiásticos na Corte e o estabelecimento de cemitérios públicos afastados do centro urbano. Assim a epidemia de febre amarela contribuiu para o assombro das elites e das autoridades provocando a tomada de decisões, visto que as igrejas do Rio de Janeiro foram, até 1850, o local de residência dos mortos. Ao dizimar um grande número de vidas e ao amedrontar outras tantas, a epidemia foi utilizada por médicos e autoridades imperiais como justificativa para a implantação de medidas que há muito vinha sendo preconizadas por eles.

Além das epidemias Dr. José Maria de Noronha Feital, membro da Academia de Medicina da época, advoga contra os excessivos dobres dos sinos, o aparato processional do viático com os últimos sacramentos ao moribundo e os enterros com grande pompa, pois eram causas que induziam o doente a pensar na moléstia e na morte, não devendo, por isso, serem permitidos. Para Reis (1991) tais comportamentos eram considerados inadequados diante dos mortos e a “vigilância auditiva”, tornara-se lema da campanha médica no combate ao que eles chamavam de maus costumes, presentes na mentalidade funerária da população.

Da mesma forma, o médico Dr. Cláudio Luís da Costa, além das considerações médicas direcionadas aos funerais e sepultamentos com adjetivação negativa sobre o cheiro cadavérico, preconizava que a morte além de inodora deveria ser silenciosa. Para esclarecer o que parece estranho ou incompreensível, com relação “a morte ser silenciosa”, João José Reis relata que em julho de 1830 a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro deu o alerta contra “a

bulha excessiva dos sinos, que perturbavam o repouso público, e que era um martírio para os doentes”. Em 1833 os estudos do médico Dr. Cláudio comprovaram que as doenças nervosas se agravavam “pela impressão de sons perturbadores” e que os reiterados dobres dos sinos que anunciavam a morte sustentavam o desespero, tristeza, “mais próprios a fazer praguejar, que carpir a memória dos finados” (2012, p.264-265). Portanto, as irmandades não escaparam a este alerta, porque eram elas as responsáveis pelos dobres dos sinos nos funerais.

Em conformidade com os estudos de Dr. Cláudio outros trabalhos do gênero foram divulgados pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, como o de Dr. Soares Meireles que em 1834 propôs a proibição do “uso bárbaro e prejudicial”, “legado do fanatismo e da superstição”, dos dobres dos sinos, “ideia terrível”, cujos sinais despertavam nos ouvintes “agravamento de moléstias e à própria morte” (REIS, 2012, p. 265).

Movido por estas argumentações Dr. Soares Meireles, solicitou no mesmo ano que se encaminhasse ao imperador suas conclusões sobre o contágio através dos miasmas, e o pedido da proibição definitiva do costume dos dobres de sinos a bem da humanidade e da religião, pois segundo suas palavras à morte “não precisa, para ser honrada e venerada, que se sacrifiquem os vivos pelos defuntos¹⁹.”

Outra ação com relação os dobres dos sinos aconteceu, em 1835 na Bahia, quando o vereador baiano Luiz Gonzaga Pau-Brasil teria feito um discurso na Câmara Municipal propondo a seus pares a aprovação de uma postura que proibisse “a prática abusiva dos repetidos dobres de sinos por ocasião do falecimento, ou funeral de qualquer indivíduo” (REIS, 2012, p. 286). Entretanto, só em 1844, tal postura foi aprovada sob o número 123, e mandava que nenhum repique durasse mais de cinco minutos e os fúnebres obedecessem às ordens sinodais, ainda previa-se uma multa de 30 mil réis, que devia ser paga pelo sineiro, irmandade ou comunidade religiosa, e oito dias de cadeia para o tocador de sinos e o dobro da pena na reincidência. No que se refere a Minas Gerais neste período, não encontrei lei municipal que proibisse os toques de sinos, embora nos dias atuais, esta regulamentação seja feita no âmbito nacional através da Constituição Federal nos seus artigos 24 e 30 e, demais leis federais, a nível estadual pela Lei Nº 7302 de 21/07/1978 que dispõe sobre a proteção contra a poluição sonora no Estado de Minas Gerais e suas alterações e pelas leis de cada município brasileiro.

Após analisadas as intervenções realizadas pelo Estado português e pelo governo Imperial junto às atividades prestadas pelas irmandades através de suas leis, são possíveis

¹⁹ “Discurso... sobre os danos que causão os dobres” p. 7-15 (apud REIS 2012, p. 265).

reconhecer que elas favoreceram dia a dia para que essas associações se tornassem menos autônomas nas suas decisões; e menos importantes para seus filiados, no que diz respeito aos privilégios a eles prestados, causando assim o afastamento dos mesmos.

Discutimos neste ponto sobre as principais ações moralizadoras direcionadas as igrejas, capelas e irmandades em São Paulo, embora seja importante ressaltar que a organização da vida eclesiástica nesta província caminhou a passos lentos porque a maioria dos padres vivia ocupada com a sua sobrevivência, com suas terras, com a sua escravaria e também com os ataques indígenas. A ação dos bispos reformadores no Brasil passava pela promoção da reforma do clero e, pela reforma das práticas religiosas da população na colônia e não foi diferente em São Paulo. Contudo este bispado foi marcado pelas inúmeras vacâncias o que favoreceu aos padres uma postura diferenciada da diocese de Minas Gerais. Em São Paulo as irmandades também ocuparam lugar de grande importância como instrumento de evangelização, pois supria em diversas ocasiões o papel evangelizador que cabia ao clero.

Riolando Azzi aponta que a administração exercida pelo rei resultou na escassez dos bispos, nas longas vacâncias das dioceses e na dependência dos prelados ao poder real, acarretando também um número pequeno de dioceses que não chegaram a corresponder às exigências do grande território da colônia (1977, p. 172).

Os períodos de vacância permitiram também as ordens arbitrárias das autoridades civis contra a igreja e a irmandades nela constituída. Como exemplo citamos entre os bispados de Dom Antônio de Melo e Dom Sebastião Pinto do Rego ocorreu à desapropriação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, das casas da Irmandade localizadas no entorno da igreja e o seu cemitério e no período de vacância entre os bispados de Dom Sebastião Pinto do Rego e Dom Lino Deotado Rodrigues de Carvalho ocorreu à retirada do chafariz localizado próximo a Igreja de Nossa Senhora do Rosário que servia a população negra da região. Estas ações provocaram conflitos internos na irmandade bem como conflitos entre os irmãos e as autoridades civis e eclesiásticas que ao longo deste estudo serão abordados.

Então, para discorrer sobre as ações ultramontanas na Província de São Paulo, os estudos de Augustin Wernet (1985) sobre a “Igreja paulista no século XVIII” foram fundamentais para selecionarmos a administração de D. Antônio Joaquim de Melo e a administração de D. Lino Deotato Rodrigues de Carvalho, visto que este autor delimita os anos de 1851 a 1906 como o período de início do ultramontanismo em São Paulo pelo fato de ter sido este o momento em que o clero iluminista nesta província fora definitivamente substituído.

A saber, D. Antônio Joaquim de Melo para administrar o bispado contou com o apoio dos padres do Patrocínio, afastou-se da política local e priorizou as ações pastorais em sintonia com Roma e, para reformar o clero contou com o apoio dos padres Capuchinhos. Na sua obra reformadora destacaram-se muitas iniciativas e realizações indicadoras dos novos rumos do catolicismo paulista. Para formar um clero mais ilustrado e moralizado, fundou no ano de 1856 o Seminário Episcopal de São Paulo, o primeiro na Província que seguia as normas do Concílio de Trento. Em seus nove anos de exercício foram mais de 45 meses dedicados às visitas pastorais percorrendo quase toda a Província de São Paulo e parte do Sul de Minas Gerais.

Augustin Wernet (1985) explicita que mesmo sendo a meta primordial da gestão episcopal de D. Antônio a reforma do clero paulista no sentido de uma maior “moralização e ilustração” não se perceberam de imediato suas consequências, porém ele deu o início ao processo de suplantação do “catolicismo iluminista” pelo “catolicismo ultramontano”. No trecho abaixo temos suas considerações:

Obviamente esta substituição não de deu de um dia para outro! O “catolicismo iluminista”, ou “pombalino” como também é chamado, entrou a partir da atuação de D. Antônio Joaquim de Melo numa fase de definhamento, e ao mesmo tempo, aumentou continuamente a influência do “catolicismo ultramontano” (1985. p. 2).

Neste contexto, a missão de moralizar o clero não fora atingida por D. Antônio mesmo agindo com austeridade na condução do clero paulista. Pode-se comprovar no Anexo A, seu rigor com a reforma acerca da moralização do clero através da Carta pastoral de 22 de agosto de 1852, que estabelecia a partir de regras específicas e bem detalhadas, o que deveriam seguir os representantes da Igreja paulista²⁰. A carta pastoral se encontra dividida em seis partes: Vestuário Público, Espetáculos, Atos que desmoralizam o clero, Reverência ao Santo Sacrifício, Caça e Comércio. Dessa forma, D. Antônio Joaquim de Melo procurou aumentar o poder e a autoridade do bispo sobre o clero criando regras a serem obedecidas desde a maneira de se vestir até as ocupações civis de seus padres. Outra atitude tomada por D. Antônio na tentativa de isolamento dos clérigos e na maior dependência da autoridade episcopal foi a restrição do uso “de altar portátil” e também a ação com maior rigor na licença para celebração de missa em “oratório doméstico” (WERNET, 1987). Além disso, em 1859

²⁰ Estas ações também foram estabelecidas para moralizar o clero por Dom Viçoso na província de Minas Gerais.

publicou o seu catecismo, que devia ser dotado obrigatoriamente em todas as vilas, freguesias e cidades da diocese, em substituição dos muitos catecismos em uso, sendo a maioria deles de orientação regalista e jansenista (NETO, 2006, p.68).

Augustin Wernet chama a atenção para a existência de quarenta e seis confrarias somente na comarca eclesiástica da cidade de São Paulo, em meados do século XIX, destacando-se numericamente as do Santíssimo Sacramento, 11 confrarias e as de Nossa Senhora do Rosário, 12 irmandades sendo entre elas duas para homens brancos e três para homens pretos e, aponta que os conflitos com as organizações leigas do catolicismo tradicional, as irmandades e confrarias, eram uma constante nas visitas pastorais de D. Antônio. Os motivos para os conflitos na sua maioria relacionavam-se as irmandades estarem atuando sem os seus compromissos aprovados, a não aceitação pelas Mesas Administrativas da orientação do bispo e, a proibição das festas noturnas e dos enterros depois do pôr-do-sol²¹. Apesar das divergências com as irmandades e confrarias o maior núcleo de resistência à pessoa e a obra reformadora de D. Antônio, não estava nas vilas do interior, mas sim, na cidade de São Paulo, formado pelo “clero ilustrado paulistano” que se organizara como um bloco de oposição, mesmo convictos da necessidade de uma reforma do clero.

Após o falecimento de D. Antônio, analisando a gestão dos seus sucessores verifica-se que o processo de reforma caminhou de modo lento e acidentado, e somente a partir de 1873 se estabilizou, confirmando o pensamento de Wernet. De acordo com Wernet (1987) isto aconteceu porque a obra de D. Antônio sofreu um revés no período de seu sucessor D. Sebastião Pinto do Rego (1863-1868) devido ao seu procedimento e atitudes mostrando claramente sua afinidade para com o “catolicismo iluminista” e a reforma do clero e a orientação ultramontana não foram consideradas como necessidades primordiais. Dessa forma a administração de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho dá prosseguimento ao processo de reforma iniciado por D. Antônio Joaquim de Melo, após o período de cinco anos de vacância.

D. Lino Deodato foi o último bispo indicado pelo imperador, porque durante a sua gestão foi proclamada a República do Brasil, havendo a conseqüente separação entre Igreja e Estado. Sua administração se deu no período compreendido entre os anos de 1871 a 1894²² e enfrentou vários desafios, sendo um deles, trazer de volta seus padres e alinhá-los as reformas eclesiais (NETO, 2006).

²¹ Cf. Cúria Metropolitana – Documentos Interessantes. Estante 15, Gaveta 79, n. 52 (Doc. de 10-10-1852) apud WERNET, Augustin. A Igreja Paulista no Século XIX, 1987, p. 143.

²² A entrada oficial de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho na diocese foi no ano de 1873, por isso considerado o período de vacância de cinco anos.

Todavia, é importante perceber que apesar das dificuldades encontradas D. Lino fundou o Jornal “Pátria” e patrocinou o jornal “O Monithor Católico”, substituiu os padres capuchinhos de Saboia pelo clero secular paulista na direção do Seminário Episcopal de São Paulo no ano de 1877 e exigiu que os párocos residissem em suas paróquias. Além disso, sediou em São Paulo no ano de 1890 a Conferência do Episcopado brasileiro e em 28 de novembro de 1893, D. Lino criou a paróquia de Aparecida e concedeu à sua matriz o título de Santuário.

A saber, até 1892 a diocese de São Paulo abrangia os territórios dos estados atuais do Paraná, Santa Catarina e sul de Minas Gerais, contudo no mesmo ano foram criadas as dioceses do Paraná e Santa Catarina. Apesar da perda de extensão territorial seu trabalho foi marcado por dissonâncias no âmbito da diocese e da província, porém, sua administração se destacou entre as dos demais bispos porque enfatizou a necessidade do fortalecimento da instituição católica como poder espiritual. Esta atitude provocou um grande choque para os paulistanos enraizados no catolicismo luso-brasileiro, pois teriam que rever todas suas práticas religiosas. Em outras palavras, a Igreja deslegitimava as atitudes dos católicos de tradição familiar, cuja crença se baseava na proteção divina tanto com relação aos problemas particulares. Como exemplo, citamos os de precariedade, onde os santos eram invocados para solucionar os casos relacionados às intemperes climáticas como: as enchentes, as secas prolongadas, as pragas das lavouras e também para salvar a população das epidemias. Em contrapartida, a Igreja se implantava com o movimento reformista, de cunho ultramontano e romanizante e, a fé católica passava a ser vista como um instrumento de aprimoramento moral das pessoas, por meio da fidelidade aos princípios provenientes da Santa Sé, transmitidos pelos clérigos (AZZI, 1992, p. 406).

Outro instrumento de reforma ultramontana utilizado por D. Lino foi à introdução das festas solenes de primeira comunhão e a propagação da devoção do Sagrado Coração de Jesus que em São Paulo ganhou uma conotação maior devido à construção do templo do Sagrado Coração de Jesus que de acordo com sua solicitação teve o esplendor do templo de Montmartre, na França.

Assim, a concentração do poder religioso se voltou para o mundo clerical e os leigos passaram a ocupar uma posição mais subalterna e passiva. As antigas festas religiosas realizadas por iniciativa leiga, onde o padre apenas celebrava a missa e concedia a bênção solene, foram substituídas pouco a pouco, por festas ligadas às novas tradições. Obviamente sem estas festas tradicionais as irmandades foram perdendo suas funções religiosas e lentamente foram se extinguindo. Do mesmo modo, no campo das atividades filantrópicas

prestadas pelas irmandades foram sendo substituídas pelas Conferências Vicentinas²³, que passaram a ocupar o lugar das antigas irmandades da Misericórdia²⁴.

Também em São Paulo os leigos foram enquadrados nas novas estruturas eclesiais, ocorrendo às reformas dos estatutos de suas associações ou a substituição de associações religiosas para leigos, mas com total controle do clero. Sobre estas novas associações religiosas esclarece Augustin Wernet que as novas associações dependiam muito do vigário ou da autoridade episcopal, sendo as primeiras fundadas em São Paulo foram o Apostolado da Oração, as Conferências de São Vicente de Paulo e a Pia União das Filhas de Maria²⁵ (1987, p.19).

Não se pode negar que a nova proposta da Igreja provocou um abalo nas antigas estruturas das crenças e das tradições paulistanas. Então procurando reafirmar a posição do clero na sociedade paulista este se alia a burguesia agrária, os barões do café. Assim, a partir da chegada de congregações europeias masculinas e femininas no final do século XIX e início do século XX. O novo catolicismo se consolida em São Paulo, com a criação de colégios onde se oferecia uma educação de modelo europeu, do qual os filhos desta burguesia foram os primeiros alunos. Segundo Wernet (1987) uma grande parte da população católica da cidade de São Paulo resistiu abertamente ou não, às inovações propostas. A maioria do povo simples ignorou o catolicismo reformado, mantendo viva a religiosidade do catolicismo popular. Mas, as irmandades sendo consideradas difusoras das práticas religiosas condenadas pelos bispos reformadores, ofereceram, portanto, resistência às ações da reforma.

Para Anderson de Oliveira, as irmandades não assumiram deliberadamente uma postura anticlerical, porque estas associações desconheciam a linguagem utilizada pela reforma católica e a subordinação pretendida pela Igreja não fazia parte de seus hábitos. Sendo assim, sempre que podiam escapavam da autoridade clerical e continuavam realizando

²³A Sociedade de São Vicente de Paulo ou Conferências vicentinas é uma organização católica de âmbito internacional, composta exclusivamente por leigos, fundada em Paris, dia 23 de abril de 1833, por Antônio Frederico Ozanam e seus companheiros. Os seus membros são chamados confrades e consocias, ou simplesmente vicentinos. No Brasil a data em que se considera a implantação oficial da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil é 16.11.1872, data da agregação da Conferência São José do Rio de Janeiro. Disponível em <http://ssvpcmsjc.org.br/site/?p=4> Acesso em 14/03/2013.

²⁴ Cf. AZZI, Riolando. Elementos para a História do catolicismo popular; Catolicismo popular e a romanização do catolicismo brasileiro; As Filhas da Caridade e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX.

²⁵ A “Pia União das Filhas de Maria sob o patrocínio da Virgem Imaculada e de Santa Inez Virgem e Mártir” não teve suas origens no Brasil. Este modelo de confraria religiosa direcionada ao apostolado leigo foi criado em Roma, na Basílica de Santa Inês, extramuros, em 30 de setembro de 1864, pelo cônego regular Alberto Passéri. Esta Pia União de Roma foi submetida à apreciação do papa Pio IX e, depois de aprovada, foi elevada à Primária, o que significa que todas as outras Pias Uniões das Filhas de Maria que viessem a surgir ao redor do mundo deveriam estar subordinadas a ela. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009. (“Simples na malícia e prudentes nas boas obras”): a Pia União das Filhas de Maria em Limoeiro – CE (1915-1945), artigo de Maria Lucélia de Andrade.

suas promessas, novenas, festas, romarias e procissões (1995, p.151). Segundo este autor embora as irmandades de São Paulo tenham sido introduzidas pelos jesuítas isso não diminuiu o conflito entre seus irmãos principalmente com relação ao controle que mantinham sobre os seus templos, questão séria, pois foram eles os construtores de suas igrejas e de forma alguma estavam dispostas a abrir mão de suas prerrogativas. Dentro deste contexto encontramos como a primeira igreja construída em São Paulo a Capela dos Jesuítas, onde foram fundadas duas irmandades consideradas as mais tradicionais das vilas e cidades coloniais a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Irmandade da Misericórdia.

Através de consulta a jornais é possível constatar a importância das irmandades não só na cidade de São Paulo, pois o Estado, por questões financeiras ou por comodidade, muitas vezes instalou paróquias em igrejas de irmandades ou delegou as mesmas, autorização para construção de lugares públicos de cultos (Oliveira, 1995,151). As irmandades eram responsáveis pela realização das festas religiosas e neste ponto o anúncio no jornal “Correio Paulistano” de 02/10/1904, página 2, ilustra este fato, pois comunica a festa da padroeira da Santa Casa de Misericórdia na cidade de São Paulo realizada por sua irmandade.

Festa na Santa Casa

Realiza-se manhã a festa da padroeira da irmandade da Santa Casa de Misericórdia, constando de missa cantada às 09 horas, na capela do hospital. O Hospital será franqueado ao público de 1 às 4 da tarde.²⁶

Mesmo com o passar do tempo os jornais continuavam a publicar reportagens mantendo a sociedade paulistana informada sobre as atividades das irmandades como o exemplo abaixo noticiado no jornal “A gazeta”, de 4 de abril de 1938 sobre a introdução de uma nova devoção popular na igreja de Nossa Senhora do Rosário do Paissandu. Está nova devoção a ser introduzida concretiza uma das ações do catolicismo ultramontano.

Realizou-se ontem com grande solenidade a cerimônia da bênção da imagem de Santa Edviges²⁷, a meiga e caridosa soberana medieval da Polônia e da Silésia. É a primeira efígie da santa assim exposta à veneração pública em São Paulo, Benta à Rua Dom José de Barros 187, a imagem foi processionalmente trasladada, com grande acompanhamento, para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, à Praça Paissandu, onde permanecerá. Os atos

²⁶ Cf. SANTOS, Maria da Conceição. Festa de Preto na São Paulo Antiga: um exemplo de resiliência na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1887-1907). 2006. p. 97.

²⁷ A imagem foi benta pelo capelão da Irmandade, padre Dr. Arnaldo de Souza Pereira que era na época professor do Seminário Episcopal de São Paulo, doutor em exegese pelo Colégio Pio Latino Americano de Roma criado pelo papa Pio IX.

foram paraninfados pelo nosso diretor, Dr. Cásper Líbero e d. Filisbina de Toledo, representados pelo padre J.B. de Carvalho e senhorita Maria da Glória de Almeida Ferreira (AMARAL, 1991. 56).

Evidenciamos também a ação do catolicismo ultramontano no que se refere à dissolução da Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão, que foi instituída em quatro de novembro de 1758, por provisão do bispo D. Frei Antônio da Madre de Deus Galvão. A irmandade foi erigida com personalidade e funções distintas, mas por não ter igreja própria, realizava o seu culto na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Em 13 de fevereiro de 1801, por provisão do príncipe regente, D. João, a Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão foi transferida para a sua própria capela, na freguesia de Santa Efigênia. Contudo, em 10 de maio de 1890, a Irmandade de Santa Efigênia e Santo Elesbão foi dissolvida por sentença do padre Dr. Adelino Jorge Monteiro, visitador das Irmandades da capital e Vigário geral do bispado. Os motivos para a dissolução foram fundamentados na grande luta entre a irmandade e o cônego honorário D. José de Camargo Barros, então vigário de Santa Efigênia.

Outra estratégia ultramontana foi à transferência da administração das irmandades das mãos dos leigos para o clero. De acordo com Quintão, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Paissandu não ficou fora deste contexto e, no ano de 1870 recebeu ordem do Juiz de Capelas, que em provisão determinou que fosse elaborado um novo compromisso em substituição ao de 1810 (2009 p. 63-64). Vários foram os conflitos que envolveram a elaboração deste novo estatuto, desde as discussões de quem tinha autoridade para elaborar e aprovar o novo compromisso até as modificações que levaram os negros a perder a administração da sua própria Irmandade. Diante da polêmica instalada na irmandade a Mesa Administrativa se demite no dia 22 de novembro de 1870 e em dezembro do mesmo ano é convocada uma grande assembleia com a presença de todos os irmãos, para eleger a nova mesa que teria por direito aprovar o novo compromisso (QUINTÃO, 2009, p. 64). Dessa forma o novo compromisso foi aprovado no ano de 1871 com ressalvas que sutilmente foram excluindo os negros dos cargos mais importantes, dos postos de decisão. Tomar-se-á para efeito de comparação as emendas realizadas no compromisso de 1870 tendo como base o compromisso de 1810 no Capítulo II – Da Mesa Administrativa no seu Artigo 4º:

Art. 4º- “A Mesa será composta de um Presidente, um Secretário, um Procurador e um Tesoureiro e mais vinte e quatro membros que serão eleitos dentre os irmãos e irmãs que mais se distinguirem pelo seu zelo e devoção ao serviço, e prosperidade da Irmandade”.

Observação: O cargo de Presidente só será ocupado por irmão de cor preta.

Em seguida a alteração:

Capítulo II - Mesa Administrativa (1870)

Artigo quarto. A Meza administrativa será composta de um Presidente, um Secretário, um Procurador, um Thezoureiro e mais vinte e quatro Membros que com a denominação de Irmãos e Irmãs que mais se distinguirem pelo zelo e devoção ao serviço e prosperidade da Irmandade.

Observa-se assim, que ao cumprir a ordem do Juiz de Capelas elaborando outro compromisso, a irmandade do Rosário passou por um processo de descaracterização, na medida em que, pelas disposições do novo compromisso, não se garantia aos negros a administração de sua própria irmandade. Outras disposições de igual teor como a nomeação de Rei e Rainha que deveriam ser escolhidos dentre os irmãos de cor preta também foram excluídas. No Anexo B tem-se a íntegra do compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário elaborado em 1870, onde comprovamos que a manutenção das tradições de origens africanas foi excluída, gerando conflitos entre a irmandade com as novas orientações do catolicismo ultramontano romano e puramente europeu.

É visível que na irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu não havia pleno entendimento entre seus pares e por muitas vezes também com as autoridades eclesiásticas, desenvolvendo assim um clima de ameaças e de intranquilidade. Tanto é assim, que o chamado “Caso da Sacristia” deixa claro o desentendimento entre os irmãos e a Mesa Administrativa que somente chegou ao fim com a interdição da igreja do Rosário pelo vigário capitular do bispado da época o padre Ezequias Galvão de Bueno da Fontoura (AMARAL, 1991, p. 88-89). Este desentendimento ocorreu no ano de 1898 devido ao arrendamento da Sacristia da Igreja do Rosário ao senhor João Alves Metzner após votação da Mesa Administrativa. Na ocasião tal proposta foi vencida por seis votos a favor porque três irmãos não concordaram com o contrato de arrendamento. Este contrato determinou uma das mais sérias crises na irmandade além de cobrir de vergonha a coletividade. Interesses particulares geraram um escândalo na cidade e o desespero dos irmãos que foram privados da sua igreja e das suas funções piedosas. O então Juiz Provedor Tito Cesário da Silva não convocando e presidindo mais a Mesa para solucionar o problema criado foi substituído pelo

irmão-Secretário de acordo com o compromisso da irmandade. O trecho abaixo esclarece o ocorrido e deixa clara a intervenção da Igreja na administração dos irmãos do Rosário.

É que, tendo alugado a sacristia, o que representava uma profanação do lugar expressamente destinado ao serviço do culto religioso, católico, inflingira a Irmandade um dispositivo da lei canônica, determinando a sanção, constante de portaria de 19 de julho de 1878, “pela qual a igreja interditada, por ter a Irmandade, sem a devida licença do Ordinário da Diocese, procurado alienar parte da igreja (sacristia), fica a mesma Irmandade privada de celebrar ahi qualquer ato religioso”, portaria esta assinada pelo vigário capitular do bispado na época (AMARAL, 1991, p.89).

Para a revogação da interdição da Igreja do Rosário a irmandade contratou o advogado Dr. Pedro Lessa para representá-la legalmente. A Mesa destituída entrara com ação junto ao Tribunal de Justiça pedindo a manutenção do contrato de arrendamento da sacristia e o direito de posse de seus integrantes. A irmandade saiu vitoriosa no dia 17 de dezembro de 1898 por despacho do Tribunal. O novo juiz aclamado Silvestre João da Silveira acompanhado dos irmãos Secretário Luiz de Andrade Vasconcellos, Gabriel Rebouças e Scipião Bueno; foram ao encontro do bispo diocesano D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, que em conferência suspendeu a Interdição da Igreja, ficando combinado que no dia 22 de dezembro 1898 começariam as novenas solenes de Nossa Senhora do Rosário e as demais atividades religiosas (1991, p. 102-103).

Contudo, devemos considerar que apesar de tantos dessabores a maioria dos sacerdotes que assumiram o cargo de capelão da irmandade desempenhou devotamente a função de guia espiritual e percebemos que a irmandade em parceria com os capelães adaptaram as práticas do catolicismo tradicional com as práticas do catolicismo ultramontano. Estas práticas envolviam as próprias da liturgia ou do desenvolvimento espiritual ou das recomendações do ritual católico, através de devoções, ensinamentos, a *escuela cantorum* etc. Como exemplo desta relação tem-se que:

Padre Carlos Maria, que foi professor de Liturgia e Cantochão²⁸ no Seminário Episcopal, costumava dar, na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, às quintas-feiras pela manhã, explicações do catecismo do bispo D. Antônio de Melo, aos alunos e alunas das diversas escolas públicas e particulares, que, acompanhadas de seus mestres, compareciam, naquele dia, à referida

²⁸ Cantochão: Canto tradicional da Igreja, também chamado canto gregoriano, por ter sido coordenado, completado e fixado por São Gregório, o Grande.

igreja (AMARAL, 1991, p. 51).

Apesar de diversas intervenções que ocorreram na irmandade do Rosário, do Paissandu da cidade de São Paulo, neste período caracterizado pela preocupação da Igreja em substituir os costumes do catolicismo tradicional, e intervenção e opressão, fez renascer nos irmãos o sentimento de coragem, de força e de determinação em negociar as possíveis adaptações às modificações propostas pelo catolicismo ultramontano tornando-a referência, enquanto espaço de luta da comunidade negra que se mantém até os dias de hoje. Por outro lado, os irmãos do Rosário na sua trajetória acidentada no âmbito da Igreja, assim como pelo Estado cuja pressão e perseguição ocorreram sobre os ditames do projeto urbanista a cidade de São Paulo, ao ponto de se tornarem invisíveis pela historiografia clássica, não perderam a esperança e se agarraram na sua religiosidade, na fé em Nossa Senhora do Rosário para prosseguirem contando a sua história.

1.3 A história do passado e do presente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia dos Homens Pretos do Alto da Cruz de Ouro Preto.

Para traçar o perfil da irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, é necessário passar pela Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, pois de acordo com as pesquisas de Ivo Porto de Menezes (1975) realizadas no Arquivo Histórico Mineiro, parte da documentação das confrarias erigidas nesta matriz se perdeu. Entre as irmandades estabelecidas nesta Matriz a do Rosário foi a que rapidamente saiu para construir capela própria e tão somente a irmandade da padroeira, Nossa Senhora da Conceição e a do Santíssimo Sacramento sobreviveram.

Segundo estudos de Adalgisa Arantes Campos (2000), na narrativa histórica da referida irmandade, o Rosário do arraial do Padre Faria, onde os irmãos se fixaram constituiu outro livro de compromisso, pois os estatutos originais estragaram-se pela ação do tempo, motivo pelo qual levou a irmandade solicitar ao Bispo uma nova provisão de ereção em 1733. Assim, Adalgisa infere que a irmandade de Nossa Senhora do Rosário do bairro Antônio Dias de Ouro Preto foi constituída legalmente em 1720, na Matriz de Nossa Senhora da Conceição daquela paróquia estabelecendo-se, portanto na capela de Padre Faria para em seguida edificar

sua igreja. Essa irmandade inicialmente era constituída por pretos e brancos, porém houve uma divisão interna que levou os negros a erigirem a Igreja do Rosário do Alto da Cruz, mais conhecida por Igreja de Santa Efigênia e os brancos continuaram na capela do Padre Faria.

Então, história desta irmandade foi marcada por uma história de conflito que ficou conhecido como a “guerra de alfaias²⁹” entre o Rosário dos brancos e o Rosário dos pretos e estava relacionada às alfaias, ao luxo, a ostentação de ouro e prata, a precedência nas procissões e o esplendor nas festas.

Eduardo Hornaert faz uma alerta ao afirmar que

Seria insuficiente ver nisso apenas uma competição entre duas raças, a branca e a preta. Na realidade tratava-se de um conflito acerca do sentido da cidade e Ouro Preto e da capitania de Minas Gerais. Uns consideravam as minas como sendo coloniais, portuguesas, a serviço da longínqua metrópole; outros as consideravam “gerais”, isto é: populares, independentes, autônomas (2008, p. 385).

Fritz Teixeira de Salles considera que os conflitos de uma corporação contra outra, assumiam caráter de inegável agressividade, com desfecho judiciário que duravam dezenas de anos e terminavam pelo extermínio da irmandade derrotada. O processo de lutas entre as irmandades segundo este autor teve início a partir de 1730 e 1735, coincidindo com o agravamento dos conflitos contra a política tributária da coroa. Assim:

Parece fora de dúvida que os primeiros atritos ocorreram nas irmandades do Rosário, que possuíam homens brancos em seu seio, assim como os contingentes de homens crioulos começam também a entrar em atritos, uns contra os outros, como a Mercês de Ouro Preto. Há cisão no seio da irmandade Rosário do Alto da Cruz, daí resultando o aparecimento de nova Rosário do Padre Faria, agora somente de homens brancos (SALLES, 2007, p.140).

A Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos, mais conhecida por Capela do Padre Faria³⁰, é uma das mais antigas e ricas capelas de Ouro Preto, construída por volta de

²⁹ Paramentos da igreja- Mini Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss. Ed 4, 2010, p.32. Objetiva, Rio de Janeiro.

³⁰ Padre João de Faria Fialho era o capelão da Expedição de Antonio Dias que fundou Ouro Preto em 1698. Deve-se ao Padre João de Faria a construção, nos primeiros anos do século XVIII, de uma ermida em honra de Nossa Senhora do Carmo, no arraial que posteriormente tomou o seu nome. A primitiva invocação da Capela do Padre Faria foi, portanto, a da Virgem do Carmo, que a partir de 1723 passou a pertencer à Irmandade de Nossa

1710 e decorada ricamente em 1740 pela irmandade dos brancos. A capela se destaca pela fachada externa simples e ambiente interno de extremo requinte. Os altares dourados, a decoração e pinturas da capela possuem detalhes em vermelho, de influência oriental, chamadas de “chinesices mineiras”³¹ que os jesuítas trouxeram de Macau.

Com relação à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos da Capela do Padre Faria, da qual Fritz se refere e que se desligara da irmandade do Alto da Cruz em 1733, não se manteve ativa por muito tempo. Hoje a imagem de Nossa Senhora do Rosário que pertencia à irmandade encontra-se em um oratório na sacristia da capela e a imagem da Virgem do Parto é que ocupa o seu lugar no altar-mor.



Foto 1: Altar-mor da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos primeira capela construída em Ouro Preto no bairro Antonio Dias, mais conhecida por Capela do Padre Faria. Arquivo da autora. 13/01/2013.

Senhora do Parto, constituída de pardos ou mamelucos. Por volta de 1740, a Capela do Padre Faria passou a abrigar também os irmãos brancos da Irmandade do Rosário, iniciando-se nessa época a total reconstrução da capela, no mesmo local da primitiva edificação. Livro de Belas Artes, Inscrição: 249. Data: 8-9-1939. Nº Processo: 0075-T-38, cujo: tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

³¹ São “as manifestações artísticas que apresentam forte influência oriental” (ROMEIRO, BOTELHO, 2003, p. 77), ficaram classicamente conhecidas como as “chinesices” do barroco mineiro. “Nas Minas, os chineses aparecem a partir do século XVIII e têm na pintura a sua principal expressão [...]”

Devido às obras de restauração na igreja de Santa Efigênia, as celebrações e festividades nela realizadas foram transferidas para a Capela do Padre Faria. Além desta capela no Alto da Cruz destaca-se a barroca igreja de Santa Efigênia cuja construção é apreciada pelos ricos detalhes. Esta igreja foi edificada e ornamentada com recursos financeiros dos devotos leigos, sem intervenção do clero regular e diocesano, o que contribuiu para a especificidade artística e iconográfica, resultando em um sincretismo religioso e intercâmbios culturais (CAMPOS, 2000, p.83). É conveniente a observação da edificação do templo e sua arquitetura enquanto resultado do encontro de culturas.



Foto 2: Igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz, Ouro Preto MG.
Arquivo da autora. Em 14/01/2013.

Na fachada estão os relógios de pedra considerados os mais antigos da cidade, o nicho com a escultura de Nossa Senhora do Rosário e o adro que também é um mirante, com vista para o bairro de Antônio Dias.

Ainda sobre a igreja:

No interior, a talha da capela-mor é obra de Francisco Xavier de Brito com supervisão técnica de Manoel Francisco Lisboa. Na pintura do forro da capela-mor estão as figuras de quatro doutores da Igreja, sendo um deles um papa negro. A imagem de Nossa Senhora do Rosário, em pedra-sabão, que está no nicho da portada, é atribuída a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Ainda encontram-se detalhes da presença da cultura negra, nas belas talhas em madeira, representando conchas e outros elementos³².

Possui um rico interior e na pintura do teto destaca-se o papa negro, com sua cruz papal e no lugar da “mitra” traz amarrado na cabeça um lenço vermelho. Moradores do Alto da Cruz e também irmãos do Rosário acreditam que a representação do papa negro seria o registro de homenagem a Chico Rei que muito fez pelos irmãos africanos na antiga Vila Rica. Segundo a tradição oral a igreja de Santa Efigênia foi edificada graças ao ouro da Mina da Encardideira, adquirida por Chico Rei.



Foto 3: Interior da igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz. No detalhe pintura do Papa Negro no teto da nave. Arquivo da Autora. Ouro Preto. 22/09/2013.

³² Guia Cultural Mariana-Passagem para Mariana-Ouro Preto. MG, 2006, p.64. Este guia foi elaborado pelo Programa de Educação Patrimonial do Trem da Vale.

A oralidade em Ouro Preto ganha importância central, pois é ela que conecta o passado ao presente que se revela como tempo imbricado, assim Chico Rei pertence ao passado, embora seja sempre exaltado no tempo presente. No decorrer dos próximos capítulos tornar-se-á compreensível o papel desempenhado por este personagem cuja oralidade popular atribui grande importância.

Para pesquisar as irmandades delimitadas como objeto de estudo, consideramos a particularidade religiosa de cada uma delas que apesar da similaridade administrativa encontrada se diferem com relação aos símbolos e aos meios de se relacionarem com o sagrado. Desta forma, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz é um fenômeno tipicamente urbano, que influenciou mudanças em seu meio geográfico a partir da necessidade de construir sua igreja para dar conta do fervor religioso, da variedade de devoção e dos vários seguimentos sociais existentes na região das minas.

Vale destacar que o compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e Santa Efigênia dos Homens Pretos, datado de 1733³³, registra como capelão o Padre Bernardo Madeira que recebeu provisão em 1754 e ocupou o cargo de capelão da Igreja do Rosário do Alto da Cruz durante o período de 1729 a 1756, portanto 27 anos de capelania. Assim, valendo-se desta provisão os irmãos reivindicaram o direito de promover atos religiosos sem a participação do vigário paroquial (BORGES, 2005). Essa irmandade possuía certa autonomia em suas ações e em todo o período em que o padre Bernardo esteve à sua frente, ela cresceu e se impôs no seu meio social. Como capelão padre Bernardo contratou carpinteiros para a reforma da Igreja, construiu torres e comprou sinos e foi durante sua gestão, no ano de 1733³⁴ que ocorreu um conflito entre os irmãos o que provocou a expulsão dos brancos da irmandade.

Contudo, a irmandade abrigava os devotos de Santa Efigênia e de São Benedito porque não tinham irmandades próprias, e o seu primeiro compromisso tem no registro o nome de Irmandade do Rosário, de São Benedito e Santa Efigênia dos Homens Pretos do Alto da Cruz. Segundo Célia Maia Borges, além da titulação do compromisso, havia uma Mesa que abrigava os juizes dos santos distintos, mas todas as doações ficavam a cargo da irmandade do Rosário (2005, p. 115). Esta maneira de agir permitiu que a irmandade conseguisse grandes somas com a prática das doações de joias pelos juizes e juizas de santos que não possuíam qualquer cargo ou responsabilidade na Mesa Administrativa. No ano de

³³ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e Santa Efigênia dos Homens Pretos do Alto da Cruz, período 1733 a 1788, códice nº123, rolo 058/0818-0846. Casa dos Contos, Ouro Preto, Minas Gerais.

³⁴ Ver no Anexo C a nova provisão da irmandade.

1783 a irmandade contava com 16 juizes e 16 juizas e eram festejados pela irmandade: Santa Efigênia, São Benedito e Santo Antônio de Catalagerona³⁵, conhecido também por Santo Antônio de Categeró e Santo Antônio do Noto, em dias consecutivos o que representava uma grande fonte de renda, pois uma semana antes da festa os irmãos arrecadavam esmolas e prendas.

Segundo o livro de receita da irmandade, consultado por Célia Borges durante sua pesquisa, verifica-se a compra de várias casas, que mais tarde foram arrendadas. No ano de 1740, a irmandade recebeu 24 oitavas de rendas imobiliárias. Seu compromisso já mencionava desde 1773 a cobrança de aluguel de casas no seu capítulo 10, onde se tratava da obrigação do provedor: “Terá cuidados na verificação das casas das Irmandades e de todas as que lhe pertencem em cobrar dos inquilinos os alugueis, (...) e tudo o que cobrar por qualquer via, ou título fará recolher ao cofre (...)”, (apud BORGES, 2005, p.98).

Portanto, essa associação tornou-se entre as irmandades de homens negros uma das mais poderosas, devido à admissão de irmãos em cada ano e por se destacar por seu elevado rendimento e, também recebia doações dos membros filiados que garantia o poder econômico para possuir imóveis em Vila Rica. De acordo com a ata de posse da nova diretoria, no ano de 1807, foi lavrado o seguinte relato que comprova a veracidade dos fatos acima mencionados:

Relação de objetos que foram sob a guarda do procurador ato de posse na Irmand^o de Santa Efigênia do Alto da Cruz para os anos de 1806 e 1807... uma casa estabelecida a rua São José nº 33 em Villa Rica...apólices credoras federais nºs 165634, 16535, 35658 com saldo em favor dessa Irmand^o de 2:376\$000 contos de réis, ilegível, quantia de 1:000\$000 contos de réis, e treis ilegível ditas federais de 2:960\$000 contos de réis, assina o juiz presidente dessa irmand^o aos vinte dias dos mês de fevereiro de 1807 do nascimento de nosso Senhor Jesuz Cristo.³⁶

Observa-se assim, que a irmandade também assumia o papel de instituição bancária.

³⁵ Santo Antônio de Categeró ou Antônio de Cartago nasceu na cidade de Barca, em Cíneraica na África e foi deportado para Sicília como prisioneiro, onde foi vendido a João Landavula, que fez de Antônio pastor de seus grandes rebanhos. Convivendo com os cristãos, pediu para ser batizado, não obstante seus pais serem maometanos. Ao ser batizado, recebeu o nome de Antônio. Era inimigo de vícios e do pecado, chegou ao grau das virtudes evangélicas; amava a Deus e ao próximo intensamente. Ajudava os pobres, tomava conta dos doentes, assistindo-os e aliviando suas dores, rezava, trabalhava e fazia penitências. Chorava o tempo passado fora do cristianismo e agradecia a liberdade obtida, aperfeiçoando-se na vida religiosa até chegar à santidade. Faleceu no dia 14 de março de 1549 em Noto, e ali foi enterrado na Igreja de Santa Maria de Jesus. No dia 13 de abril de 1599, 50 anos depois de sua morte, aberto o seu sepulcro, foi encontrado o seu santo corpo íntegro. E inúmeros foram os milagres que Deus operou por sua intercessão.

Disponível em: <http://preceserezas.blogspot.com.br/2009/10/vida-e-oracao-de-santo-antonio-de.html>

³⁶Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana-MG. Pasta 21- Ata da Irmandade de Santa Efigênia do Alto da Cruz – p. s/nº - 20/02/1807.

Com relação ao processo de eleição da Mesa Administrativa era semelhante ao das outras confrarias, apresentando previamente, listas tríplices para cada cargo a ser eleito pelos irmãos. De acordo com o compromisso registrado no ano de 1733, a partir desta data seria permitida a entrada de qualquer pessoa, porém, deveria ser católico romano para efeito de gozar dos privilégios e indulgências que cabia a Irmandade, mas não poderiam se intrometer em disposições e ações da dita Irmandade, exceto o tesoureiro, o escrivão e o Capelão que embora eleitos pela mesa, eram subordinados aos Irmãos Pretos.

Célia Borges (2005) aponta que a irmandade do Alto da Cruz não realizou o lançamento no seu livro de admissão sobre as origens dos irmãos de forma sistemática, o que impossibilita a identificação da origem do escravo - nação - que podia referir-se ao lugar de procedência ou a que grupo étnico pertencia.

Contudo, nas festividades organizadas por esta irmandade a participação dos irmãos era bastante expressiva, pois fabricavam velas e máscaras, enfeitavam os andores e a igreja, confeccionavam as comidas, tocavam nas festas, contratavam músicos, preparavam os fogos de artifícios, participavam das procissões carregando os andores e as tochas vestidos com suas opas. Divulgavam a oração do rosário, suas glórias e proteção e como era costume durante a festa de Nossa Senhora do Rosário distribuíam o rosário entre a população negra. Cabia a Irmandade a compra destes rosários e segundo registro feito no livro de despesas no ano de 1741 se confirma o “pagamento de 435 dúzias de rosários comprados no Rio de Janeiro³⁷”. Assim, por ser bem organizada foi uma das mais ricas congregando um grande número de irmãos. Além disso, a igreja era propriedade da irmandade e significava para a comunidade fraternal o lugar fundamental que garantia autonomia perante aos grupos dominantes. A igreja constituía-se num território para o encontro dos irmãos, onde eram possibilitadas as trocas de informações e de ressignificações culturais entre seus filiados.

Ao pesquisar sobre as intervenções da igreja e do estado Português, ocorridas nesta irmandade, evidenciamos que os dobres dos sinos para funerais que foram proibidos em outras províncias, em Ouro Preto as irmandades os mantiveram. Ainda hoje os dobres são utilizados para o anúncio de funerais como também para anunciar as diversas celebrações realizadas nas matrizes e capelas. No período dedicado ao trabalho de campo, não presenciei o falecimento de irmão do Rosário para comprovação em loco, contudo através das entrevistas e nas conversas informais foi recorrente o comentário a respeito dos dobres fúnebres. Entretanto, foi possível participar do cotidiano da cidade e perceber que o bulhar

³⁷ Livro de receita e despesa da Irmandade de Nossa Senhora e Santa Efigênia dos Homens Pretos do Alto da Cruz. Anos de 1723 a 1798, cód 132 – rolo 060/0312. Casa dos Contos, Ouro Preto, MG.

dos sinos tem voz e vez em cada momento da vida dos ouro-pretanos. Assim, o sino é um instrumento de comunicação utilizado pela irmandade e o seu significado tem relevante importância quando se trata de utilizá-lo nos ritos fúnebres.

A evidência de intervenção na irmandade descrita pelo atual presidente Francisco Paulo se relaciona a realização dos velórios dos irmãos. O velório não acontece dentro da igreja de Santa Efigênia a não ser para os que ocuparem cargos administrativos e, também para os irmãos falecidos, quando requisitado pelos familiares, mas é necessária a anuência do pároco. A presença de alguns irmãos é solicitada pelo presidente da mesa, que comparecem vestidos com suas opas. Então, os irmãos ali reunidos rezam e cantam pela alma do morto e após a unção do corpo (sacramento da extremunção) realizada pelo padre ou seminarista ou ministro das exéquias, segue em procissão até o cemitério da irmandade, situado nas laterais e atrás da igreja.

De acordo com este relato, os enterros feitos pelos confrades desta irmandade que eram tidos como barulhentos e exteriores, adaptaram-se aos moldes do Catolicismo ultramontano, mas não perderam o seu maior ato simbólico, que é a emoção e a convicção na crença do “bem morrer” que era sentida na condução e no enterro dos seus irmãos. Por conseguinte o momento destinado ao velório e ao sepultamento favorece o reconhecimento do sentimento de pertença destes irmãos, a uma associação de caráter devocional ao santo, que protege o espírito e auxilia na salvação da alma.

De certo modo, apesar da pressão da Igreja e da mudança política, econômica e social ocorrida em Ouro Preto ainda é visível à atuação desta irmandade como uma estrutura social coesa que garante aos seus filiados a imprescindível e adequada articulação entre o mundo real e o do além. É possível detectar, através das entrevistas realizadas, que para estes irmãos do rosário o local para o sepultamento é ainda considerado “sagrado”, tanto pela tradição herdada dos antepassados vindos da África que enterravam e cultuavam seus mortos, como para o cristianismo que previa a ressurreição do corpo.

A este respeito João Reis sublinha que se o corpo ressuscitaria, ele devia estar espiritualmente íntegro, embora fisicamente decomposto e, para essa integridade contava-se com o local de sepultura (2012, p.172). Vê-se então que o cemitério desta irmandade passou a ser simbolicamente a extensão do espaço sagrado atribuído à igreja onde é permitido o sepultamento dos filiados, em carneiros rasos, como os realizados no passado. Além das entrevistas deixarem transparecer este sentimento é inegável não reconhecer no cuidado com que todo o cemitério é tratado bem como os túmulos sempre ornados com flores deixadas pelos parentes e amigos do irmão falecido. Este sentimento é visível em D. Anna que é irmã

do Rosário desde garota, mas que ficou afastada do convívio dos irmãos devido ao se casar e mudar-se para Brasília e, agora após 50 anos retornou definitivamente para Ouro Preto e voltou a participar da irmandade confidenciou-me o seguinte relato.

Hoje quando fui pegar minha opa, disse aos irmãos que estava retomando o privilégio de assentar nas cadeiras reservadas para os irmãos, que ficam próximas ao altar na nave da igreja e, o direito de ser enterrada na cova do cemitério de Nossa Senhora do Rosário³⁸.

Nesta colocação feita por Dona Anna percebe-se que o uso da “opa” serve para distingui-la como um dos membros da irmandade e demonstra assim a importância da vestimenta como inserção social e como marca e que somente os irmãos assim vestidos podem ocupar as cadeiras da frente. A sua fala ainda reforça a ideia do cemitério ser considerado como o espaço sagrado quando diz “ter um lugar para ser enterrado”, privilégio reconquistado por retornar a irmandade.

Outro fato que merece destaque sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, é sua Mesa Administrativa primar pela defesa de seus bens, utilizando de todos os meios e comportamentos cabíveis para tal defesa. Um exemplo disso pode ser identificado pela placa colocada na parede da casa paroquial, onde se encontra escrito “Propriedade da irmandade Nossa Senhora do Rosário”, que segundo seu presidente senhor Francisco Paulo foi necessário ser afixada depois de ter ocorrido um desentendimento com o pároco anterior por realizar reformas na residência sem o conhecimento da Mesa Administrativa. Esta casa é atualmente o único bem imóvel da Irmandade que segundo seu presidente foi doação da escrava forra Francisca Fernandes Vieira zeladora da Igreja de Santa Efigênia por muitos anos, o seu corpo encontra-se sepultado no adro a poucos passos da porta de entrada. Na pedra que cobre sua sepultura encontra-se grafada as iniciais de seu nome F.F.V. e os dizeres: “morreu em 05/07/1881”. A casa localiza-se ao lado direito da Igreja e encontra-se alugada pela Irmandade à diocese de Mariana para a instalação da Casa Paroquial, moradia do pároco Luiz Carlos, do vigário Edmar e dos seminaristas que atuam na paróquia de Santa Efigênia durante os finais de semana.

³⁸ Entrevista realizada no dia 22 de setembro de 2013 com a irmã Anna Josefina de Abreu Pimenta Machado de Araújo, farmacêutica aposentada, e proprietária de uma pousada em Ouro Preto.

Dentro deste contexto, Mariza de Carvalho Soares (2000), nos chama à atenção para o fato de que, já na década de 1740, muitos devotos eram escravos, mas os dirigentes das irmandades eram forros e possuíam patrimônio que, em ambos os casos, eram deixados como herança para as agremiações, na forma de testamento. Embora durante a pesquisa de campo não tenha comprovado a existência do testamento da escrava forra Francisca Ferreira Vieira, a casa é a prova concreta para os irmãos sobre a veracidade de tal doação.

A irmandade mantém sobre sua guarda os livros de atas, de receita e despesa, de entrada dos irmãos, de óbito e talonários, que ficam na sacristia da Igreja, bem como as alfaias, opas, cálices, patena etc. Tudo é guardado em um grande baú trancado e a chave fica com o presidente.

Através da análise dos compromissos dos anos de 1733 e de 1996, dos livros de receita e despesas e outros documentos da irmandade é possível perceber que ainda há uma intensa participação nos assuntos religiosos que vão desde a organização e manutenção do templo até a organização das festas de suas padroeiras. Nos livros de receita e despesa que se encontram microfilmados na Casa dos Contos em Ouro Preto referentes ao período de 1723 a 1798 e ao período de 1819 a 1844 comprova-se que durante estes períodos a irmandade possuía casas de aluguel que permitia uma entrada considerável em dinheiro como a quantia de 25 oitavas de ouro registrado no ano de 1742.



Foto 4: Presidente da irmandade Francisco Paulo Santos e a autora na sacristia da igreja de Santa Efigênia. Ao fundo do lado direito baú onde estão guardados os livros da irmandade. Arquivo da autora. Em 15/01/2013

Neste período também se considerava como receita o pagamento das missas rezadas pelas almas, à contribuição das zeladoras, as esmolas que eram recolhidas pelos procuradores, as doações dos fiéis e a renda das festas realizadas para Santo Elesbão, São Benedito, São Sebastião, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário. A entrada de dinheiro mais diversificada favorecia os altos gastos com as pomposas festas religiosas e com a queima de fogos.

Atualmente a irmandade sobrevive das joias cobradas pela entrada de irmãos e o pagamento das suas anuidades, das pequenas doações por ocasião das festas de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário, pois as festas atualmente realizadas não visam à arrecadação financeira, mas sim a retomada do fervor religioso dos fiéis. Embora com uma receita mais restrita, a irmandade continua conservando o templo e organizando as festas religiosas. Cabe à irmandade fazer a divulgação das festividades através de cartazes, anúncio nas rádios locais e impressão de convites, além da impressão das orações e cânticos, a gratificação em espécie, para o Coral São Pio X cantar o *Te Deum*, e de abrilhantar as missas com os demais cânticos em latim, a ornamentação dos altares e andores com flores naturais e a compra de velas.

Como se pode perceber, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia representa uma peça que compõe o grande mosaico que é a prática do catolicismo devocional na cidade de Ouro Preto.

1.4- A história do passado e do presente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu da cidade de São Paulo.

Segundo Raul Joviano do Amaral, a história da irmandade Nossa Senhora do Rosário se inicia com a chegada a São Vicente do navio tumbeiro de Lopez Bixorda, que transportava os primeiros escravos procedentes da Guiné (AMARAL, 1991, p.27).

Não existem dados precisos sobre o número de negros que habitavam o planalto paulistano naquela época. Estima-se, todavia, que existiam 500 negros ligados às instituições religiosas, como no Mosteiro de São Bento, no Convento de Santa Tereza e um número muito grande de negros dispersos por toda a região. Sabe-se, ainda, que eles se reuniram poucas vezes, mas, destas reuniões, nasceu o desejo de se unirem, o estímulo à solidariedade, a

possibilidade de cultuarem os seus mortos, o desejo de ter a alforria, a adoção dos princípios de liberdade, o ensejo das festas coletivas, sem a incômoda fiscalização do senhor e, finalmente, a resolução em fundar a comunidade Nossa Senhora do Rosário.

Esta irmandade já era uma realidade, seis meses antes da carta régia que elevaria São Paulo a categoria de cidade. Na época governava São Paulo o primeiro Capitão General, Dom Antônio de Albuquerque Coelho Carvalho e o calendário assinalavam 2 de janeiro de 1711 (Amaral, 1991, p. 36). Seu primeiro estatuto data de 1808 e o seu registro foi oficializado em 4 de janeiro de 1809, contendo 29 artigos e foi criada para abrigar a religiosidade do povo negro, impedido de frequentar as mesmas igrejas dos senhores. A primeira capela da irmandade foi construída entre os anos de 1725 a 1750, antigo Largo do Rosário, atualmente Praça Antônio Prado, em terras devolutas por um grupo de católicos negros que arrecadaram contribuições para sua construção, obra realizada pelos irmãos, cujos nomes se encontram no anonimato. A irmandade, por ser pobre demorou muito para adquirir fundos que pudessem sustentar a construção de uma ermida. Acredita-se que só em 1721, em algum canto do Anhangabaú, erigiu-se uma capelinha, contudo no dia 5 de dezembro de 1725, o ermitão Domingos de Melo Tavares obteve licença para erguer legalmente uma igreja.

Pode-se assinalar como a principal finalidade da irmandade, apesar de pobre, o culto de Nossa Senhora do Rosário. As festas dedicadas à soberana oraga³⁹ se revestiam de pompa religiosa Além da festa da padroeira, a Irmandade promovia outras solenidades religiosas, participando ativamente de todos os acontecimentos e datas referentes ao calendário católico como a Semana Santa, a Procissão do Senhor, e a manutenção das devoções a São Benedito ao Senhor Bom Jesus, a Santa Efigênia etc (AMARAL, 1991, p. 48).

Como relata Amaral, todo acontecimento de importância ligado à cidade de São Paulo estava associado à religião, onde a fé consolava e o rosário era o símbolo da devoção à santa. O uso do rosário pelos negros era uma constante, pois o utilizavam durante os momentos de aflições ou de festas. Desta forma:

Havia falta de água, orações e mais orações; nas grandes epidemias, rezas e mais rezas; na posse dos governadores, preces e mais preces; na chegada de um bispo ou prelado superior, missas votivas e oração de bom governo. Na guerra, pedidos de clemência a Deus por intermédio dos padroeiros de suas igrejas ou Irmandades e Confrarias; na alegria intensa por um evento feliz qualquer, a prece de agradecimento (AMARAL, 1991, p. 49).

³⁹ O termo oraga é usado para o santo de devoção da irmandade: padroeira, antes do Concílio Vaticano II.

Para as festividades em honra a Nossa Senhora do Rosário, a Mesa Administrativa elegia um rei e uma rainha, além da juíza, que tinha, juntamente com o juiz da Mesa Administrativa, as responsabilidades pela realização das solenidades do próximo ano. Entretanto, a Mesa Administrativa e os demais irmãos tinham outras funções distribuídas de encargos e atribuições em comissões como: comissão de esmola nas freguesias; comissão de esmola na igreja; comissão de recepção às irmandades visitantes entre outros convidados; comissão de orientação da procissão; comissão para entender-se com o pregador sacro; comissão para contratar a música dentre outras, mas todas voltadas para a realização da festa onde se daria glória a Virgem Senhora do Rosário.

Com relação ao culto aos mortos e enterramento dos irmãos do rosário desta irmandade o dispositivo para tal, como nas demais irmandades, encontra-se previsto no compromisso. O ritual fúnebre recomendado aos irmãos transcrito por Joviano do Amaral de acordo com o capítulo dedicado ao “Culto aos mortos” do Compromisso desta Irmandade publicado no seu livro, assim diz:

Haverá nesta Santa Irmandade um Féretro⁴⁰ com seu aparato para nele se conduzir os Corpos de nossos Irmãos falecidos que serão sepultados na nossa Igreja e haverá hum livro com o número das sepulturas para nele se fazer a declaração em que fica enterrado, e o dia, o mês, ano em que foi sepultado (AMARAL, 1991, p.64).

Apesar de constar no compromisso o enterramento no interior da igreja a irmandade obedeceu ao que foi determinado pela provisão da Carta-régia de 14 de janeiro de 1801, de D. João, príncipe do Estado do Brasil, revogando-se o artigo acima citado em 1810, quando da ratificação da reforma do compromisso da irmandade.

De acordo com a visão de Joviano do Amaral à marcha do progresso da cidade de São Paulo provocou na irmandade sucessivos golpes relacionados à capela edificada no então Largo do Rosário e aos diversos casebres a ela pertencentes onde moravam africanos livres. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, ereta em 1711, mesmo não participando efetivamente da campanha antiescravista, “emergiu (...) a público no início da década de 1900, quando seus membros se envolveram em uma batalha legal com a prefeitura” (1998, p. 219), que discutiremos no decorrer deste trabalho.

A primeira ameaça ao patrimônio da irmandade ocorreu no ano de 1858, de acordo com a menção de um vereador na Câmara Municipal durante a sessão sobre a necessidade de

⁴⁰ Caixão de defunto, ataúde. Mini Dicionário da Língua Portuguesa Houaiss. Ed. Moderna, 2010, p.357.

ser realizado o alinhamento do edifício (igreja), na parte que fazia frente para o Beco do Bom Jesus (trecho compreendido entre a atual Rua Quinze de Novembro e a Rua São Bento) o que provocou o desassossego da Irmandade que considerou esta atitude como uma intervenção do poder público em sua propriedade.

Durante o século XIX, uma das preocupações do poder público brasileiro, através da sua vereança era afastar o negro do centro das cidades e não foi diferente em São Paulo, porque o espaço ocupado pela irmandade era um dos pontos de encontro da comunidade negra paulistana, onde se realizavam batuques, congadas e outras atividades próprias desse grupo. Diante do crescente enriquecimento das elites tanto econômica como política, formada pelos cafeicultores, bancários e demais comerciantes, a região do Triângulo Central, onde se localizava a igreja do Rosário, cada vez mais se tornava o cartão-postal da cidade que prosperava. Assim os negros moradores desta área representavam um passado nada elegante aos olhos da elite e dos estrangeiros que se inseriam no espaço urbano de São Paulo no período conhecido na História do Brasil como Belle Époque Paulistana (RIBEIRO, 2009).

Ademais, outro golpe é vivenciado pela irmandade dos Homens Pretos com relação ao seu patrimônio. Este golpe se refere à sessão realizada pela Câmara dos Vereadores no dia 17 de fevereiro de 1870, onde foi apresentada uma ação orçamentária para os anos de 1870 a 1871 com o propósito de desapropriação de algumas áreas. Dentre estas áreas encontravam-se incluídas parte do patrimônio da Irmandade do Rosário que seria reduzido, pois, abrangia os pequenos prédios (casas) e o terreno que servia de cemitério.

Para maior desespero dos irmãos do Rosário, prosseguiram-se outra série de ações relacionadas às desapropriações como a requerida no dia 16 de fevereiro de 1871, pelo vereador Rodovalho, que solicitava a desapropriação na travessa da Rua da Imperatriz a sair de São Bento partindo da Igreja do Rosário. Assim, na sessão do dia 29 do mesmo mês a Comissão de Obras Públicas propôs a compra das casas e terrenos que pertenciam a Irmandade do Rosário para dar início ao alargamento da Rua do Rosário aonde mais tarde viria ser o Largo do Rosário atualmente Praça Antônio Prado. Para resolver tal empasse a Mesa Administrativa nomeou uma comissão, por ter sido intimada pela Câmara para finalizar as negociações.

Outras situações de disputas com relação ao patrimônio da irmandade são relatadas por Amaral em seu livro, tanto em relação à irmandade e o Poder Público, quanto em relação a conflitos entre os membros da Mesa Administrativa, que sem dúvida trouxeram grandes transtornos para a Irmandade. Por hora não serão mencionados estes conflitos, pois o maior deles na opinião dos filiados à irmandade foi o relacionado à demolição da velha igreja da

irmandade no antigo Largo do Rosário e sua reconstrução no Largo do Paissandu sob o imperativo da “necessidade pública”. A saber, em nome desta “necessidade pública” em demolir a igreja do Rosário foi possível identificar as primeiras investidas na década de 1870 do Poder Público em São Paulo contra os espaços de sociabilidade negra, mestiça e/ou pobre.

Em conformidade com o contexto acima descrito, David Willian Ribeiro (2009) afirma em seus estudos sobre Territorialidade negra urbana em São Paulo, que tudo que “remettesse aos costumes *bárbaros* do passado deveria ser apagado e transformado”. E assim, ocorreu a desapropriação de parte da igreja do Rosário, desapropriada nesta década com a alegação de que sem a igreja, a fluidez do trânsito seria melhorada (RIBEIRO, 2009). Com esta atitude evidenciamos a força do Poder Público contra a população negra e pobre que em nome do progresso de São Paulo se afastou gradativamente da área central da cidade tornando-se assim sujeitos das políticas de urbanização.

Atitudes semelhantes a essas aconteciam no Rio de Janeiro no período de 1902 a 1906, com a reforma do então governo de Pereira Passos. O cenário das mudanças de Pereira Passos segundo Mauro de Bias (2013)⁴¹, estão relacionadas ao crescimento da população da cidade do Rio de Janeiro devido à onda de imigração europeia e à migração de escravos recém-libertos das fazendas. Dessa forma, a ocupação urbana acontecia de maneira desordenada e os cortiços insalubres no Centro se tornaram ambientes de proliferação de doenças causando milhares de mortes anualmente.

O governo respaldado pelo grande número de mortes tinha os motivos perfeitos para promover as reformas e com mais pessoas disputando o Centro, fez-se a especulação imobiliária, dando início então o famoso “bota abaixo”, com a demolição das casas e expulsão dos pobres para o subúrbio. Como só a parte plana era valorizada, muita gente subiu os morros, porque assim continuava no Centro, marco inicial do aparecimento das favelas do Rio. Assim com o objetivo de sanear o Rio de Janeiro, controlar a propagação de doenças e modernizar o tráfego e a comunicação entre as regiões da cidade, as reformas do Rio de Janeiro no início do século XX, transformam a cidade para responder aos apelos do mundo que se moderniza utilizando-se para essa modernização uma iniciativa excludente⁴².

⁴¹ Cf. BIAS, de Mauro. Antes da Reforma Pereira Passos (1902 a 1906), Rio de Janeiro era conhecido como "Porto sujo" e "cidade da morte". Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/passado-que-condena>> Acesso em 14/05/2013.

⁴² Cf. Artigo de Alfredo Suppia e Marília Scarabello. Disponível em <<http://pre.univesp.br/as-reformas-do-rio-de-janeiro-no-inicio-do-seculo-xx>> Acesso em 17/05/14.

Mesmo que estas mudanças tenham solucionado as questões sanitárias e tornando o centro urbano num lugar integrado a várias regiões, não podemos louvar e desconsiderar que a população negra e pobre sofreu danos irreparáveis.

Retomando a questão sobre a demolição da igreja do Rosário dos Homens Pretos em São Paulo no ano de 1903, precisamente no dia 2 de agosto, foi lida a carta enviada à irmandade pelo então prefeito Antônio Prado em reunião extraordinária da Mesa Administrativa descrevendo sobre o acordo a ser definido por ambas as partes:

São Paulo, 30 de julho de 1093.

Em seguimento à conversa que temos tido sobre um acordo entre a Camara e a Irmandade para demolição da Igreja do Rosário e cessão à Camara da área ocupada pela mesma, com exclusão do prédio que está a Brasserie, apresento-lhe a seguinte proposta: A Camara dará, além disso, a planta da Igreja a construir. Peço-lhe levar ao conhecimento da Irmandade esta proposta, ficando entendido que qualquer acordo a respeito ficará dependente da aprovação da Camara (AMARAL, 1991, p.109).

Vê-se, que o conteúdo da carta trata-se de um aviso sobre a demolição da igreja do Rosário, a cessão à Câmara da área ocupada pela mesma e a entrega da planta da nova igreja a ser construída. Essa medida governamental caiu como bomba sobre os filiados, que na mesma data comunicou ao prefeito que a irmandade delegaria poderes ao irmão secretário para negociar junto a Câmara Municipal. A partir daí, os irmãos se dividiram em opiniões diversas se posicionando uns contra e outros a favor, de acordo com a Ata da Sessão Extraordinária da Mesa⁴³ ocorrida no dia 23 de agosto de 1903. Na ata encontra-se o registro do irmão Luiz de Vasconcelos como o único que se manteve contra a decisão de demolir a igreja frente aos demais irmãos.

Entretanto, a lei número 698 de 24 de dezembro de 1903, desapropria a igreja do Rosário dos homens pretos, em seu artigo primeiro, mediante uma pequena indenização e uma doação de um terreno no Largo do Paissandu para a reconstrução da nova igreja e o que restou do cemitério, que era de propriedade da irmandade, foi parar às mãos do irmão do prefeito, o senhor Martinico Prado.

Seria uma mera coincidência?

Verificamos nos relatos de Amaral, que não houve coincidência alguma, pois no local do cemitério foi construído o Palacete Martinico Prado, que já abrigou o Citybank e, hoje, acolhe a Bolsa Mercantil e de Futuros.

⁴³ Encontra-se transcrita em seu inteiro teor no livro de Joviano do Amaral, 1991, p 111.

Todavia, a irmandade dos “Homens Pretos” por ser uma instituição legalmente jurídica, representante de tradições religiosas, de sacrifícios e lutas e, partícipe das glórias e dos sofrimentos de São Paulo não aceitou resignadamente tal situação. A Mesa Administrativa da época diante do impasse incumbiu ao secretário lavrar uma proposta endereçada ao conselheiro Antônio Prado que aprovava a decisão de demolição da igreja, mas com ressalvas⁴⁴. Assim, em março de 1904, foram realizados acordos com o Cônego Ezequias, para a instalação provisória da irmandade do Rosário na igreja de São Pedro da Pedra que se localiza na atual Rua Floriano Peixoto no Largo da Sé.

Se não bastasse a demolição da igreja, era preciso ainda não deixar vestígio do Rosário, ou melhor, da população negra do Rosário, então a Lei nº 779, de 4 de janeiro de 1905, o Largo do Rosário recebia a denominação de Praça Antônio Prado, ostentando assim o nome do prefeito responsável pelo início do projeto urbanístico paulistano.

Para Pollak, o fato de não se mencionar o que havia no mesmo local em tempos pregressos está ligado a uma “memória organizada e que resume a imagem que uma sociedade majoritária (...) deseja passar e impor” (1989, p. 8). Assim este local onde situava a Igreja do Rosário dos Pretos, mais conhecido como Triângulo, por ser formado pelas confluências das ruas Direita, XV de Novembro e Boa Vista, transformava-se num dos maiores atrativos da cidade, espaço que por excelência se europeizava.

Segundo David Willian Ribeiro (2009), para as reformas urbanas não se poupavam gastos e para o processo de urbanização promoviam-se campanhas com a finalidade de retirar do centro atividades que provocassem aglomeração popular, e os elementos indesejáveis, ainda que indiretamente, foram expulsos dos locais onde se concentravam. Em virtude disto, com a Irmandade do Rosário e sua igreja não foi diferente. Desta forma:

Por ser um espaço de convivência de uma população que não era branca, nem europeia, nem sequer rica, portanto indesejáveis aos olhos do governo municipal e de quem mais queria a “cidade europeia”, a igreja dos homens pretos teve que mudar de lugar (2008, p. 10).

Por certo, sem a igreja, sem o Largo do Rosário, os pretos não mais seriam vistos nos arredores com suas festanças, batuques, reis, e rainhas. A cidade ficaria livre dos costumes

⁴⁴As ressalvas são em número de seis e encontram-se no requerimento encaminhado ao Conselheiro Antônio Prado, que se encontra transcrito por de Raul Joviano do Amaral no seu livro na página 113.

considerados bárbaros porque os pretos desterrados seguiriam para o Largo do Paissandu, que até então era o Tanque do Zunega, região que constituía a periferia da época.

Entretanto, em maio de 1904, novo conflito ocorre entre a irmandade e a prefeitura, por ocasião da posse do juiz Teófilo Dias de Castro que juntamente com advogados reclamam aos tribunais, em nome da irmandade “a indenização que é devida pela Câmara Municipal desta capital, em consequência de haver exigido a demolição da antiga igreja e incorporado o terreno ao seu patrimônio com grande lesão para esta irmandade” (AMARAL, 1991, p.121).

Por fim, em junho de 1904, a Câmara Municipal entregou a referida planta, porém, os moradores do Largo do Paissandu, mas pessoas e famílias que nada tinham a ver com o assunto, se rebelaram contra a construção da igreja no local, alegando todos os motivos possíveis à Câmara Municipal tentando embargar as obras. No entanto o prefeito manteve a decisão de construção da igreja e a irmandade não recuou e nem se amedrontou com a agressividade dos novos vizinhos (AMARAL, 1991, 122).

De posse da planta a Mesa Administrativa abriu concorrência através de editais na imprensa para a manifestação das firmas interessadas para a construção da obra e, foi escolhida por processo de licitação a firma Rossi & Brenni. Em 20 de julho de 1904, realizou-se o lançamento solene da pedra fundamental da nova igreja marcando o início da construção do templo. No decorrer das obras numerosas exigências surgiram para o término da igreja e para a acomodação da irmandade, aumentando assim o preço da construção. No dia 7 de janeiro do ano de 1905 concluía-se o telhado da igreja, enquanto a irmandade cuidava da parte interior, providenciando a colocação de dois lustres e seis arandelas de luz a gás e a compra dos altares laterais e do Santíssimo.

Finalmente, concluídas as obras em 1906 no Largo do Paissandu⁴⁵, o antigo Largo do Rosário foi renomeado na tentativa do esquecimento da menção ao antigo título que acompanhava as tradições e costumes da irmandade, dando lugar a europeização visível da modernidade e da prosperidade materializadas nos melhoramentos, além do enriquecimento proveniente da especulação imobiliária (RIBEIRO, 2009, p. 30).

A saber, no dia 13 de janeiro de 1906, a irmandade em reunião resolveu sobre a trasladação das imagens e chegando a seguinte decisão:

⁴⁵ O Largo do Paiçandu (*Largo do Payssandu*, grafia antiga) é uma importante área da região central da cidade de São Paulo, no distrito da República, localizado dentro de um quadrilátero formado pelas vias São João, Conselheiro Crispiniano, Rio Branco e Dom José de Barros. O nome original do local era Praça das Alagoas em alusão às diversas nascentes e lagoas formadoras do riacho Yacuba que lá havia. A lagoa mais volumosa era a conhecida a partir de 1870, como Tanque do Zunega, nome pelo qual passou a ser denominado o local, em detrimento de Praça das Alagoas. Com a drenagem da área e canalização do rio Anhangabaú, o nome foi modificado para Largo do Paissandu em homenagem à cidade de Paysandú tomada no Uruguai em 1865 (MOURA, 1980, p. 311).

Antes de se fazer a transladação em procissão solene, seja rezada uma missa com cânticos, devendo o próprio capelão da Irmandade providenciar algumas palavras de saudações. A missa deverá ser rezada às 8:30horas, no dia da transladação; e doze Irmãos, vestidos de roupa preta, de tocheiros ornamentados com fitas e revestidos dos seus fitões, devem fazer a guarda de honra de Nossa Senhora (AMARAL, 1991, p. 123).

As festividades iniciaram no dia 15 de abril e finalizaram no dia 22 de abril de 1906 com solenidades marcadas pelo brilho e esplendor em honra a Nossa Senhora do Rosário. A igreja foi abençoada no dia 15 de abril de 1906, pelo Capelão Padre João Nepomuceno Manfredo Leite segundo Ritual Romano, com autorização do Bispo Diocesano D. José de Camargo Barros, diante dos irmãos reunidos e que se encontravam revestidos de suas insígnias. No dia 21 de abril às 08h30min foi celebrada missa com cânticos litúrgicos acompanhados pelo harmônio e vozes na igreja de São Pedro da Pedra, onde estava alocada a irmandade e a transladação das imagens ocorreu no mesmo dia às 16 horas com procissão acompanhada da banda do maestro Carlos Cruz, e ao chegar à nova igreja, foi saldada com uma salva de 21 tiros.

No dia 22 de abril, às 10 horas da manhã celebrou-se a primeira missa que foi cantada pelo capelão da irmandade e acompanhada pela orquestra do maestro Carlos Cruz. Ainda participaram desta celebração os padres José de Aguirre e José Rodrigues de Carvalho e o pregador do evangelho o arcepreste⁴⁶ Ezequias Galvão da Fontoura. Às 18 horas da tarde foi cantado na presença do Bispo Diocesano o solene *Te Deum* e quem realizou a pregação do evangelho foi o arcediogo⁴⁷ Francisco de Paula Rodrigues.

A festa de inauguração da igreja manteve-se presente na memória dos irmãos como um momento de glória após terem vivenciado a desapropriação da velha igreja do Rosário que foi desalojada, despejada e expulsa do seu local original. No entanto, no ano de 1940, já passados 37 anos da data da desapropriação a história se repete. O prefeito de São Paulo, o então engenheiro Francisco Prestes Maia visando à realização de um novo e arrojado projeto urbanístico a ser implantado na cidade, autoriza a remodelação do Largo do Paissandu. Grandes reformas estavam previstas e uma delas incluía a demolição da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para ceder lugar à edificação do monumento ao Duque de Caxias. Novos tempos e, São Paulo vivenciava novas remodelações agora sob o nome de “necessidades urbanísticas, paisagísticas e de tráfego”. A história novamente se repete para a irmandade,

⁴⁶ Título dos vigários de certas igrejas, que lhes confere preeminência sobre os outros vigários.

⁴⁷ Vigário-geral: encarregado pelo bispo da administração de uma parte da diocese. Na hierarquia da Igreja, o arcediogo está acima dos clérigos e abaixo do bispo ele substitui o bispo na sua ausência.

porque a proposta da prefeitura foi similar à realizada em 1903. A igreja seria demolida em troca de um terreno e uma verba para a construção de outra igreja em local mais apropriado.

Não sei se é ousadia, mas diante desta proposta do prefeito à irmandade, questiono: Qual seria agora o local “apropriado” para a construção da igreja do Rosário? Não estaria mais uma vez, por trás das questões relacionadas à urbanização, a ideia de deslocar o povo negro desta área para as novas periferias da cidade?

De maneira idêntica, a notícia inesperada da determinação do prefeito, em demolir a igreja surpreendeu a irmandade que sequer havia sido consultada. As negociações nesta ocasião foram realizadas entre as autoridades militares, municipais e eclesiásticas, onde “a Prefeitura daria à Cúria Metropolitana, como compensação um terreno em outro local, para a reconstrução da Igreja do Rosário” (AMARAL, 1991, p. 133).

Esta situação vale esclarecer que não cabia ser resolvida unicamente à luz do Direito Canônico, pois já vigorava a separação entre o Estado e a Igreja. No entanto, a irmandade proprietária da igreja e como sociedade civil, com personalidade jurídica protegida pelo Direito Civil mantinha-se na expectativa de um convite ou mesmo de uma notificação para participar das negociações. Contudo, o tempo foi passando e a irmandade não recebeu nenhuma notificação para negociar e; o prefeito tinha em mãos a aprovação do decreto que declarava de “utilidade pública” a igreja do Rosário, a fim de ser desapropriada judicialmente ou através de acordo amigável, para demolição no prazo de dois meses.

Os irmãos do Rosário não aceitaram está decisão passivamente e a irmandade reagiu mesmo amedrontada e ameaçada de “excomunhão”⁴⁸. Desta forma, o irmão secretário da irmandade, Benedito Feliciano Pompeu concedeu uma entrevista à imprensa numa tentativa de sensibilizar a população. Na ocasião Benedito lembrou as graças concedidas ao povo paulistano pela Senhora do Rosário, desde a iniciativa do ermitão de Nossa Senhora do Rosário, Domingos de Mello Tavares. Relembrou também, o episódio da demolição da igreja do Largo do Rosário e o atual momento sobre a demolição prevista para a segunda igreja. No decorrer da entrevista o irmão secretário afirmou “estar nas mãos do arcebispo metropolitano a decisão e que acreditava que tudo se resolveria da melhor forma possível, pois Dom José Gaspar saberia defender os direitos e interesses da Irmandade” (1991, p. 136). Assim esta entrevista capciosa e habilidosa, fez com que o prefeito chamasse a Mesa Administrativa para uma conversa onde comunicou a referida irmandade que existiam dois caminhos a serem

⁴⁸ Penalidade da igreja católica que exclui alguém da totalidade ou de parte dos bens espirituais comuns aos fiéis. Míni Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa, 2010, p. 339.

seguidos, “escolher entre a desapropriação por via judicial ou resolver-se por um acordo amigável” (AMARAL, 1991, p. 136).

A irmandade considerando-se como parte mais fraca decidiu pela negociação amigável, mas quem não concordou com a admissão da irmandade para negociar foi o arcebispo que a convocou para comparecer à Cúria Metropolitana onde insinuou represálias de ordens canônicas, com penas de interdição, excomunhão individual de todos os componentes da Mesa Administrativa. Segundo Amaral a conduta da mesa advertida foi de cautela, calma, humildade para não exasperar os ânimos e que mantiveram firmeza e coerência de atitudes diante das interferências da Mitra que expediu o seguinte comunicado:

As associações, Religiosas, Irmandades e Confrarias ainda CONSTITUÍDAS DE PERSONALIDADES JURÍDICAS, de conformidade com a legislação eclesiástica, NÃO PODEM EFETIVAR TRANSAÇÕES, mormente as que dizem respeito à alienação de bens de raiz, sem assentimento, assistência e licença por escrito da Autoridade Eclesiástica, sob pena de incorporarem em responsabilidade de ordem canônica, suspensão e interdito conforme o caso (AMARAL, 1991, p. 137).

Além deste comunicado que foi publicado no Órgão oficial da Arquidiocese, na Imprensa Diária e no Diário Oficial do Estado, foi editado em 1941 um novo Decreto-Lei Federal, alterando fundamentalmente a lei das desapropriações, vigente, criando novas condições que fortaleciam a posição da autoridade municipal. Diante disto as negociações continuaram num clima de tensão e marcado por estratégias que visavam por sua vez os interesses das partes envolvidas. Neste clima onde a irmandade se tornara o ponto menos resistente, ficou acordado que a prefeitura doaria à irmandade, por permuta, um terreno situado no início da Rua Albuquerque Lins, esquina com Rua Vitorino Carvalho onde seria construído o novo templo. No acordo firmado a indenização em dinheiro seria de Cr\$ 500.000,00.

Parecia ter findado assim a questão, quando no dia 27 de fevereiro de 1943, em um acidente aéreo, no Rio de Janeiro, vem a falecer o presidente da comissão Pró-Monumento do Duque de Caxias, Dom José Gaspar de Affonseca e Silva, cardeal arcebispo de São Paulo, mudando o perfil da história. Para Amaral esse acontecimento além de enlutar a nação fez com que as negociações fossem interrompidas por um tempo, embora em surdina continuassem em andamento os trabalhos da edificação final do monumento ao Duque de

Caxias sob a direção do escultor Vitor Brecheret. Como anteriormente, mais uma vez a irmandade não ficou a par das decisões tomadas nos altos escalões sobre o monumento a Caxias, continuando firme na sua modéstia, no seu desempenho religioso, nas suas iniciativas de caráter social-assistencial e educacional (AMARAL, 1991, p.142).

Os anos passam e a discussão sobre o monumento a Duque de Caxias parece esquecida, até que, chegado o ano de 1945; o então prefeito Dr. Francisco Prestes Maia é substituído na chefia do governo municipal por Dr. Abrahão Ribeiro, que resolve dedicar atenção especial na escolha do local para o monumento do Duque de Caxias, visto que decisões unilaterais estavam sendo tomadas sem consenso comum.

Todavia, a irmandade considerada como inquestionável proprietária do terreno do Largo do Paissandu, e do templo ali erigido, direito esse incontestável reconhecido pelas autoridades civis da União, do Estado e do Município, marcada com voltas e reviravoltas que assinalam condutas políticas e até discriminatórias. Não posso deixar de mencionar, que novamente a ideia basilar deste empreendimento se volta para a beleza, à fluidez do trânsito e a ampla limpeza das atividades consideradas pelo poder público como suja, sobretudo, neste momento, focadas para o Largo do Paissandu e por certo a igreja dos pretos com suas atividades peculiares tornava-se o grande obstáculo para tais projetos.

Enfim, a igreja através de sua irmandade opondo-se velada, com prudência, mas com justificada resistência, não se transmudou e com o beneplácito das autoridades municipais continuou no Largo do Paissandu. Dessa forma, após inúmeras considerações, ficou decidido através do despacho de 1º de julho de 1948 que o monumento seria definitivamente construído na Praça Princesa Isabel.

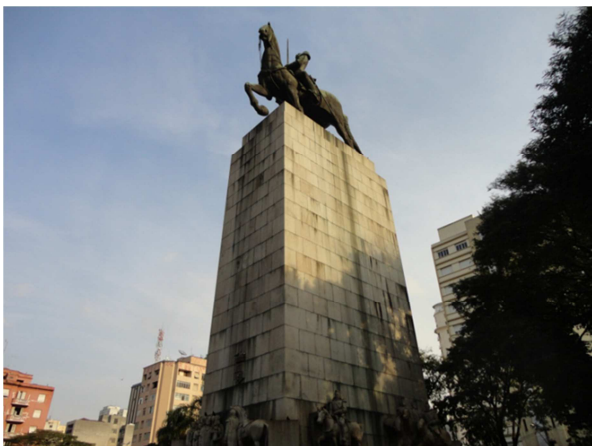


Foto 5: Monumento em homenagem a Duque de Caxias, obrado escultor Vitor Brecheret, na Praça Princesa Isabel. Arquivo da autora em 09/07/2013.

Encerram-se aqui as questões que causaram tantas adversidades e conflitos, com relação à demolição da igreja do Rosário desde sua primeira capela até meados do século XX, que colocou em risco o patrimônio material, moral e espiritual e que puseram em discussão seus irmanados.

A partir de agora analisamos dentro do contexto atual, a irmandade do Rosário do Paissandu e as possíveis rupturas e permanências da vivência negra posterior aos conflitos do passado e o que este passado representa na vida dos irmãos. A finalidade desta análise é estabelecer as relações do passado e presente entre a irmandade do Rosário do Paissandu em São Paulo e a irmandade do Rosário de Ouro Preto em Minas Gerais.

Inegavelmente a mudança de endereço da igreja contra a vontade dos irmãos representou um período difícil para a irmandade, mas se analisarmos por outro ângulo o fato favoreceu a visibilidade da irmandade perante a sociedade paulistana que os excluía. É importante ressaltar que outras irmandades também sofreram e até deixaram de existir com as mudanças advindas da urbanização em São Paulo, mas a irmandade do Rosário dos Homens Pretos teve força para manter-se atuante.

Segundo Maria da Conceição dos Santos (2006), a capacidade de negociar junto ao prefeito Antônio da Silva Prado garantiu a sobrevivência deste grupo diante da urbanização, além da capacidade de resistência desses irmãos de prosseguirem com suas atividades e com suas comemorações que aparentemente era tão grande quanto o desejo dos que estavam com o poder nas mãos para europeizar a cidade (RIBEIRO, 2009, p. 8).

Podemos inferir que estes protagonistas afrodescendentes são os atores de uma história em constante reconstrução e, que conseguiram no ano de 1940, utilizar da capacidade de negociação e de resistência para vencer as novas investidas relacionadas às alterações de urbanização mantendo na Praça do Paissandu a igreja e a África Utópica mencionada por Ribeiro ao dizer que esta irmandade é o endereço da resistência onde se encontram aqueles que fizeram da capital paulista a sua África (2009, p. 10).

Para aqueles que pensam que o estudo sobre irmandade se esgotou e, que não passa de um objeto morto do passado, estagnado como representantes do ciclo do ouro em Minas Gerais, e das lavouras de café de São Paulo esta dissertação traz vestígios de sua existência e resistência no limiar do século XXI. Estas evidências nos permite considerar que por um bom tempo as irmandades poderão ser objeto de relevante interesse para antropólogos, sociólogos, historiadores e pesquisadores da Ciência da Religião.

Compreendemos a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu, marcada pelos 302 anos, como o endereço da resistência e luta por preservar sua

igreja, símbolo de religiosidade e de identidade, através da qual eles se inseriram na sociedade da época colonial e permanecem firmes diante da atual sociedade paulista. A luta dos irmãos pela preservação de seu espaço sagrado e pela religiosidade continua presente neste século, na capital paulista, o lugar da diversidade, cidade onde se encontram indivíduos de todas as procedências e etnias, cidade das grandes manifestações de massa e onde se concentra o maior capital financeiro do país. Diante da multiplicidade efervescente de São Paulo estão eles, os irmãos do Rosário, que através de cada atitude, de cada função que desempenham dentro desta sociedade, expressam um conjunto de valores, de ideias e de luta.

Encontramos nestes irmãos do Rosário do século XXI, particularmente em dona Maria do Carmo da Costa de 75 anos, que já nasceu irmã, o orgulho em ser negro, pois apesar das várias tentativas de destituição da pessoa negra, na sua característica original do ser humano, e na tentativa de afasta-los da área central da cidade ela diz: “nós estamos aqui”.



Foto 6: Irmã Maria do Carmo da Costa sendo entrevistada pela autora no Salão da igreja de Nossa Senhora do Rosário, Paissandu, São Paulo Arquivo da autora. Em 09/07/2013.

Durante a entrevista, dona Maria do Carmo se dirigiu a galeria de fotos não legendadas, dispostas numa das paredes do salão e fez um breve relato sobre cada presidente da irmandade e, sobre a fotografia de um grupo de irmãs que fizeram parte da mesa social da qual era integrante. Além destas fotografias, neste espaço também está exposto o quadro de Zumbi o qual me foi apresentado com naturalidade. Na forma como ela se dirigiu ao quadro

no primeiro momento, pareceu-me não ter muito significado estar naquela parede, porém ao continuarmos conversando pude compreender que não se tratava apenas de um quadro desenhado por um irmão. Nosso diálogo transcorreu assim:

D. Maria de Carmo: Este aqui é Zumbi.

Norma: E porque Zumbi está aqui?

D. Maria do Carmo: Foi o irmão Cassiano que desenhou, então em homenagem ao Cassiano colocou aí.

Norma: Então Zumbi não tem nenhuma ligação com a irmandade?

D. Maria do Carmo: Com Zumbi? Com Zumbi tem. Inclusive no dia 20 de novembro é dia em homenagem a Zumbi que foi o mártir da escravidão. O Zumbi tem uma parte histórica muito grande.

Norma: Zumbi é importante para a irmandade?

D. Maria do Carmo: A figura de Zumbi não só é importante para a irmandade como para toda a comunidade negra, né. O Zumbi tem muito mais que a princesa Isabel. Muito mais.

Norma: O que a senhora pode dizer sobre a princesa Isabel?

D. Maria do Carmo: muitos dizem né, diziam, agora nem se fala muito em princesa Isabel. Porque na escola se falava muito em princesa Isabel. Ela assinou? Assinou, mas eles continuaram escravos. Quem veio e fez uma libertação mais completa foi Zumbi. Concorda comigo? Ele veio e fez a libertação.

D. Maria do Carmo ao falar sobre a princesa Isabel fez-me reportar aos meus primeiros anos de escola, onde também me ensinaram que a princesa Isabel assinou a “Lei Áurea”, lei que tornara livre todos os escravos do Brasil e, que os negros a chamavam por isto de a “Redentora”. A lembrança destes fatos permite reconhecer nesta narrativa e nas falas dos demais irmãos entrevistados, que eles não apagaram de suas memórias aqueles que escravizaram seus ancestrais e nem aquela que os libertaram, a princesa Isabel. Fica claro, a gratidão pela liberdade legitimada pela “Lei Áurea”, que colocou fim na escravidão, mas que, no entanto não os libertaram do trabalho humilhante e nem lhes devolveu a dignidade.

Um diálogo com Robert Daibert é fundamental para compreendermos este trecho da entrevista concedida por dona Maria do Carmo.

Buscou-se de todas as formas reforçar a bondade, a caridade e o humanitarismo como elementos fundamentais no caráter da Princesa que mereceria a veneração de todos os brasileiros, em especial dos libertos que deveriam demonstrar eterna gratidão à “Redentora” por ter lhes proporcionado a tão sonhada liberdade (2004, p.158).

Assim, os negros reconhecendo em Isabel qualidades dignas e tendo-a como a protagonista da libertação dos escravos, seria mais fácil a Monarquia livrar-se da imagem de opressora e responsável pela escravidão. Porém, não podemos negar que para os escravos livres no ano de 1888 e nas primeiras comemorações de aniversário da “Lei Áurea” este foi o imaginário coletivo existente e porque não dizer, o que também nos ensinaram nos bancos escolares. Contudo, esta imagem atribuída à princesa Isabel, não é a que encontramos nos dias atuais nestes irmãos do rosário como podemos constatar no diálogo acima. A “liberdade completa”, como foi mencionada por D. Maria do Carmo, foi conquistada com muita fuga, luta, e sangue daqueles que como Zumbi se arriscou por seu povo.

A explicação para a fala de dona Maria do Carmo, “Quem veio e fez uma libertação mais completa foi Zumbi”, encontramos em Robert Daibert, quando diz que:

Na década de 1970, ativistas negros passaram a rejeitar o 13 de maio, entendendo-o como uma data que retratava a passividade dos negros que teriam recebido a liberdade das mãos de uma Princesa bondosa. Em seu lugar, invocaram o 20 de novembro, dia da morte de Zumbi, líder guerreiro do Quilombo de Palmares que simbolizava a luta negra contra a opressão da escravidão. No contexto da ditadura militar, o líder foi tomado pelos movimentos de esquerda como símbolo de resistência ao autoritarismo (2004, p. 250).

Como os irmãos do passado da irmandade têm a história marcada pela luta e resistência, os irmãos atualmente se reconhecem com as mesmas características, por lutarem pela permanência da irmandade e por participarem dos movimentos contra o racismo e igualdade social junto ao Movimento negro de São Paulo. Acreditamos que essa justifica de gratidão a Princesa Isabel pela assinatura da “Lei Áurea” e, a simbologia da luta negra contra a opressão da escravidão em Zumbi, tem haver com o engajamento nas lutas sociais a partir da década de 70, como a explicação apresentada por Daibert.

É na vida dos ancestrais e na luta de Zumbi que os irmãos buscam força, coragem e resistência para continuarem lutando por dias melhores por eles invocados no dia 20 de novembro. Esta discussão, retomamos no segundo e terceiro capítulo, onde discutimos o personagem Zumbi.

Pode parecer estranho que os irmãos do rosário continuem lutando por dias melhores, mas, dando continuidade à análise a entrevista com D. Maria do Carmo, que pertence à irmandade desde seus quatro anos de idade, no tempo que todos os membros da família eram

filiados chegamos ao cerne da questão.

Norma: A senhora mora na cidade de São Paulo?

D. Maria do Carmo: Eu não moro em São Paulo, eu moro no litoral de São Paulo. Graças a Deus, não pensa que eu tenho auxílio de irmandade pra tá subindo e descendo, porque eu pago condução. Condução da estrada não dentro né, já estou velhinha, graças a Deus, 75 anos. Mas, são 20 reais. Mas, eu venho. (Silêncio). Eu não deixo de estar presente. Eu venho e não estou contente..., eu não estou contente. (Longo silêncio)

Neste ponto da entrevista, ao dizer que “não está contente” e pelos momentos de silêncio entre uma fala e outra, percebi a existência de conflitos que ameaçam à irmandade. Na realidade a irmandade está sem Mesa Administrativa há mais de dez anos, que já se tornou assunto de jornais, revistas e noticiário da TV Gazeta de São Paulo.

O Ministério Público interditou a Mesa após a denúncia de desvio de dinheiro e venda de um imóvel sem a autorização dos irmãos para a investigação. Devido ao longo tempo de interdição e ainda não se ter apurado as denúncias, esta situação provocou o afastamento de irmãos que pela idade avançada se entristeceram e sofrem muito pelo fato ocorrido.

A mesa social que é constituída pelas mulheres não tem poder legal de administrar, cabendo auxiliar na permanência das práticas religiosas e caritativa da irmandade. As irmãs que fazem parte desta mesa se reúnem todos os dias na igreja para realizarem o trabalho social, que são muitos. Entre eles estão à venda de roupas doadas pela comunidade no bazar da Igreja, preparação, organização e entrega das cestas básicas que são distribuídas mensalmente para 150 famílias carentes não filiadas à irmandade, na doação de agasalhos e cobertores aos moradores de rua do entorno do Largo do Paissandu, confecção e organização das vestimentas de anjo e das túnicas franciscanas para as festividades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, confecção das lembranças que são distribuídas na festa de Nossa Senhora do Rosário, confecção de aventais e organização de utensílios e alimentos que serão necessários para a participação no “Revelando São Paulo”⁴⁹, visita aos irmãos doentes e, direção espiritual e financeira a família dos irmãos por motivo de falecimento.

Ademais, os irmãos e irmãs do rosário participam da equipe de Liturgia e da equipe de Ministros Extraordinários da Eucaristia que auxiliam o capelão e ainda dedicam parte do

⁴⁹ O Revelando São Paulo é uma realização do Governo do Estado de São Paulo, por sua Secretaria de Estado da Cultura, da Unidade de Fomento e Difusão de Produção Cultural e Abaçá Cultura e Arte – Organização Social de Cultura. Foi concebido com o objetivo de ressaltar o universo da Cultura Paulista Tradicional dos municípios do Estado. Em 2014, completa sua 18ª edição com a participação de mais de 220 municípios. Disponível em <http://revelandosapaulo.org.br/docs/regulamento.pdf>

tempo para receber pesquisadores e alunos das escolas paulistas auxiliando-os em trabalhos relacionados à história da população negra de São Paulo nos seus primórdios e também sobre a história da própria irmandade.

A irmandade e a sua igreja estão sendo administradas atualmente pelo interventor Manoel Antonio de Lima Júnior representante do Ministério Público Estadual e uma secretária resolve todos os assuntos financeiros, como: alugar e receber os aluguéis dos imóveis que pertencem à irmandade, pagar as contas, recolher o dinheiro depositado nos onze cofres que ficam no interior da igreja e as moedas que são depositadas no *velárium* ecológico⁵⁰ pelos fiéis em intensão de seus santos de devoção. Cabe também à secretária a compra de terços, pequenas imagens, santinhos, medalhas e demais souvenirs que são vendidos num espaço reservado dentro da igreja, próximo à sacristia.

Acima de tudo, a secretária não é funcionária da irmandade e sim do interventor e, trabalha numa sala que fica no salão térreo da Igreja, a qual somente ela tem acesso.



Foto 7: *Velárium* ecológico no interior da igreja do Rosário.
Foto arquivo da autora. Em 08/07/2013.

Todos os livros pertencentes à irmandade e os álbuns de fotografias foram recolhidos e estão guardados na referida sala que além de ser fria e úmida tem como moradores os ratos,

⁵⁰ Caixa em madeira com um conjunto de velas elétricas onde se depositam moedas para os santos de devoção. O tempo de permanência da vela ligada depende do valor depositado, sendo assim distribuído: 15min= R\$0,25; 30 min= R\$0,50; 60 min= R\$1,00. Este *velárium* o foi adaptado no interior da igreja após um incêndio criminoso no *velárium* que ficava na lateral esquerda da parte externa que a colocou em risco.

do qual testemunhei a gritaria pela presença de um deles enquanto entrevistava uma das irmãs no salão próximo a sala. Além da secretária trabalham dois homens como segurança, que fazem ronda dentro da igreja, uma faxineira e uma vendedora para os souvenirs, que segundo um dos irmãos são funcionários da “intervenção”.

Quem efetua o pagamento do salário do capelão da irmandade, o aluguel do apartamento onde mora e os funcionários relacionados acima é o interventor. A irmandade além de imóveis como casas, lojas e terrenos também é proprietária de um veículo automotivo, uma Kombi, para transportar os irmãos e irmãs idosos, nos dias de festas e para a missa compromissal, mas que não podem utilizar, pois também está retido pela intervenção.

Apesar dos irmãos terem opiniões divergentes sobre a atuação do interventor o que me causou estranhamento é a ausência do registro por parte destes irmãos de atas das reuniões realizadas mesmo sem a presença da Mesa Administrativa masculina eleita, para a organização das celebrações, das procissões e outras atividades relacionadas à irmandade. Não há, portanto, registro da história da irmandade por seus irmãos durante os anos de intervenção do Ministério Público e nem o acesso à contabilidade referente aos aluguéis dos imóveis, nem do dinheiro depositado nos cofres e no *velarium* ecológico, ou seja, não há prestação de contas por parte do interventor à irmandade. Vê-se que é grave o fato do longo período de intervenção estar comprometendo não só a saída dos irmãos como também o registro da história da irmandade.

Diante da situação encontrada, resolvi incluir nas entrevistas perguntas sobre a intervenção e as respostas obtidas foram surpreendentes.

Norma: A senhora gostaria de ter alguém que apelasse, brigasse junto com vocês irmãos?

D. Maria do Carmo: Já tivemos gente que pensávamos que ia fazer, apelar, brigar, mas não conseguimos, não conseguimos. Mas eu ainda tenho esperança! Eu ainda tenho esperança!

Norma: Por que a senhora acha que estas pessoas não foram adiante?

Maria do Carmo: Olha! E outra, as pessoas no início quando foram até a intervenção eram pessoas da política que nós tínhamos aqui, que se dizia ter muito peso, não conseguiu nada e se afastaram. Conclusão, todos se afastaram. Quem continua batendo na linha de frente ainda sou eu e Vanilda. Todos se afastaram. Ficou muito pouco.

Norma: A senhora esta se referindo aos homens?

Maria do Carmo: Não, homem e mulher.

Como podemos observar na narrativa de D. Maria do Carmo ela diz ainda ter esperança e que se coloca à frente com sua filha Vanilda. Esta “esperança” e o se “colocar à frente” se prende a memória do passado de luta dos seus ancestrais e que se revela durante a entrevista.

Norma: Quando a senhora entrou na Irmandade?

D. Maria do Carmo: Eu entrei com quatro anos de idade, meus pais entraram, meu pai era irmão e minha mãe também. Naquele tempo era muita família aqui, família de lá pra cá.

Norma: O que a senhora sente pertencendo à irmandade de Nossa Senhora do Rosário desde os quatro anos?

D. Maria do Carmo: Ah, eu sinto muito amor, porque que nem eu e a Vanilda, nós temos assim muito empenho pela irmandade por ser uma formação dos escravos, porque muitas associações, muitos clubes uma comissão inaugura fica durante um tempo e depois vai caindo e acaba. Certo? E muitas irmandades também que foram fundadas pelos escravos acabou, acabou, né [...]

Norma: Pelo tempo que está na irmandade acompanhando todo este trajeto, a senhora está achando que estes últimos anos estão sendo os mais difíceis?

Maria do Carmo: Hum, totalmente... (pausa) Nossa! Mas não tem dúvida. Problema com a diretoria sempre houve... (pausa) sempre houve.

As colocações de D. Maria do Carmo mantêm o vínculo com a memória da história de luta dos antepassados, dos problemas superados e a esperança que tudo dará certo. Michel Pollak ajuda-nos a compreender a memória destes irmãos quando afirma que:

O trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coesão dos grupos. Não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem resolver mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações e no seu passado individual e no de sua organização. (1989, p.10).

Dentro deste contexto, percebe-se que a imagem atribuída à irmandade não deve ser manchada pelo grupo atual, eles precisam manter a credibilidade do grupo e o passado individual se reconstrói na esperança de dias melhores. Assim, neste cenário formado pela igreja, irmandade e Largo do Paissandu o que encontramos de comum nestes irmãos é o apelo para que as forças superiores da Virgem do Rosário não os enfraqueçam na fé e que como sujeitos da história possam ter solução para os atuais conflitos e sua dignidade respeitada.

Posso afirmar que o trabalho de campo que realizei nesta Irmandade foi produtivo no campo da oralidade, pois quanto ao relacionamento com os irmãos não encontrei obstáculo algum, fui recebida com carinho, respeito, e o interesse em contar suas histórias foi muito espontâneo. Contudo, não posso dizer o mesmo com relação à equipe que constitui a “Intervenção” e, não posso deixar de relatar que passei por momentos tensos, pois apesar de ter agendado por telefone dia e hora diretamente com a secretária para uma entrevista e consulta aos livros da irmandade, em momento algum ela se dispôs a me receber.

Praticamente fiz plantão na igreja, já que fiquei hospedada em Sorocaba, na casa de meu irmão e me deslocava de manhã cedo para São Paulo e retornava à noite. Durante seis dias estive na igreja conversando com os irmãos, participando das celebrações realizadas pelo capelão padre Lázaro que há muitos anos ocupa esta função, mas que também se esquivou de dar entrevista. De acordo com os irmãos entrevistados, padre Lázaro é homem de poucas palavras e não se envolve nas questões da irmandade, embora o desejo dos filiados seja de que ele se posicionasse junto a eles por ser negro e também pelos anos dedicados como capelão.

Cada dia que frequentei a igreja a sensação de estar sendo vigiada pelos seguranças foi constante, pois rodeavam durante todo o tempo o salão onde estava realizando as entrevistas ou tomavam um cafezinho conversando informalmente. Antes de iniciar as entrevistas um dos seguranças solicitou-me o preenchimento de uma ficha de identificação a pedido da secretária onde relatei a proposta do meu trabalho, bem como a instituição que pertencia. Mesmo assim, fui questionada várias vezes se eu era jornalista ou repórter e, ainda não satisfeitos com minha resposta fizeram a mesma pergunta às pessoas que me acompanharam durante as visitas à igreja e às entrevistas. Para conseguir fotografar e filmar a igreja no seu interior e principalmente o entrar e sair dos seus frequentadores como os fiéis, os turistas, as pessoas carentes e os moradores de rua do entorno da igreja que por lá circulavam tive que pedir autorização por escrito, enquanto outros visitantes faziam o mesmo com a maior naturalidade.

Diante destas atitudes, que classifico como estranhas, desconfio da lisura da intervenção do Ministério Público. A demora em resolver este problema leva-me a pensar que atualmente existe interesse do Estado sobre o espaço ocupado por esta igreja como os registrados pelo irmão e ex-presidente Raul Joviano do Amaral em seu livro sobre as autoridades anteriores.

Para uns poucos irmãos a demora se deve a burocracia do sistema e a falta de união entre os irmãos o que leva-nos a crer que existe ainda por parte desses irmãos confiança nas autoridades estaduais e judiciárias.



Foto 8: Lateral do teto com rachaduras e infiltração de água da chuva. Arquivo da autora. Em 08/09/2013.

No entanto, a igreja precisa de reforma em toda sua estrutura, tem problemas de infiltrações visíveis em suas paredes, a pintura interna e externa está danificada, há muitas rachaduras nas paredes e a escada de madeira em caracol que leva ao coro está interditada por estar com cupins. Durante o trabalho de campo realizei fotografias de diversos ângulos da igreja que comprovam o seu estado de destruição que muito aflige não só os irmãos, mas os fiéis que frequentam as celebrações, as festividades e os devotos que durante todo o dia entram na igreja para rezar aos pés dos santos de devoção e depositar nos cofres suas ofertas em dinheiro. Segundo os irmãos, a irmandade tem dinheiro para executar a obra, o que contradiz o discurso do interventor, que afirma a necessidade de 180 mil para a reforma mediante orçamento já realizado e que a irmandade não possui este dinheiro⁵¹.

Sem dúvida a irmandade tem vivenciado dois problemas que a impede de agir: o primeiro deles é o dinheiro estar nas mãos do Ministério Público e o segundo impedimento, conforme entrevista concedida pelo interventor ao Jornal Estadão/São Paulo no dia 16 de abril de 2013 onde explica que:

O prédio está em estudo de tombamento pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Em setembro de 2012, foi aberto um processo para

⁵¹ Reportagem realizada pelo Jornal O Estadão. Disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,igreja-do-paicandu-precisa-de-r-180-mil-1021369,0.htm>> acesso em 10/08/2013.

avaliação técnica que, depois de concluído será submetido à deliberação do Conselho, que decidirá pelo tombamento ou não da igreja.

A saber, até o final desta pesquisa não tinha sido apresentada conclusão alguma do Conselho de Patrimônio e a partir da abertura do processo o prédio passou a ser protegido e qualquer intervenção ou reforma só será permitida através de aprovação com antecedência do Conselho. Registro então, nesta dissertação, o sofrimento dos irmãos do rosário que em pleno século XXI estão completamente sem direito e voz sobre o que a eles pertencem na cidade de São Paulo apesar de lutarem a favor da causa.

Não pude me furtar a indagar sobre estas questões a um grupo de irmãos que por respeito e consideração resolvi mantê-los no anonimato por se tratarem de respostas que podem comprometer a tranquilidade na irmandade. Abaixo seguem as perguntas e respostas selecionadas.

Norma: Quem é o responsável pelo pagamento dos funcionários que aqui trabalham?

Irmãos: O Ministério Público, na pessoa do atual interventor, Manoel Antonio de Lima Júnior.

Norma: A irmandade contratou um advogado para representá-la junto ao Ministério Público?

Irmãos: Sim, mas todos que contratamos não conseguiram nos ajudar. Chega até um determinado ponto e eles se afastam do processo.

Norma: Vocês irmão tem acesso ao dinheiro e à contabilidade da Irmandade?

Irmãos: NÃO

Norma: Como a irmandade consegue realizar suas festividades sem poder administrar seu dinheiro?

Irmãos: Fazemos uma relação do que precisamos e entregamos para a secretária que passa o pedido para o interventor analisar e autorizar a compra que em seguida é feita pela secretária e nos é entregue.

Norma: Vocês irmãos já tentaram eleger outra Mesa Administrativa?

Irmãos: Tentamos negociar com o Ministério Público, mas nos desqualificaram como administradores e não autorizaram eleger outra mesa.

Após estas respostas procurei pela irmã Denise Vitoriano uma militante pelas causas da irmandade para conversarmos sobre a publicação de um artigo de sua autoria, porém, não foi possível entrevistá-la. Contudo, transcrevo um trecho de seu texto publicado na Revista Brasil-Angola Magazine de 2012 escrito por Denise onde é visível sua insatisfação.

De acordo com o juiz, o promotor e o interventor não há pessoas capacitadas na Instituição para assumi-la; por isso, toda vez que está para ser batido o martelo ao nosso favor; cria-se novo empecilho. Irmã como sou, conhecedora da capacidade de meus irmãos de fé, como conheço; só posso crer que NOSSA PELE NEGRA E NOSSO CABELO CRESPO é o que nos impede de tomarmos a frente de algo que de FATO E DE DIREITO é NOSSO e isso para mim é RACISMO. (Grifo de Denise).

Este pequeno trecho deixa claro como é o tratamento dado aos irmãos do rosário pelo poder público e a crença na prática do racismo que não é nada diferente das atitudes que permearam toda a trajetória da irmandade em tempos passados. Embora vivendo todos estes conflitos a irmandade do Rosário dos Homens Pretos sobrevive ao tempo e as dificuldades nestes três séculos de existência e a esperança de dias melhores e o espírito de luta é uma constante entre os irmãos.

D. Maria do Carmo: Eu e a Vanilda minha filha, nós estamos tentando fazer tudo para ver se continua. Amanhã eu posso morrer. Aí uma irmã morreu, ela domingo estava aqui. Foi, deitou e morreu. Assim, enquanto tem vida a morte vem, não sabemos como, nem quando, né, não é verdade? Eu vou lutando, né, mas tá difícil, tá difícil... (silêncio prolongado)

No exposto acima, reconhecemos que a união entre os irmãos é a base referencial que dá sustentabilidade ao grupo e que mesmo não contando com a ajuda direta de todos os filiados os poucos que se fazem presente lutam para que a irmandade não perca a sua maior característica que é a de ser uma instituição de resistência sócio cultural e de ressignificação dos territórios negros ainda que sob o permanente estigma da segregação. Neste sentido, quando Dona Maria do Carmo diz que não vai deixar de frequentar a irmandade é a forma encontrada para exemplificar a ação de resistência que a mantém unida aos irmãos mesmo descontente com a atitude de alguns:

D. Maria do Carmo: Eu não deixo de estar presente. Eu venho e não estou contente, eu não estou contente (longo silêncio). Recomeça a falar com voz embargada pela emoção.
Eu estou confiante nas minhas orações. Infelizmente, é só nisso que eu me pego (muito emocionada começa a chorar). Ainda comovida para de chorar e continua dizendo: Se Jesus e Maria Santíssima achar que tem que acabar que acabe. Eu estou tranquila, mas triste, né, muito triste.

Seguindo a mesma postura de oração e resistência de dona Maria do Carmo a advogada e ex-deputada estadual, Theodosina Rosário Ribeiro, que já foi juíza, mesária, e ainda faz parte da irmandade, diz que:

Só a devoção a Nossa Senhora foi capaz de manter-nos unidos, com a irmandade aproximando-se dos 300 anos, e trazendo com a religiosidade, a conscientização capaz de forjar o surgimento de outros movimentos negros⁵².

Entre uma fala e outra verificamos que na atitude dos irmãos a irmandade do Rosário com o passar dos anos se firmou como centro de resistência, de preservação da história e da riqueza cultural do povo negro. No depoimento de Jean Nascimento, ex-presidente da irmandade esta posição se reafirma:

A Irmandade desenvolve um trabalho de preservação da cultura negra. Afinal, foi neste espaço que nasceram os mais importantes eventos dedicados à comunidade negra: Bonequinha do Café, o famoso Clube Aristocrata, bailes, além do importante movimento político, intitulado: Frente Negra, o maior movimento político negro de São Paulo. Um de seus idealizadores, Justiniano Costa foi também juiz-provedor da Irmandade. A participação das mulheres, eleitas pelas mesas administrativas, exercendo o cargo de rainha e de juíza, foi um dos marcos revolucionário da participação feminina na história do Brasil⁵³.

Em suma, com base nas informações coletas por outros pesquisadores da história desta irmandade, por todas as entrevistas e depoimentos reunidos durante esta pesquisa e o convívio por uns dias com o grupo de irmãos e, sobretudo na participação das celebrações que pude presenciar posso afirmar que estes irmãos do rosário de São Paulo se diferem dos irmãos do rosário de Ouro Preto. No início da divisão da colônia os irmãos do rosário de Ouro Preto pertenceram à mesma capitania - Rio de Janeiro e vivenciaram os mesmos conflitos no que se refere à implantação do catolicismo ultramontano e hoje zelam pela igreja, auxiliam o pároco nas celebrações, nas festividades religiosas e se fazem representar como irmãos nas celebrações.

⁵² Revista “Mundo e Missão”. Texto de Maria José de Deus.

Disponível em <http://www.pime.org.br/mundoemissao/irmandade.htm> acesso em 10/06/2013.

⁵³ Revista Raça Brasil, novembro de 2011. Artigo: 300 anos de história da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos do Paissandu em pleno centro de São Paulo, é a terceira mais antiga do Brasil. Artigo de Cláudia Canto. Disponível em

>http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/160/artigo_240617-1.asp< Acesso em 10/06/2013.

O diferencial que julgo ser o de maior destaque está na capacidade de superação dos obstáculos e, na capacidade de reinventar formas de sobrevivência nos momentos de maiores pressões encontrado na irmandade de São Paulo. Talvez isso esteja relacionado aos irmãos serem na sua maioria “irmãos de sangue”⁵⁴ e, assim a irmandade é constituída, por um número menor de filiados e, a fé em Nossa Senhora do Rosário é a força superior que os mantém unidos, apesar de alguns irmãos não comungarem das mesmas ideias sobre a questão da “intervenção”.

Deve-se ressaltar ainda, que os irmãos do Rosário, vivem momentos ora tensos, ora agradáveis, ora de decisões no subsolo da igreja em meio ao altar da primeira imagem de Nossa Senhora do Rosário adquirida pelos fundadores da irmandade e as recordações mantidas no acervo de pinturas, fotografias e documentos que trazem à lembrança dos ancestrais. Da mesma forma, a fé devocional a Nossa Senhora do Rosário, a oração do terço e a história de Zumbi, homem que deu liberdade a negros e a brancos pobres, através das fugas para os quilombos, os irmãos do Rosário buscam força e coragem para continuarem participativos nas lutas diárias.

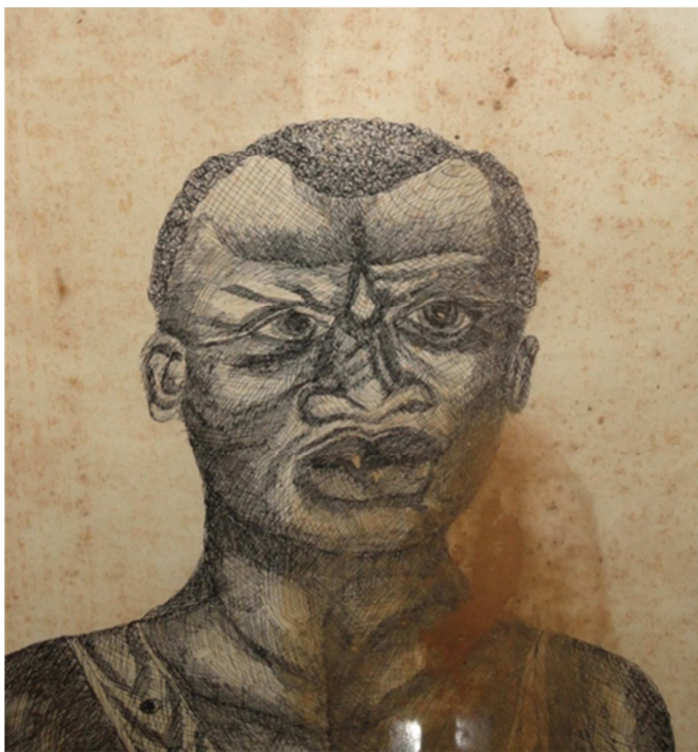


Foto 9: Quadro de Zumbi realizado em grafite por Cassiano José Neves Filho. Arquivo da autora. Em 08/07/2013.

⁵⁴ A expressão “irmãos de sangue” refere-se ao grau de parentesco entre os irmãos.

Os irmãos do Rosário acreditam piamente na intercessão da sua padroeira Nossa Senhora do Rosário e aliados a outros fatores como a identidade, a cor e a esperança esses irmãos geram uma força interior capaz de impulsionar e resistir à pressão não só da Igreja Católica, mas também do poder público excludente, para continuar realizando suas atividades religiosas.

A seguir passamos a discutir a religiosidade nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário a partir da origem destas irmandades na Europa, inclusive em Portugal que se difundiu através do catolicismo em África, aportando na América portuguesa no período colonial com a chegada de africanos escravizados e convertidos ao catolicismo que encontraram nessas associações a maneira de se organizarem na nova sociedade.

2 - A RELIGIOSIDADE NAS IRMANDADES DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO.

2.1- A devoção e a propagação do rosário.

A palavra devoção parece desgastada pelo uso excessivo e às vezes indiscriminado, adquirindo assim uma conotação pejorativa por se enquadrar no universo do catolicismo, e dentro dele, no universo da religiosidade popular. Analisado por este viés o termo devoção que é popular perdeu a conotação de “forte sentimento religioso”⁵⁵ ao longo da História da Cristandade⁵⁶ no período colonial, mais especificamente no decorrer da implantação do catolicismo ultramontano, cujo interesse era desqualificar as manifestações religiosas populares. O termo particular “devoção” ou “devoção popular” a partir do Concílio Vaticano II⁵⁷ foi substituído pela expressão “religiosidade popular”.

O que nos interessa neste caso, porém, não é a História da devoção, mas o seu conceito geral, “devoção é o ato de dedicar-se ou consagrar-se a alguém ou à divindade (...). Um sentimento religioso, o culto, prática religiosa, enfim, uma dedicação íntima, uma afeição, um afeto a um objeto de especial veneração”⁵⁸.

O conceito delimitado, embora amplo e complexo, atende em particular esta pesquisa no que tange o que é considerado “objeto de especial veneração”, ou seja, o “Santo de devoção”, que neste contexto volta-se para a devoção aos santos negros e a Maria com a invocação de Nossa Senhora do Rosário.

Torres-Londoño (2000) diz ser insuficiente considerar a devoção em uma escala reduzida a promessa e obtenção ou também graça ou pagamento da promessa. Para ele, a devoção é algo amplo e possui um espaço, livre da disputa com os especialistas religiosos. Contudo, o mesmo autor afirma que as devoções não só se conservam como se transformam.

⁵⁵ Devoção: Mini Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa. Editora Moderna, Rio de Janeiro. 2010, p.257.

⁵⁶ A Cristandade “(...) trata-se de uma revivescência de uma concepção de Igreja que perdurou durante a Idade Média na Europa Ocidental. O elemento básico do modelo é o conceito de sociedade sacral. Nesse conceito de sociedade sacral ou cristandade se identificam os conceitos de fé e nacionalidade, e o catolicismo passa a ser religião oficial do Estado. Os interesses da Igreja são os interesses do Estado e vice-versa (...)”. Cf. Hugo SCHLESINGER e Humberto PORTO. Dicionário Enciclopédico das Religiões, verbete “Cristandade”, p.737.

⁵⁷ Concílio Vaticano II: Foi o último Concílio Católico (Vaticano II, 11 de outubro de 1962 a 8 de dezembro de 1965).

⁵⁸ Cf. Dicionário Aurélio, verbete “devoção”.

Elas se adaptam as suas próprias práticas a partir das necessidades criadas pelos devotos. Assim, a devoção passa pela imagem, as representações dos santos, as significações atribuídas a elas e que os diversos usos das imagens servem eficientemente para colocar as devoções na vida dos fiéis (2000, p. 249-252).

Para, Riolando Azzi “a devoção ao Santo constitui para o fiel uma garantia do auxílio celeste para suas necessidades” (1994, p. 296). E para Denise Pereira a devoção possui conotação íntima e pessoal, e a sua origem está na crença em determinados poderes sobrenaturais que o santo de devoção possa ter, como a solução de um caso extraordinário, milagre ou algo do gênero que ocorreu ou que se ouviu dizer que tenha ocorrido (2003, p. 68).

Embasados nestas considerações acreditamos que a assimilação ao culto dos santos católicos pelos negros africanos, principalmente os bantos, não foi tão difícil porque eles mantinham uma relação semelhante com seus ancestrais. Para discutir esse tema é fundamental resgatar a passos largos a abordagem histórica da conversão do Congo e Angola perpassando pelas irmandades instituídas em Portugal, que fundaram irmandades nas terras conquistadas, onde a Igreja Católica⁵⁹ esteve à frente no processo de aproximação e efetivação dos contatos culturais através dos símbolos, práticas e representações oferecidos pelo campo da religiosidade.

2.1.1 Irmandades de Nossa Senhora do Rosário Europa/Portugal.

Tendo em vista que as irmandades espelham a característica social e cultural dos ambientes onde se concretiza agora, nossa atenção converge para a origem e propagação das irmandades de Nossa Senhora do Rosário na Europa, particularmente em Portugal, tomando-as como um dos mecanismos que possibilitaram contatos, sínteses e trocas entre os povos e culturas.

Com o intuito de reforçar que a origem das irmandades se deu na idade Média, sem data precisa, mas no período histórico entre os séculos XII e XIII e que se propagaram por toda a Europa inclusive Portugal busca-se através da historiografia a fundação da primeira Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na Europa. Juliana Beatriz Almeida de Souza (2001)

⁵⁹ Caio Boschi nos lembra sobre o papel desempenhado pela Igreja católica que “condicionou-se a exercer sua ação como parte integrante das diretrizes políticas de um novo tipo de Estado: as Monarquias Absolutistas” onde os reis afirmavam sua autoridade também sobre os negócios eclesiásticos lançando mão da Igreja.

em seu artigo “Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar”, a autora relata que no final do século XV foi criada pelo dominicano Jacob Sprenger, conhecido como Caçador de bruxas e um dos autores do livro *Malleus Maleficarum*- O Martelo das bruxas- a primeira confraria do Rosário no ano de 1475 na cidade de Colônia, na Alemanha. Contudo, segundo a “Cronologia da devoção de Nossa Senhora do Rosário entre os bantos nos séculos XV-XVII, na África, em Portugal e no Brasil”, elaborada por Frei Francisco van der Poel, a mais antiga Irmandade do Rosário foi fundada em 1409, na cidade de Düsseldorf na Alemanha com o nome de Irmandade das Alegrias de Nossa Senhora, para irmãos e irmãs do Rosário. Apesar da contradição entre os dois autores, a devoção a Nossa Senhora do Rosário não só atravessou os séculos, mas também toda a Europa e eram conhecidas tanto pelo seu caráter assistencialista ou por aglomerar profissionais de um mesmo ofício e também por serem instituições religiosas, ou para culto a um santo.

Com o foco direcionado para as irmandades constituídas em Portugal segundo Alberto Pimentel⁶⁰ (1899) no ano de 1478 em Lisboa, foi encontrado o registro de fundação da primeira irmandade do Rosário dos Brancos de Portugal. Esta irmandade nasceu na Igreja do Convento de São Domingos instituída por pessoas brancas, mas que a partir da metade do século XVI, paulatinamente, este espaço institucional foi ocupado pelos negros (REGINALDO, 2011, p. 80).

À medida que Portugal se tornava o centro de um império em expansão, no início do século XVI, era crescente à entrada de escravos africanos na Península Ibérica. Linda Heywood afirma que até 1505 Portugal havia importado entre 136 mil e 151 mil africanos escravizados (2001, p. 53) o que permitiu as confrarias negras emergirem no início do período moderno em Portugal. Devido à chegada desses novos personagens que trouxeram santos que praticamente eram exclusivos dos africanos por serem negros, como Santa Efigênia e São Benedito e também o culto a Nossa Senhora do Rosário, as irmandades foram criadas para ajudar a Igreja a convertê-los e muitas confrarias foram organizadas sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (MULVEY, 1976, apud COMAR, 2008, p. 46.).

Com relação ao ingresso de negros nas irmandades do Rosário em Portugal não podemos nos embasar somente nas colocações de Patricia Mulvey (1976) ao se referir que as irmandades foram criadas para o ingresso dos recém-chegados escravos africanos com o objetivo de oferecer conforto espiritual e na medida do possível, defendê-los da opressão do sistema subumano. A visão desta autora busca enaltecer o lado humano e cristão dos

⁶⁰ Em PIMENTEL, Alberto, 1899 apud REGINALDO, Luciline. 2001, p.80.

portugueses que outros autores contradizem, portanto ao adentrar neste assunto iniciaremos com as considerações de Didier Lahon, Julita Scarano, José Ramos Tinhorão e outros.

Lahon ressalta que é possível que uma das razões principais que levaram os negros a ingressarem nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário está relacionada à abertura de filiação para todos os indivíduos, independente de qualidade, estado ou condição (1999, p. 59-60).

José Ramos Tinhorão acredita na possibilidade dos africanos terem se identificado com a capela da Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Convento de São Domingos, em Lisboa, como um lugar especial e, se congregaram na irmandade criada em sua homenagem porque, o santuário abrigava também a estátua de São Jorge e uma imagem dos Três Reis Magos, inclusive a do negro Baltazar, com quem possivelmente os africanos se identificavam (1988, p.80).

Analisando o pensamento destes autores e, relacionando-os com o processo de catequese do Continente africano realizado pelos dominicanos, que o uso da invocação de Nossa Senhora do Rosário entre os convertidos, compreendemos a inserção dos negros nas associações existentes em seus conventos em Portugal. Contudo, embora os negros e brancos tenham pertencido à primeira irmandade do Rosário em Portugal, os negros formaram suas próprias associações religiosas em torno de 1496. Essas irmandades do Rosário criadas no Reino além da devoção à Maria foram também marcadas pela preocupação especial com o “cuidado adequado com o corpo”, com os enterros e preces destinadas à alma após a morte. Reginaldo destaca que:

“Por amor de Deus”, as Misericórdias enterravam os pobres falecidos, incluindo neste rol os escravos e libertos negros. Os livros de sepultamentos da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa confirmam a presença significativa da população negra na cidade no decorrer do século XVIII (2011, p. 75).

As irmandades do Rosário ganharam popularidade em Portugal como as Misericórdias, pois similarmente prestavam serviços de ajuda mútua e funerária aos seus filiados. Assim, nos finais do século XV, a devoção ao Rosário já havia sido estabelecida em Portugal e segundo narrativa de Tinhorão (1988) tudo leva a crer que no ano de 1490 a peste assolou Lisboa fazendo com que os nobres e o povo invocassem a intercessão da Virgem e

que logo resolveram construir uma capela em sua honra e cujo culto ao Rosário a partir de então alcançou grande expressão em todo território português.

Julita Scarano corrobora com a narrativa de Tinhorão quando afirma que:

Divulgada a devoção de Nossa Senhora do Rosário na Península Ibérica, logo foi tida como protetora de inúmeros grupos, como os homens do mar no Porto [...]. Sua popularidade foi tão grande que em todas as cidades portuguesas criaram-se igrejas e, em algumas surgiram conventos dominicanos (1975, p. 39-40).

De modo geral podemos observar que desde o século XVI eram sob a invocação dessa santa que se congregavam os negros em Portugal. Contudo, santos da devoção dos negros africanos foram adotados como padroeiro para a instituição de outras irmandades em Portugal.

De acordo com a dissertação de Michelle Comar⁶¹ a relação das irmandades Negras organizadas em Portugal descritas em seu estudo foi elaborada por James Sweet⁶². Segundo este autor na década de 1580 surgiu em Lisboa três confrarias exclusivamente de negros; a de Nossa Senhora de Guadalupe e São Benedito, no Convento de São Francisco, e outra, sob a invocação de Jesus Maria José, no Convento do Carmo (2008, p. 47-49).

Os séculos XVII e XVIII também foram marcados pelo surgimento de mais irmandades de negros. No século XVII foi criado à Irmandade do Rosário dos Pretos, no Convento do Salvador e, a partir daí, os negros em Portugal instituíram mais três confrarias até meados do século XVIII, sendo elas: a do Rosário, no Convento da Trindade, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Convento da Graça e, outra confraria sob a invocação de Jesus Maria José, no Convento de Jesus dos religiosos franciscanos (COMAR, 2008, p. 49).

Vale lembrar que segundo Reginaldo (2011) no século XVIII, em Portugal, o culto a Nossa Senhora do Rosário já havia estabelecido um vínculo entre a devoção e a população de cativos e libertos onde a maioria das irmandades por eles constituídas era dedicada a Nossa Senhora do Rosário que, permitiu assim a apropriação do culto ao Rosário como privilégio da população negra.

⁶¹ Imagens de Ébano em altares Barrocos: As Irmandades Leigas de Negros em São Paulo (Séculos XVIII-XIX). 2008, USP.

⁶² Cf: SWEET, James. *Recreating África*.

Embora as razões da escolha de Nossa Senhora do Rosário como protetora dos negros seja ainda ponto de discórdia entre os historiadores, não se pode negar que sua popularidade fez criar em quase todas as cidades portuguesas igrejas onde havia imagens da virgem.

2.1.2 Conversão do Reino do Congo e do Reino de Angola e seus desdobramentos.

Desde os primeiros contatos entre os portugueses e africanos, a religião foi um dos principais instrumentos mediadores para o diálogo e o processo de conversão ao cristianismo do Reino do Congo foi fundamental para a compreensão da cultura centro-africana e da aceitação da religião dos portugueses. Assim, consideramos ser pertinente relatar o cenário encontrado pelos portugueses na região Centro-Occidental do continente africano, mesmo que brevemente, já que a região do Congo-Angola forneceu a maioria dos escravos que chegaram ao Brasil.

A saber, o Reino do Congo, existiu na África de 1390 até 1914 e os contatos entre os portugueses com este reino se iniciaram em 1483, através do explorador Diogo Cão durante a sua primeira viagem. Depois de uma curta estadia na feitoria da costa da Mina atingiu a foz do rio Zaire utilizando as naus da navegação marítima até onde foi possível. Ao subir o rio descobriu que os povos que viviam nas suas margens eram subordinados a um governador do interior, o *mani Congo* (Senhor do Congo), com quem estabeleceu contatos.

Já dizia Marina Mello de Souza, que a unidade do Reino do Congo era mantida a partir do controle exercido pelo rei, cercado por linhagens nobres que teciam alianças principalmente por meio de casamento, mas que eram também fortalecidas pelas relações comerciais e políticas entre diversas regiões (2001, p. 45).

Neste primeiro contato com o Reino do Congo Diogo Cão foi instruído por D. João II a fazer contatos pacíficos e os portugueses se embrenharam no interior do continente africano chegando até à capital congoleza para estreitar as relações com os africanos. Contudo, os emissários não regressaram no tempo determinado e os navios que aguardavam zarparam rumo a Península Ibérica levando quatro reféns para assegurar a vida dos portugueses que ficaram no continente africano, caso houvesse algum imprevisto.

Em Portugal esses foram tratados como amigos e aprenderam um pouco dos hábitos, da religião e da língua do reino. Conforme o prometido, nova

expedição trouxe de volta os congoleses capturados, agora “ladinos”, juntamente com uma embaixada e presentes para o mani congo, retorno amplamente festejado (PINA [1942] apud VAINFAS e SOUZA 1992, p. 101).

O grupo da elite nativa que seguiu viagem para Portugal, lá chegando aprendeu a língua, europeizou seus costumes, entrou em contato com o cristianismo e retornaram numa segunda viagem ao Congo.

Nos relatos do livro “Relação do Reino do Congo”, escrito no ano de 1492, pelo cronista Rui Pina encontra-se a narrativa sobre os primeiros contatos entre os portugueses e congoleses e a afirmativa sobre o interesse de conversão da segunda viagem de Diogo Cão. As recomendações de Portugal foram claras “com toda a atenção e com agradáveis palavras, condu[zir] os ânimos daquelas pessoas a acreditar na fé de Cristo e a fazer amizade com o seu Rei (PINA[1492], 1992, p. 97 apud REGINALDO, 2011, p. 30).

O então navegador Diogo Cão foi o responsável por uma missão estratégica não só relacionada ao futuro comércio português na costa africana, mas também na tentativa de criação de focos de cristianização na qual se destaca o Congo. A respeito do retorno à África dos nativos levados para Portugal, sabe-se que ao aportarem vestidos como os demais portugueses e ao demonstrarem instrução segundo as regras da Santa Sé, foi muito festejado, marcando o início da aceitação da religião trazida pelos brancos aos soberanos do Congo.

No cronista Rui de Pina encontra-se a descrição deste momento.

Com tal alegria que ninguém, nem por palavras nem por escrito o poderia dizer, como se todos fossem mortos e ressuscitados, e a chegada daqueles oradores e negros por todo o reino de repente foi conhecida, e assim uma multidão infinda pela alegria correu a vê-los (1492, p. 101 apud SOUZA, 2006, p.52).

A viagem de travessia do mar para os bakongos⁶³ foi entendida como o retorno do além, onde seus pares tinham recebido iniciação em vários segredos e retornando pela grande

⁶³ O Bakongo é um grupo étnico banto que vive numa larga faixa ao longo da costa atlântica de África, desde o Sul do Gabão até às províncias angolanas do Zaire e do Uíge, passando pela República do Congo, pelo exclave de Cabinda e pela República Democrática do Congo. Em Angola é o terceiro maior grupo étnico. No passado formaram o poderoso Reino do Congo, um dos mais importantes em toda a África de então. Foi no território Bakongo que, no Século XV, os portugueses encontraram o reino do Kongo, com a capital em “S. Salvador” (Mbanza Kongo). Resistiram durante séculos às invasões portuguesas até serem finalmente separados por fronteiras coloniais impostas pelos tratados e acordos entre países europeus no fim do século XIX, dividindo seu

água do oceano acompanhados dos portugueses, por eles chamados de criaturas brancas. Para a maioria dos povos da África Central o oceano (Kalunga)⁶⁴ era a marca divisória entre o mundo dos vivos e dos mortos e atravessar o oceano significava morrer e o movimento contrário significava renascer. Na cosmogonia dos povos bakongos o mundo se dividia em dois, o dos vivos e o dos mortos e o que os separava era o grande rio e, a comunicação entre estes dois mundos era possível e necessária ao bem estar dos vivos (REGINALDO, 2001, p. 37). A chegada dos nativos e tudo que os brancos trouxeram do outro lado do oceano despertou o interesse do *mani Congo* em aceitar a religião dos portugueses bem como obter acesso às tecnologias apresentadas por eles. Desta forma a cristianização do Congo pode ser entendida como de iniciativa própria e a partir de suas próprias crenças. Reginaldo enfatiza que:

A aceitação da “amizade” dos reis de Portugal supunha o reconhecimento de uma nova religião com novas práticas e novos ritos. A pequena mostra do poderio tecnológico dos recém-chegados, somadas as promessas de uma associação vantajosa em termos políticos e econômicos, avalizou, de imediato, a religião trazida pelos brancos (2011, p. 30).

território em Congo Belga, África Equatorial Francesa e Angola. Antes do século XX não havia nenhuma designação para esse grupo na África, os etnônimos mais antigos documentados datam do século XVII, designando os residentes do Reino do Kongo de Esikongo (Mwisikongo no singular) e os do Reino de Luangu de Bavili (Muvili no singular), possuindo outros nomes nas outras partes dos territórios de fala Kikongo. No fim do século XIX os missionários aplicavam eventualmente para esse grupo o termo Bafiote (m'fiote no singular), embora não esteja claro que o termo nunca tenha sido usado pela população local para descrever a sua própria identidade. Desde o início do século XX, o etnônimo Bakongo (singular M'Kongo ou Mukongo) ganhou popularidade para designar todos os membros da comunidade de língua Kikongo. Esses povos são mais conhecidos por falarem um grupo de dialetos mutuamente ininteligível do que por uma continuidade histórica ou cultural. O termo “Congo” foi amplamente usado para identificar os povos de língua Kikongo escravizados nas Américas. Disponível em < <http://claudio-zeiger.blogspot.com.br/2012/02/o-povo-bakongo.html>> Acesso em 20/10/2013.

⁶⁴Entre o povo congo ou angola, por exemplo, que foram dos primeiros a serem trazidos para o Brasil como escravos, kalunga era uma palavra ligada às suas crenças religiosas. Ela se referia ao mundo dos ancestrais. Eles acreditavam que as pessoas deviam prestar culto aos seus antepassados, porque era deles que vinha a sua força. Para eles, o mundo era representado como uma grande roda cortada ao meio e em cada metade havia uma grande montanha. Numa metade da roda, o pico da montanha ficava virado para cima. Mas na outra metade a montanha estava invertida, de cabeça para baixo. De um lado da roda, a montanha de cima representava o mundo dos vivos. De outro, a montanha de ponta cabeça representava o mundo dos mortos, terra dos ancestrais. As duas montanhas eram separadas por um grande rio que eles chamavam de kalunga. Por isso, para eles, kalunga era o nome desse lugar de passagem, por onde os homens podiam entrar em contato com a força de seus antepassados. Já se vê assim que, se os africanos associavam a palavra kalunga à morte e ao mundo dos mortos. A morada dos mortos para eles, kalunga era o que tornava uma pessoa ilustre e importante, porque mostrava que ela tinha incorporado em sua vida a força de seus antepassados. Era assim que agiam os reis, que só governavam enquanto eram capazes de manter seu povo unido em torno dessa força comum dos antepassados. Postado em 30/03/2010 às 18:04 h, por Priscila Carnaça e Gisele Almeida.

Em< <http://www.educacaoquilombolaeadiversidade.blogspot.com>> Acesso em 17/02/2013.

Além disso, o batismo cristão devido ao seu ritual e aos objetos litúrgicos católicos utilizados, por analogia ao cerimonial e aos objetos mágicos usados na comunicação com o além pelos bakongos, foi interpretado pelas elites do Congo⁶⁵ como uma espécie de iniciação à nova religião e que através dele as portas se abriam para uma série de segredos e privilégios. Assim a nova religião ganhou atributos mágico-religiosos⁶⁶ e também foi reconhecida pelo seu poder temporal⁶⁷. Sem dúvida a conversão representou para os congoleses um significativo aumento de poder dos chefes convertidos.

Dentro deste contexto, Marina de Mello e Souza considera que:

O catolicismo foi, a princípio, bem aceito por parte da elite que governava da capital – uma vez que fortalecia o seu poder diante de linhagens rivais – passou a ser adotado por todos os grandes chefes, que perceberam a sua estreita relação com o comércio de novas mercadorias, cuja posse levava a uma ampliação do raio de influência e consequentemente do poder daqueles que tivessem acesso a elas (2006, p. 286).

Mesmo com a aceitação do catolicismo não ocorreu o abandono total das antigas crenças e costumes tradicionais da religião do Congo⁶⁸, pois os africanos souberam salvar seus valores religiosos ainda em solo africano nos primeiros contatos com os portugueses. Verifica-se em Marina de Mello Souza (2001) que às experiências do cristianismo bakongo, nos primeiros tempos, no antigo Reino do Congo na África Banto, as cruzes, os ostensórios cristãos foram chamados de *minkisi*⁶⁹ pelos próprios missionários católicos portugueses. Os missionários usando a denominação local para os objetos utilizados nos cultos religiosos, mesmo existindo enorme diferença de significados entre eles, de certa forma buscaram a equivalência entre o universo católico e o universo religioso bakongo. Assim é possível compreender que na conversão do Congo, foram cultivadas analogias entre os cultos locais e o catolicismo permitiu os nativos darem aos missionários o mesmo peso dos sacerdotes locais devido atuarem em ritos ligados ao casamento, à colheita e a momentos

⁶⁵ Pensando dessa forma o Mani Congo primeiro quis o batismo para sua família para depois estender a outros o rito cristão, evidenciando assim a manipulação do batismo cristão pelas elites devido o seu poder de inserção ao novo contexto político e religioso (REGINALDO, 2011, p. 34).

⁶⁶ Os soberanos do Congo acreditavam que os novos ritos e os novos objetos sagrados fortaleciam seus poderes.

⁶⁷ Este reconhecimento se deve a vitória do mani Congo e seu exército, após o batismo de alguns membros de sua família e à proteção da cruz que levou consigo (SOUZA, 2002, p.36).

⁶⁸ Os soberanos do Congo tinham seu próprio quadro de referências culturais, bem como interesses objetivos na adoção do cristianismo. Questões em torno da poligamia ou da prática tradicionais foram fontes inesgotáveis de conflitos entre os convertidos centro-africanos e missionários de várias épocas.

⁶⁹ *Minkisi* é o plural de *nkinsi* e significa “objetos mágicos indispensáveis à execução dos ritos religiosos”.

importantes da vida comunitária. Estas analogias aproximaram tantos os nativos como os portugueses das duas religiões contribuindo para a ressignificação dos ritos e símbolos facilitando o processo de catequização.

Na conversão de Angola, os portugueses não repetiram a política de aliança, catequese e cooperação desenvolvida no Congo, que apoiados pelo rei D. Sebastião, criaram em 1571 a Capitania de Governança de Angola, tendo como base o sistema de capitánias hereditárias adotado no Brasil, e dela fez-se donatário Paulo Dias de Novais. A partir de 1575, devido a crescente demanda de escravos para o Brasil, os portugueses desinteressaram da formação de um estado cristão na África. Assim, na condição de donatário e conquistador, Paulo Dias de Novais troca os missionários por soldados lançando a conquista de Angola, que se torna nos séculos XVII e XVIII a base essencial do desenvolvimento do comércio de escravos para o Brasil (MATOSSO, 2003, p.29).

Kátia Mattoso ainda afirma que “o Congo soube conservar sua independência”, enquanto Angola foi “conquistada pela força, sofreu, com maior ou menor eficácia e presença viva, a administração portuguesa”.

É preciso compreender que por todo século XVI a expansão lusa do comércio nos territórios da África Centro-Occidental ocorreu simultaneamente à expansão do catolicismo graças à presença de missionários que estimulou e efetivou a incorporação de ritos católicos, como o batismo, e de objetos de culto como rosários, imagens de santos e crucifixos, que eram vendidos em feiras no interior do Congo. Neste período, centenas de missionários alcançaram à costa e os sertões africanos, várias ordens religiosas aventuraram-se por esse vasto continente, como: Companhia de Jesus, Franciscanos, Carmelitas Descalços, Capuchinhos, Dominicanos, sendo os principais responsáveis pela ação missionária em África. As novas crenças, acompanhadas por novos símbolos e práticas religiosas que homenageava diversos santos patrocinados pela Igreja Católica permitiu o florescimento das irmandades em solo africano.

No que se refere ao surgimento das irmandades de negros na África e a devoção a Nossa Senhora do Rosário devemos considerar que em primeira instância elas se constituíram na Europa no século XIII e se estabeleceram de modo rápido no continente africano, particularmente na região de Angola e Congo, introduzidas pelos jesuítas e capuchinhos que foram os principais responsáveis pela propagação do catolicismo a partir dos séculos XVI e XVII na África Central.

Linda Heywood considera que A criação de irmandades no Congo e em Soyo, com seus severos códigos de disciplina e de comportamento religioso, foi um importante instrumento para que o catolicismo penetrasse naquelas regiões (2001, p. 59).

Segundo a autora, a primeira irmandade formada por negros na região do Congo-Angola foi a de Nossa Senhora do Rosário, criada em 1526 na ilha de São Tomé, a qual se articulava à região continental através de relações comerciais, e no Congo a primeira irmandade dedicada a Virgem Maria foi criada em 1548 na capital de São Salvador, mas tudo indicada que era apenas para os portugueses.

Para descrever sobre as irmandades do Rosário criadas na África utilizamos os estudos elaborados por Lucilene Reginaldo sobre esta temática, pois, nos permite mostrar as conexões atlânticas da devoção a Nossa Senhora do Rosário fora do eixo Brasil-Portugal. Segundo a autora os capuchinhos, no ano de 1645 se estabeleceram em Angola e utilizaram da mesma estratégia missionária levada ao Congo, ou seja, penetraram no sertão africano onde distribuíram os sacramentos e espalharam os símbolos cristãos (2011, p. 28).

Dentre os capuchinhos Antônio Gaeta participou diretamente da segunda conversão em terras africanas. Sua missão era intermediar um acordo de paz entre os portugueses e a Rainha Ginga N'Gola M'Bandi, a célebre Rainha de Matamba no Sudoeste da África, que apesar de batizada em Luanda no ano de 1622 com o nome de D. Ana de Sousa, entrara em conflito com o rei de Portugal. Gaeta foi bem sucedido na sua missão, pois ganhou a confiança da rainha que restabeleceu aliança com os portugueses e com o catolicismo. Este fato permitiu mais uma vez o reconhecimento por parte dos africanos dos vínculos entre o catolicismo e a integração à nova conjuntura política (REGINALDO, 2011, p. 50).

Portanto, o mérito da fundação da confraria dedicada a essa devoção nos sertões de Matamba⁷⁰, no início do século XVII cabe ao capuchinho Gaeta e esta afirmativa se apoia num breve registro de fundação que atesta sua existência no interior de Angola. Sem dúvida a criação das irmandades do Rosário favoreceu a expansão dos ritos, dos símbolos e das devoções marianas que se tornaram populares como apontam as escolhas das invocações de várias irmandades em Luanda⁷¹.

Podemos inferir que as irmandades africanas não alcançaram a importância das instituídas em Portugal e nas Américas, contudo os santos de devoção dos negros africanos

⁷⁰ O Reino da Matamba era a região que é hoje a Baixa depressão de Cassange, Província de Malanje moderna de Angola. Foi um poderoso reino que resistiu longamente às tentativas de colonização portuguesa e, só foi integrada a Angola, em finais do século XIX.

⁷¹ Como exemplo citamos a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição ereta na Sé, Confraria da Imaculada Conceição ereta num dos altares do Convento de São José, residência dos franciscanos, a confraria da Senhora do Socorro.

que se popularizaram no Reino e nas colônias revelam histórias de laços e identificações construídos simultaneamente nos três continentes colaborando assim para a reelaboração dos elementos do catolicismo na visão do mundo centro-africano.

Certamente, essa experiência resinificou e agregou também elementos das religiões ancestrais destes africanos ao novo catolicismo que surgia no Congo e em Angola que possivelmente podem ter influenciado as irmandades constituídas de negros no Brasil na diáspora. Prova desta afirmativa para Lucilene Reginaldo (2011), está relacionada à ereção de uma irmandade do Rosário para brancos, na igreja do convento dos capuchinhos que passaram do Congo para Angola em 1649 e que fazia questão de marcar um distanciamento em relação à irmandade dos africanos do Bairro do Rosário onde festejavam Nossa Senhora do Rosário no mês de outubro, porém em dias diferentes evitando assim o encontro entre os devotos brancos e negros. O Bairro do Rosário se localizava na periferia onde concentrava grande número de negros e abrigou em meados do século XVII um acampamento de escravos.

Esta foi uma forma de segregação que ocorreu entre as irmandades de negros e brancos, pobres e ricos, livres e escravos ou forros já em continente africano. Além disso, a igreja de Nossa Senhora do Rosário deste bairro funcionava como uma paróquia para os pretos, e o capelão tinha como obrigação de catequizá-los na língua nativa, confessá-los e acompanhá-los à sepultura. Além disso, Lucilene Reginaldo reporta-se ao autor Manuel Nunes Gabriel que afirma que:

Nossa Senhora do Rosário foi orago de dois importantes presídios no interior de Angola o de Cambembe, às margens do rio Cuanza, e Pundo Andongo, antiga capital do Reino de Ndongo. Na região, uma irmandade com o título de Rosário também foi ereta na matriz de Cambembe (2011, p. 67).

Por certo, podemos perceber a influência da religião na irradiação da cultura luso-europeia na região Centro-Occidental da África, pois além da construção de igrejas e altares, os símbolos cristãos foram amplamente divulgados entre africanos e as práticas católicas foram também incorporadas ao sistema religioso africano como já foi relatado acima sobre o batismo apresentado aos chefes e suas respectivas famílias.

Prosseguindo na temática da criação das irmandades, em São Tomé no ano de 1526, o rei D. João III permitiu a fundação pelos negros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e deu liberdade a todos os seus membros. Este fato permitiu que os negros se sentissem os donos da devoção, contudo, no início do século XVIII foi aprovada a criação em São Tomé de

uma confraria de homens brancos, dedicada a Nossa Senhora do Rosário mesmo contra a vontade dos devotos negros.

Entretanto, apesar da invocação à Virgem do Rosário estar vinculada a devoção dos brancos no decorrer dos séculos XVII e XVIII ela ganhou a preferência de negros em terras africanas e novas confrarias do Rosário foram instituídas na Ilha de Moçambique (irmandade de portugueses e “cristãos da terra”) e na Ilha do Príncipe (irmandade de devotos negros que instituía oficiais com títulos de rei, rainhas e príncipe)..

Para Lucilene Reginaldo a devoção a Nossa Senhora do Rosário em Luanda esteve associada especialmente aos negros cativos e forros, pois se tratava de uma devoção reservada aos africanos inseridos na experiência da escravidão, seja na condição de cativos ou de libertos. Nesse sentido a devoção do Rosário entre os africanos parece estar vinculada às marcas “conversão-cativeiro” (2011, p. 63).

Marina de Mello e Souza e Julita Scarano autoras que também dedicaram parte de seus estudos as irmandades negras, cujo santo de proteção é Nossa Senhora do Rosário, não encontraram razões concretas para que os negros a escolhessem como padroeira. Para as autoras nenhuma explicação oferecida é satisfatória. Assim explica Marina de Mello:

Os negros praticaram o culto católico, primeiro como devoção e em conjunto com os brancos, desde meados do século XV, organizando-se a seguir em irmandades próprias no começo do século XVI. As razões de terem optado pelo culto a Nossa Senhora do Rosário podem ser diversas e se ligarem umas às outras (2006, p. 162 e 163).

Contradizendo estas duas autoras, Lucilene Reginaldo (2011), acredita que a invocação à Virgem do Rosário, que foi propagada pelo interior do Congo e Angola desvinculada das devoções brancas e, lembrada pelos portugueses nas terras por eles conquistadas, como a Virgem invocada durante as batalhas contra protestantes e infiéis; permitiu que os africanos associassem o significado oficial de seu título-Virgem do Rosário - com as vitórias contra os inimigos da fé católica através da oração do rosário.

No entanto, as três autoras partilham da explicação de Frei Agostinho de Santa Maria, para o início do culto de Nossa Senhora do Rosário entre os negros. Segundo ele, foi uma imagem resgatada em Argel que levou os negros a escolherem como padroeira. Além disso, o religioso afirma que a própria Mãe de Deus os escolheu e ainda explica que os brancos abandonaram a devoção quase completamente, quando ela foi adotada pelos negros. Assim escreveu Frei Agostinho: “q lhe deram o título do Rosário, que he com que hoje ao presente

he buscada &servida dos seus devotos pretinhos [...]” (SANTA MARIA, Agostinho de (Frei), 1707 a 1721, p. 143 apud SCARANO, 1975, p. 40).

Após descrevermos sobre a devoção a Nossa Senhora do Rosário na Europa e em África o nosso propósito a partir deste ponto é nos determos no deslocamento desta devoção para as terras brasileiras considerando que a devoção a Maria, Mãe de Jesus, é uma constante na historiografia do povo brasileiro.

Segundo Megale (1980) desde a chegada dos portugueses em 1500, várias efígies inspiradas ou copiadas das obras dos mestres do renascimento europeu chegaram ao nosso país, trazidas por marinheiros ou colonizadores lusitanos, que espalharam o culto das invocações em moda ou das padroeiras de suas províncias ou cidades natais. Além da Senhora da Esperança que veio na nau de Pedro Álvares Cabral e a da Senhora da Glória, que consta ter chegado á Terra de Santa Cruz em 1503, muitas outras como Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora do Monte, Nossa Senhora da Luz, Nossa Senhora da Graça, Nossa Senhora da Escada, ocuparam os altares dos mais antigos templos coloniais.

Ainda no século XVI, mais precisamente no ano de 1580, após o desastre de Alcácer Quibir⁷², que culminou com a morte do Rei D. Sebastião, Portugal passou para o domínio castelhano e por consequência apareceram no Brasil vários títulos marianos de origem espanhola. Entre eles citamos Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora da Cabeça, Nossa Senhora do Montserrat, Nossa Senhora da Penha de França.

Não cabe a este estudo elencar por período as invocações atribuídas à Mãe de Jesus, nem tão pouco discorrer sobre a devoção a Maria no Brasil, questão esta que pode ser abordada de muitos ângulos dada a sua riqueza. Importa, no entanto, aqui, retratar como a devoção a Nossa Senhora do Rosário chegou ao Brasil e qual a sua relação com as irmandades negras aqui instituídas.

Para Vainfas (2002), a devoção ao rosário no Brasil foi introduzida pelos missionários e a devoção a Nossa Senhora do Rosário acabou tendo grande penetração entre os negros que rearticularam suas crenças, reinterpretando os rituais de devotamento ao rosário da Senhora.

Arthur Ramos afirma ser a obra dos missionários no Congo responsável pela preparação à aceitação de várias devoções que chegaram à América portuguesa. Da mesma forma, acredita que os escravos de procedência bantos, principalmente os de Angola e os do

⁷² O dia 4 de agosto marca o maior desastre da história militar portuguesa, não só pelo número de militares envolvidos, mas também pelas consequências trágicas que teve. A batalha de Alcácer Quibir (ou batalha dos três reis) marca o princípio do fim da II dinastia portuguesa e do período do império português da Índia e é o prenúncio de um período de 60 anos em que o reino de Portugal foi governado por um monarca estrangeiro, o Habsburgo Felipe I, neto do Rei D. Manuel I foi declarado Rei de Portugal em 1580. Disponível em ><http://www.aremilitar.net/HistBCR.aspx?N=71+<> Acesso em 04/03/2013.

Congo, foram mais receptivos porque já haviam tido contato com a devoção à Nossa Senhora do Rosário e a tinham como padroeira, no continente africano (2001, p. 124).

Para Marina de Mello e Souza a explicação para a inserção dos africanos desembarcados no Brasil ao catolicismo devocional está na função atribuída aos santos pelos congoleses. Assim, para os Bakongos [...], os santos eram, para eles, seus ancestrais [...] e o mundo dos mortos intervinham nos problemas dos vivos por meio dos ritos e objetos mágicos religiosos [...] (SOUZA, 2001, p. 174).

Portanto, esta relação permitiu a aceitação dos santos católicos como seus intercessores destacando Nossa Senhora do Rosário cuja propagação no Brasil com esta invocação se deve aos padres religiosos dominicanos.

Diante dessas considerações é certo que para entendermos a dinâmica da devoção a Nossa Senhora do Rosário e a propagação do rosário no Brasil, não podemos cair em generalidades, pois os negros que aportaram em terras brasileiras sob o domínio da coroa portuguesa conseguiram construir novas estruturas sociais - as irmandades - com constituição diversa, que atuaram tanto no âmbito da devoção a santos padroeiros como na organização étnica e de ajuda mútua entre irmãos e devotos, permitindo assim a inserção na sociedade colonial. Todavia, é importante ressaltar que o catolicismo introduzido na América portuguesa como parte da conquista colonial europeia, permitiu que a Colônia e depois, o Império fossem palco para a expansão de inúmeras devoções, que expressavam expectativas particulares dos diversos grupos socioculturais.

Os santos, que desembarcaram aqui com os primeiros portugueses e missionários se fizeram presentes, nomeando e protegendo os diversos lugares como vilas e arraiais e, chegaram às mais longínquas localidades por meio dos seus devotos, que ergueram santuários e criaram irmandades. Vê-se assim que as devoções aos santos e a criação das irmandades chegaram a terras brasileiras através das diversas Ordens Religiosas que vieram no período inicial da colonização brasileira, para evangelizar os indígenas e também as que chegaram posteriormente com finalidades missionárias ou educativas (MEGALE, 1980).

Dentro deste contexto, podemos dizer que os jesuítas, os franciscanos, os beneditinos, os agostinianos, os dominicanos, os salesianos foram os agentes evangelizadores, que estavam a serviço da Igreja aqui no Brasil que difundiram as devoções, orientando e canalizando a fé para o santo, pois o santo servia como exemplo de virtude e de atitudes de subordinação à Igreja, tanto para homens brancos quanto para os chamados “de cor”.

Em contraste com as afirmativas dos autores acima mencionadas no que tange à invocação e ao culto aos santos pelos negros na colônia, particularmente ao culto a Nossa

Senhora do Rosário, os estudos de Caio César Boschi apontam que no primeiro momento da sociedade mineradora em terras de Minas, não havia o rígido escalonamento social, porque a vida entre os escravos e seus donos se assemelhava devido a vários fatores advindos do próprio sistema obrigando um convívio permanente entre eles. Esta proximidade segundo Boschi foi a responsável pela implantação da fé por leigos, senhores e escravos, indiferentemente de sua condição social, permitindo assim o surgimento das irmandades mineiras (1986, p. 24).

As irmandades identificadas por Boschi em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX, relacionadas em seu livro, *Os leigos e o poder* (1986, p. 215-224), há o registro de 62 irmandades de Nossa Senhora do Rosário. A primeira delas erigida no ano de 1708 em São João del Rei, e 42 Irmandades do Santíssimo Sacramento, sendo a primeira erigida no ano de 1710 em Sabará.

As irmandades organizaram-se em Minas obedecendo à hierarquia estabelecida pela Santa Sé, isto é, obediência aos Cânones referentes às Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias dos quais fazem parte os Cânones de número 700 até 725. No Cânone 711, parágrafo primeiro lê-se: “Ordinários do lugar - fundem - Confrarias do Santíssimo e Doutrina Cristã em todas as paróquias” (FRITZ, 2007, p. 50).

Através desta prescrição legal da Igreja (direito canônico), unida ao Estado deveriam estas confrarias pertencer às matrizes. Fritz (2007) ainda destaca que nos primeiros anos de povoamento era obrigatória a fundação da Irmandade do Santíssimo Sacramento, pois simbolizava a autoridade suprema da corte celeste e arregimentava as pessoas de maior projeção do arraial.

Corroborando com Boschi, Fritz aponta que a população dos primeiros anos de povoamento na região de Minas Gerais só poderia ter sido um aglomerado heterogêneo de pessoas ainda não ligadas entre si por laços econômicos comuns, porque a aventura das descobertas do ouro predominava como tipo de exploração econômica. Dessa forma não se pode falar, nesta fase, em estratificação de grupos sociais, devido à imprevista e veloz avalanche povoadora provocada pela exploração aurífera. Assim quando erguida a primeira matriz, duas irmandades nasciam: Santíssimo Sacramento e Rosário, a primeira de brancos, a segunda de escravos. Estas irmandades correspondiam aos dois extremos sociais: os negros escravos pertenciam ao Rosário e os ricos⁷³ e autoridades ao Santíssimo Sacramento (2007, p. 55). A partir da evolução econômica e social da Capitania de Minas, novas irmandades, com

⁷³ Na época não havia homens propriamente ricos, a partir de 1704 que começaram a aparecer nesta região, em poucos casos, homens ligados ao comércio ou as atividades de comércio e mineração ao mesmo tempo.

diversas invocações, são instituídas de acordo com a arregimentação dos seus integrantes e suas necessidades. Sobre este assunto Boschi ressalta que:

Nessas devoções correspondiam a reivindicações imediatistas temporais, de caráter efêmero, e denotavam para que tipo de público haviam sido criadas. Desse modo, Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Elesbão, Santa Efigênia foram invocados por populações de origem africana não apenas por serem da mesma cor de pele, mas pela ligação que tinham com “suas agruras”, dissabores e sofrimentos (BOSCHI, 1986, p. 25).

Esta abordagem, ainda que com defeitos e com acertos, de todo trabalho que inicia um tema, revela que a história das irmandades de certa forma foi dinâmica e por vezes conflituosa desde a sua origem e se manteve na travessia entre a Europa-África-Brasil.

Assim como veremos adiante a história da origem da devoção ao rosário e da devoção a Nossa Senhora do Rosário perpassa por narrativas diferenciadas de acordo com os sujeitos que a adotam como sua.

2.1.3 Narrativa da Igreja Católica e narrativa congadeira sobre a devoção a Nossa Senhora do Rosário.

Encontramos apoio na narrativa histórica na versão do escritor Augusto de Lima Júnior (2008) para escrever que a devoção ao Rosário e a Nossa Senhora do Rosário tem sua origem na conversão dos albigenses, heréticos provenientes da localidade de Albi, pelo cônego Domingos de Gusmão.

Nos começos do século XIII, surgiu no Sul da França uma nova heresia⁷⁴ cujos pregoeiros, com uma ferocidade inaudita, começaram a mover guerra de morte aos que se recusavam as doutrinas, expulsando Bispos, curas, e ferindo de morte os católicos. Verdadeira pandemia espiritual; queimavam-se igrejas, profanavam os vasos sagrados, destruíam-se imagens e, dirigidos por dois senhores feudais da região de Albi, já se tinham organizado militarmente, para imporem suas doutrinas heréticas pelas armas. [...]. Por essa época, estavam em viagem através dessas regiões assoladas

⁷⁴ Doutrina contrária ao que a Igreja católica define como verdade de fé.

pelas lutas religiosas e pelo banditismo albigense, Dom Diogo de Azevedo, Bispo de Osma, na Espanha e o cônego Domingos de Gusmão. [...] Pensaram em organizar uma expedição espiritual para a conversão dos albigenses. [...] Partiram para Roma e expuseram ao Papa Inocêncio III os seus planos, que logo foram aprovados pelo pontífice (2008, p. 85-86)⁷⁵.

Assim, no ano de 1209, o papa Inocêncio III encarregou o Cônego Domingos de Gusmão e seus sacerdotes para combater a terrível heresia e reconquistar as almas para a Igreja. Contudo, apesar de sua eloquência e seus esforços, a má vontade dos homens era grande e o cônego Domingos passava as noites ao pé do altar implorando o auxílio de Deus.

Dentro deste contexto, de tempos difíceis, segundo a tradição católica, Domingos de Gusmão tem a revelação de Nossa Senhora:

Estava Domingos de Gusmão em oração em uma cela, diante da imagem de Maria Santíssima, quando ouviu dos lábios da Senhora a indicação de que, assim como a saudação do Anjo anunciando a redenção do mundo, fora Ave-Maria, assim, essas palavras que a haviam consagrado Mãe do Salvador, serviriam, também de conversão dos heréticos (LIMA JÚNIOR, 2008, p.86).

A Virgem Maria teria assim ensinado um método de oração, além de entregar em suas mãos um colar de contas nos quais homens e mulheres invocariam sua intercessão.

A saber, desde o papa Pio V (1566-1572), os papas vêm descrevendo as origens do rosário em suas exortações, ligadas a essa aparição, e muito se tem representado a imagem de Domingos de Gusmão, aos pés da Virgem, recebendo o colar de contas (SOUZA, 2001, p. 4). Em 1572, o papa Pio V oficializa a relação dos 15 mistérios e a oração do rosário se torna a oração do povo cristão.

No decorrer dos séculos, encontramos o nome de grandes cristãos ligados à propagação da oração do Rosário como meio de obter graças e a proteção da Virgem Maria. Em uma tentativa de síntese tem-se:

No século XVIII, mais precisamente no ano de 1712, São Luís-Maria Grignon de Monfort escreveu o Tratado da Verdadeira Devoção a Santíssima Virgem, pelo seu zelo e seu extraordinário amor à Virgem Maria através da oração do Santo Rosário torna-se o grande apóstolo do Rosário⁷⁶.

⁷⁵ Ver a narrativa completa no livro Histórias de Nossa Senhora em Minas Gerais: origens das principais invocações, de Augusto de Lima Júnior, 2008, p. 85-95. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas.

⁷⁶ Cf. História do Rosário. Disponível em

<<http://www.chapellenotredamedelamedaillemiraculeuse.com/PT/h22.asp>> Acesso em 12/12/2013.

No século XIX, destacam-se Pauline Jaricot por lançar o Rosário vivo na gruta de Lourdes; em 1858, Bernadette Soubirous por rezar o terço com a Santíssima Virgem; Bartolo Longo por fundar, em Pompéia, um Santuário dedicado à Virgem do Santo Rosário; e o Papa Leão XIII por consagrar doze encíclicas ao Rosário, o que lhe valeu ser chamado de “o Papa do Rosário”.

No século XX, a própria Nossa Senhora declara em sua aparição às três crianças: “Eu sou Nossa Senhora do Rosário. Vim para exortar os fiéis a rezar o terço a cada dia, a fazer penitência para reparar seus pecados e a mudar de vida”, na cidade de Fátima em Portugal, no ano de 1917.

No início do século XXI, destaca-se o Papa João Paulo II por proclamar, no dia 7 de outubro de 2002, “O ano do Rosário”, além de acrescentar aos quinze mistérios do Rosário já existentes (mistérios gozosos, dolorosos e gloriosos), os cinco mistérios luminosos.

É importante frisar que a devoção ao rosário cresce quando a Igreja se enfraquece mediante a disposição combativa entre católicos e protestantes, e a resposta da Igreja Católica Romana foi dada através do movimento conhecido como Contra Reforma ou Reforma Católica, iniciada no Concílio de Trento⁷⁷.

Uma das narrativas que talvez nos auxilie a entender melhor este imaginário devocional, por sua riqueza de detalhes, encontra-se registrado no Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Serro (BORGES, 2005, p. 191), que continua a ser contada nas festas dedicadas a sua padroeira.

Diz uma lenda histórica, que certa época, Nossa Senhora do Rosário apareceu sobre as águas do mar: Imediatamente, os Caboclos, já devotos da Santa Virgem através de catequese dos jesuítas, rezaram, cantaram, tocaram seus instrumentos, para que a Santa Virgem viesse até eles. Mas ela não veio. Em seguida, os Marujos, também devotos, foram até a praia, e empreenderam sua tentativa de trazer a Virgem do Rosário até eles. Após rezarem, dançarem, cantarem, tocarem seus instrumentos, não conseguiram trazê-la. Por último, vieram os Negros ou Catopés, até a praia, e após louvarem a Virgem do Rosário, ela veio até eles. Por isto é que se diz que a Virgem Nossa Senhora do Rosário é a protetora dos negros.

⁷⁷ O Concílio de Trento (1545-1563) foi o concílio ecuménico mais longo da História da Igreja Católica. Foi também o concílio que “emitiu o maior número de decretos dogmáticos e reformas, e produziu os resultados mais benéficos”, duradouros e profundos “sobre a fé e a disciplina da Igreja”. Para opor-se ao protestantismo, o concílio emitiu numerosos decretos disciplinares e, especificou claramente as doutrinas católicas quanto à salvação, os sete sacramentos (exemplo, confirmou a presença de Cristo na Eucaristia), o cânone bíblico (reafirmou como autêntica a Vulgata) e a Tradição, a doutrina da graça e do pecado original, a justificação, a liturgia e o valor e importância da Missa (unificou o ritual da missa de rito romano, abolindo as variações locais, instituindo a chamada “Missa Tridentina”), o celibato clerical, a hierarquia católica, o culto dos santos, das relíquias e das imagens, as indulgências e a natureza da Igreja. Regulou ainda as obrigações dos bispos.

Esta história é contada e encenada todos os anos, antes da procissão, para lembrar a vitória dos catopés cuja lenda os enaltece como os protegidos de Nossa Senhora do Rosário.

Sob o ponto de vista desta narrativa história do aparecimento de Nossa Senhora do Rosário, é interessante notar que a “Senhora” é colocada como fundadora das irmandades dos homens pretos e pertence ao cristianismo banto⁷⁸.

Contudo, ao jogar luz sobre estas histórias é preciso ressaltar que muitos dizem que Nossa Senhora do Rosário apareceu no Brasil, poucos dizem que foi na África. Assim outra lenda aponta a ligação entre os negros e Nossa Senhora do Rosário no seguinte contexto:

Um negro cativo, ao vagar seu olhar para as águas do mar e triste com sua condição de escravo, começou a rezar em louvor à santa e teve as suas lágrimas transformadas em sementes, que serviram para confeccionar o rosário da Nossa Senhora. Estas contas são conhecidas por “contas de lágrimas”, planta nativa de lugares alagadiços como os brejos e leito dos rios (VOLPATTO, 2011).

Estas histórias perpassam pelo imaginário das irmandades do Rosário ainda em atividades no Brasil, principalmente no período da festa em honra a Padroeira e nos Reinados.

Embora não tenha sido comprovado e cause polêmicas entre os historiadores, outro fato explica o êxito do culto a Nossa Senhora do Rosário entre os negros. Para Tinhorão o culto está na relação sincrética da Virgem do Rosário com o Orixá Ifá, do Panteão Mitológico Africano, que possuía um colar de contas feito de sementes de palmeira que ficou associado ao Rosário de Maria. José Ramos Tinhorão entende o catolicismo como sendo integrado às comunidades negras por meio das “exterioridades do culto” e ainda conclui que não é pela fé que elegeram Nossa Senhora do Rosário para objeto de culto, mas realmente pela relação direta entre o seu rosário e o “rosário de Ifá”, usado pelos sacerdotes africanos.

⁷⁸ Os bantos formam um grupo étnico africano que habitavam a região da África ao sul do Deserto do Saara, que se converteram ao cristianismo na África antes de virem para o Brasil como escravos. O cristianismo banto já tinha em sua cultura elementos sincrético que foi assimilado através dos tempos de contatos com outras culturas como a fé em um só Deus, o culto ao símbolo da cruz, e a devoção aos antepassados.

2.2. O culto a Nossa Senhora do Rosário

É quase impossível separar o culto prestado a Nossa Senhora do Rosário e o instrumento de devoção - o rosário - do qual existem várias explicações para sua origem que ao final deste capítulo será abordado no contexto da doutrina católica.

Na metade do século XV o culto a Nossa Senhora e a oração do rosário estiveram praticamente esquecidos e mediante as ameaças de divisão da Igreja Católica provocadas pela Reforma Protestante e os dominicanos alemães, decidiram revigorar a devoção revelada a Domingos de Gusmão (REGINALDO, 2011, p. 91)

O culto a Virgem Maria e a oração do rosário são escolhidos como arma contra o movimento reformista na Europa. A “Virgem Maria” é a Senhora dos mares, rainha da paz e da guerra, onde à sua presença e intervenção se torna a cada dia ligada a ajuda aos cristãos durante as cruzadas na luta contra os infiéis, e continuava ganhando força atuando nas “guerras santas” contra o protestantismo.

A devoção a Nossa Senhora do Rosário a princípio era uma devoção somente de brancos, cuja primeira irmandade tem como data de fundação o ano de 1409, na cidade de Düsseldorf, na Alemanha, que se denominou Irmandade das Alegrias de Nossa Senhora, para irmãos e irmãs do Rosário⁷⁹. Mais tarde essa devoção se tornou popular com a famosa batalha de Lepanto ocorrida em 1571, cuja vitória dos cristãos sobre os mouros - otomanos- de certa forma, foi atribuída à proteção da virgem.

A narrativa histórica da batalha aqui retratada é uma síntese elaborada segundo artigo de Giovan Tinellidi Olivano disponibilizado na internet⁸⁰.

A Batalha de Lepanto foi um conflito naval entre otomanos e a Liga Santa formada pela República de Veneza, Reino dos Habsburgos⁸¹, os Estados Pontifícios o Reino de Nápoles, Gênova, Savóia e Cavaleiros de Malta. A Liga Santa derrotou os otomanos em Lepanto no dia 07 de outubro de 1571

⁷⁹ Cronologia da Devoção de Nossa Senhora do Rosário, entre os bantos na África, Portugal e no Brasil, nos séculos XV-XVII. Disponível em <www.religiosidadepopular.uaivip.com.br/datas.htm> Acesso em 10 de maio de 2011.

⁸⁰ A Batalha de Lepanto. Disponível em ><http://www.lepanto.com.br/dados/BatalhaLepanto.html>> Acesso em 23 de abril de 2011.

⁸¹ Nomes dos territórios que mais tarde deram origem a Áustria e a Hungria.

Então, no ano de 1572, o Papa Pio V instituiu “Nossa Senhora da Vitória” como uma festa litúrgica para comemorar a vitória da Batalha de Lepanto e mandou inserir, na Ladainha Lauretana a invocação “*Auxílio dos cristãos, rogai por nós*”. Segundo o papa, a vitória teria se dado graças à intercessão da Virgem, em resposta aos rosários a ela oferecidos.

Em 1573, Papa Gregório XIII mudou o título da comemoração para “*Festa do Santo Rosário*” e esta festa foi estendida pelo Papa Clemente XII à Igreja Universal. Após as reformas do Concílio Vaticano II a festa foi renomeada para “*Nossa Senhora do Rosário*”. A festa tem a classificação litúrgica de memória universal e é comemorada dia 7 de outubro de cada ano, aniversário da batalha, nas igrejas de Nossa Senhora do Rosário.

Assim a Igreja Católica retoma o culto a Nossa Senhora do Rosário com a exortação a Virgem Maria com a sequência de papas dominicanos cuja Ordem dos Pregadores que tem como objetivo a pregação da mensagem de Jesus Cristo e a conversão ao cristianismo, bem como os demais pontífices. Os papas através de suas encíclicas além da exortação a Nossa Senhora do Rosário e ao Santo Rosário reafirmam a origem da devoção quando da aparição da Virgem Maria a São Domingos conferindo ao rosário um caráter sagrado que confirma o amor especial da Virgem por ele e o torna símbolo do direito divino na batalha contra os inimigos.

Contudo, não podemos nos esquecer de que outras narrativas mesmo que não aceitas pela doutrina católica fazem parte do imaginário dos irmãos do rosário e que são responsáveis pela permanência à devoção ao rosário e ao culto a Nossa Senhora do Rosário no Brasil.

Por outro lado, diante de um processo histórico de adaptação e reconstrução ao cotidiano social e as influências da Igreja tridentina, é óbvio que devemos levar em conta que o tempo corroe as tradições africanas mais enraizadas nas irmandades. Sobretudo no curso do século XXI nas irmandades pesquisadas é possível constatar as estratégias de ação e interação entre os irmãos que já estava há mais tempo, e a integração na sociedade moderna realimentando e reforçando suas tradições culturais e religiosas num equilíbrio que possibilita a convivência e até certas conveniências entre o espaço público e o privado⁸². Da mesma

⁸² Por definição, espaço público é aquele que é de uso comum e posse coletiva (pertence ao poder público). Existem os que são totalmente livres e os que, mesmo públicos, possuem certa restrição ao acesso. Dentre os livres, destacam-se quatro categorias: Espaços de circulação (como uma rua ou uma praça); Espaços de lazer e recreação (como um parque, playground, pista de skate) Espaços de contemplação (um jardim público, um monumento) Espaços de preservação e conservação (uma reserva ecológica, um prédio tombado) Dentre os com restrição de acesso, estão os que demandam horários de entrada e saída, traje, regras de conduta, porém continuam sendo de acesso a todos. Por exemplo: igrejas, museus, hospitais, bibliotecas, edifícios públicos, etc. Nos espaços públicos livres, o direito de ir e vir, é total e garantido a todos, sem qualquer tipo de diferenciação, exceto quando uma autoridade pública ou seu representante restringe esse acesso visando a segurança e a convivência de todos em harmonia. Disponível em: <http://www.movimentoconviva.com.br/site/o-espaco-publico-e-de-todos/#sthash.TfVgQhtU.dpuf>. Acesso em 12/03/2013.

forma com a renovação da Igreja, com o Concílio Vaticano II e ampliado pelos documentos das Conferências de Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e por outros importantes documentos da Igreja, abriu caminhos possíveis à Pastoral Afro-brasileira, numa visão crítica da realidade social em que vive o povo brasileiro, o latino-americano e caribenho. Em 1983, na Catedral da Sé, em São Paulo, durante a Ordenação de Padre Laurindo Batista de Jesus, conhecido por Padre Batista, foi proclamado pelo Padre Antônio Aparecido da Silva (Toninho), a criação da Pastoral do Negro, com sede à Rua Itabatinguera, São Paulo capital⁸³.

A partir desta data as narrativas contadas pelos irmãos e congadeiros ganham vez e voz quando homenageiam Nossa Senhora do Rosário com procissões, danças e cânticos, mesmo não estando no padrão do código eclesiástico, a devoção e a fé em Nossa Senhora do Rosário se manifesta sem a repulsa da Igreja e de seus clérigos.

2.2.1 A origem e a devoção ao Rosário de Nossa Senhora.

A respeito deste instrumento de oração cabe ressaltar que em quase todas as religiões o uso de contas para auxiliar a realização de recitar as orações consecutivas, mantras ou exercícios espirituais é muito antigo. Neste sentido cada tradição religiosa possui sua própria crença e estórias de como eles começaram a usar as contas. Apesar de Mulçumanos e Cristãos defenderem o seu uso pela primeira vez e, tudo indica que foi na religião Hindu onde ele surgiu.

Os indianos utilizavam esse processo há centenas de anos com o objeto de contagem denominado “mala”⁸⁴ que significa em sânscrito “guirlanda” de grande importância na história ritualística indiana e, deu origem ao Íphreng-ba budista e ao Rosário e ao Terço Católico. O “mala” hindu, é formado por 108 contas e uma conta extra, chamada Meru, para que se tenha certeza quanto ao ciclo exato de repetições do mantra. Contudo, podem ser também de 54 ou 27 contas, pois estes são o número de vezes que o praticante deve repetir um mantra, que são palavras sagradas entoadas em voz alta repetidas vezes.

⁸³ Disponível em://www.cnbb.org.br/cnbb. Acesso em 19/04/2013.

⁸⁴ Disponível em< <http://www.grandefraternidadebranca.com.br/mala.htm>> Acesso em 10/12/2013.

O “Tasbih” é uma espécie de rosário islâmico⁸⁵ ligado à prática sufi (sufismo)⁸⁶, possui geralmente 99 contas, que representam os 99 nomes de Allah presentes no Alcorão Sagrado e Hadithse e ele é utilizado habitualmente, para praticar o dikr, a súplica, invocações dirigidas a Deus, geralmente trechos retirados de Suras do Alcorão Sagrado.

A “Japa Védica” possui 108 contas, que representam os 108 Gopis, devotos principais de Krishna. Existem santos nomes de Deus nesta cultura também, mas o mais comum é a recitação de mantras, os dikrs védicos.

O “Mala Budista” também possui 108 contas, pois provém da cultura védica; mudam-se apenas os mantras e as divisões que são quatro, referindo-se tanto às quatro verdades de Buda, quanto às quatro atividades iluminadas.

Nota-se que para o momento de prece, oração, meditação ou contemplação mística de qualquer origem, a repetição é o exercício fundamental, sendo assim, em cada tradição religiosa há uma contagem específica para as repetições a serem seguidas, ligadas aos números ou símbolos.

Por analogia o Rosário Cristão (também conhecido como terço), é utilizado para contar o número de rezas efetuadas e é composto por um grupo de 10 aves, grânulos de “Ave Maria”, separadas por um “Pai-Nosso”, totalizando 54 contas. No centro, três aves e um crucifixo estão conectados para o “Pai-Nosso” de conexão. Entretanto, a questão acerca da origem deste instrumento de oração não é tão simples, como parece ao ser mencionado acima. Muitas são as histórias relacionadas à origem deste instrumento de oração e a devoção ao Rosário de Nossa Senhora.

Pesquisas apontam que no início do cristianismo, os cristãos costumavam fazer suas orações durante o dia rezando os 150 salmos do Antigo Testamento escritos em latim. Essa tradição manteve-se no século VIII, na Europa, mais precisamente na região da Irlanda, nos mosteiros onde alguns monges assim o recitavam. Com o passar do tempo somente os padres e monges letrados rezavam os 150 salmos, pois a maioria do povo e os monges iletrados não dominavam mais o latim e, não se sabe quem, em vez dos salmos ensinou as pessoas a rezar 150 vezes a oração do Pai Nosso o que deu origem ao *Paternoster*.

Paternoster é uma expressão Latina que significa “nosso pai” e os grânulos de conchas foram usados para manter a contagem de quantas recitações da oração eram efetuadas

⁸⁵Disponível em

<<http://reflectionsmat.blogspot.com.br/2013/08/tasbih-terco-mala-ou-japa-islamica.html#!/2013/08/tasbih-terco-mala-ou-japa-islamica.html>> Acesso em 10/12/2013.

⁸⁶Disponível <http://www.dicio.com.br/sufismo/> Corrente mística do Islã, nascida no séc. XIII. (Opõe-se ao legalismo, acentuando a importância da religião interior. Seus principais representantes são al-Halladj [858-922] e al-Ghazali [1058-1111].)

favorecendo assim o exercício de piedade. É evidente que a confecção das correntes que serviam à contagem das preces com o passar do tempo foram sendo aprimoradas e as conchas foram trocadas por contas. O *Paternoster* como instrumento de contagem tornou-se conhecido na França, Alemanha, Inglaterra e Itália e, devido à substituição dos salmos passou também a ser chamado de “Saltério”⁸⁷.

Os primeiros *paternosteres* eram confeccionados com 150 contas trespassadas por um cordão; posteriormente eram cordéis de grãos que se dividiam geralmente em quinze décadas; cada décimo grão era mais grosso do que os outros para facilitar o cálculo. Anos depois, essas orações foram substituídas por 150 Ave-Marias, marcando o primórdio da devoção ao Rosário de Nossa Senhora.

Assim, depois de reunidas estas informações torna-se evidente que a oração do rosário não é de iniciação cristã, mas pode ser tomada como um longo caminho de fé, pois a tradição de reza-lo já tinha se enraizado no povo que o transforma na expressão de oração mais simples e mais rica para contemplar Maria, no mistério de Cristo.

Vale ressaltar ainda que o rosário aparece antes de São Domingos de Gusmão (1170 - 1221), mas é graças a Domingos e seus frades que o retoma como a forma de oração para expressar o sentimento religioso e de devoção à Virgem Maria quando ocorre um esfriamento e abandono desta oração pelos fiéis católicos.

Mesmo diante desse conjunto de informações que nos permite inferir que vários estudos tem procurado esclarecer que o rosário cristão no seu início não esteve ligado as “visões espirituais” atribuídas pela Igreja, isso não me dá o direito de dizer que tais visões são falsas e que para os fiéis católicos a oração do rosário não contém uma abundância de graças para as dificuldades presentes e as necessidades futuras.

Assim, a origem do rosário como instrumento para rezar é igualmente importante como a origem da oração denominada Ave-Maria que o compõe juntamente com a oração do Pai-Nosso que é uma oração bíblica. Com relação à oração da Ave-Maria oração mais popular entre os fiéis católicos encontramos versões diferentes para a explicação de sua origem.

A oração da Ave-Maria começou a ser rezada no ocidente a partir do século XII, embora as duas partes que a compõem só aparecem unidas no final do século XV. Contudo, desde o século XI, religiosos e leigos tinham o costume de rezar a primeira parte da oração da saudação que o Arcanjo Gabriel fez a Maria, conforme o Evangelho de Jesus

⁸⁷ Disponível em < <http://curiosidadescatolicas.blogspot.com.br/2007/12/origem-e-o-significado-do-rosrio.html> > Acesso em 18/06/2013.

segundo São Lucas 1, 26 “Ave cheia de graça, o Senhor está contigo!” (Anunciação) e a saudação que Isabel fez a Maria, quando foi auxiliá-la durante os três últimos meses de sua gravidez (Visitação): “Bendita és tu entre as mulheres, e bendito é o fruto do teu ventre.” (Lucas1, 42). Logo, a oração da Ave-Maria era conhecida e recitada somente na sua parte evangélica.

Segundo Paulo Corrêa de Brito Filho⁸⁸ o nome “Maria” foi acrescentado às palavras do anjo, no Oriente, por volta do século V, na liturgia de São Basílio; no Ocidente, porém, parece que isto ocorreu aproximadamente no século VI, figurando numa das obras de São Gregório Magno, o Sacramentário Gregoriano.

Em 1262 o Papa Urbano IV (Papa de 1261-1284) introduziu a palavra “Jesus”, criando assim a primeira parte da Ave-Maria.

Somente no final do século XV, surge a fórmula que constitui a segunda parte da Ave-Maria que foi tirada de uma antífona⁸⁹ medieval: “Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós, pecadores...”, o adjetivo, “pobres” antes da palavra “pecadores” foi acrescentado mais tarde e a palavra “Amém” foi introduzida em 1483, quando se difundiu também o costume de recitar a “Santa Maria”.

A oração da Ave-Maria foi incluída no Breviário Romano pelo Papa Pio V (1566-1572), em 1568 tornando-a oficial e, a partir de então, esta fórmula foi sendo introduzida nos breviários dos diferentes ritos monásticos, sem que sua prática fosse prescrita. Dentro deste contexto pode-se dizer que essa oração como os católicos a rezam hoje, tem suas raízes no culto a Maria, desenvolvido na Igreja ao longo dos séculos.

“Ave, Maria, cheia de graça,
o Senhor é convosco,
bendita sois vós entre as mulheres
e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus”
Santa Maria, Mãe de Deus
rogai por nós pecadores,
agora e na hora de nossa morte
Amém (SANTOS, 2006, p. 86).

Apesar da falta de fontes mais elucidativas além dos estudos publicados na Revista « *Der Sendbo tedes Herzens Jesu* », editada pelos Padres Jesuítas, de 1970 e traduzida do

⁸⁸ Jornalista e autor do artigo “Histórico da Oração da Ave-Maria”. Revista Catolicismo Cultura e atualidades. Disponível em <<http://www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=3CFF1630-90EA-4174-AB90E740A4548600&mes=Abril2005>> Acesso em 10/12/2013.

⁸⁹ Versículo cantado antes e depois de um salmo. Míni Houaiss Dicionário da Língua Portuguesa, 2010, p. 51.

francês por Armindo Carvalho O.P.⁹⁰ o rosário nasceu no tempo do Grande Cisma do Ocidente (1370-1417)⁹¹. Segundo Karl Jos. KLinhhammer S.J.⁹² que tomando como base as edições destas revistas elaborou um texto onde sintetiza sobre esta temática, que remonta aos Cartuxos⁹³ de Saint-Alban de Tréveris na metade do século XV. Portanto, a partir deste momento as informações aqui retratadas foram extraídas deste texto de autoria de Karl Jos. KLinhhammer S.J., publicado na página da internet referente a Ordem dos Cartuxos⁹⁴.

Assim tem-se que, Tomás Esser O.P.⁹⁵ editou em 1889 um manual para uso da confraria dominicana do Rosário no sentido da lenda histórica relacionada a São Domingos de Gusmão. Contudo, como teve dúvidas a esse respeito realizou um estudo aprofundado das fontes e a ele cabe o mérito de ser o primeiro a explicar, no final do século XIX, que a introdução progressiva dos pontos de meditação na oração do Rosário remonta aos Cartuxos de Saint-Alban de Tréveris na metade do século XV.

Segundo o autor esse trabalho de pesquisa foi somente realizado durante estes doze últimos anos e teve como resultado esclarecer sobre a formação primeira do Rosário e sobre a sua intenção primordial. Desta forma KLinhhammer relata que Santa Matilde de Hackeborn, chamada de “o rouxinol de Deus” e considerada iluminada pelo dom divino da contemplação mística, compôs numerosas orações e uma delas é apontada como a oração que deu origem a Ave-Maria. Santa Matilde de Hackeborn (1241-1299) ingressou no mosteiro de Rodersdorf e, em 1258, tornou-se monja no convento, entretanto, foi enviada para o mosteiro de Helfta, na propriedade dos Hackeborn, ou seja, de seus pais.

Na sua oração “Cântico de amor marial” extraído de um dos livros intitulado *Liber spiritualis gratia* (O livro da graça especial), obra redigida por Santa Gertrude (irmã consanguínea de Matilde) e de outra coirmã espiritual de Helfta traz a história singular que mostra em que sentido a saudação do anjo é dirigida a Mãe de Deus por Santa Matilde. Eis a tradução literal:

⁹⁰ Extraído da Revista « *Der Sendbo tedes Herzens Jesu* », editada pelos Padres Jesuítas, A-6021 Innsbruck, Sillgasse6. Números de Julho (I), Agosto (II) e Setembro (III) de 1970. Tradução do francês de Armindo Carvalho O.P. editada pelo Secretariado Nacional do Rosário de Fátima em 1998.

⁹¹ Cisma do Ocidente foi uma ruptura que ocorreu na Igreja Católica em 1378. As motivações deste cisma não foram de ordem teológica, mas, sim política, resultado do fim do Papado de Avignon. O cisma terminou décadas mais tarde no Concílio de Constança de 1414, com o papado restabelecido em Roma. Disponível em <http://www.diario-universal.com/2006/11/aconteceu/o-grande-cisma-do-ocidente/acesso> em 12/01/2014.

⁹² Cf: www.chartreux.org/pt/textos/rosario.php

⁹³ Monges da Ordem Cartuxa que é uma Ordem Contemplativa fundada por São Bruno em 1084. A Ordem compreende os ramos masculino e feminino, e ambos compartilham a mesma vocação: uma vida de oração e solidão no coração da Igreja.

⁹⁴ Ordem contemplativa.

⁹⁵ Herman Joseph (Thomas) Esser (1850-1926) da Ordem dos frades pregadores dominicanos, foi Bispo titular de Sinis.

Um sábado, durante o canto da Salve Regina, ela (Santa Matilde) diz à Santíssima Virgem: “Ah! se eu pudesse, Rainha do Céu, saudar-te com a saudação mais querida que um coração humano possa inventar, eu o faria com grande alegria !”

Nesse momento a Virgem apareceu-lhe em Glória. Sobre o seu peito um grande laço tinha gravada em letras de ouro a saudação do anjo: Eu te saúdo, Maria, cheia de graça... A Virgem lhe respondeu :

Ninguém ainda ultrapassou essa saudação e nunca ninguém poderá melhor saudar-me do que dirigindo-me com muito respeito a saudação que Deus Pai me fez transmitir pela palavra “Ave”. Por essa saudação, Ele o Onipotente tomou-me tão forte e tão corajosa, que eu fui poupada de toda a mácula de pecado. Também, Deus Filho esclareceu-me tanto com a sua sabedoria que me tomei uma estrela cintilante que ilumina o céu e a terra: é o que exprime o nome “Maria”, que significa “estrela do mar”. Enfim o Espírito Santo me impregou com a sua divina doçura, que me encheu de tantas graças, que agora quem procura graça junto de mim encontra-a. E o sentido das palavras “cheio de graça”.

Com as palavras “O senhor está contigo” recorda-se como duma maneira indizível toda a Santíssima Trindade me une a Ela e realiza a Sua obra em mim, tomando da minha substância carnal e unindo esse qualquer coisa à natureza divina para não fazer senão uma só pessoa, de maneira que Deus se tomou homem e que o homem se tomou Deus. A alegria e a felicidade que eu senti nesse momento, ninguém poderá nunca concebê-lo perfeitamente.

Por “O senhor está contigo” cada criatura reconhece e testemunha que eu fui bendita e, elevada acima de todas as outras criaturas, no céu e na terra.

Por “bendito é o fruto do teu ventre”, é anunciado como uma bênção e festejado com júbilo o fruto salvador do meu corpo. Ele vivifica e santifica todas as criaturas e enche-as de bênçãos para a eternidade.

Retirando deste diálogo tem-se:

“Ave”, “Maria”
 “cheia de graça”
 “O senhor está contigo”
 “bendito é o fruto do teu ventre”

Verifica-se assim, que no tempo de Santa Matilde de Hacheborn, a Ave terminava com as palavras de Santa Isabel “bendito é o fruto do vosso ventre”. E somente durante o século XIV que se lhe acrescentou o nome de “Jesus”. O acréscimo “Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós, pobres pecadores...” vem mais tarde; e segundo o autor foi introduzido na Ave pelas Confrarias do Rosário, no princípio do século XVIII.

Diferentemente do texto acima, vale considerar a participação que Adolfo de Esser, que entrou para a Cartuxa de Saint-Alban de Tréveris por volta do ano de 1398, com relação à forma de rezar o rosário. Com licença do seu Prior, o P. Bernard (†1430 em Colônia), Adolfo

de Esser redigiu dois opúsculos⁹⁶ em língua alemã, dirigidos à Duquesa de Lorraine, Margarida de Baviera, esposa do duque de Lorraine, Carlos II.

O primeiro escrito era sobre a “Vida de Jesus” e o segundo, intitulado “Pequeno Jardim de rosas de Nossa Senhora”, as duas obras completam-se e leva a crer que seria para introduzir a duquesa numa nova maneira de meditar. Margarida viveu o seu casamento no meio dum mundo caótico e, conturbado pela infidelidade do esposo e também porque a política entrava na Igreja, ao ponto de ter chegado à eleição de dois Papas. Se não bastasse, o sínodo de Pisa em 1409 agravou ainda mais a situação votando num terceiro Papa. A Inglaterra estava em guerra com a França, cujo Rei Carlos VI se afundava cada vez mais na loucura e a situação na Alemanha não era melhor, pois o Rei Venceslau levava uma vida vistosa em Praga e descurava o governo do seu país, que os príncipes-eleitores o demitiram das suas funções e elegeram para o seu lugar Roberto do Palatinat o pai de Margarida como rei.

Além disso, Margarida tinha uma saúde frágil e devia tomar sozinha e sem trair as decisões no lugar do Duque Carlos II, quando este estava ausente durante as suas numerosas campanhas. Então, Adolfo Esser, diante de tão trágica situação compôs os dois escritos do Rosário que levaram a duquesa procurar em Jesus Cristo - através da oração - o equilíbrio interior. E assim fez do rosário sua prática espontânea, viva e perseverante que a aproximava a cada dia mais das virtudes da “Vida de Jesus” e o que ela experimentava com a prática desta oração comunicava aos nobres da corte e a pessoas que a servia. Fez desta oração uma prática pessoal, uma oração que viveu até a sua morte em 1434 e, por isso é considerada a primeira a propagar o Rosário.

Da mesma forma, Adolfo de Esser, é considerado o primeiro devoto do Rosário porque foi o primeiro a unir a “contemplação da vida de Jesus” à recitação vocal das 50 Ave-Marias. Para Adolfo Esser durante a recitação das 50 Aves, aquele que medita faz mentalmente desfilar diante de si o nascimento e a vida de Jesus e tomando a sério o amor ao mesmo tempo universal e pessoal de Deus acredita ser possível encontrar em cada particularidade da vida de Jesus uma resposta aos próprios problemas. Neste sentido Adolfo insistia que aquele que rezasse o terço e se esforçasse, por consequência teria sua vida transformada.

⁹⁶ Pequena Obra escrita. Cf. Míni Aurélio o Dicionário da Língua Portuguesa, 2010, p. 548.

O segundo escrito mais antigo de como rezar o Rosário é chamado de “bilhete-socorro” escrito por Domingos de Prússia que foi acolhido para o noviciado no ano de 1409 por Adolfo de Esser, quando eleito como prior dos Cartuxos de Tréveris.

Domingos ocupou vários cargos bem retribuídos, como preceptor, notário e mestre de escola, mas com uma conduta libertina e de hábito no jogo, após certo tempo, desaparecia, para fugir das suas dívidas. Por causa de sua vida não regrada e inconstante foi recusado para entrar nos cartuxos de Praga. Contudo, foi aceito anos depois, fatigado e deprimido pelo Prior de Tréveris (Adolfo Esser) que lhe assegurou salvar sua alma, sob duas condições: se ele aguentasse e se ele aceitasse fazer o que a Ordem lhe exigisse. Após sua resposta positiva Adolfo confiou o noviço Domingos da Prússia aos cuidados do P. Pedro Eselweg.

Agindo desta maneira o Prior Adolfo pôs o noviço a corrente da sua nova maneira de rezar, que ele chamava “Rosário” e disse em seguida a Domingos: “Não é possível que exista um homem tão corrompido que não consiga uma séria emenda da sua conduta, se recita esse Rosário durante um ano!”.

A partir desse momento, Domingos entregou-se de todo o coração a essa oração, mas não obteve sucesso e decidiu recomeçar. Como se encontrava enfraquecido, não conseguia concentrar-se. Foi aí que teve a ideia de resumir numa folha “a vida de Jesus” em 50 pequenas frases⁹⁷, que serviriam cada uma para ajuda-lo a meditar durante a recitação das 50 Ave. Sua alegria foi tamanha que revelou aos outros noviços, “a astúcia”, que lhe abriu os caminhos da oração e ficou admirado em saber que o Prior Adolfo considerou com seriedade o que para Domingos era uma “futilidade”. Para Adolfo este método permitiria a oração das 50 Ave pelas pessoas que se consideravam incapazes de rezar à maneira atual da duquesa e da sua. E para que este método não se perdesse, pediu uma cópia do bilhete. Porém, Domingos não cedeu facilmente ao pedido de Adolfo que simplesmente obrigou-o a transcrever outros bilhetes.

A redação destes bilhetes assim chamados por Domingos tomou-lhe sete anos (1432-1439) de sua vida e tornou-se a sua obra mestra e estranha denominada de “A coroa de pedras preciosas para a Virgem Maria” que foi divulgado por mais de mil exemplares através do mundo. Ele passou anos de solidão e de fraqueza e como o número crescente de confrades e de estrangeiros o solicitavam outras cópias e como não era capaz de satisfazer a todos os pedidos, os seus confrades ajudaram-no a escrever.

⁹⁷ Isto ocorreu durante o advento do ano de 1409.

Curiosamente, além dos Cartuxos de Tréveris os Beneditinos foram os mais importantes propagandistas e intérpretes das 50 pequenas frases do Rosário de Domingos de Prússia. Até então a oração do Rosário era uma oração altamente pessoal e individual e após 25 anos da morte de Adolfo, começou a ser recitado em comunidade, no Norte da França.

Alain de la Roche O.P., conheceu os escritos de Domingos de Prússia, pelos cartuxos belgas e aderiu a um movimento de reforma particular: a “*Congregatio Hollandica*”, que se estendeu de Lille a Colônia e ao longo das costas do Báltico. Alain adotou o nome “Saltério”, para um saltério de 150 Ave. No entanto conservou de Tréveris a “Meditação da vida de Jesus”. Assim Alain de la Roche a partir de 1463, inicia a propagação desta devoção através da pregação de seus escritos da nova maneira de rezar o rosário (saltério) e o valor da sua oração comunitária. No ano de 1481, pela abreviação das “frases de Tréveris”, viu-se aparecer pela primeira vez, quase na sua forma atual, os 15 Mistérios do Rosário. Contudo foi preciso esperar uns 200 anos, para que o Rosário obtivesse a sua forma definitiva, aquela que os católicos conhecem hoje.

Durante os séculos XVI e XVII generalizou-se o costume de se explicitarem apenas os 15 pensamentos relativos a cada dezena. Porém por volta de 1700, São Luiz de Montfort introduziu a leitura de um pensamento mais longo, narrando à cena Bíblica e sugerindo atitudes práticas a cada dezena de Ave-Marias rezadas e a qual se convencionou chamar cada um destes pensamentos de “mistério”.

Porém, não se discute que a difusão e posterior expansão do Rosário foram atribuídas pela Igreja a São Domingos de Gusmão no século XII, o qual se tornou conhecido como o “Apóstolo do Rosário” e, cuja devoção propagou aos católicos como arma contra o pecado e contra a heresia albigense, que assolava a cidade de Toulouse na França. Sem dúvida ressalta-se que a origem do Rosário perde-se nos tempos entre as várias experiências de que o homem se serviu para comungar com Deus. A lenda do século XII que afirma que o Rosário foi revelado e entregue a S. Domingos de Gusmão (1170-1221) e que os dominicanos desenvolveram e difundiram a oração do Rosário é realmente considerada como verdade, mas isto não pode desviar o olhar de que a sua origem não está ligada apenas a São Domingos. No contexto dos estudos sobre a oração do Rosário, por exemplo, o mérito da difusão do rosário e sua divisão em mistérios Gozosos, Dolorosos e Gloriosos, deve-se a Alain de la Roche, nascido na Bretanha, em 1428, e pertencente à ordem dos Pregadores Dominicanos que viveu no século XV.

Dessa forma o Rosário se divide em 15 mistérios que nos fazem meditar sobre os momentos mais importantes da vida de Jesus: nascimento, paixão, morte e ressurreição. São

divididos em cinco mistérios Gozosos, cinco mistérios Dolorosos e cinco mistérios Gloriosos com 50 Ave-Marias e cinco Pais-nossos cada um. Quando não for possível rezar o Rosário de uma única vez é conveniente recitar os três terços separadamente, como sugestão reza-se um terço no período da manhã, outro à tarde e o terceiro à noite. Somente no final da recitação do terceiro terço recomenda-se recitar a Ladainha Lauretana.

Segundo o Papa João Paulo II, hoje canonizado como Santo João Paulo a oração do Rosário ajuda-nos: a perceber Deus como Pai, Filho e Espírito Santo; a entender melhor a revelação de Jesus Cristo e a sua centralidade na história da Salvação; ajuda ao compromisso cristão; faz-nos sentir Igreja-comunhão; responde à nossa vida e ajuda a entendê-la⁹⁸. E usando as palavras da Virgem Maria dirigiu-se aos fiéis católicos pedindo: “Rezai o Terço todos os dias”, pois este foi o grande pedido de Nossa Senhora de Fátima nas Aparições entre Maio e Outubro de 1917.

Portanto, é permitido aos católicos rezar apenas um Terço e não o Rosário inteiro, e distribui-se a contemplação do seguinte modo: nas segundas e quintas-feiras, meditar os Mistérios Gozosos; nas terças e sextas-feiras os Dolorosos; e nas quartas, sábados e domingos os Gloriosos⁹⁹. Na Igreja Católica, por séculos, o Rosário foi composto por estes 15 mistérios e o que dá embasamento e credibilidade para os católicos a esta prática é que o Pai-Nosso é a oração ensinada pelo próprio Cristo aos seus discípulos de acordo com o Evangelho de Mateus (6, 9). Da mesma forma a oração da Ave-Maria repete as palavras pronunciadas pelo anjo Gabriel e a verdade de que ela é a Mãe de Deus (*Theotókos*), reconhecida no Concílio de Nicéia, no ano 431 d. C.

O Rosário, até então, formado por quinze mistérios e dividido em três grupos de cinco mistérios segundo a Carta Apostólica do Papa João Paulo II “*Rosarium Virginis Mariae*”: trouxe uma novidade, o acréscimo de mais um “terço” com cinco novos mistérios, os Mistérios da Luz ou Luminosos que meditam a vida pública de Cristo.

Segundo padre João S. Clá Dias a feliz iniciativa do saudoso Papa João Paulo II de acrescentar os Mistérios da Luz ao Rosário veio abrir um novo capítulo na história da devoção a Maria, cujos frutos de santificação se prolongarão pelos séculos (2008, p. 5). A partir deste acréscimo a palavra “terço” foi questionada, porque na realidade o Rosário passa a ser composto de 20 mistérios, cada conjunto de mistérios, portanto, deveria se chamar “quarto” (quarta parte do Rosário) e não mais “terço”.

⁹⁸ Carta Apostólica “*Rosarium Virginis Mariae*”, 2002.

⁹⁹ O poder do Santo Rosário. Disponível em <http://www.derradeirasgracas.com/2.%20segunda%20p%C3%A1gina/O%20Poder%20do%20Ros%C3%A1rio.htm>. Acesso em 10/11/2012.

Acredita-se, porém, que para os fiéis católicos a questão do nome a ser dado ao instrumento utilizado para rezar esta oração não altera a sua eficácia e o acréscimo dos mistérios luminosos enriquece e completa ainda mais esta oração por rezar e meditar a vida pública de Jesus. Certamente a história do Rosário e a sua devoção não pode terminar sem a referência deste momento decisivo e que pode dar início a contínua evolução de se rezar o Rosário. Ao escolher celebrar as suas bodas de prata pontifícias com o Rosário e, acrescentando-lhe os cinco Mistérios Luminosos o Papa João Paulo II deu uma conotação importante a esta devoção. Quanto aos dias a se rezar os mistérios, o Papa João Paulo II sugeriu a seguinte sequência: segunda e sábado, os mistérios “da alegria”; terça e sexta, os mistérios “da dor”; quarta e domingo, os mistérios “da glória”; quinta-feira, os mistérios “da luz”.

Quiçá, fale-se daqui para frente simplesmente que o Rosário é composto de quatro conjuntos de cinco mistérios, que matematicamente represento assim:

1 mistério = 50 Ave
 3 mistérios = 3 x 50 Ave (1 Rosário)
 4 mistérios = 4 x 50 Ave = 200 Ave
 Assim tem-se:
 150 Ave = 3/3 ou 1 inteiro (1 Rosário)
 1/3 de 150 Ave = 150 Ave : 3 = 50 Ave.
 Logo: quem rezar 200 Ave estará rezando;
 1 Rosário + 1 Terço¹⁰⁰

Em suma, escolhemos para finalizar este texto a seguinte consideração do Santo João Paulo: “O Rosário, lentamente recitado e meditado em família, em comunidade, pessoalmente, vos fará penetrar pouco a pouco nos sentimentos de Jesus Cristo e de sua Mãe, evocando todos os acontecimentos que são a chave de nossa salvação”¹⁰¹.

2.3 - Religião ou religiosidade no contexto das Irmandades do Rosário?

Religião e religiosidade são dois vocábulos que há muito tempo dividem opiniões e que confundem a cabeça de muitas pessoas favorecendo a inúmeras perguntas, tais como:

¹⁰⁰ Elaborado pela autora.

¹⁰¹ A locução de 6 de maio de 1980.

Estes vocábulos expressam o mesmo significado? Se não são iguais, quais as diferenças entre eles? Para ter religião deve existir um Deus? Religião é um conjunto de conhecimentos baseados em leis? Só existe religião onde existe religiosidade? Haverá uma resposta universal para tais vocábulos?

Desta forma, diante da complexidade do tema a ser abordado e das várias expressões religiosas que encontramos até mesmo dentro de uma instituição religiosa é tarefa difícil separar a religião da religiosidade. Sobretudo apresentamos estes conceitos, que contribuirão para o entendimento do que ocorre no contexto das irmandades em estudo. Assim, escolhemos o significado de religiosidade no entendimento de Pedro Ribeiro Oliveira que diz ser:

Conjunto de disposições referentes ao sagrado antes que estas sejam socialmente elaboradas e socializadas. Difere (...) de fenômenos propriamente religiosos porque estes supõem certa institucionalidade ou, pelo menos, um mínimo de normalidade e sociabilidade, enquanto aquela expressaria a experiência religiosa em seu estado original: ou seja, é (...) um dos elementos da própria condição humana: aquele pendor que impulsiona o ser humano a buscar a transcendência, o sagrado, o grande *ganzandere* – o inteiramente outro. Pendor que, ao realizar-se, provoca a sensação prazerosa que em algumas pessoas pode chegar ao êxtase. Isso que chamamos experiência religiosa implica, portanto (...) o sentimento de comunhão profunda com outras pessoas, com a natureza ou com a própria divindade (2001, p.135).

Em outras palavras, Oliveira não considera a religiosidade em sua situação original, como categoria sociológica, pois não a concebe como um fato social, ou seja, classifica-a como “uma aptidão para a experiência da transcendência” e enquanto elemento próprio dos seres humanos, a religiosidade não pode ser separada das diferentes culturas através das quais os seres humanos se expressam. Contudo, as experiências religiosas, essas são provocadas ou induzidas socialmente, por vários meios ritualmente utilizados, considera-se assim a representação de um sagrado transcendente.

Para definir religião escolhemos o conceito atribuído pelo teórico Berger que:

Entende a religião não apenas como uma experiência do sagrado ou manifestação do sagrado no profano, mas como o empreendimento do ser humano no sentido de construir um cosmos a partir do sagrado. Assim a partir da experiência do sagrado, o ser humano constrói uma sociedade na

qual esta experiência tem função de parâmetro. Religião é esta construção social a partir do sagrado (Berger apud CRAWFORD, 2005, p. 13).

E para acalorar esta discussão acreditamos que o pensamento de John Hick seja apropriado para o momento:

Religião é uma coisa para o antropólogo, outra para o sociólogo, outra para o psicólogo (e outra ainda para outro sociólogo!), outra para o marxista, outra para o místico, outra para o zen-budista e outra para o judeu ou o cristão. Existe, por conseguinte uma grande variedade de teorias religiosas sobre a natureza da religião. Não há, porém, nenhuma definição universalmente aceita de religião, e possivelmente nunca haverá (HICK apud CRAWFORD, 2005, p.14).

Pelo exposto acima se torna evidente que a religião é multidimensional¹⁰², apenas um olhar não dá conta de uma compreensão satisfatória e pouco menos de uma definição para o termo se tornar universal. Porém, no exercício de cientista da religião cabem à preocupação em compreender as particularidades em termos de doutrina, das práticas, rituais etc. e, perceber a existência das relações da religião estudada com a vida social, como as tradições, as crenças e sensibilidades dos grupos a qual Laura de Mello e Souza denomina de religiosidade, embora a mesma autora afirme que uma não se sobrepõe à outra, pois todas são iguais perante o historiador. De certa forma ao partir do momento que se pesquisa uma irmandade religiosa ela está vinculada a “religião estudada” que neste contexto é a religião católica, assim a religião depende de uma doutrina, portanto se refere ao campo institucional, eclesiástico, enquanto a religiosidade está ligada às práticas e crenças que nem sempre condizem à doutrina eclesiástica.

Neste sentido, pode-se admitir que as irmandades estudadas, são instituições que permitem a visibilidade desta equidade entre a religião e religiosidade não só para o historiador, mas para seus filiados que são os atores e autores das histórias por eles vivenciadas nas práticas e crenças religiosas vinculadas ao clero. A religião e a religiosidade estão sempre presentes. Desta forma a utilização do termo religião será dentro deste contexto substituído por religiosidade somente por uma questão didática. Embora estas duas

¹⁰² Cf. GUERREIRO, Silas no texto: Desafios atuais aos estudos das religiões. Disponível em://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/10.shtml acesso em 02/03/2013.

irmandades tenham vivenciado o fenômeno da decadência, elas tem mantido sua importância, ainda que (re) significadas nos dias de hoje em suas práticas religiosas e valores.

Pensar a religiosidade no contexto das irmandades na perspectiva da história do tempo presente implica de saída em constatar uma lacuna, pois esta religiosidade possui abundante produção acadêmica na história do passado, especificamente ao longo do período colonial até a implantação do catolicismo ultramontano e raros estudos relacionados na atualidade. Neste sentido, busca-se compreender a religiosidade nestas irmandades, a partir da experiência cotidiana, que de algum modo unem e configuram africanos e afrodescendentes, cujo cotidiano segundo Maria Odila Leite Dias (1998), deixa de ser pensado como lugar do repetitivo, mas que nos possibilita apreender as dimensões postas da luta do dia-a-dia. Ao estudar o cotidiano destas irmandades no século XXI revive-se a historicidade de épocas passadas num incessante desafio do pensar anacrônico, pois a todo o momento estamos diante dos modos de viver de um grupo social que traz a marca do binômio, escravidão - liberdade.

Para dar visibilidade às experiências vivenciadas por estas irmandades na atualidade não é possível se desvincular do passado. Então é fundamental dialogar com o pensamento de autores como Augustin Wernet no que diz respeito à articulação do historiador com o passado, o qual afirma que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele foi de fato. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento [...]” (1992, p. 6).

Ainda nessa linha de movimentação cotidiana mesclada de passado e presente, cultura e religião, luta e resistência, Jaques Le Goff ajuda na compreensão da “relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado” (2010, p.48). Assim a “cultura histórica” tema de interesse desse autor favorece o estudo destas irmandades como espaços de memória permitindo compreender a construção e reconstrução das identidades coletivas, devido à relação que o grupo (irmandade) estabelece com seu próprio passado, aquela contada pelos próprios elementos do grupo.

Consideramos que através dos questionamentos realizados desafia-se o conhecimento e a consciência dos jovens e velhos das irmandades, com vistas a preservar a memória para futuras gerações, e o apoio na afirmativa de Le Goff, que diz “a memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” é fundamental para o seu próprio entendimento (1993, p. 563).

É preciso ressaltar que a “memória” dessas duas irmandades que se encontram em funcionamento permite a compreensão da forma de incorporação de seus membros nessas instituições na atualidade e a forma com que esses grupos se utilizam dela para construir sua

identidade, ou seja, sua cultura histórica local, no interior de suas irmandades. A “memória”, portanto é o elemento que atua como o aglutinador das experiências que se mantêm registradas no imaginário dos irmãos, explicando as permanências das tradições religiosas experimentadas de forma mesclada ao longo da história religiosa vivida por estas irmandades.

Desta forma, o estabelecimento de vínculos em situações da vida quotidiana com os autores dessa história permite identificar os aspectos que eles enfatizam como relevantes ou quais selecionam para uma nova abordagem da história, bem como aqueles que relegam a sombra do esquecimento que serão apontados no decorrer desta dissertação. Mesmo com o pouco tempo de convívio com os irmãos destas duas irmandades do Rosário em suas atividades religiosas e também através das entrevistas realizadas foi possível distinguir diferenças e similaridades entre elas. Em ambas as irmandades, identificamos a permanência a resistência de um catolicismo popular, já que ele tem como referência central a comunidade local, onde a pertença religiosa se define pela situação geográfica e política (STEIL, 1998, p.79).

A prática da religiosidade marcada pela tradição por estes irmãos cria e reforça os laços sociais existentes produzindo um forte consenso sobre visões de mundo que tendem a ser partilhado por todos, leigos e demais cidadãos. Assim, o catolicismo popular se faz presente nas rezas, coroações a Nossa Senhora, na presença das imagens dos santos, nas medalhas, nos santinhos de papel, nas fitas preservando assim um sistema religioso comunitário e não eclesiástico legitimado em sua produção simbólica pelos seus participantes, os quais se encontram inseridos em uma posição social definida, na sociedade dividida em classes, mas que enquanto irmãos se tornam representantes de um mesmo mundo.

A fim de compreender a religiosidade vivenciada por cada uma destas irmandades construímos o perfil dos irmãos dentro do cenário atual que a seguir discutimos.

2.3.1 Religiosidade na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu em São Paulo.

A irmandade atualmente é constituída por mais ou menos 250 irmãos, pois muitos deles já faleceram principalmente os homens. No momento somente 30 deles são considerados atuantes. O grupo é composto predominantemente por afrodescendentes filhos e netos de libertos, cuja liberdade, se deu de acordo com a Lei do Ventre Livre em 1871, que

declarava livre todos os filhos de escravos de cativas que nascessem dali em diante. A sua maioria estão entre a faixa etária de 70 a 80 anos, além de fazerem parte seus filhos e netos, logo o grau de parentesco entre eles está na linha da terceira e quarta geração.

O critério de entrada, “a cor”, foi alterado no novo estatuto e, se percebe nos irmãos mais jovens o embranquecimento da pele devido a possível mestiçagem ocorrida entre várias etnias, mas se autodenominam negros. O tornar-se “irmão” sem vínculo de parentesco é possível a partir do momento que um dos irmãos faz o convite para se filiar a irmandade e, se for devoto de Nossa Senhora do Rosário e o irmão que convida torna-se padrinho ou madrinha do devoto. Cabe então, após o aceite, o iniciado¹⁰³ dar algo em troca como: o pagamento de promessas à padroeira e ao grupo religioso que o acolhe. No que diz respeito ao pagamento de promessas ao grupo religioso entende-se ao respeito às regras estabelecidas pelo estatuto da irmandade como as normas religiosas, as jurídicas e as morais, enfim há certa condição para se tornar “irmão”. O período de cumprimento às ordens determinadas pela irmandade é em caráter provisório, passando a ser definitiva após frequentarem por dois anos as missas compromissais celebradas no primeiro domingo de cada mês às nove horas da manhã e em seguida a recitação do terço no salão de reuniões da irmandade localizado no subsolo da Igreja, onde tem um nicho com a primeira imagem de Nossa Senhora do Rosário pertencente a esta Irmandade.

Além disso, o iniciado deve participar das festividades da padroeira no mês de outubro, incluindo missa festiva, procissão e almoço de confraternização para todos os irmãos da irmandade e da festa de São Benedito no mês de abril e das demais celebrações realizadas dentro da liturgia católica vigente. Também faz parte deste processo de formação inicial do “irmão” a participação nas ações voluntárias junto com os demais irmãos e irmãs como: servir o altar nas celebrações, trabalhar no bazar de roupas doadas pelo comércio da redondeza e frequentadores da igreja, receber donativos, limpar, ornamentar a igreja e os andores para as procissões, visitar os irmãos doentes, visitar as famílias carentes do bairro que não são filiadas, mas que também são beneficiadas com cesta básica mensal de alimentos, roupas e assistência espiritual.

Todas estas atividades permitem mesmo que o devoto convidado a ser “irmão” tenha anteriormente uma relação direta e mais pessoal com a padroeira, ao ingressar na irmandade ele passa a adquirir valores e condutas diferenciadas dos demais fiéis católicos e devotos que frequentam a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Paissandu, por se tornarem

¹⁰³ O vocábulo “iniciado” é utilizado no sentido daquele que aceita o convite para ser um “irmão” que para tal deverá cumprir um período de aproximação com a Irmandade e suas regras.

mais próximos e atuantes junto à irmandade. Portanto, somente após este período de experiência é marcada a Missa Compromissal para a entrada dos novos irmãos e a entrega da opa para os homens e de uma fita (fitão) para as mulheres. A opa e fita trazem a diferença de gêneros e de forma desde as primeiras vestes o que não as tornam menos importantes.



Foto 10: Irmã Vanilda mostrando uma das opas guardadas no armário do salão da igreja. Arquivo da autora em 08/07/2013.

A saber, a opa é uma túnica branca, de comprimento até os joelhos, lisa, com cola, sem manga, aberta na frente para facilitar os movimentos, com uma pequena capa de cor azul claro e na lateral esquerda da capa tem bordado o escudo da irmandade.

O fitão se trata de uma pala de cor branca e azul, adornada em seu contorno por galão prateado que é colocada sobre os ombros, pois estes não devem estar despídos. Na frente, há um distintivo bordado que identifica a Irmandade, sendo ele uma coroa acima do monograma com as letras iniciais da Ave-Maria. Na ponta do fitão é presa a medalha de Nossa Senhora do Rosário que só é afixada quando oficialmente a pessoa se torna “irmã”. As demais medalhas que algumas irmãs trazem afixadas na fita são medalhas ofertadas por ocasião de celebrações comemorativas de outras irmandades.

Estes paramentos são usados em rituais festivos e solenes por este grupo religioso permitindo a identificação do “irmão” em relação ao povo, e que passam a mediar suas relações com a sua padroeira, como um compromisso obrigatório.

A vestimenta, portanto, se torna símbolo de identificação dos irmãos do Rosário dos Pretos. Tanto a opa, quanto o fitão, são os paramentos pelos quais os irmãos do Rosário são identificados dentro da própria igreja, entre as demais irmandades e, nas cerimônias civis, culturais e religiosas que frequentam.



Foto 11: Vanilda conduzindo o Estandarte de Nossa Senhora do Rosário na procissão em outubro de 2012. À frente o irmão Jean do Nascimento¹⁰⁴.

Dentro deste contexto pode-se considerar que estas vestimentas são objetos de transformação que, segundo José Reginaldo dos Santos Gonçalves (1996), podem ser tomados como ícones legitimadores de ideias, valores e identidades assumidas por diversos grupos e categorias sociais não apenas somente como diferenciadores de identidades, mas como contribuição para a conscientização de que pessoas comuns podem se transformar em “irmãos”. Ainda sobre estes paramentos Vanilda ressalta que o traje usado pelos irmãos faz parte da tradição cultural e religiosa da irmandade.

A vestimenta é utilizada na Missa Compromissal dos irmãos que acontece todos os domingos às 9 h e nas festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. No primeiro domingo de cada mês os irmãos vão uniformizados e, a eles são destinados os primeiros bancos da capela, pois esta missa é destinada à irmandade. O uniforme feminino é o vestido ou conjunto de saia com comprimento abaixo do joelho, e o ombro não deve estar à mostra. A fita identifica a irmã e vai por cima do traje. O uniforme masculino é

¹⁰⁴ Foto extraída da página social da Irmandade. Dia 16/12/2012.

composto de camisa lisa branca de manga comprida, terno e a opa que é o traje que identifica o irmão e é colocado sobre o terno¹⁰⁵.

De acordo com Vanilda, “é preciso seguir rigorosamente a tradição, portanto vestem as senhoras casadas e viúvas vestidos pretos sob a “fita” (fitão) e as solteiras usam vestidos brancos”. E ainda completa dizendo que “a roupa de baixo que as irmãs vestem é reservada às atividades como irmã”.

É tão importante para a irmandade que todos os irmãos se apresentem devidamente vestidos que no salão da igreja são guardados em armários próprios camisas sociais, gravatas, ternos e opas limpas e passadas a ferro que são acondicionados em sacos plásticos para aqueles que moram longe da igreja. Para os irmãos a “opa” e a “fita” (fitão) representam vestimentas sagradas, portanto não deve estar suja, assim a maioria dos irmãos se vestem antes das celebrações no salão da igreja.

Reportamo-nos a tese de doutorado de Andréa Lúcia da Silva de Paiva - Os Fios do Trançado: um estudo antropológico sobre as práticas e as representações religiosas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos no Rio de Janeiro (2009). Queremos demonstrar que entre estas duas irmandades, que se dizem irmãs por participarem por muitos anos de festividades tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, existe uma similaridade com relação à importância atribuída as vestes. Contudo, esclarecemos que os irmãos do Rosário de São Paulo que foram entrevistados não utilizam o termo “Ritual de passagem” ao se paramentarem para as celebrações. Assim, Paiva considera este momento da troca de roupa como o período de transição (Ritual de passagem) que permite diferenciar os “irmãos” dos demais fiéis chamado por eles mesmo de “povo”. Então:

No ritual de passagem, o “irmão” trajado com a veste se desloca do anonimato, deixando de ser “povo” para se tornar “irmão”. Nesta fase, a opa e a murça¹⁰⁶ são interpretadas como objetos essenciais para a demarcação dos indivíduos e, conseqüentemente, sua diferenciação de outros grupos. As vestes revelam a hierarquia e a *etiqueta social* do grupo (2009, p. 185).

¹⁰⁵ Entrevista realizada com Vanilda Aparecida Costa Silvério, dia 08/07/2013. São Paulo.

¹⁰⁶ De acordo com o pequeno dicionário de dogma e de liturgia moral escrito por Padre Antônio Maria, murça é uma pequena capa redonda, abotoada na frente, que cobre somente os ombros, espáduas e peito, tendo, atrás um pequeno capuz como insígnia de jurisdição compete ao Papa, Cardeais, concede-se também mozeta (ital. Mozeta e alem. Mutezze); varia de cor conforme a dignidade ou Ordens: Cônego, Preta; Bispo, violeta; cardeal, vermelha; Prelados religiosos, de acordo com a cor de sua Ordem (Maria, 1996, p. 136 apud PAIVA, 2009, p.179).

Embora os irmãos do Rosário do Paissandu não expressem por palavras que ao se vestirem com seus trajes que os diferenciam dos demais fiéis seja um rito de passagem, o descrevem como a marca do pertencimento a uma irmandade religiosa com uma legitimidade e que vivenciam a devoção a Nossa Senhora do Rosário.

Retomando Andréa Paiva, os objetos materiais, aqui neste contexto, em especial a opa e a fita, devem ser entendidos como integrantes do processo de transformação. Eles não são apenas diferenciadores de identidades, mas contribuem efetivamente para uma mudança da consciência, de indivíduos comuns em “irmãos” (2009, p, 176).

Quando os irmãos estão paramentados nas celebrações religiosas percebe-se que há uma separação do usuário do seu cotidiano, ou seja, a vestimenta parece exercer uma magia, uma proteção, pois, o irmão se vincula a outra ordem estabelecida, é como se existisse uma separação física do mundo cotidiano, dos afazeres diários como trabalho, estudo, lazer e até dos medos e violências que circulam o entorno da igreja. Outra questão observada sobre o “estar paramentado” é o direito atribuído ao irmão para portar objetos como a cruz procissional, as varas, a bandeira, o estandarte, o turbulo e os andores de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito.

Somente a partir da observação minuciosa dos detalhes percebem-se diferenças atribuídas aos irmãos e aos devotos (povo). Para atentar para estas diferenciações participei das celebrações do primeiro domingo do mês de julho de 2013. Cheguei à igreja às 7 h, horário da primeira missa dominical e assentei num dos bancos ao fundo da igreja e participei da celebração no anonimato, mas observando atentamente todo o ritual. Padre Lázaro foi o celebrante auxiliado por dois Ministros Extraordinários da Eucaristia¹⁰⁷. O “irmão” Maurício fez a “Acolhida” iniciando assim a missa que transcorreu dentro dos preceitos do Missal Romano. As pessoas presentes na assembleia (fiéis) cantaram e rezaram seguindo o folheto “Povo de Deus em São Paulo” para o 14º Domingo do Tempo Comum¹⁰⁸. Por certo, para um fiel católico praticante nada de extraordinário teria a ressaltar sobre está missa.

¹⁰⁷ São pessoas que além de auxiliar o padre no altar na falta de coroinhas, tem a autorização do bispo para distribuir a eucaristia no Rito da comunhão nas missas e aos católicos doentes em hospitais ou nas residências quando solicitado.

¹⁰⁸ O Ano Litúrgico no Rito Romano é dividido em cinco períodos que são: 1) Advento: (do latim *Adventus*: "chegada", do verbo *Advenire*: "chegar a") é o primeiro tempo do Ano litúrgico, o qual antecede o Natal. Para os cristãos, é um tempo de preparação e alegria, de expectativa, onde os fiéis, esperando o Nascimento de Jesus Cristo, vivem o arrependimento e promovem a fraternidade e a Paz. No calendário religioso este tempo corresponde às quatro semanas que antecedem o Natal. 2) Natal: O tempo do Natal vai da véspera do Natal de Nosso Senhor até o domingo depois da festa da aparição divina, em que se comemora o Batismo de Jesus. No ciclo do Natal são celebradas as festas da Sagrada Família, de Maria, mãe de Jesus e do Batismo de Jesus. 3) O Tempo da Quaresma: é um tempo forte de conversão e penitência, jejum, esmola e oração. É um tempo de preparação para a Páscoa do Senhor, e dura cerca de quarenta dias. Neste período não se diz o “Aleluia”, nem se

Finalizada esta missa, os participantes foram se retirando devagar, enquanto outros se ajoelhavam diante dos vários altares onde se encontram alocados santos da hagiografia tradicional¹⁰⁹ e aos altares de santos de devoções mais recentes e de Nossa Senhora com as novas invocações, de acordo com as necessidades que surgem na atualidade como: Nossa Senhora Desatadora dos nós, Rosa Mística, Mãe Peregrina e outras.

Durante o intervalo de uma missa e outra observei que a maioria das pessoas que continuavam na igreja e as pessoas que chegavam, além de rezarem diante dos altares, depositavam dinheiro nos cofres posicionados ao lado dos altares e deixavam orações xerocadas ou santinhos adquiridos em empresas de artigos religiosos. Estas orações depositadas nos altares laterais da igreja como disse uma senhora a quem interroguei sobre o fato, afirmou que “estas orações e santinhos são deixados aqui por pessoas que receberam graças ou que estão pedindo graças e que eles (santinhos e orações) devem ser levados para outras pessoas que precisam de uma ajuda”.

De acordo com essa informação percebi que em particular esta igreja do Rosário, devido ao excesso de imagens de santos alocados nos altares laterais torna-se um espaço religioso de troca entre os devotos e seus santos, assim a igreja de Nossa Senhora do Rosário pode ser considerada como um santuário coletivo. Nestes altares laterais também são depositados ex-votos, bilhetes manuscritos agradecendo graças recebidas, pequenos vasos de flores naturais e especificamente aos pés de Santa Efigênia réplicas de casas confeccionadas em papel que são depositadas como o pagamento de promessas feito à santa.

colocam flores na Igreja, não devem ser usados muitos instrumentos e não se canta o “Glória a Deus nas alturas”, para que as manifestações de alegria sejam expressadas de forma mais intensa no tempo que se segue, a Páscoa. A Quaresma inicia-se na Quarta-feira de Cinzas, e termina na manhã de Quinta-feira Santa. 4) O tempo pascal: é o mais forte de todo o ano, inaugurado na Vigília Pascal e celebrado durante sete semanas até Pentecostes. É a Páscoa (passagem) de Cristo, do Senhor, que passou da morte à vida, a sua existência definitiva e gloriosa. É a páscoa também da Igreja, seu Corpo, que é introduzida na Vida Nova de seu Senhor por meio do Espírito que Cristo lhe deu no dia do primeiro Pentecostes. 5) Tempo Comum: Além dos tempos que têm características próprias, restam no ciclo anual trinta e três ou trinta e quatro semanas nas quais são celebrados, na sua globalidade os Mistérios de Cristo. Comemora-se o próprio Mistério de Cristo em sua plenitude, principalmente aos domingos. É um período sem grandes acontecimentos, mas que nos mostra que Deus se faz presente nas coisas mais simples. É um tempo de esperança acolhimento da Palavra de Deus. É o tempo da Igreja, continuar a obra de Cristo nas lutas e no trabalho pelo Reino.

¹⁰⁹ Santa Efigênia, Santa Edwegis, São Roque, Santo Onofre, São Geraldo, São Lázaro, São Benedito, Santa Rita, São Cristóvão, São José, São Vicente etc.



Fotomontagem 2: Altares laterais onde os fiéis depositam ex-votos, santinhos e bilhetes em agradecimento as graças alcançadas. Arquivo da autora. Em 07/07/2013.

A partir desta ótica, Andréa Paiva aponta que:

A devoção impõe ao devoto que ele seja honesto em seus atos, que compareça às missas, que reze diante das imagens dos padroeiros sempre que vá à igreja que faça ofertas aos santos, que respeite a sua história, tendo em vista admirar sua busca de santidade como modo de vida ou para que seus pedidos sejam atendidos (2009, p.134).

Durante todo o tempo fiquei atenta ao entrar e sair dos fiéis, que se ajoelhavam para rezar a frente de um dos altares laterais para depois tomar seus lugares para participar da missa, como que confirmando o pensamento de Paiva. Nesse interim os irmãos e irmãs do Rosário já começavam a chegar à igreja e se acomodavam nos primeiros bancos que estavam reservados para a irmandade. Estes bancos estavam revestidos na sua parte frontal com capas de tecido azul diferenciando-os dos demais. Desta forma, presenciei a irmandade e o seu capelão se conduzirem para o início da missa compromissal, ou missa da irmandade, celebrada no primeiro domingo do mês, dia determinado pelo compromisso para a celebração da missa com a presença dos irmãos e também em intensão aos irmãos falecidos e aos irmãos doentes. É importante frisar que no início da missa o capelão rezou pelos ancestrais que

lutaram pela construção da igreja e pela instituição da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

Antes de iniciar esta celebração fui ao encontro da irmã Vanilda com quem marquei de me encontrar na igreja. Vanilda me recebeu gentilmente e me apresentou aos irmãos Maurício e Alaíde. Em seguida tomei lugar novamente num dos bancos próximo à porta de entrada o que facilitou o meu deslocamento no interior da igreja e o acesso ao coro¹¹⁰ com a finalidade de observar, fotografar e filmar com discrição momentos desta celebração.

O celebrante foi o capelão padre Lázaro, como na primeira missa, e também o irmão Maurício fez a “Acolhida” aos irmãos e demais católicos presentes. Na entrada procissional, participaram três irmãos vestidos com suas opas conduzindo a cruz e as varas, em seguida os Ministros Extraordinários da Eucaristia (também irmãos), os leitores e por último o capelão. Padre Lázaro iniciou a missa louvando Nossa Senhora do Rosário e utilizamos o mesmo folheto para o acompanhamento da celebração. As músicas que na missa anterior foram cantadas pela assembleia, nesta missa foram cantadas e tocadas pelo pianista José Sérgio Dias¹¹¹ contratado há quase um ano pela irmandade para acompanhar todas as missas compromissais. Ao término desta missa os irmãos cantaram o hino à padroeira, em estado de contemplação, que se expressa pela postura corporal rígida, olhar para o alto direcionado para o altar de Nossa Senhora do Rosário. Também foram distribuídas rosas vermelhas, pelo capelão, Padre Lázaro, aos irmãos aniversariantes do mês e aos demais fiéis aniversariantes que participaram da celebração.

A seguir os irmãos se dirigiram para o salão da igreja, paramentados para rezarem a oração do Rosário junto ao nicho de Nossa Senhora do Rosário. Após rezarem, os irmãos tiraram os paramentos e foi servido café com leite, pão, bolo, biscoitos. Este momento foi de descontração, de conversa e aproximação entre os “irmãos”, mas também para os avisos transmitidos por um dos irmãos aos filiados presentes e também para os avisos do capelão referentes às celebrações litúrgicas pertinentes ao mês.

¹¹⁰ Local separado da área dos fiéis, ou seja, da nave central, com dois a três metros de altura onde se posicionam os músicos e cantores na hora da missa.

¹¹¹ Utilizou para tocar o órgão da igreja que fica no coro, que apesar da escada de acesso estar corroída pelos cupins e fechada para o acesso ao público, fui autorizada a subir até o coro para conversar com o músico e fotografar parte da celebração.



Fotomontagem 3: Missa Compromissal na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Paissandu. São Paulo. Arquivo da autora. Em 07/07/2013.

Uma particularidade que constatei em Padre Lázaro, homem de fala mansa e comportamento humilde, é sua disponibilidade em ficar na sacristia após todo este desfecho, para benzer medalhas, imagens, terços e principalmente galões de água que os fiéis que frequentam as celebrações levam para serem abençoados. Este fato compartilhado entre irmãos e fiéis expressa visivelmente a religiosidade que está ligada ao campo da crença individualizada e nas tradições comunitárias, onde realmente a religião e a religiosidade se misturam.

Em diversas ocasiões a rotina diária desta irmandade é interrompida ao longo do ano; para a organização e a participação em diversas festas como relata Vanilda, que apesar de não ser rainha e nem juíza da Mesa Administrativa é a irmã encarregada de representa-la nos eventos solicitados por outras instituições e demais atos públicos. Além disso, é a irmã responsável para levar o estandarte de Nossa Senhora do Rosário nas procissões como símbolo da devoção da irmandade. Para os irmãos do Rosário os momentos que se encontram reunidos são sempre prazerosos, deste os encontros para as celebrações dominicais, para as novenas, para a reza do terço, como nos momentos de trabalho intenso para a organização das festas.

Com o intuito de compreender o contexto religioso desta irmandade retomo a figura do capelão padre Lázaro, mas que é chamado por todos carinhosamente de padre Lázinho.

Padre Lázaro é uma pessoa importante para a irmandade porque durante suas homilias¹¹² chama a atenção dos irmãos para o respeito com a Igreja e para com os seus santos de devoção e o respeito aos ancestrais negros que apesar do anonimato construíam a igreja do Rosário para o povo negro e para instalar a irmandade. Por ser capelão padre Lazinho só serve a esta igreja e mantém um contato muito próximo com os irmãos e demais fiéis frequentadores da igreja.

Valendo-me das observações do cotidiano da irmandade apregoo que a mesma absorveu os ritos da liturgia católica, mas não apagou e nem silenciou suas práticas ligadas à religiosidade católica africanizada. Além das observações é possível verificar que esta atitude apoia-se na Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que reconhece oficialmente a Pastoral do Negro no Brasil cujos membros apoiam toda e qualquer celebração onde se queira expressar a fé a partir da cultura do povo africano. A Igreja resgata a cultura africana, adotando os símbolos afro-brasileiros e os expando até nas vestimentas tanto dos padres como dos fiéis associando ritos católicos e religiosidade africana.

Dessa forma a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos através da Pastoral Afro-brasileira ganhou, como aliado o patriarca da Pastoral Afro-Brasileira¹¹³ e teólogo da libertação o Padre Antonio Aparecido da Silva mais conhecido por padre Toninho, um dos idealizadores das missas afros. Nestas missas os rituais católicos misturam-se às tradições afro-brasileiras, formando um comovente ritual, capaz de sensibilizar até mesmo aqueles que não nutrem muita simpatia pela religião católica. Após sua morte em 2009, outros padres assumiram seu lugar como, padre Batista, também falecido, e atualmente padre José Enes de Jesus¹¹⁴ dá continuidade a este trabalho aliado a outros padres.

A participação de padre Enes nas festividades da irmandade de Nossa Senhora do Rosário vem desde o tempo de seminarista na década de 80 e sempre contou com o apoio de padre Lazinho. Não posso deixar de registrar trechos de sua entrevista apesar de não ser filiado na irmandade, mas sua relação com seus irmãos vem de longa data.

Padre Enes declara com alegria:

¹¹² Pregação ou sermão.

¹¹³ A Pastoral Afro e o Centro Cultural Atabaque, frutos da militância do pároco Padre Toninho funciona na Paróquia Nossa Senhora da Achiropita, onde foi pároco por dez anos e foi Diretor Provincial da Congregação Padre Orionitas. Mas foi como um dos mais atuantes e formidáveis agentes de combate à discriminação racial que Padre Toninho se destacou. Faleceu em 17/12/2009.

¹¹⁴ Sacerdote da Arquidiocese de São Paulo, ordenado em 1989, é pároco na Paróquia de Santo Eduardo - Bom Retiro; Coordenador da Pastoral da Região Central, Assessor da Pastoral Afro e Presidente do Instituto do Negro Padre Batista.

Fiquei encantado conhecendo a rica história da igreja e da irmandade e participo junto aos irmãos há 30 anos. Quantas Histórias! Conheci o irmão Raul Joviano um intelectual negro que escreveu a história da Irmandade, um primor. Participei de muitas celebrações. Missa de sétimo dia de Correia Leite da Frente Negra e celebrei pelo nosso maior Geógrafo, Milton Santos, celebramos também por Maria do Carmo uma das negras mais velhas do mundo, muitos 13 de maio com protesto, São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e muitos 20 de novembro comemorando nosso herói Zumbi.

Vê-se nas entrelinhas deste depoimento de padre Enes que além da irmandade cumprir com as celebrações do calendário litúrgico ainda realiza celebrações dos santos de devoção e missa em comemoração a “13 de maio com protesto” e a Zumbi. Similarmente nesta irmandade há uma flexibilidade entre as tradições familiares, as tradições populares do catolicismo popular e do catolicismo oficial.

A proposta inicial para descrever as práticas religiosas e a religiosidade desta irmandade seria a vivenciada durante o trabalho de campo e as identificadas através das entrevistas. Estas e inúmeras outras informações coletadas através de postagens na página social da irmandade “Rosário dos Pretos” e também as perguntas enviadas e respondidas por e-mail se tornaram material importante para a compreensão desta religiosidade.

A partir da análise de todo esse material inferimos que na igreja do Rosário do Paissandu são realizadas festas populares importantes para a cultura negra. Embora se realizem estas festas durante o dia, devido à violência da grande metrópole, conta-se com a participação de muitos devotos na festa de São Benedito, no mês de abril, e na festa da padroeira Nossa Senhora do Rosário no mês de outubro. A irmandade ainda elege o rei e a rainha da festa do Rosário, os chamados festeiros ou juízes, e tanto o rei como a rainha quando escolhidos assumem a responsabilidade da organização da festa e planejam os detalhes com os demais membros da irmandade.

Dona Vera a rainha escolhida para o ano de 2013 afirma que a rainha ao ser escolhida tem que pensar na festa toda, nos gastos, na coleta de doações, nas lembrancinhas e principalmente no almoço para os irmãos da nossa Irmandade como também das irmandades convidadas.

No dia da festa há o fechamento das ruas próximas à igreja do Rosário do Paissandu por ordem das autoridades civis e os irmãos do Rosário juntamente com as irmandades convidadas e demais fiéis católicos realizam a procissão. Com seus andores, bandeira e estandarte cantam e rezam demonstrando sua devoção, sua crença, sua história, suas riquezas.

São motivados pela fé e pela certeza de que os negros do rosário através das celebrações recuperam a energia para retomar as tarefas do dia a dia.

Ao término da procissão, acontece à confraternização entre os irmãos do rosário do Paissandu e os irmãos das irmandades convidadas. Esta confraternização consiste num almoço festivo, com a presença dos reis festeiros do ano, e a presença do Rei Congo e a Rainha Conga da cidade de São Paulo que coincidentemente são irmãos consanguíneos e irmãos da referida irmandade. O casal eleito representa a cidade no evento cultural realizado anualmente chamado “Revelando São Paulo”. Durante o almoço festivo também são distribuídos às lembranças da festa que são confeccionadas no decorrer do ano pela juíza da festa e as irmãs do rosário. A alegria toma conta de todo o espaço, o espaço da igreja e seu entorno, o espaço da rua e do restaurante, pois, tudo se transforma em festa e proporciona a renovação dos laços fraternais com os irmãos, e com o sagrado. A festa renova o espírito de fraternidade, se reforça a fé e a confiança nos santos de devoção se estabelece novos contatos e se aumenta a expectativa do reencontro para as próximas festividades.

A presença das mulheres a frente da irmandade é de extrema importância, mesmo diante da interdição da Mesa Administrativa, porque elas conseguem manter viva a fé em Nossa Senhora do Rosário e o cumprimento das cláusulas referentes à atuação das mesmas, na irmandade, em conformidade com o Capítulo III, artigo vinte do seu compromisso que diz que “compete às Irmãs de Mesa: prestar seu melhor concurso ao desenvolvimento espiritual da irmandade e o esplendor das solenidades, de acordo com o que lhes for encarregado pela Mesa Administrativa¹¹⁵”.

É importante ratificar que as irmãs são fundamentais para a perpetuação da tradição cultural e religiosa na cidade de São Paulo, pois este grupo feminino atuante continua realizando a festa da padroeira e cumpre com o dever estatutário de vestir um “Anjo” por ocasião da procissão. A irmandade também perpetua as manifestações religiosas que retratam as interações resultantes do encontro das culturas europeias e africanas. Para exemplificar ressalto a escolha e coroação do Rei Congo e da Rainha Conga festejado publicamente reafirmando a identidade de católicos convertidos como o Rei Congo em África, como lembranças de um passado distante, marcado pela disputa de poder.

A Rainha Conga é Sarah Cristina Juliano Nascimento e o Rei Congo é Sérgio Braz Juliano Filho que são irmão de sangue e irmãos da irmandade a mais de vinte anos. Eles representam a cidade de São Paulo como Rei e Rainha Congos, nas festividades congadeiras

¹¹⁵ Cf. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da década de 1950.

de São Paulo e em outros estados brasileiros quando solicitados. A presença deste casal de reis é solicitada para as missas em ritmo afro-brasileiro, nas procissões de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, nas festas organizadas pela irmandade ou nas festas de outras irmandades e nas festas promovidas pelo estado de São Paulo. Como bem lembra Marina de Mello e Souza as irmandades foram os lugares nos quais as eleições de reis negros e as comemorações que as acompanhavam atingiram maior complexidade e significação (2006, p. 251). Assim, compreendemos que a presença do casal de reis Congos nas festas religiosas e culturais, na atualidade, reforça o significado de que eleitos buscam romper com a situação de dominação que estavam submetidos os negros na América portuguesa, assunto que no terceiro capítulo retomaremos a discussão.

A foto abaixo retrata nos dias atuais a expressão exteriorizada da fé e devoção pela irmandade a Nossa Senhora Rosário.

É importante ressaltar, que mesmo sendo mais controladas, as manifestações da religiosidade popular como expressão exteriorizada da fé os irmãos do Rosário ocupam através de suas festas o espaço público e se fazem visíveis, superando os obstáculos e reinventando formas para que a igreja do Rosário continue sendo referência na cidade de São Paulo.

Todavia, a irmandade se adapta às novas exigências para as festividades em sintonia com o momento Eclesial, com a diversidade e com o momento que vive a grande metrópole. Contudo a irmandade renova-se espiritualmente à luz dos acontecimentos e documentos atuais da Igreja, buscando viver, no contexto atual, o crescimento espiritual de seus membros.

Para a irmã Vanilda a adequação com relação “ao momento que vive” gira em torno aos problemas de segurança pública da cidade de São Paulo, por isso, as procissões acontecem após as missas celebradas na parte da manhã em louvor a padroeira Nossa Senhora o Rosário como na festa de São Benedito. Por outro lado, as festividades realizadas mais cedo, permite a participação maior de fiéis, principalmente aqueles mais idosos. Pelas mesmas razões, os almoços festivos que anteriormente eram realizados no entorno da igreja hoje acontecem em restaurante previamente reservado pela irmandade.

Similarmente, a festa dedicada a São Benedito, realizada no mês de abril, conta com a participação de várias irmandades de São Benedito da cidade de São Paulo e de cidades do interior do estado.



Foto 12: Casal de Reis Congos Rei Congo: Sérgio e Sarah.
Arquivo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

Na missa em louvor a São Benedito uma grande quantidade de pães é abençoada para ser distribuído aos fiéis que participam da celebração. Este costume se deve a São Benedito ter sido cozinheiro e conhecido por realizar o milagre da multiplicação dos alimentos¹¹⁶, segundo a tradição popular o pão bento, traz a simbologia da fartura, quem leva o pão de São Benedito¹¹⁷ para casa leva também a certeza de que não faltará alimento para a família. Assim o devoto que crê em São Benedito passa a se sentir assegurado contra a escassez (PAIVA, 2009, p. 49).

Na ocasião desta festa é costume, os irmãos vestirem seus filhos pequenos com o hábito franciscano, alguns para pagar promessas, enquanto outros só para homenagear o santo. As crianças assim vestidas participam da missa e da procissão que é realizada com a presença das congadas que homenageiam São Benedito e logo em seguida todos se confraternizam no almoço festivo. No conjunto dessas práticas evidencia-se a característica mais importante desta irmandade que é ainda a participação efetiva leiga no culto católico, sendo os irmãos os responsáveis pela animação devocional, tornando-se presença fundamental para a organização das celebrações.

¹¹⁶ Cf. Andréa Lúcia da Silva de Paiva em Os Fios do trançado, 2009, p. 48.

¹¹⁷ Benedito, O santo mouro, por causa de sua cor negra, nasceu em 1526, em São Filadelfo arredores de Messina, era filho de pais descendentes de escravos levados para a Sicília. Foi recebido no convento de Santa Maria de Jesus em Palermo como simples irmão leigo pelos frades franciscanos e lá foi encarregado da cozinha pelo Superior. Realizou Deus aí, por seu intermédio diversos milagres.



Fotomontagem 4: Festa de São Benedito na igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Paissandu, São Paulo. Extraídas da página social “Rosário dos Pretos”, abril de 2014.

Direcionamos agora, o foco para outras expressões de religiosidades das quais a irmandade do rosário participa. A primeira se refere às missas com liturgia inculturada¹¹⁸ que são celebradas na igreja do Rosário ou em espaços pré-estabelecidos.

No dia sete de julho de 2013 às 11h participei da missa inculturada em ritmo afro-brasileiro na Quadra do Clube Recreativo, Cultural, Social e Escola de Samba Unidos do Peruche em Ação de Graças pelos 20 anos de aniversário do Grupo da Melhor Idade Mariama¹¹⁹, formado por irmãos e irmãs das irmandades do rosário e de outras irmandades.

A missa foi celebrada por padre José Enes, sucessor de padre Toninho e padre Batista ambos mencionados no texto. Nesta missa os rituais católicos¹²⁰ misturam-se às tradições afro-brasileiras. No ofertório, são ofertados juntamente com o pão e o vinho, os alimentos da cultura africana e os alimentos produzidos pelos negros no período da escravidão como:

¹¹⁸ Cf. Cultura Negra e Liturgia Inculturada à luz do Documento de Aparecida. O termo “inculturação” indica um processo e como tal não está suficientemente acabado e sua definição depende da história e do tempo. A expressão tem origem na missiologia, mas deve ser usada também do ponto de vista sociológico-cultural. Trata da relação existente entre a fé cristã e as diferentes culturas. O termo é usado pelos católicos desde a década de 30, embora em textos oficiais da igreja apareça na década de 70. A inculturação não é modismo, mas uma necessidade inerente à revelação, à evangelização e à reflexão teológica, A igreja não altera o rito em si, mas dá a ele um sentido cristão para que possa exprimir o mistério pascal.

¹¹⁹ O nome Mariama foi atribuído a Nossa Senhora Aparecida por Dom Helder Câmara durante a celebração da primeira missa dos Quilombos em 1981, na Praça do Carmo em Recife.

¹²⁰ Cf. Documento de Aparecida; texto conclusivo da V conferência geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Brasília-São Paulo: CNBB-Paulus-Paulinas, 2007 e Documento do Concílio Ecumênico Vaticano II. Constituição *Sacro sanctum Concilium* (SC). São Paulo: Paulus, 1997.

pipoca, bolo de fubá, cana, mandioca, café, melado, frutas e doces que são partilhados no final da celebração.

Para padre Antônio Aparecido da Silva (padre Toninho) já falecido, a prioridade da cerimônia no princípio era a visibilidade do povo negro e a visibilidade do seu trabalho ocultado na sociedade brasileira. Através do ofertório;

Trabalhamos com a ideia de que só podemos oferecer a Deus aquilo que é nosso, pelo qual lutamos o que construímos. Se oferecermos algo que não possuímos, roubado de outros, essa oferta não será legítima. Portanto, as missas celebradas até agora foram falsas, pois as pessoas ofereciam as coisas que roubavam dos negros, do suor e do trabalho do negro, que eram apresentadas como coisas de brancos. Mas quem produziu aquilo? Foram os negros durante a escravidão. Sendo assim, é a primeira vez que está sendo feita uma missa válida, daí a ideia do ofertório abundante. Oferecemos para Deus aquilo que produzimos: pipoca, bolo de fubá, pão, frutas, etc. Nada que tenhamos roubado¹²¹.

O propósito estrutural desta celebração é trabalhar a fé resgatando a cultura do povo negro adotando-se os símbolos afro-brasileiros e os expondo no local onde será celebrada a missa, bem como nas vestimentas e trabalhar os cantos nos ritmos afros, ligando-os à celebração. As imagens utilizadas para ilustrar esta expressão de religiosidade a missa de liturgia inculturada em ritmo afro-brasileiro têm por finalidade familiarizar e aproximar o leitor desta celebração. Assim, na sequência têm-se as fotografias organizadas no processo de montagem para a visualização da missa como um todo.

¹²¹ Entrevista realizada com Padre Toninho que foi publicada por ocasião de seu falecimento na Sexta, 18 de dezembro de 2009. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/28472-patriarca-da-pastoral-afro-brasileira-e-teologo-da-libertacao>. Acesso em 10/09/2013.



Fotomontagem 5: Missa inculturada em ritmo afro-brasileiro celebrada por padre Enes na Quadra do Clube Recreativo, Cultural, Social e Escola de Samba, Unidos do Peruche, SP. Arquivo da autora. Em 07/07/2013.

Retornei a São Paulo no dia 30 de março de 2014, para participar da missa em Ação de Graças pelos seus 25 anos de Diaconato na igreja de Nossa Senhora do Rosário, início das comemorações de sua boda de prata de presbítero¹²² que se completará em dezembro. A missa foi celebrada por padre Lazineo e concelebrada por padre Enes, no rito católico romano com liturgia inculturada afro. Estar presente nesta celebração possibilitou a comparação entre as duas celebrações realizadas em espaços diferentes, embora o contexto litúrgico fosse o mesmo. Neste dia a igreja se encontrava preparada com as cores litúrgicas desde os paramentos dos padres, até as toalhas do altar e da credência conforme orientação para o tempo quaresmal (cor roxa)¹²³, por outro lado às imagens dos santos e de Nossa Senhora não estavam cobertas com pano roxo como ainda se mantêm na maioria das igrejas católicas¹²⁴.

¹²² Sacerdote, padre. Cf. Mini Dicionário Aurélio- O dicionário da Língua Portuguesa, 2010, p. 608.

¹²³ Cor usada no tempo da quaresma.

¹²⁴ Antes da reforma litúrgica do Vaticano II era obrigatório cobrir, com véus roxos, todas as cruzes e imagens expostas ao culto na igreja. No Missal Romano de S. Pio V, terminada a missa do Sábado que precedia o Domingo da Paixão (atual V Domingo da Quaresma), vinha esta rubrica: “Antes das Vésperas, cobrem-se as Cruzes e Imagens que haja na igreja. As Cruzes permanecem cobertas até ao fim da adoração da Cruz, na Sexta-Feira Santa, e as Imagens até ao Hino dos Anjos (Glória a Deus nas Alturas) no Sábado Santo”. Vê-se que era um costume ligado às duas últimas semanas da Quaresma, através do qual se desejava centrar a atenção dos fiéis no mistério da Paixão do Senhor. Tudo o que pudesse desviá-la, como eram as imagens dos Santos, cobria-se. As

Os irmãos, porém, não pouparam nas cores das vestimentas, nos turbantes e na oferta com vários quitutes e frutas. As danças, os sons dos tambores e os cânticos demonstram as diversas iniciativas dos negros católicos e a alegria de poder viver a sua fé e devoção num espaço de reflexão, onde ocorre a articulação e diálogo voltados para a vivacidade e dinamicidade da ação evangelizadora da Igreja¹²⁵.

Através da observação e comparação entre os detalhes das duas celebrações compartilhadas com a irmandade em espaços distintos afirmamos que existe um controle articulado entre a irmandade e a instituição Igreja, com relação ao “espaço sagrado”. Na celebração na igreja do Rosário um número de irmãos participou desta celebração inculturada com suas opas e/ou fitas, destacando-se como “os irmãos do rosário” entre os demais fiéis católicos que frequentam a igreja. Os irmãos paramentados participaram da procissão de entrada carregando a cruz e as varas da irmandade e serviram junto ao altar. Outros irmãos se vestiram à moda africana e participaram da celebração¹²⁶ marcada por muitos cânticos, danças ao som de palmas e no ritmo dos atabaques e tambores.

A fotomontagem a seguir além de ilustrar a análise textual descrita acima tem como finalidade permitir a comparação entre as fotos da missa afro no “espaço sagrado”, Igreja do Rosário e no “espaço público”. Quadra do Peruche.

normas litúrgicas atuais orientam assim: Uma rubrica inserida no Missal Romano de Paulo VI, depois da Missa do Sábado anterior ao V Domingo da Quaresma, diz: “O costume de cobrir as cruces e as imagens das igrejas pode conservar-se, conforme o parecer da Conferência Episcopal. As cruces permanecem cobertas até ao fim da celebração da Paixão do Senhor, na Sexta-Feira Santa; as imagens, até ao começo da Vigília Pascal (cf. Missal Romano atual, edição do altar, p. 206). A grande diferença entre as rubricas dos dois Missais (de Trento e do Vaticano II) consiste no seguinte: no primeiro, cobrir as Cruces e Imagens era obrigatório (“cobrem-se...”); no segundo deixou de o ser (“pode conservar-se o costume de cobrir...”). Assim no Missal Romano, são deixadas várias hipóteses: a) pode cobrir as imagens ou não as cobrir; b) se as cobrir, mantém-nas cobertas desde a tarde do Sábado anterior ao V Domingo da Quaresma, até ao começo da Vigília Pascal (e não até antes do Lava-pés na Missa da Ceia do Senhor, nem tão pouco até Sexta-Feira Santa). A rubrica é clara: “... as imagens permanecem cobertas até ao começo da Vigília Pascal”.

¹²⁵ Cf. Documento de Aparecida n. 97.

¹²⁶ A missa é dividida em quatro partes bem distintas: 1) Ritos Iniciais: Comentário Introdutório à missa do dia, Canto de Abertura, Acolhida, Antífona de Entrada, Ato Penitencial, Hino de Louvor e Oração Coleta. 2) Rito da palavra: Primeira Leitura, Salmo Responsorial, Segunda Leitura, Aclamação ao Evangelho, Proclamação do Evangelho, Homilia, Profissão de Fé e Oração da Comunidade. 3) Rito Sacramental: 1ª) Parte - Oferendas: Canto/Procissão das Oferendas, Oraí Irmãos e Irmãs, e Oração Sobre as Oferendas; 2ª) Parte - Oração Eucarística: Prefácio, Santo, Consagração e Louvor Final; 3ª) Parte - Comunhão: Pai Nosso, Abraço da Paz, Cordeiro de Deus, Canto/Distribuição da Comunhão, Interiorização, Antífona da Comunhão e Oração após a Comunhão. 4) Ritos Finais: Mensagem, Comunicados da Comunidade, Canto de Ação de Graças e Bênção Final.



Fotomontagem 6: Missa inculturada em ritmo afro-brasileiro em Ação de Graças aos 25 anos de diaconato de Pe Enes celebrada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Arquivo da autora. Em 30/03/2014.

Nas duas celebrações foram utilizados os folhetos do Semanário Litúrgico “O Povo de Deus em São Paulo”, publicados pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo que são adquiridos por todas as igrejas paulistas para as celebrações mensais. Isto prova que o rito romano é mantido e a conotação africana é articulada durante a homilia (pregação), feita pelo sacerdote, no ofertório, pelos cânticos com letras que retratam a cultura e a religiosidade africana acompanhada por tambores, atabaques, afoxés e outros instrumentos desta cultura. Em ambas as celebrações foram mencionadas a devoção a Nossa Senhora do Rosário, rezou-se pelos ancestrais, por todos os falecidos e nos ritos finais foi feito o momento de louvor cantando o hino próprio da padroeira da irmandade e a seguir a homenagem a Nossa Senhora Aparecida (Mariama).

Outra celebração realizada na igreja de Nossa Senhora do Rosário é a missa das Caixeiros do Maranhão, que festejam o Divino Espírito Santo. A festa está na sua 15ª edição com o nome de “Festa do Divino Espírito Santo em São Paulo”, pois, desde o ano 2000 vem sendo realizada pelas caixeiros da família Menezes do Maranhão representadas pelas irmãs

Dindinha, Zezé, Graça e Bartira, em parceria com a Associação Cultural Cachuera!¹²⁷. Hoje esta festa faz parte do calendário de festas populares da cidade de São Paulo e são reconhecidas por comunidades de cultura popular, pesquisadores, artistas e interessados em música, cultura e religiosidade.

Nesta festa há o levantamento do mastro que é adornado com frutas, as folias que cantam a Alvorada, o Império reluzente de papel de ouro e prata que imitam o esplendor barroco de um altar, os estandartes e as bandeiras vermelhas onde é desenhada a pomba, simbologia do Espírito Santo, o Imperador e sua corte com trajes que lembram a nobreza, e abundância de comida. É uma celebração de devoções negras de Congos e Moçambiques em meio à Festa do Espírito Santo. É um panorama inteiramente diverso que se descortina, em São Paulo na festa recriada, há 15 anos, graças à presença das Caixeiras do Divino, que rememoram em São Paulo a festa celebrada no Maranhão, que segundo a tradição é a festa das casas de culto afro-brasileiras, o Tambor de Mina e o terreiro Fanti-Ashanti de Pai Euclides. Esta festividade da tradição maranhense vem ganhando popularidade e respeito na grande metrópole paulista.

A realização da festa do Divino Espírito Santo de acordo com a tradição religiosa maranhense, somente as mulheres, tocam as caixas e cantam louvores ao Espírito Santo. Esta manifestação começou em São Paulo como uma atividade cultural na Associação Cachuera! , através do pedido feito às caixeiras residentes em São Paulo para a realização de oficinas que pudessem ensinar aos jovens paulistanos o misterioso toque de seus instrumentos. Entretanto, o público das oficinas interessou-se em saber como era a festa do Divino que as caixeiras acompanhavam. Assim, a relação com as caixeiras foi deslizando do evento cultural profano em direção ao ritual sagrado, como acontece muitas vezes nas manifestações culturais de matriz afro-brasileira.

Esta religiosidade popular tem vários momentos marcantes iniciando-se com a Abertura da Tribuna e Alvorada até o encerramento com o Fechamento da Tribuna e o Bambaê¹²⁸. Entre o início e o término da festa se realizam atividades rituais sagrados e

¹²⁷ A Associação Cultural Cachuera!, tem como objetivo contribuir para a valorização da cultura popular tradicional brasileira e de suas comunidades produtoras em todos os setores da sociedade, com ênfase no meio educacional. A base do trabalho da Associação Cachuera! é a relação com estas comunidades, pesquisando, registrando, divulgando e refletindo sobre suas tradições culturais. A partir desta diretriz são desenvolvidos os projetos da Cachuera!

¹²⁸ Bambaê: Uma das danças folclóricas do Maranhão. Baile de Caixa, Bambaê de Caixa e até Cacuriá são denominações que a criatividade popular utiliza para referir-se a uma dança encontrada na Baixada Ocidental Maranhense. Muitos dizem que o Bambaê existe desde o tempo da escravidão e que guarda muitas de suas características originais. Dito na simplicidade dos brincantes existe no Maranhão "desde a época em que não havia luz elétrica". As motivações que levam os brincantes a executar essa dança vai desde pagamentos de promessa até festejos como o do Divino Espírito Santo. Por sinal, muitas de suas características apontam que sua

profanos. Esta festa merece estudos específicos que não cabe a esta pesquisa, porém como esta festa tem como pano de fundo a igreja do Rosário para esta manifestação religiosa popular e a irmandade como anfitriã, não posso me frutar de fazer um breve relato.



Fotomontagem 7: Missa das caixeiras- Festa do Divino Espírito Santo- na igreja do Rosário Arquivo Associação Cachuera!¹²⁹

Para a descrição dos detalhes desta festa utilizei o texto de Maria Lúcia Montes “As Caixeiras do Divino: tradição e inovação na metrópole”¹³⁰. Segundo Montes, a missa e a cerimônia dos impérios são consideradas o “coração da festa do Divino” e no Maranhão ocorre no domingo de Pentecostes, porém, em São Paulo a festa acontece antes da data oficial

origem se deu a partir do Divino, quando as caixeiras, depois da derrubada do mastro, reuniam-se para festejar em animado carimbó tocado ao som das caixas. Uma das características principais dessa dança, encontrada de forma bastante generalizada, é o fato de ser composta de casais de dançantes, em geral 12 dançarinos, que constroem uma roda, tendo ao centro um ou dois casais dançando.

¹²⁹ Missa das Caixeiras na Igreja de Nossa Senhora dos Homens Pretos, Paissandu, ocorrida em maio de 2012, que atraiu o olhar dos fotógrafos Anahí Santos, Mason Hiatt e Sattva Orasi. Fotos extraídas da página social da Associação Cachuera!

¹³⁰ Com graduação em Filosofia pela USP (1964), mestrado em Sociologia pela University of Essex, na Inglaterra (1973), e com doutorado em Ciência Política também pela USP (1983), foi professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP nos Departamentos de Filosofia, Ciência Política e Antropologia até 1995 e que hoje trabalha com projetos culturais, museus e exposições, onde continua a explorar seus temas de pesquisa em antropologia urbana, culturas tradicionais e populares, populações afro-brasileiras, patrimônio imaterial, memória e identidade.

da Igreja Católica. As caixeiras escolheram a igreja do Rosário dos Pretos para a celebração desta missa que conta com a presença dos impérios, das caixeiras, de pessoas amigas devotas do Espírito Santo, da irmandade e de curiosos. As mulheres chamadas de caixeiras tocam caixa (tambor) ao longo da festa e cantam em homenagem ao Divino Espírito Santo. Elas são as responsáveis pela preservação e transmissão destas tradições; pois, conhecem detalhadamente todas as etapas dos diversos rituais que integram os festejos. Parte desta festa é realizada na Associação Cachuera! , e inclusive a oficina para fazer as caixas e também as aulas para aprender toca-las.

Além das celebrações descritas acima nesta igreja todos os anos é celebrada a missa do “Dia 13 de maio”, que atualmente é rezada em liturgia inculturada afro-brasileira. Nesta missa é feita uma oração pelas almas dos escravos lembrando-se de suas dores e do sofrimento do cativo. Também é destacada a importância desta data para a comunidade negra, rememoram o papel da princesa Isabel, mas não deixam de enfatizar a importância dos movimentos atuais de afirmação do negro e das políticas afirmativas, além de reafirmar que a sociedade brasileira precisa dar oportunidades iguais a todos, sem distinção de cor e de classe social. Neste sentido as palavras de padre Enes respalda o sentimento de luta e resistência desta irmandade. “nesta Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos celebrei muitos 13 de maio com Protesto”.

Outra importante data celebrada com missa afro e também com apelos políticos pela irmandade e pelos movimentos em prol dos negros em São Paulo que serão discutidos no terceiro capítulo é o dia 20 de novembro da qual padre Enes é figura importante, pois retomando suas palavras: “[...] aqui celebrei muitos 20 de novembro comemorando nosso herói Zumbi” ¹³¹. Vê-se que a igreja do Rosário além de ser o local onde a religiosidade popular se expressa com seu pluralismo religioso devocional é também o local que serve de palco para algumas manifestações políticas e ações culturais da comunidade negra paulistana.

Após expor as manifestações de religiosidade produzidas no contexto da irmandade e sua igreja é possível apontar que os elementos culturais africanos fazem da profissão de fé católica uma experiência diferenciada, com suas interpretações e incorporações do catolicismo, com os seus santos de devoção. Assim, ao lidar com as experiências religiosas destas pessoas, suas expectativas, sua fé e a forma de resistência sociocultural e religiosa posso inferir que novas histórias surgem e devem ser pesquisadas pela academia, histórias de pessoas conscientes de sua identidade e da sua força geradora de opiniões e de articulações.

¹³¹ Entrevista respondida por e-mail.

Os irmãos do rosário dos Homens Pretos do Paissandu, não perderam a esperança, e buscam na religiosidade, na devoção e fé em Nossa Senhora do Rosário conforto para a alma e a força para continuarem mudando a realidade pessoal e do grupo.

2.3.2 A religiosidade em Ouro Preto e na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz.

Antes de adentrarmos nas peculiaridades da religiosidade da irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz faremos uma abordagem panorâmica acerca da religiosidade na cidade de Ouro Preto.

As manifestações religiosas na cidade de Ouro Preto, mesmo sofrendo os impactos socioculturais ocasionados pela atividade turística mantêm as festas religiosas carregadas de tradições com elementos preservados desde os primórdios, observando-se, porém, a presença de novas formas de representações. Embora considerando que institucionalmente o catolicismo oficial tenha saído vitorioso, o caráter espetacular da vivência religiosa, não encerrou para esta região de Minas Gerais, nos ritos festivos do século XVIII.

Na cidade, no século XXI, as manifestações religiosas populares persistem, mesmo que gerida pelo clero. Os festejos religiosos como o Reinado de Nossa Senhora do Rosário, a Semana Santa, a Páscoa, a festa de Corpus Christi, além de continuarem a ser populares, mantêm o aparato espetacular que os caracterizou no período colonial. As celebrações referentes à Semana Santa são as que exigem maiores esforços não só dos fiéis católicos, dos membros filiados às treze Irmandades e as oito Ordens Terceiras locais, mas de toda a comunidade ouro-pretense, pois ela culmina com a procissão do Santíssimo Sacramento, realizada no domingo de Páscoa após a celebração eucarística. Para o trajeto desta procissão é confeccionado o tapete de serragem colorida nas ruas que se transforma na extensão da Igreja enquanto Templo e Igreja Viva (fiéis).

A confecção deste tapete é realizada por alunos e servidores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), funcionários da prefeitura municipal, turistas, crianças e grande número de fiéis. A partir das seis horas da tarde (véspera de domingo), as ruas destinadas para o trajeto da procissão são interditadas e nelas são depositados os sacos de serragem coloridas que são preparadas durante todo o ano. Os responsáveis pela confecção se aglomeram em pequenos grupos iniciando a elaboração dos desenhos a mão livre e muitos deles já

preparados sobre enormes folhas de papel que logo são cobertos pela serragem. Assim esse delicado e árduo trabalho corre noite à dentro até o despertar da madrugada.



Foto 13: Confeção do tapete durante a madrugada do domingo de Páscoa para a procissão da Ressurreição às oito horas da manhã. Arquivo da autora. Madrugada do dia 31/04/2013.



Foto 14: Procissão da Ressurreição. Arquivo da autora. 31/04/2013 às 8h.

Somente com o despertar do dia e por um curto período de tempo é possível admirar tamanha beleza, pois, após a passagem da procissão outra equipe entra em cena, tão bem preparada como a que enfeitou as ruas com desenhos bíblicos, arabescos e florais. É a turma da limpeza, formada pelos garis da cidade de Ouro Preto, pelos garis de mais três cidades vizinhas e de alunos e servidores da UFOP e quem mais aparecer com o espírito de ajudar.

Vivenciar as celebrações da Semana Santa de Ouro Preto é como entrar no túnel do tempo, porque, ainda hoje as festas religiosas tomam as ruas transformando o espaço público num grande palco para a representação do poder da fé, utilizando para isto de recursos artísticos e teatrais em suas celebrações, recursos estes já utilizados pelos padres jesuítas para a evangelização no período da colônia.

É evidente que essa permanência e resistência do catolicismo popular em Ouro Preto, bem como em outras cidades históricas mineiras, entre elas São João del' Rei, se deve a Igreja Católica encontrar-se ainda subdividida em, Confrarias, Ordens Terceiras e Irmandades e que suas atribuições durante os festejos religiosos, conferidas e/ou conquistadas ao longo de anos mantém-se de certa forma inalteradas. Outro fato relacionado à manutenção da tradição do catolicismo popular é a presença das irmandades as procissões que para os irmãos é considerada como uma obrigação e a permanência da precedência entre as irmandades que para muitos passa despercebido. Tomando como exemplo a procissão da “Ressurreição” no domingo de Páscoa onde as irmandades comparecem devidamente paramentadas com suas opas e se identificam pelo estandarte do santo de devoção. “Como de costume” elas vão se posicionando, “cada uma em seu lugar”, ao centro das duas filas que se formam nas laterais da rua em frente à igreja de onde sai à procissão. As expressões “como de costume” e “cada uma no seu lugar”, referem-se à precedência mantida desde o período colonial em terras mineiras, ou seja, as Irmandades se posicionam de acordo com a condição social. Assim nos mesmos moldes do tempo da colônia a manifestação do conflito social é expressa simbolicamente através da religião em pleno século XXI. Embora este fato se relacione à minha profissão de fé, não posso como pesquisadora negligenciar-me diante do que chamam de costume ou tradição, e deixar passar batido, fingir que a precedência das irmandades não causa certo incomodo.

Durante a confecção do tapete para a mesma procissão visualizamos a união entre diversos grupos sociais com o mesmo empenho para um fim comum, enfeitar as ruas para a procissão passar. E logo em seguida, durante a passagem da procissão, a sociedade ouro-pretense simbolicamente representada pelas irmandades se divide em camadas sociais distintas, a dominante e a dominada. Diante desse fato surge uma pergunta: Será essa

repetição dos moldes coloniais impulsionados apenas pela resistência da permanência do catolicismo popular?

Na entrevista com D. Barroso já mencionada no Capítulo 1, ele se manifestou da seguinte forma com relação a esse contexto:

São Francisco viveu plenamente a pobreza, a caridade a humildade, mas os confrades de sua “Ordem” são os mais abastados. Nas procissões destacam-se com roupas impecáveis, e a sua localização é a mais próxima do púlpito. Estar perto do púlpito significa ter mais importância, prestígio. São Francisco não gostaria de ver isto. Eu entendo que a vida e as obras do santo de devoção deviam ser vivenciadas pelos irmãos e confrades.

Luiz Roberto Benedetti corrobora com o pensamento de D. Barroso quando se refere às irmandades do Santíssimo Sacramento que eram constituídas de pessoas da elite e que não admitia em seus quadros, sem sindicâncias, brancos nascidos no Brasil reforçando a desigualdade social. Desta forma, enquanto irmandade de classe abastada, ela ‘consagra’ a desigualdade, excluindo de fato (impossibilidade material) e de direito (estatutos) os negros e mulatos. Também é expressão desta consagração a questão da precedência nas procissões (1984, p.122).

Ao estudarmos a história religiosa do Brasil deparamos com uma Igreja intransigente com determinadas práticas dos segmentos populares e étnicos que conviviam na colônia e, que na atualidade, favorece a permanência de uma religiosidade popular que mescla tradições bem distintas.

Por agora, vemos que as irmandades e confrarias ainda são fundamentais na realização das festas religiosas e procissões, pois exercem a função de centralizar e coordenar as atividades. Vale acrescentar que as festividades religiosas favorecem a suspensão das atividades normais do cotidiano para celebrar, festejar e reafirmar costumes cristãos e culturais não só em Ouro Preto como também em São Paulo. No que se diz respeito a Minas Gerais nos anos de 1844 a 1875, período do bispado de D. Viçoso, como relatamos no Capítulo 1, nos documentos analisados observa-se interações marcadas por uma atmosfera de confiança onde as irmandades assumiam em alguns momentos o discurso romanizado, porém

mantendo uma releitura da nova tradição católica europeia sob as luzes de um cristianismo ainda mestiço¹³².

Ao participar do cotidiano da irmandade do Rosário e com o olhar focado para a sociedade ouro-pretense constatei o discurso romanizador entrelaçado com o catolicismo devocional que se dedica ao culto dos santos, dos anjos, de Nossa Senhora, do Cristo Jesus e que permite a aproximação, no decorrer de todo o ano, de um número maior de fiéis nas diversas manifestações de fé promovidas pelas paróquias.

Quando se tem a oportunidade de visitar uma das muitas igrejas de Ouro Preto observa-se que apesar destas igrejas serem diariamente visitadas por turistas, estudantes e pesquisadores encontram-se entre eles os pagadores de promessas. Pessoas que vieram de longe rezar pela cura de enfermidade pessoal, de parentes, de amigos, aqueles que rezam por reaver um bem perdido ou roubado, aqueles que se penitenciam por pecados cometidos, ou aqueles que rezam pedindo virtudes a serem contabilizadas no plano da salvação, práticas essas apoiadas na crença do milagre.

Embora nas igrejas que visitei e principalmente na igreja de Santa Efigênia, onde realizei o meu trabalho de campo, não visualizei nenhum objeto que representasse ex-voto (parte do corpo feito em madeira ou cera) e nem as tábuas votivas¹³³, prática utilizada para o registro do pagamento de promessas, que só encontrei exposta no Museu da Inconfidência. Contudo, as pessoas entrevistadas mencionaram a respeito do grande número de peregrinos que comparecem ano a ano na festa de Santa Efigênia para pagarem suas promessas. Na verdade participei do último dia desta festa, dia 22 de setembro de 2013 e assisti as quatro missas celebradas na igreja de Santa Efigênia e realmente o número de fiéis foi bem significativo e registrei momentos relacionados a pagamento de promessas e a expressão exteriorizada da devoção.

Na primeira missa celebrada no dia da festa, várias fitas de cetim de cor vermelha faziam a ligação entre o trono de Santa Efigênia e os devotos que ajoelhavam e as seguravam, beijavam, cheiravam, levavam a testa e cochichavam agradecendo as graças recebidas. O fiel com este gesto individual ao segurar a fita demonstrava sua devoção e proximidade a santa, mesmo sem o toque físico. Este momento se aproxima do comportamento dos devotos analisados por Andréa Paiva (2009) ao visitarem o Museu do Negro no Rio de Janeiro. Segundo Andréa é pela devoção que os devotos e muitos visitantes impõem padrões: ajoelhar,

¹³² Empregamos a palavra mestiço no sentido de um cristianismo originado no Brasil pela influência das matrizes europeia, indígena e africana.

¹³³ Nas tábuas votivas eram pintadas as cenas ou os motivos que originavam as promessas. Tinham como figuras obrigatórias o ofertante e o santo de devoção, a quem se havia atribuído o milagre.

rezar e tocar os “objetos”, nessa lógica um indivíduo torna-se observador e observado em suas práticas de devoção onde se aprende ao assistir ao outro. Neste caso o devoto ao tocar a fita e rezar, simbolicamente paga sua promessa e o seu comportamento provoca a repetição do ato por outros devotos. As fotos a seguir registram dois momentos de ligação do devoto com o seu santo de devoção. O primeiro deles a aproximação entre santo e devoto, através das fitas e, o segundo a manifestação da devoção e crença através da bênção dos objetos que os devotos trouxeram de suas casas e de seus familiares. O padre através da imposição das mãos abençoa e reza sob os objetos que são aspergidos com água benta, num gesto de imaná-los com poder de cura e de milagres. Vale ressaltar que este rito só é realizado na primeira missa do dia da festa em honra a Santa Efigênia.



Fotomontagem 8: 1ª Missa celebrada em louvor a Santa Efigênia. Retrata o toque na fita pelos fiéis. Arquivo da autora. Em 22/09/2013.

Muitos são os milagres atribuídos à santa e um deles senhor Paulo, presidente da irmandade, fez questão de contar ao ser entrevistado.

Em diversas ocasiões presenciei pedidos de graças durante as rezas dos fiéis e durante o momento das bênçãos e já vi muita gente vir até aqui para pagar suas promessas, mas o maior que já presenciei foi o de uma senhora que veio da França, alguns anos atrás, para rezar diante de Santa Efigênia. A igreja estava fechada e foram pedir para eu abrir. Então eu vim, abri a igreja e ela começou a agradecer a santa por ter adquirido sua casa após viver períodos de dificuldade financeira. Através de sua intercessão, porque ela tinha pedido e rezado muitas orações e ela conseguiu comprar sua casa. Sabe ela veio de muito longe para pagar sua promessa, rezava fervorosamente e conversava em voz alta com a santa, a sua fé em Santa Efigênia a trouxe aqui.

A análise de Renata Menezes, sobre o devoto “receber uma graça do santo”, esclarece o que a narrativa de senhor Paulo, porque está visível à troca sustentada pela relação entre o devoto e sua fé. Segundo a autora “indica que a condição maior e, para alguns, a única, para receber uma graça do santo é acreditar nele”, o que estabelece a relação entre fé e eficácia, ou seja, “recebo porque mereço”, “acredito porque mereço” e “recebo porque acredito” (2004a, p. 242). De certo modo, o devoto ao pagar sua promessa reza e conversa com o santo confirmando esta relação de troca existente entre ambos.

Quem visita Ouro Preto durante a festa de Santa Efigênia e de Nossa Senhora do Rosário se contagia pela riqueza das manifestações características da religiosidade popular nas missas, nos terços, nas novenas, nos tríduos, nas procissões e nos reinados. De acordo com Pedro Ribeiro estas manifestações religiosas deixam transparecer que “o processo de romanização foi forte bastante para combater o catolicismo popular, mas não o suficiente para implantar a forma romana na grande massa dos católicos” (2009, p. 21).

Estas festas estiveram presentes na gênese da irmandade e se perpetuam, resistem, e se mantêm como uma inesgotável fonte de devoção e de fé. Movidos pela devoção e fé muitos irmãos do rosário são filiados a mais de uma irmandade como é o caso de Francisco Eduardo de Almeida que desde pequeno, frequenta a festa de Santa Efigênia. Foi coroinha da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição a qual pertencia a igreja de Santa Efigênia, antes de se tornar sede da Paróquia de Santa Efigênia em 1994, e ajudava nas missas e festividades. Francisco pertence também a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, mas tem afeição e devoção a Santa Efigênia como relata em sua entrevista.

Não deixo de participar do dia de Santa Efigênia e, às vezes, de Nossa Senhora do Rosário. Além disto, compareço às eleições da mesa administrativa. Nunca assumi cargo na mesa, pois, como terceiro carmelita, sempre me dediquei mais à Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo.

Não sou um participante ativo. Mesmo porque, no meu conhecimento, a irmandade, atualmente, não tem criado momentos de reuniões e discussões. Mantenho as minhas anuidades em dia e, diariamente, invoco a proteção de Santa Efigênia. Ultimamente, por estar residindo em Mariana, a minha participação na irmandade se tornou mais difícil¹³⁴.

Sem dúvida, em Ouro Preto a linguagem oral é bem articulada e a memória popular conta lendas que, pelo simbolismo que encerram, são de interesse geral e revelam nas entrelinhas as tensões causadas pela escravidão na Província de Minas Gerais. As histórias contadas sobre os fiéis que procuram esta igreja para pagar suas promessas pelas graças alcançadas por intercessão de Santa Efigênia, são muitas e realmente estão na sua maioria relacionadas à aquisição da casa própria e a conclusão das demandas sobre heranças de imóveis e terras. Neste sentido merece destaque o comentário de Maria do Carmo Quintão.

Se Deus quiser ano que vem irei a esta festa, sou devota de Santa Efigênia e todos os meus filhos e noras tem em casa uma imagem dela. E todos construíram ou compraram apartamentos e casas. Santa Efigênia rogai por nós! “E obrigado por tudo.”¹³⁵

Este breve comentário mostra-se coerente com a prática comum da “promessa” e o “vínculo” do fiel com o santo observado durante a celebração da festa de Santa Efigênia, particularmente na primeira missa do dia, onde o padre reserva um momento para benzer imagens de Santa Efigênia ou quadros gravados com a sua estampa, que os devotos trouxeram de suas casas, as chaves da casa adquirida, documentos como escritura da casa própria e demais objetos relacionados às graças alcançadas ou as graças por alcançar. No momento da bênção padre Luizinho convida para que se aproximem do altar todas estas pessoas para serem abençoados e aspergidos com a água benta.

¹³⁴ Francisco Eduardo de Almeida é engenheiro, casado, tem 35 anos de idade cuja família, mãe, pai, avós, tios (as) maternos eram membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia. Alguns continuam nela até hoje. E os que já faleceram como seu pai e avós foram sepultados no cemitério desta Irmandade. Entrevista concedida no dia 08/09/2013 na cidade de Ouro Preto.

¹³⁵ Comentário de Maria do Carmo Quintão, professora aposentada, viúva, moradora de Senador Firmino, MG - via página social dia 24/09/2012, às 19:30 horas postado em uma das fotos sobre a festa de Santa Efigênia da cidade de Ouro Preto.



Foto 15: Bênção das imagens, objetos e pagadores de promessa. Arquivo da autora. Em 22/09/2013.

Uma particularidade da igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz é que são realizadas festas para as duas padroeiras, a padroeira da irmandade que é Nossa Senhora do Rosário cuja imagem fica no nicho mais alto do altar-mor e, Santa Efigênia que é a padroeira da paróquia, cuja imagem fica no mesmo altar, porém num nicho abaixo sobre o sacrário. Talvez este fato não tenha relevância para os visitantes, porém esta disposição das imagens se deve a existência e atuação da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, pois em outro contexto da Igreja Católica somente a imagem da (o) padroeira (o) da paróquia fica em destaque no altar-mor.

A devoção a Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia¹³⁶ estão em constante harmonia, pois a veneração a elas dedicada pelos devotos distintos ou entrelaçada é mantida através das histórias que foram contadas pelos ancestrais e que são hoje recontadas. Estas histórias estão presentes na fala dos irmãos que na sua particularidade e humildade deixam florescer entre uma conversa e outra.

Com relação à organização das festas de Santa Efigênia e de Nossa Senhora do Rosário destaco o fato da irmandade rememorar o passado, ou seja, a irmandade mantém no

¹³⁶ Padroeira da Paróquia de Santa Efigênia de Ouro Preto e também padroeira dos militares. Presença de militares da reserva e da ativa da cidade de Ouro Preto e Belo Horizonte.

presente os costumes do passado como a data da festa de Nossa Senhora do Rosário, a reza da ladainha de Nossa Senhora, o trajeto e a presença das bandas de músicas nas procissões, as missas cantadas em latim com o canto solene do *Te Deum*, o bulhar dos sinos, entre outros.

Os detalhes sobre como festejar Nossa Senhora do Rosário no último dia de dezembro encontra-se registrado no compromisso do ano de 1733, disponível em micro filmagem no arquivo da Casa dos Contos, assim como no compromisso renovado no ano de 1996, sob a guarda do presidente da irmandade que descreveremos posteriormente.

A seguir registramos momentos da segunda missa celebrada no dia da festa de Santa Efigênia, em Ação de Graças a todos militares, em especial, aos Militares do Corpo de Bombeiros da qual Santa Efigênia é padroeira. Nesta missa os militares participaram da “Procissão de entrada” e fizeram às leituras bíblicas, o evangelho proclamado pelo sacerdote foi o de Mateus, santo mártir da Igreja Católica ao qual se atribui a conversão de Efigênia ao cristianismo. O sacerdote convidado para celebrar foi o pároco da Paróquia de Nossa Senhora do Pilar, padre Marcelo Santiago, que em anos anteriores foi pároco da Paróquia de Santa Efigênia.



Fotomontagem 9: Missa celebrada na igreja de Santa Efigênia, 22/09/2013 às 9h em honra a Santa Efigênia, padroeira da paróquia e dos militares. Presença de militares da reserva da ativa da cidade de Ouro Preto e Belo Horizonte. Arquivo da autora.

Durante a homilia (pregação) padre Marcelo relatou sobre a vida e a conversão de Santa Efigênia e destacou que Efigênia ao aceitar Jesus Cristo em sua vida, sentiu o amor de Deus em seu coração e se manteve fiel a Cristo, na evangelização dos pagãos, na sua vida casta e na liderança de uma comunidade que chegou a possuir 200 religiosas. Enfatizou ainda que “o testemunho dessa primeira santa africana incentive, entre nós católicos, um conhecimento mais profundo da pessoa e da mensagem de Jesus que para nós, seus discípulos, Ele é, foi, e será para sempre, Caminho, Verdade, e Vida”.

A terceira missa celebrada no dia da festa de Santa Efigênia foi às 10 horas e, em Ação de Graças pelos irmãos da irmandade. Vê-se a importância dada pelos irmãos a esta missa no sentido de preservar a memória da instituição que sobrevive há mais de 280 anos devido à insistência de seus membros diretores, e que, em momentos áureos, possuía excelente potencial econômico, diferente dos dias atuais (SILVA, 2009, p. 14).

Assim destacamos a participação efetiva dos irmãos na solene “Procissão de entrada” formada pelos irmãos mais idosos que adentraram a igreja com a cruz e as varas da irmandade, seguidos pelo bispo emérito de Oliveira, Dom Barroso, padre Luiz Carlos e padre Bráulio. Os irmãos serviram o altar, participaram da procissão das oferendas e o presidente da irmandade levou o pão (hóstias) e o vinho até o altar para a consagração.



Fotomontagem 10: Missa solene em Ação de Graças pelos irmãos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz. Arquivo da autora. Em 22/09/2013.

Os demais irmãos presentes se sentaram nas cadeiras posicionadas a frente do altar, todas entalhadas com o anagrama da irmandade (INSRSE) e paramentados com suas opas em cor branca, com cordão azul no contorno da gola e bordado do lado esquerdo um terço com o anagrama da irmandade. A missa solene foi cantada em latim pelo Coral São Pio X, da Paróquia de Santa Efigênia.

Por ocasião da festa de Santa Efigênia existem muitas maneiras de se reverenciar e agradecer a santa de devoção pelas graças recebidas conforme já foi relatado ao longo deste capítulo e a participação da irmandade dinamiza profundamente a vida social não só no Alto da Cruz, mas como em toda cidade de Ouro Preto. Para a organização destas festas religiosas e dar conta de tamanho empreendimento tanto a paróquia como a irmandade precisam angariar recursos para serem aplicados durante o período reservado da festa que se inicia com o tríduo e culmina com o dia festivo. Assim a prática de angariar recursos junto à sociedade cristã utilizada pelas associações leigas no período colonial permanece frequente nos dias atuais devido ao alto custo das festas que se caracterizam por ser estritamente religiosas, não havendo nenhum tipo de comércio no entorno da igreja como barraquinhas de refrigerantes, salgados, leilões, bingos, ou venda de souvenirs.

Na participação das quatro missas, tive a oportunidade de encontrar com membros da irmandade que não fazem parte da Mesa Administrativa, ou seja, pessoas que frequentam o espaço religioso sem exercerem atividades permanentes. Também conheci irmãos que participam de pastorais, que auxiliam ao pároco em todas as celebrações e, que entre uma missa e outra me orientaram sobre a celebração seguinte. Assim, após está última celebração, já sabia que o trajeto da procissão seria longo nas ladeiras tortuosas do bairro, e que passaria próximo da capela do Padre Faria e retornaria a igreja de Santa Efigênia onde o Bispo D. Barroso cantaria o *De Teum* encerrando os festejos à Santa Efigênia.

Então assentei no adro da igreja de onde acompanhei com o olhar o trajeto da procissão luminosa, nome que recebe, porque os fiéis levam velas acesas durante todo o seu trajeto. Os lampadários e a Cruz deram início à procissão, o padre, os seminaristas e a equipe litúrgica caminhavam a frente do andor de Santa Efigênia que foi carregado pelos irmãos paramentados com suas opas, seguido pelos demais irmãos.



Fotomontagem 11: Missa celebrada por padre Luizinho na escadaria da igreja de Santa Efigênia às 17h. Arquivo da autora. 22/09/2013.

Logo atrás do andor a capitã Kátia Silvério comandava a Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia que cantava e dançava louvando a santa, e alguns metros atrás uma banda de música tocava hinos católicos que se confundiam com as vozes dos fiéis rezando o terço nas filas laterais da estreita ladeira. Este momento não apresentava pompa como nas narrativas das procissões do período colonial, mas o sagrado e o profano se misturavam sem nenhum preconceito. O povo reunido e unido pela mesma fé e devoção onde sua religiosidade expressava-se de diversas formas.

Os registros fotográficos deste momento devido à altitude da igreja em relação ao trajeto da procissão e ao meu equipamento fotográfico não ser de qualidade profissional provocou distorções nas imagens, por isso, logo abaixo, com o propósito de ilustrar o momento da chegada da procissão e oração do *De Teum* a fotomontagem registra como um todo o final da celebração que teve início às 17 h e terminou às 22:30 horas. A entrada do andor de Santa Efigênia na igreja foi esperada por muitas pessoas que como eu, não fizeram o trajeto da procissão. Tanto o andor com a imagem da santa, como a Guarda de Congo, entraram de costas para o altar onde já estava apostado D. Barroso. A Guarda de Congo cantou se despedindo de Santa Efigênia e em seguida seus integrantes se posicionaram para ouvir o *De Teum* (Hino de louvor a Deus) onde o bispo de costas para a assembleia iniciou o canto e o

coral, São Pio X, respondia juntamente com os demais católicos que sabiam acompanhá-lo em latim. Logo após o *Te Deum* foi feita a bênção final e pouco a pouco todos foram silenciosamente saindo da igreja.



Fotomontagem 12: Entrada do andor de Santa Efigênia na igreja, seguida da Guarda de Congo Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia. Entronização no altar e louvada pelos congadeiros. D. Barroso após cantar o *Te Deum* abençoou a todos finalizando a celebração com o hino de Santa Efigênia. Arquivo da autora. Em 22/09/2013.

Ao observar todas as celebrações realizadas neste dia indaguei: Onde está o sagrado? Onde está o profano?

No meu entendimento estão juntos e ao mesmo tempo misturados.

Para estas indagações Beatriz Dantas, tem a seguinte explicação: ao perceber os diversos envolvimento entre as crenças: “misturar” com o catolicismo é fazer uma combinação que não afeta o esquema binário de classificação de mundo, na medida em que essa combinação ocorre dentro de um mesmo domínio, o do “bem”, e não altera a ordem geral do mundo” (1988, p.143).

Dentro deste contexto, “misturar” na igreja católica elementos que foram classificados como “opostos”, “impuros”, “falso”, “o não oficial” ao culto católico, traz de volta a dimensão emocional da fé associada a uma exteriorização e teatralidade da experiência

religiosa, que se expressam através da intensificação das práticas rituais com ênfase na corporeidade, dando ao culto a feição de espetáculo (ANDRADE, 2009, p. 110).

Esta pesquisa não tem o objetivo de discutir o culto aos santos com a feição de espetáculo, mas sim perceber de que forma os irmãos nos dias atuais expressam sua religiosidade e como mantêm sua devoção aos santos. Assim, ressalto que ao olhar as pessoas retornando ao final da última celebração para suas casas, na maioria a pé, pois não há espaço para estacionar carros nas ladeiras do Alto da Cruz, é como se cada uma delas, homens, mulheres, jovens, carregassem no coração um sentimento de paz e conforto, como se estivessem providas de um tipo de energia especial. Acreditamos que a descrição de mana pessoal de Mauss (2003, p. 197), se aplica a este fato observado em campo, embora não houvesse bênção de objetos para consideramos como veículos de mana, mas são as pessoas que parecem adquirir essa “força mágica, religiosa e espiritual”.

No que tange as festas de Nossa Senhora do Rosário no Alto da Cruz, elas já não expressam a mesma riqueza da cultura banto vinculada aos banquetes oferecidos pelos reis e rainhas, aos batuques e danças até altas horas da noite. Por seguir as exigências da Igreja e também do poder público elas se adequaram a nova realidade reinventando maneiras para continuar uma tradição secular. Estas festas ditas populares com o passar dos anos, na cidade de Ouro Preto em especial na irmandade de Nossa Senhora do Rosário, vêm se organizando de comum acordo com o pároco onde é possível através do tripé - Igreja - Irmandade - Congadeiros - a realização de momentos de evangelização no contexto do catolicismo devocional.

Dessa forma o Reinado de Nossa Senhora do Rosário no Alto da Cruz sobrevive, pois, é de suma importância para cada um dos membros da Guarda de Congo de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário, que relembram neste reinado seus antepassados e fundadores da irmandade, os escravos africanos.

A festa do Reinado caiu no esquecimento do povo por muitos anos e com o propósito de fortalecer a Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz em meados da década de 2000, foi criada a Associação Amigos do Reinado (AMIREI) em Ouro Preto. A criação desta associação serviu de incentivo para a entrada de novos membros e a maior participação do Congado nas celebrações religiosas. Colaborou também para conquistar o apoio da paróquia e das comunidades locais, desenhando um cenário favorável à retomada da centenária celebração do Reinado de Nossa Senhora do Rosário no bairro Alto da Cruz.

Enfim, no ano de 2008 os membros da Guarda de Congo do Alto da Cruz, com a colaboração da Comissão Ouro-pretana de Folclore e do poder público municipal, conseguiram mobilizar um grupo de congadeiros, membros das comunidades locais, intelectuais e ativistas de movimentos sociais para a realização do Reinado em janeiro do ano seguinte. Este momento foi rico em aprendizado, pois este grupo ainda informal adquiriu competência para a produção de um evento que, com o passar dos anos, vem conquistando importância na agenda religiosa e cultural de Ouro Preto e da região.

Através de dados reunidos pela AMIREI comprova-se o crescimento do efetivo mobilizado entre voluntários da comunidade, funcionários do poder público municipal, doadores de mantimentos e grupos visitantes de Guarda de Congo, Moçambique, Folias de Reis, Marujadas, Candombes, Caboclos e Catopés além da importante participação de grupos ligados ao Movimento Negro. Nos dados computados e divulgados no site da AMIREI referentes ao ano de 2009 encontramos: 25 o número de grupos participantes, totalizando 700 pessoas envolvidas, já no ano de 2013 para o mesmo número de grupos participantes foram contabilizadas 5000 pessoas envolvidas.

No Alto da Cruz, os irmãos do Rosário, festejam Nossa Senhora do Rosário todos os anos, com o tríduo nos dias 29, 30, e 31 de dezembro. No dia primeiro de janeiro celebra-se a missa solene com o canto do *Te Deum*. Em seguida tem a procissão com a participação de banda de música e da Guarda de Congo de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz. Ainda como tradição o Reinado de Nossa Senhora do Rosário é realizado entre os dias 6 e 13 de janeiro com a presença de congadas locais e de cidades vizinhas.

O Reinado¹³⁷ tem início no dia 6 de janeiro dia de Santos Reis, em memória a primeira corte realizada por Chico Rei para festejar Nossa Senhora do Rosário. Seu início é marcado pelo levantamento da bandeira de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia. Logo após, os congadeiros cantam músicas sobre Nossa Senhora do Rosário e músicas sobre a exploração do trabalho escravo que se sujeitaram os negros no passado. Na festa do Reinado em Ouro Preto são mantidas as festividades devocionais, com ritos litúrgicos a luz da Igreja católica e seus ritos exteriores, além de palestras e oficinas ministradas pela AMIREI e pela UFOP.

¹³⁷ Atualmente a festa é realizada pela Associação dos Amigos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Ouro Preto - AMIREI. Criada em 2008 e oficializada em 04 de setembro de 2011, tem como objetivo resgatar, salvaguardar, valorizar e realizar a Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Ouro Preto. Para tanto conta com a ajuda do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia e de toda a comunidade, que doa alimentos, enfeitas suas casas e recebe cordialmente os visitantes. Por Solange Sabino Palazzi, Integrante da Comissão Ouro-pretana de Folclore e da AMIREI.

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia em Ouro Preto-MG é uma manifestação da religiosidade popular que marcou Ouro Preto no século XVIII e que ocupa atualmente lugar no calendário cultural, turístico e religioso da cidade.

Nesse sentido, o cartaz “A fé que canta e dança” do Reinado de 2013 retrata a fé e o compromisso com os santos de devoção através da seguinte frase:

A fé do congadeiro é o compromisso que ele tem com seus santos de devoção. O Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia levanta sua bandeira em honra aos nossos antepassados, que assumiram esta responsabilidade antes de nós.

A festa de Nossa Senhora do Rosário no Alto da Cruz continua sendo no dia primeiro de janeiro não só pelo fator estatutário, mas deve-se também a manutenção das tradições dos antepassados, como comenta Marcelo:

Os negros que se estabeleceram no Alto da Cruz para trabalharem nas minas de ouro eram jejes. Por sua vez sincretizaram suas tradições religiosas africanas com o catolicismo aqui encontrado. O escravo alforriado Chico Rei foi o empreendedor da construção da Igreja de Santa Efigênia e a festa no primeiro dia do ano se deve ao primeiro reinado festejado por Chico Rei neste dia em tempos passados¹³⁸.

O pároco Luiz Carlos considera forte a tradição católica romana com suas missas celebradas com cânticos em latim para as missas festivas, contudo deixa claro que também se encontra presente elementos da religiosidade africana no Reinado de Nossa Senhora do Rosário e na celebração da missa no mês de janeiro. A missa Conga é celebrada somente no último dia das festividades do Reinado com a participação das congadas de Ouro Preto e das Guardas de Congo das cidades convidadas com seus respectivos Rei Congo e Rainha Conga.

A fotomontagem a seguir ilustra os detalhes do reinado e permite a observação dos novos espaços utilizados para a preservação de suas práticas recriadas.

¹³⁸ História contada no dia 16 de janeiro de 2013, na Praça Tiradentes por Marcelo José Dias Hipólito, morador de Bairro Alto da Cruz, enquanto esperava o ônibus para ir até a Igreja de Santa Efigênia.



Fotomontagem 13: Concentração das Guardas de Congo na igreja de Santa Efigênia e missa Conga celebrada por padre Luiz Carlos no adro da capela do Padre Faria com a presença do casal de Reis Congos de cada Guarda¹³⁹. Fotos extraídas da página social de Kátia Silvério.

Nestas celebrações e festividades os negros celebram sua religiosidade e materializam as memórias da África no Brasil através da presença da coroação do Rei e da Rainha Conga durante o Reinado.

O adro torna-se o prolongamento do espaço sagrado “a igreja” para a celebração da missa Conga por motivo da aglomeração das Guardas de Congo que participam da missa. A missa Conga¹⁴⁰ também chamada de missa dos Libertos põe em diálogo a liturgia da igreja católica e a religiosidade popular. Ela expressa a religiosidade do povo negro, porém num contexto diferente da missa inculturada Afro-brasileira já descrita neste capítulo.

¹³⁹ A fotomontagem é composta das seguintes fotos: a primeira foto acima e a esquerda são os congadeiros reunidos em frente à escadaria da igreja de Santa Efigênia para a bênção, a segunda foto a esquerda é o andor de N. Sra. do Rosário conduzido pelos congadeiros, a terceira foto a esquerda é a descida da ladeira de Santa Efigênia em direção a capela do Padre Faria, a quarta foto centralizada acima são os congadeiros no adro da capela para o início da missa Conga, a quinta foto abaixo no centro são os casais de Reis Congos de cada Guarda de Congo de acordo com o santo de sua devoção, a sexta foto acima e a direita é padre Luiz Carlos iniciando a missa Conga no altar preparado em cima de um palanque, a sétima foto a direita é do coral e um grupo de Moçambique que se prepararam para cantar os cantos no ritmo do congo, catopé, Moçambique e outros.

¹⁴⁰ A missa Conga é do tempo do Concílio Vaticano II (década de 1960) quando no Congo surgiu uma famosa “Missa Luba” ainda em latim, mas de caráter fortemente africano. No canto do Credo, tambores de sinais avisam a morte de Jesus. Esta missa foi cantada dentro da basílica de São Pedro, em Roma, pelos Trovadores do Rei Balduino.

De acordo com o historiador e folclorista, Mauro Eustáquio Ferreira, a celebração da Missa Conga começou em Belo Horizonte, no final da década de 1960, a partir de pesquisas do folclorista, antropólogo e professor, Romeu Sabará, da Universidade Federal de Minas Gerais, que constatou semelhanças entre o ritual da missa e o ritual dos congadeiros em várias circunstâncias, entre elas a chegada à casa de alguém, o almoço, agradecimento, etc. “O professor Sabará constatou nove ritos para a Missa Conga¹⁴¹, com músicas e danças próprias: ritual de entrada, penitencial, da palavra, do ofertório, da consagração, da amizade, da comunhão, de ação de graças e de despedida”. No ritual de entrada as guardas se preparam para entrar na igreja e o passado, tão presente neste momento traz à lembrança as portas das capelas e igrejas, sempre fechadas aos fiéis de pele negra. O capitão da Guarda de Moçambique é quem faz o lamento chamado de Lamento Negro, para que o sacerdote abra a porta para o negro poder entrar. O Lamento Negro nos conta que:

Vou contar-lhe uma história/ Peço que preste atenção/ É uma história muito antiga/ Do tempo da escravidão/ No dia 13 de maio/ Assembleia trabaiô/ Nego veio era cativo/E princesa liberto / Nego veio era cativo/ E agora virou sinhô/ No tempo da escravidão/ Era branco que mandava/ Quando branco ia pra missa/ Era nego que levava/ Quando branco ia pra missa/ Era nego que levava/ Branco entrava para Igreja/ Nego cá fora ficava/ Branco entrava pra igreja/ Nego cá fora ficava/ E se nego reclamasse/ De chiquirá ele apanhava/ E se nego reclamasse/ De chiquirá ele apanhava/ Nego só ia rezar/ Quando na senzala chegava (Reza-se pelas almas dos negros escravos falecidos) / Que dó, que dó/ Jesus Cristo está no céu/ Amparando estas almas/ desse nego sofredô (Pedido feito ao padre para que seja aberta a porta para os negros entrarem) / Ô sinhô abre a porta/ Que os nego quer entrar/ pra ouvir a Santa Missa/ Que o sinhô vai celebrar/ Louvor a Nossa Senhora do Rosário/ Virgem do Rosário/ Sois rosa mimosa/ Entre outras flores/ Sois mais formosa/ Maria concebe o verbo encarnado/ Que veio ao mundo/Remir os pecados¹⁴².

Quando cessa o lamento a voz de outro capitão, faz se forte e clara, lembra que a igreja é de Deus e que a missa será celebrada pelo Rei Eterno:

¹⁴¹ A primeira Missa Conga celebrada está registrada no filme de curta-metragem “Congadas”, dirigido pelo cineasta e padre Edeimar Massote, em 1976, com fotografia de Hélio Márcio Gagliardi, com a colaboração do padre Nereu de Castro Teixeira. Segundo Mauro Eustáquio “A missa teria sido celebrada em Ouro Preto, com a participação especial das guardas Caboclinhos e Catopê do Serro, Marujos e Moçambique de Belo Horizonte, Congo de Raposos, Candombe e Congo da Lagoa de Santo Antônio e Vilão de Oliveira”.

¹⁴² Cf. O Congado e sua relação com a Igreja Católica de Fernanda Pires. ANPUH-XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

“O sô padro abre a porta
 O! que o nego qué entrá
 Qué ouvi a santa missa
 Que o padro Eterno vai celebrá”¹⁴³

Ao terminar o canto o padre abre a porta para a entrada dos negros que simbolicamente representam os escravos e por isso entram primeiro, em seguida entra o reino coroado, as guardas e o povo. Os primeiros lugares são reservados para a corte e autoridades, a guarda de Congo se coloca à direita do altar e a guarda de Moçambique se coloca à esquerda. Então se inicia a missa, sendo que as guardas pontuam com seus cantos os seguintes momentos: Evangelho, Ofertório, Saudação entre os fiéis, Comunhão e Encerramento¹⁴⁴.

Em Ouro Preto a celebração da missa Conga acontece no adro da capela do Padre Faria. O rito de Entrada é realizado na capela por onde todas as guardas presentes, uma a uma, adentra a capela e canta louvando Nossa Senhora. Ao término da missa cada grupo participante após a retirada da bandeira do mastro retorna a capela e despede de Nossa Senhora com cânticos pedindo suas bênçãos e com cânticos de promessas para retornar no reinado no ano seguinte.

Após participar do cotidiano da irmandade, das festividades para Santa Efigênia e do Reinado de Nossa Senhora do Rosário assinalo que esta irmandade é instrumento de integração do homem de cor na sociedade. Contudo, os conflitos entre irmãos e Mesa Administrativa são recorrentes, o desvio financeiro ocorrido na administração anterior aflige os irmãos mais antigos, pois este fato depõe contra a integridade de seus filiados. E a devoção ao santo padroeiro é símbolo de identidade, pois as histórias de vida de seus santos devocionais são repetidas inúmeras vezes por seus filiados durante as entrevistas realizadas.

Vale sublinhar que as considerações de Scarano, sobre essas associações do período colonial ainda são válidas nos dias de hoje, pois elas continuam sendo, “entidades que propiciam aos seus membros uma posição mais segura dentro da sociedade, marcando um lugar determinado, agrupando as comunidades sobre a proteção de um orago, valorizando-as, dando-lhe dignidade” (1978, p. 145).

Consideramos que os irmãos que instituíram a irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz mantinham boas relações e trânsito entre a população mais ampla. Atualmente mantém o diálogo com autoridades civis e eclesiásticas demonstrando assim a continuidade das ações em torno da boa convivência entre os irmãos aos moldes atuais.

¹⁴³ Disponível em < http://www.unicamp.br/folclore/folc6/missa_conga.html > Acesso em 18/08/2013.

¹⁴⁴ Idem.



Fotomontagem 14: Reinado de Nossa Senhora do Rosário e despedida da Congada a Nossa Senhora na Capela do Padre Faria no bairro Alto da Cruz, Ouro Preto, MG. Arquivo da autora. 13/01/2013.

Parafrazeando Andréa de Paiva, estas devoções que são manifestações tradicionais da cultura e da religiosidade no Brasil onde a intermediação dos santos para a obtenção de uma graça pelo fiel é de extrema importância, em Ouro Preto pode-se dizer que há “santos” para todos os milagres e gente para pedir de tudo (2009).

Nos dias que passei pesquisando na Casa dos Contos, entrevistando um grupo de irmãos, moradores do Alto da Cruz, o pároco responsável pela Paróquia de Santa Efigênia, padre Luiz Carlos, o Bispo emérito de Oliveira D. Barroso natural de Ouro Preto, ou apenas num bate papo com os guias turísticos, percebi que cada atitude, cada função desempenhada na sociedade, cada ato, expressa um conjunto de valores, de ideias e lutas.

3 – Tradição, morte, devoção e cotidiano nas Irmandades do Rosário no cenário contemporâneo.

Ao contrário do que se esperava encontrar, as irmandades do Rosário dos Homens Pretos do Alto da Cruz em Ouro Preto e do Paissandu em São Paulo mantém parte de suas tradições originais, principalmente no que se refere às comemorações aos seus santos padroeiros e aos ritos fúnebres. Em cada uma das irmandades pesquisadas as festas devocionais são realizadas dentro de contextos socioculturais e espaços urbanos diferentes, mantendo a particularidade do calendário de cada uma delas, cujo momento os irmãos demonstram sua fé e devoção a Nossa Senhora do Rosário.

Vê-se nestas irmandades a permanência de parte das suas tradições e pelo fato de terem sobrevivido demonstram a sua integração social enquanto grupo e a consciência de sua identidade como parte integrante e atuante na sociedade

É importante ressaltar que em ambas as irmandades foram encontradas as reelaborações africanas que ocorreram de forma conflitiva e oprimida pelo catolicismo no período da escravidão que buscava reprimir e substituir os elementos de matriz africana, bem como as intervenções do catolicismo ultramontano. Entretanto, diante desde processo de imposição também é possível encontrar formas de transgressão e de libertação que foram criadas e que hoje a Igreja abre suas portas para as manifestações religiosas “inculturadas” dos afrodescendentes.

De acordo com padre Pedro Rubens Oliveira, SJ, somente:

Depois do concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais Latino-americanas (CELAM), houve um trabalho de “inculturação”, através da busca de uma identidade brasileira e latino-americana, em sintonia com os problemas contextuais, mas em conflito com as instâncias romanas (2009, p.18).

Portanto, durante muito tempo, o Vaticano proibiu a influência de outras culturas na missa tradicional católica. A incorporação das tradições africanas à missa foi liberada em 1988, pelo Papa João Paulo II (SILVA et al, 2010, p. 54).

Padre Josuel dos Santos Boaventura (2007) aborda esta temática explicando que foi através do documento do Concílio Vaticano II a Constituição Apostólica, *Sacro sanctum Concilium*¹⁴⁵, que representa a visão da Igreja Católica sobre a liturgia, definindo-a como fonte e expressão de toda a vida da Igreja (SC 10). Recorda que a Igreja, em sua atividade missionária, ao se aproximar das culturas, é convidada a estabelecer um profundo intercâmbio de dons: quando leva a riqueza de sua liturgia, reconhece e assimila a riqueza dos valores culturais. O mesmo documento nos artigos de 37 a 40 apresenta as normas para a adaptação da liturgia à índole e tradições dos povos.

Após leitura destes documentos inferimos que no contexto atual da Igreja Católica, as portas estão sendo abertas, graças ao trabalho desenvolvido pelos Agentes de Pastoral Negros¹⁴⁶ (ANPs), que através do processo de reflexão da fé à luz dos elementos da negritude, foram construindo uma identificação do rosto de Deus com o rosto do povo pobre e, conseqüentemente, com o rosto dos negros¹⁴⁷. O trabalho dos Agentes de Pastoral Negros em consonância com a Igreja permite atenuar a imagem de um Deus branco, que se difundiu pelo processo de evangelização ocorrido no Brasil, muito distante, do ponto de vista da identificação com o rosto do povo negro. Na perspectiva de que estas modificações foram adaptadas ao cotidiano das irmandades, no decorrer deste capítulo a proposta é evidenciar nestas instituições o que concerne a morte, a tradição, a devoção e o papel desempenhado por elas no cenário contemporâneo.

¹⁴⁵ *SACRO SANCTUM CONCILIIUM* sobre a Sagrada Liturgia.

Disponível em

<http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html> Acesso em 14/09/2013.

¹⁴⁶ Cf. Frei David Raimundo dos Santos: A partir de 1968, com as Conferências de Medelim e mais à frente, com Puebla (1979), a proposta passou a ser evangelizar a partir da situação concreta e histórica do povo oprimido e excluído, configurando, assim, o terceiro projeto de evangelização. Este povo oprimido, reunia principalmente negros e índios, e as articulações entre esses se faziam necessárias. Nesse contexto, começaram a surgir os grupos de base formados por negros católicos culminando, em 1983, com a fundação do grupo de Agentes de Pastoral Negros. Em 1988, a CNBB, após muita pressão da comunidade negra católica, assume como tema da Campanha da Fraternidade "A Fraternidade e o Negro". Foi o resultado da mobilização dos grupos de pastorais de base. Essa iniciativa projetou o trabalho dos ANPs/Agentes de Pastoral Negros, que conquistaram espaços para reflexão sobre a condição socioeconômica de homens e mulheres negras, além de despertar a Igreja à participação enquanto agente de promoção e trabalhos que respeitam a diversidade e valorizam a pluralidade cultural e étnica.

Disponível em

<http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=102&cod_boletim=6&tipo=Artigo> Acesso em 16/01/2014.

¹⁴⁷ Cf. José Geraldo Rocha em "Um canto afro de libertação" faz parte de uma reflexão teológica que vem sendo construída ao longo dos anos dos Agentes de Pastoral Negros. No presente artigo são retomadas algumas reflexões publicadas na Revista Caminhos e Revista Horizonte em anos anteriores.

3.1 - Os cemitérios, os rituais de morte e suas transformações.

A abordagem sobre os cemitérios não tem a intenção de fazer juízo de valor ou discriminar qualquer uma das irmandades aqui mencionadas. Importa salientar e evidenciar a presença de um passado conhecido e reconhecido que pode estar sendo mantido ou se transformando de acordo com o contexto vivenciado por cada uma delas.

Neste sentido, o cemitério da irmandade do Rosário de Ouro Preto diante das exigências legais e religiosas, foi capaz de romper barreiras e sobreviver e conviver com determinadas mudanças, enquanto o cemitério da irmandade do Rosário de São Paulo foi desapropriado pelo poder público deixando os irmãos sem o espaço considerado sagrado para seus sepultamentos.

No contexto desta pesquisa, os cemitérios que para algumas pessoas são considerados “paisagem triste” ou “lugar assombrado” principalmente durante a madrugada pelos espíritos que ali foram sepultados, aqui serão tratados como espaços destinados ao recolhimento dos corpos e ou cinzas de pessoas falecidas e a celebração da memória. Além disso, pela história de criação dos cemitérios e sua importância na sociedade, serão considerados como fontes de estudo para o entendimento dos cuidados com os irmãos mortos destas irmandades.

3.1.1- Ouro Preto, as irmandades do Rosário e os seus cemitérios.

Antes de adentrar na discussão no nível das irmandades do Rosário delimitadas para estudo, com relação aos rituais de morte e suas transformações, é importante expor as razões que direcionaram a escrita deste tópico.

A primeira delas tem haver com a visita ao cemitério da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz de Ouro Preto, antes mesmo de entrar em contato pessoalmente com os membros da irmandade.

Ao chegar a Ouro Preto para iniciar a minha pesquisa de campo fui até a igreja de Santa Efigênia e encontrando-a fechada, caminhei em direção ao cemitério contíguo cujo portão estava sem cadeado. Então, empurrei, entrei e encontrei um cemitério organizado,

limpo, todos os túmulos ornamentados com flores, embora não fosse dia de Finados¹⁴⁸, dia este que os católicos visitam os túmulos de seus parentes para colocar flores, acender velas e rezar pela alma de seus mortos.

Fiquei surpresa com o que meus olhos rapidamente observavam a ponto de sair visitando pelo menos mais três cemitérios de outras irmandades a fim de verificar se os demais cemitérios tinham as mesmas características espaciais e se estavam bem cuidados.



Foto 16: Cemitério contíguo da irmandade de Nossa Senhora do Rosário localizado na lateral direita e esquerda, e ao fundo da igreja de Santa Efigênia do Alto da Cruz. Arquivo da autora. Em 13/01/2013.

¹⁴⁸ O Dia de Finados é o dia da celebração da vida eterna das pessoas queridas que falecem. É o dia do Amor, porque amar é sentir que o outro não morrerá nunca. É celebrar essa vida eterna que não vai terminar nunca. Pois, a vida cristã é viver em comunhão íntima com Deus, agora e para sempre. Desde o século 1º, os cristãos rezam pelos falecidos; costumavam visitar os túmulos dos mártires nas catacumbas para rezar pelos que morreram sem martírio. No século 4º, já encontramos a Memória dos Mortos na celebração da missa. Desde o século 5º, a Igreja dedica um dia por ano para rezar por todos os mortos, pelos quais ninguém rezava e, dos quais ninguém se lembrava. Desde o século XI, os Papas Silvestre II (1009), João XVIII (1009) e Leão IX (1015) obrigam a comunidade a dedicar um dia por ano aos mortos. Desde o século XIII, esse dia anual por todos os mortos é comemorado no dia 2 de novembro, porque no dia 1º de novembro é a festa de “Todos os Santos”. O Dia de Todos os Santos celebra todos os que morreram em estado de graça e não foram canonizados. O Dia de Todos os Mortos celebra todos os que morreram e não são lembrados na oração. Mons. Arnaldo Beltrami-vigário episcopal de comunicação. Fonte: <http://www.arquidiocese-sp.org.br>

A escolha dos cemitérios se deu aleatoriamente durante o trajeto percorrido para reconhecimento do campo de estudo. Assim visitei os cemitérios da irmandade de São José dos Bem Casados, da Venerável Ordem dos Mínimos de São Francisco de Paula e da irmandade de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário. E outra grande surpresa. Encontrei cemitérios com seus portões fechados tomados pelo mato alto, túmulos quebrados, sepulturas com grama nascendo sobre as sepulturas cobertas por terra, vasos de flores envelhecidas e caídos, enfim, com o aspecto de estarem parcialmente abandonados.

Utilizei as fotografias para escrever este tópico com a intensão de revelar os traços gerais dos quatros cemitérios de Ouro Preto como localização, traçado do espaço físico, forma de construção, critérios e formas de enterramentos.

Falar de cemitério em Ouro Preto, indubitavelmente é falar de uma capela e /ou igreja e lógico da irmandade que o administra. Então, isso resulta em uma história com os sinais do tempo que nela aparece através de fotos, placas informativas, atas, sepulturas, explicações dos guias ou simplesmente na contemplação da obra. Assim, com vários dados reunidos voltamos atrás no tempo e escrevemos algo significativo sobre as quatro irmandades e seus cemitérios.

Primeiramente selecionei as fotografias dos cemitérios da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e da irmandade de São José dos Bem Casados que se classificam como contíguos, pois não obedecem à distância de 200 passos de afastamento da igreja, segundo as determinações das Posturas Policiais de 1830¹⁴⁹.

Iniciei pelo cemitério da irmandade de São José dos Homens Pardos ou dos Bem Casados pela curiosidade que me despertou o nome. Não poderia ser simplesmente de São José?

Esta Irmandade foi constituída antes de 1726 dentro da Matriz de Nossa Senhora da Conceição e foi confirmada oficialmente em 1730. Era composta por homens pardos, ligados na maioria às artes liberais, aos ofícios mecânicos e à música e as esposas dos irmãos também eram filiadas prestando benefícios à irmandade o que proporcionou o acréscimo do nome para “Bem Casados”. Segundo a historiadora Adalgisa Campos, no quadro de irmãos congregaram-se músicos de destaque como Marcos Coelho Neto, Ignácio Parreira Neves, Francisco Gomes da Rocha, Felipe Nunes Vieira e o Padre Antônio de Souza Lobo e o escultor Antônio Francisco Lisboa (2000, p. 43).

¹⁴⁹ Os cemitérios serão duzentos pés, quando menos, distantes das povoações; tão espaçosos que não haja necessidade de abrir as sepulturas sem a total consumição dos corpos; expostos ao vento, principalmente norte e leste; em lugar seco; tapados e com árvores de espaço a espaço, em roda”. AEAM. Posturas Policiais (1830). Arquivo 2, gaveta 2, pasta 34.

A irmandade construiu um novo templo, no mesmo local no ano de 1746, pois a capelinha estava em péssimo estado de conservação. O altar de São José é considerado a primeira obra pessoal do Aleijadinho da qual se tem um esboço documentado no domínio da arte de entalhador de Ouro Preto, cujo plano o artista entregou a irmandade em 1772. Apesar de Aleijadinho ter sido irmão e ocupante do cargo de Juiz desta irmandade ele não está sepultado em seu cemitério. De acordo com relatos da época ele foi enterrado sob o primeiro degrau do altar de Nossa Senhora da Boa Morte na igreja de Nossa Senhora da Conceição.

A importância do cemitério colado da irmandade de São José para a história de Ouro Preto está vinculada aos sepultamentos dos filiados até os dias de hoje e também ao sepultamento de Bernardo Guimarães, o escritor de “Escrava Isaura”, onde sobre a modesta tumba, no ano de 1884, foi colocada uma coroa de flores, em nome da mocidade acadêmica da Paulicéia. De acordo com o livro de cônego Raimundo Trindade, A Igreja de São José em Ouro Preto, depois de sete anos de seu falecimento, a pedido através de carta¹⁵⁰ à Mesa Administrativa da irmandade de sua esposa D. Teresa Guimarães, os restos mortais do escritor foram exumados e colocados numa urna de madeira.

Além disso, no ano de 1925 o poeta Augusto de Lima, por ocasião das comemorações do centenário de nascimento do romancista e sabendo que ainda se encontravam os seus ossos mal abrigados no cofre de pau, intercedeu por mais carinho e desvelo para com a memória de Bernardo de Guimarães verdadeiro fundador do “romance no Brasil”.

O jornal a “Tribuna de Ouro Preto”, utilizou do seu meio de comunicação para sensibilizar, com apelos endereçados ao povo, aos intelectuais, à Câmara Municipal de Ouro Preto, ao Congresso Mineiro e ao Presidente do Estado para a consecução do mausoléu de Bernardo de Guimarães. Contudo, na comemoração do centenário, na data de 15 de agosto de 1925, os ossos do romancista ainda foram visitados no cofre de madeira, guardado no consistório da igreja de São José, aonde sobre esse cofre fúnebre foram então depositados flores e o advogado Vicente Racioppi discursou diante dos restos mortais do escritor homenageado. Na época, o governador do Estado Fernando Mello Vianna, empenhou-se junto a Assembleia Legislativa, que aprovou e concedeu uma verba para a construção do túmulo do romancista no cemitério da irmandade de São José, que foi inaugurado em 10 de março de 1930.

¹⁵⁰ Cf. Carta da viúva de Bernardo Guimarães, datada de 2 de abril de 1891, pedindo licença à Mesa para colocar na capela uma urna com os ossos de seu finado marido analisada pelo cônego Raimundo Trindade no Arquivo da Irmandade.

Na verdade não obtive informações que confirmasse a filiação do romancista a irmandade, porém após a leitura da Ata¹⁵¹ de colocação dos ossos do Dr. Bernardo da Silva Guimarães no mausoléu que lhe mandou erigir o Estado de Minas Gerais, sob a presidência do Exmo. Sr. Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, tudo leva a crer que fosse irmão pelas honras prestadas pela irmandade.

Na mesma ata verifica-se a ação contraditória as leis proibitivas aos enterramentos em cemitérios contíguos, não só por parte da irmandade, como também na atitude permissiva do poder público ao descumprimento das próprias leis que deveriam fiscalizar. Além disso, em Ouro Preto, apesar das igrejas e capelas pertencerem a Arquidiocese de Mariana, os cemitérios pertencem e, são administrados na sua maioria, pelas irmandades nelas erigidas que, como instituições jurídicas são regidas por estatutos que lhes conferem autonomia.



Fotomontagem 15: Igreja e cemitério de São José dos Homens Pardos ou dos Bem Casados. Arquivo da autora. Em 15/01/2013.

Entretanto, encontramos em Ouro Preto, irmandades que obedeceram aos Alvarás régios de 27 de Março de 1805 e de 18 de Outubro de 1806 que ordenavam a construção de cemitérios públicos com o objetivo de se pôr termo ao enterramento nas igrejas e adros. Estes

¹⁵¹ Cf. Vida e Obra de Bernardo Guimarães poeta e romancista brasileiro [1825-1884 – biografia]. Disponível em <<http://www.geocities.ws/paulopes.geo/victoria.htm>> Acesso em 22/09/2013.

alvarás delimitavam que o cemitério ficasse a 200 passos de distância das mais próximas habitações, com superfície suficiente para um número de sepulturas igual a cinco vezes o número anual de óbitos das freguesias, além de espaços suficientes para ruas, jazigos, acréscimos de população e superveniência de alguma epidemia. (MIRANDELA, 2011, p.1).

A fotomontagem abaixo do cemitério da igreja de São Francisco de Paula registra a confirmação dos sepultamentos em cemitério afastado das igrejas o que consolida a afirmação acima. Este cemitério datado de 1837 dispõe de pequena capela mortuária que pertence à igreja de mesmo nome sendo reconhecida como a última igreja erguida no período colonial, com execução iniciada em 1804. É destinado ao sepultamento dos irmãos da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula representativa dos mulatos e da elite crioula de Ouro Preto (CAMPOS, 2000, p. 49).

Em conformidade com o registro no Livro de Belas Artes do IPHAN inscrição 240 a história da construção da igreja e do cemitério se deve a Congregação dos fiéis do Patriarca São Francisco de Paula, constituída desde 1780, que foi instalada como Ordem Terceira na Ermida de Nossa Senhora da Piedade, cerca de vinte anos após sua criação.



Fotomontagem 16: Cemitério da Venerável Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula. Arquivo da autora. Em 15/01/2013.

Com o passar do tempo, a capela de Nossa Senhora da Piedade tornou-se pequena para conter o grande número de fiéis, e decidiram os irmãos edificar um templo de maior

proporção que se iniciou a partir de 1804, no mesmo local da primitiva ermida de Nossa Senhora da Piedade, obedecendo ao projeto do Capitão-mor Francisco Machado da Cruz.

Apesar da Ordem Régia de 1810, proibir os sepultamentos no interior das igrejas, essa prática ainda perdurou ao longo do século XIX, como se pode notar na maioria das naves dos templos de Ouro Preto. Contudo, o ano datado no portão deste cemitério -1837- traduz o início do cumprimento da nova ordem estabelecida. Para termos certeza do cumprimento da lei é preciso continuar o relato de outras situações encontradas na cidade de Ouro Preto.

Dos quatro cemitérios que pertencem às irmandades que visitei o que mais me chamou a atenção foi o cemitério da capela de Nossa Senhora das Dores. Não tem cruzeiro, não tem capela, há a predominância de sepulturas cobertas por placas de cimento, nas cruzes há placas feitas em latão com o nome e data o falecido. As cruzes são fixadas no chão indicando a posição da cabeça do corpo sepultado, raríssimos túmulos (gavetas), local sombrio, onde apenas o assobio do vento quebra o silêncio da morte. A capela e o cemitério se localizam na Rua Dr. Tenente Pereira, no bairro de Antônio Dias que de acordo com o histórico do IPHAN¹⁵² foi erguida no mesmo local da antiga capela, porém um pouco mais recuada. A primitiva capela de Nossa Senhora das Dores foi construída por volta de 1780 em lugar onde anteriormente havia um cemitério. Hoje a capela tem a sua estrutura em pedra, datada de 1835 e a imagem de Nossa Senhora das Dores, é originária da cidade portuguesa de Braga.

Assim temos:

A Irmandade de Nossa Senhora das Dores e Calvário foi constituída em Ouro Preto, no ano de 1768. Seus fundadores eram portugueses, Irmãos da Irmandade Dolorosa de Braga, confraria autônoma filiada à Congregação do Oratório de Braga (São Filipe Neri). A cerimônia da imposição dos escapulários e coroa das Dores aos irmãos teve lugar, pela primeira vez, na Matriz de Antônio Dias em 1770 e, em acordo com a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Antônio Dias, obtiveram o terreno de um velho cemitério, no qual começaram a edificação da capela, concluída em 1788. A devoção de Nossa Senhora das Dores e sua irmandade gozavam de grande prestígio, e na primeira festa do escapulário estiveram presentes as personalidades mais importantes em Ouro Preto, entre elas o Conde de Valadares, o carregador da Comarca, o Intendente da Real Casa de Fundação, o

¹⁵² Livro de Belas Artes Inscrição: 254. Data: 8-9-1939. Nº Processo: 0075-T-38, cujo tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Provedor da Fazenda Real, representantes do clero, da nobreza e do povo.



Fotomontagem 17: Adro e interior da capela de Nossa Senhora das Dores do Monte Calvário e o cemitério da irmandade localizado ao lado da capela. Arquivo da autora. Em 30/03/2013.

Para sua construção recebeu apoio financeiro através de doações importantes, contudo não se tem conhecimento de dados sobre a história da construção. Sua finalidade atual é o culto religioso, e a confraria a partir de 1862, passou a Ordem Terceira. A Ordem Terceira encontra-se em atividade e cabe a ela a responsabilidade dos enterramentos no seu cemitério que se localiza a poucos passos da capela.

Observamos no histórico do IPHAN que a capela foi construída sobre um cemitério, e em momento algum se referiu à exumação de corpos e traslados de ossos, o que leva a crer que os restos mortais provavelmente foram revolvidos durante a construção da capela.

Grande foi à curiosidade em saber de quem seriam estes corpos? Escravos? Portugueses? Forasteiros? Alguém sabe? Será que em silêncio, a história esqueceu-se de registrar? Para estas perguntas não obtive respostas.

Na verdade não entrei neste cemitério, pois o muro é baixo o que me permitiu observá-lo e fotografá-lo. Apesar do cemitério não estar desativado a impressão que senti ao observá-lo, é que as pessoas ali sepultadas já foram esquecidas. O isolamento do cemitério, a uniformidade das sepulturas, o espaço entre os túmulos cimentado, a ausência dos vasos de

flores sobre as sepulturas deixa transparecer que há muito tempo os vivos não visitam seus mortos.

Nesse momento, buscamos um sentido estrito no cenário onde os cemitérios representam a sociedade do passado em pleno convívio com a sociedade do presente em Ouro Preto. Assim, de acordo com Ariès, observa-se que o regime da sepultura não mudou desde o tempo em que se enterrava na igreja ou a seu lado, desde que os corpos começaram a ser depositados em caixões de madeira ou sem caixão (na serapilheira), no lugar dos sarcófagos de pedra. Sob o ponto de vista de Ariès:

Disso decorria um remanejamento constante de cadáveres, de carnes e de ossadas nas igrejas de chão desigual e disjunto, e nos cemitérios. O homem de hoje compreende imediatamente quantos odores, emanações e insalubridades essas manipulações deveriam acarretar. Sim, o homem de hoje. É forçoso reconhecer que o homem de outrora acomodou-se perfeitamente à situação (1982, p. 519).

Considerando as observações pontuadas a respeito dos cemitérios de Ouro Preto e as observações de Ariès sobre o regime de sepulturas, afirmo que é inacreditável reconhecer que o homem de hoje continua acomodado com essa situação. Creio que as reflexões a seguir são suficientes para esclarecer os motivos para tal afirmação.

Contudo, retomamos alguns aspectos trabalhados no Capítulo 1, no que diz respeito à fundação da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1830 que foi o marco decisivo no combate às práticas funerárias realizadas no interior das igrejas e capelas, considerando estes enterramentos insalubres. A Sociedade de Medicina difundia assim, a mentalidade funerária de enterrar os mortos fora dos centros urbanos que se expandiu nos grandes centros urbanos, para depois chegar às áreas interioranas.

João José Reis corrobora descrevendo o processo.

Nas grandes cidades do Império de então a campanha médica conquistou a opinião dos legisladores, alguns médicos eles próprios. Como parte das reformas liberais prometidas por Pedro I, a lei de 1828 que reestruturava as municipalidades estabelecia que as Câmaras providenciassem a remoção dos mortos das áreas urbanas. Com o passar dos anos, além das Câmaras (...), as assembleias provinciais, que começaram a funcionar em 1835, produziram leis que obrigavam as irmandades, as paróquias e conventos a abandonar o costume de enterrar seus mortos nas igrejas. (1997. p. 135).

Desta forma, fora dos centros urbanos, distantes das casas e igrejas, os mortos encontrariam abrigos nos seus túmulos, no culto da memória e da recordação, diante às novas preocupações epidemiológicas. Diante desta afirmativa o pressuposto é que a construção de cemitérios fora do centro das cidades solucionaria os problemas advindos com a morte. No entanto, na verdade, esta medida higienista, veio contrariar profundamente os anseios da cristandade colonial, que, temente à morte “por não saber o que Deus fará” e desejando “a salvação da alma”, encontrara nos sepultamentos em território sagrados um auxílio para se alcançar a vida eterna. Ademais, contrariava também a própria legislação eclesiástica que previa, para todos os cristãos, o direito de serem enterrados em local sagrado¹⁵³.

Tais proibições, portanto provocaram o desencadeamento de inúmeros protestos populares em toda Colônia e a implantação da lei não foi concretizada. Da mesma forma a Lei Imperial de 1828 não se concretizou principalmente em Ouro Preto, pois a diferenciação entre livres e cativos e, sobretudo, entre brancos e negros se fazia corrente nos diversos níveis das relações sociais, o que não seria diferente na hora da morte.

Em Ouro Preto, os sepultamentos no interior das igrejas, só finalizaram no ano de 1881 após várias seções da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais com apresentação de inúmeros relatórios. Em uma das sessões da Assembleia o Senador João Florentino Meira de Vasconcelos se posicionou dizendo que “em todas as outras províncias, ao menos nas de que tenho notícia, existem cemitérios públicos ou particulares, situados em lugares apropriados e afastados do centro populoso, para sepultura dos mortos”. E chamou a atenção das autoridades exigindo:

[...] a construção de um cemitério público em lugar apropriado, sendo proibidos os enterramentos nas igrejas e nos pequenos cemitérios que existem no centro da cidade [...] [visto] quanto semelhante prática é contrária e ofensiva da higiene e saneamento do clima dessas localidades e especialmente da capital, onde mais notável se torna esse abuso pela sua população, importância e civilização¹⁵⁴.

¹⁵³ “... que nenhuma pessoa de qualquer estado, condição, e qualidade que seja, enterre ou mande enterrar fora do sagrado defunto algum, sendo cristão batizado, ao qual conforme a direito se deve dar sepultura eclesiástica, não se verificando nele algum impedimento [...] pelo qual se deve negar...”. VIDE, D. Sebastião Monteiro da. Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia, metrópole do Brasil. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853, p. 295 - 296.

¹⁵⁴ Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o Exmo. Senador João Florentino Meira de Vasconcelos, por ocasião de ser instalada a mesma Assembleia para a 2ª sessão ordinária da 23ª legislatura em 7 de agosto de 1881. p. 32.

Nesse sentido, após a criação do cemitério público, deveriam ser seguidas as Posturas Policiais de 1830 no tocante aos enterramentos: “Depois de marcado o lugar e preparado para o cemitério geral, será proibido [...] o enterramento dos corpos fora dele”¹⁵⁵.

Todavia, quais foram às medidas tomadas para a sociedade da época em Ouro Preto?

A saber, o primeiro cemitério municipal de Ouro Preto, foi construído entre os anos de 1886 e 1888, em Saramenha, bairro afastado 18 km do centro, com uma área de 18.000m² com o espaço dividido em quatro quadras. No histórico para Tombamento, ano de 2008 encontra-se a seguinte descrição:

A junta de engenheiros determinada pelo Presidente da Província fez um projeto dividido em quadras para possível estratificação e manutenção de costumes e secularização conviverem. Uma área de “18.000 m²”, equivalentes às sepulturas, passagens e pontas geométricas capazes de orientar por pontos as sepulturas, que foram divididas em quadros, sendo destinados, dois para adultos e inocentes, uma para diversas ordens e irmandades religiosas, outro para os pagãos (neocatólicos) e outro para indigentes.

De acordo com o este histórico elaborado pela equipe técnica no ano de 2008 para o Tombamento Municipal do Cemitério de São Miguel Arcanjo tem-se o seguinte parecer:

É possível perceber em Ouro Preto um alinhamento com as deliberações ocorridas em nível imperial, provincial e europeu, vindo reforçar ainda mais que a criação do cemitério público ocorreu como mero cumprimento à determinação e à legislação e às discussões que estavam ocorrendo não apenas em nível municipal, mas também no interior de outras províncias, sobre o “hábito maléfico” de se enterrar os mortos nas Igrejas e nos terrenos adjacentes. A preocupação com a medicalização da morte e a consequente secularização foi a constante durante todo o século XIX. Atribui-se que a manutenção do cemitério e os mecanismos de cumprimento da lei, não foram bem administrados pela Câmara Municipal, o que possibilitou por muitas vezes, períodos de abandono em relação ao Cemitério Público de São Miguel Arcanjo, aliados claro, à longa distância em que fora construído e a rejeição da população¹⁵⁶.

¹⁵⁵ AEAM. Posturas Policiais (1830). Arquivo 2, gaveta 2, pasta 34, p. 13.

¹⁵⁶ Tombamento: Decreto Nº 1.389 de 18 de setembro de 2008. Inscrição sob o Nº 16 no Livro do Tombo dos Bens Históricos, Artísticos e Arquitetônicos.

De acordo com a equipe técnica, considerando que o bem cultural continuará em uso, o tombamento visa também auxiliar a administração do cemitério ao trazer de volta os motivos de sua origem e sua difícil trajetória. A partir do levantamento do passado e da situação atual pode-se planejar melhor a forma de gestão e utilização do bem cultural.

Desta forma, o Cemitério Municipal de São Miguel Arcanjo, mais conhecido como Cemitério de Saramenha, no ano de 2008, foi decretado por lei um “bem tombado”. No entanto, desde o ano de 2006 estava sendo administrado pela irmandade de São Miguel Arcanjo mediante acordo de Concessão estabelecido entre a Prefeitura, à irmandade de São Miguel Arcanjo e a Paróquia de Cristo Rei de Saramenha. Segundo o prefeito na época, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, hoje atual presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), instituição vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) renovou a concessão dizendo que, “o cemitério está muito bem administrado”.

Em conversa com Sebastiana moradora do Bairro Saramenha e funcionária da paróquia Cristo Rei ela diz concordar com as palavras do ex-prefeito Angelo Oswaldo, porque depois do tombamento e da criação da irmandade de São Miguel no ano de 2006, percebe-se uma melhora no aspecto físico do cemitério e a aceitação da população para o sepultamento. E assim explica:

A Mesa Administrativa da Irmandade se responsabiliza pela uniformidade na construção dos túmulos mediante um modelo que é fornecido caso a família queira construir o túmulo, regularizou-se a cobrança das taxas de sepultamento para os filiados à Irmandade e os não filiados e a prefeitura cuida da manutenção do cemitério e das vias de acesso. Sebastiana ainda complementa dizendo: o cemitério agora está ficando arrumadinho.

Os filiados à irmandade de São Miguel Arcanjo, pagam uma taxa anual de R\$ 15,00 e caso faleça com as anuidades em dia tem o direito de serem enterrados em uma sepultura (cova rasa).

Em suma, em Ouro Preto durante o século XXI ocorrem sepultamentos em cemitérios contíguos às igrejas de propriedade de irmandades, em cemitérios distantes a 200 passos das igrejas de propriedade de irmandades, em cemitério municipal administrado por irmandade e, em cemitério estritamente municipal.

No cenário atual de acordo com o levantamento realizado junto a Secretaria de obras da prefeitura de Ouro Preto, a cidade possui 29 cemitérios, sendo confirmados que três são

municipais, sendo o maior deles nas imediações da cidade com o nome de Cemitério Municipal Parque da Saudade.

Neste cemitério são sepultadas as pessoas não filiadas à irmandade religiosa, os acatólicos, os indigentes e as pessoas de baixa renda, para não dizer, “os pobres”. Ainda o Cemitério Municipal de São Miguel Arcanjo no bairro Saramenha, administrado pela irmandade de São Miguel Arcanjo e o Cemitério Municipal de Madureira localizado no distrito de Cachoeira do Campo, enquanto os 23 cemitérios restantes pertencem ou as irmandades e ou as paróquias.



Fotomontagem 18: Primeiro Cemitério Municipal de Ouro Preto, localizado no Bairro Saramenha, Cemitério Municipal de São Miguel Arcanjo.

Observa-se até o momento, a árdua tarefa do Estado em fazer a população ouro-pretense aceitar o enterro fora da cidade, pois apesar das leis instituídas obrigarem a construção de cemitérios¹⁵⁷ fora da cidade, estas não foram colocadas em prática até o presente momento¹⁵⁸. Sem dúvida o descrédito da população em relação ao Cemitério Municipal de São Miguel Arcanjo em Ouro Preto, e a repugnância por parte da população para os enterramentos e deve a não aplicação das medidas

¹⁵⁷ No parágrafo 5º, artigo 3º da Constituição Mineira, declara-se que os cemitérios terão caráter secular e serão gerenciados pela administração municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes. Na Lei de 29 de abril de 1953, a Câmara Municipal de Ouro Preto decreta a transferência do Cemitério Municipal para os terrenos situados ao lado da Capela de Nossa Senhora das Dores em Antônio Dias. Por essa razão, o cemitério em Saramenha perdeu o caráter de utilidade pública, tornando-se um terreno devoluto.

secularizantes, após a ocorrência de epidemias e consequentes mortes, como ocorrido no Rio de Janeiro.



Foto 17: Cemitério Municipal Parque da Saudade de Ouro Preto¹⁵⁹.

Contudo, esta resistência da população aos sepultamentos no cemitério público se deve também aos problemas gerados pela má administração pública que favoreceu a perda do “caráter de utilidade pública”, o que permitiu o sepultamento em locais considerados impróprios pela legislação.

A questão sobre o cemitério também é uma preocupação para os irmãos do Rosário principalmente com relação ao seu espaço físico, pois atualmente se encontra todo ocupado. O cemitério da irmandade possui 357 sepulturas das quais 134 estão arrendadas por um período de seis anos e 223 possuem restos mortais. O número de irmãos filiados, de acordo com o registro no Livro de Entrada dos Irmãos analisado em janeiro de 2013, é de 2649. Além disso, no compromisso alterado no ano de 1996, não consta o limite à entrada de irmãos, o que provavelmente provocará um transtorno para sepultar no decorrer dos anos todos estes irmãos filiados. O direito ao filiado do enterro numa sepultura no cemitério da irmandade é

¹⁵⁹ Cf. Informações cedidas pela Secretaria de Obras de Ouro Preto, este cemitério localiza-se do lado esquerdo da saída de Ouro Preto no sentido Belo Horizonte. Desde 2010, a Administração realiza serviços de proteção e organização dos cemitérios municipais, e também dos cemitérios particulares quando solicitado. Os trabalhos incluem limpeza, preparo e sepultamentos, além dos serviços administrativos.

atribuído ao pagamento, no ato de seu ingresso, de uma joia estipulada no estatuto e da anuidade relativa ao ano do referido ingresso.

No cemitério também tem o ossuário individual para ser utilizado pela família do parente sepultado, caso todos os membros estejam filiados. Para este procedimento deve-se pedir a exumação dos restos mortais, que será transferido para uma pequena gaveta disposta em local apropriado para que outra pessoa da família possa ser enterrada na sepultura.

Segundo senhor Paulo, na reunião da Mesa Administrativa, marcada para o dia 15 de janeiro, às 19h 30min no consistório da igreja, será discutido sobre o arrendamento das sepulturas vazias de irmãos falecidos que estão a cargo dos familiares.

A partir destas considerações, indaguei ao juiz-presidente senhor Paulo acerca do gerenciamento deste problema e ele demonstrou ter esperança que na reunião da Mesa seja decidido a alteração do estatuto nos artigos referentes aos deveres e direitos dos irmãos e também sobre a limitação dos arrendamentos das sepulturas vazias.

Senhor Paulo admite que a inadimplência da maioria dos filiados, impede que a irmandade construa gavetas nas sepulturas já existentes para disponibilizar mais espaço para servir aos irmãos. E, que apesar da irmandade ser proprietária de um terreno que faz divisa com o fundo do cemitério não há capital disponível para à construção de um novo cemitério.

A irmandade ainda recorreu ao Ministério Público, há dois anos, por comprovar o desvio de dinheiro pelos membros da Mesa Administrativa anterior. Esta mesa esteve a frente da irmandade por seis anos consecutivos, sem prestar contas e sem realizar eleição conforme previsto no Estatuto. O processo além de tramitar lentamente tornou-se oneroso para os cofres da irmandade, pois tiveram que contratar um advogado para acompanhar o processo. Pacientemente senhor Paulo relata sobre o fato ocorrido:

Houve uma inquietação muito grande na administração passada porque a igreja estava fechada e eles não cumpriram o estatuto e foram ficando aí ficaram durante seis anos e nesses seis anos que essa Mesa administrativa ficou aí houve um grande desvio de recurso de verba da igreja. Aí nós entramos, fizemos o levantamento lá na sacristia, nós chegamos a uma conclusão que envolveu esse desvio de R\$ 200000,00, aí nós pegamos e porque nós não podemos, nós não temos autonomia para tomar essa decisão apuramos durante dois meses, ficamos dois meses lá apurando comunicamos o Pároco, né, comunicamos ao Bispo da arquidiocese de Mariana que é D. Geraldo, então eles se inteiraram disso. Eu como Juiz naqueles dias no final de janeiro de 2011, nós ingressamos no início de janeiro de 2011 quando nós concluímos realmente o desvio dessa verba nós então convocamos uma assembleia, e a assembleia aqui é soberana e o que a assembleia decidi tá decidido. E o que é assembleia? São os membros que participam da

irmandade, que pagam o anual. Então nós reunimos aqui, compareceram mais ou menos 300 irmãos e a assembleia decidiu que ia levar o caso para o Ministério Público onde está até hoje, lá no Ministério Público. A igreja teve que contratar um advogado. A Irmandade teve que contratar advogado. Nós contratamos advogados. Ele fez o processo estamos aguardando a chamada dos ex-mesários para poder responder esse processo. Então a irmandade aqui funciona com muita seriedade¹⁶⁰.

Quiçá esta reunião possa trazer propostas de alteração para o estatuto e que a ação judicial por ela impetrada conclua seus autos a fim de punir os verdadeiros responsáveis que lesaram os cofres da irmandade.

Vê-se que as dificuldades são muitas, mas é necessário retornar a análise do cemitério que é propriedade da irmandade e administrado por sua Mesa Administrativa.

As sepulturas onde são enterrados os mortos são separadas uma das outras por estreitas calçadas possibilitando o trânsito por todo o cemitério. O uso da construção de túmulos, que são chamados de “gavetas”, não cabe à irmandade construir, podendo ser construídas pelos familiares. Contudo, o direito dado a cada irmão falecido é a sepultura. Caso a família queira enterrar na gaveta mesmo sendo a sepultura do irmão, segundo as regras da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia deverá ser feito o pagamento de uma taxa no valor de 10% do salário mínimo.

Segundo o presidente da irmandade neste cemitério também pode ser enterrado pessoas não filiadas e ele esclarece dizendo:

A gente tem um sistema na irmandade de uma contribuição anual, é anual, hoje está em torno de R\$ 15,00 por ano, para conservação da igreja, comprar os paramentos, pra comprar velas, limpeza da igreja, quando ela está em atividade total, porque ela agora esta em restauração, não sei se você sabe disso né. E quando ela está em atividade total ela tem as despesas, tem missas, tem casamentos, tem outros eventos, têm batizados, tem reuniões, tem gente que pede a igreja para essas coisas, reuniões, quando se trata de reuniões religiosas né, Então têm esses gastos ai que a gente fala. Então dos 2500 quase 3000 irmãos inscritos lá dentro no arquivo que fazem esse pagamento de R\$ 15,00 por ano e onde a gente tira esse dinheiro para conservar o cemitério e depois no final tem o sepultamento de graça que é o caminho de todos nós é esse, né. Então ele tem a pessoa inscrita como irmão, não importa o tempo, ele tem o sepultamento de graça, e quando a pessoa não quer ser irmão, não quer participar da irmandade paga uma quantia de dois salários mínimos para sepultar, 4 horas antes do sepultamento. Hoje corre ai por R\$ 1.244,00. Agora aumentou, vai aumentar um pouquinho né. Esse que é o critério da irmandade.

¹⁶⁰ Entrevista concedida a autora na igreja de Santa Efigênia pelo presidente da irmandade Francisco Paulo Santos, no dia 14 de janeiro de 2013.

Ao observar o cemitério desta irmandade com sepulturas simples e quase uniformes nos leva a crer que só a morte demonstra a absoluta igualdade entre os homens, nivelando-os ao mesmo destino, mesmo que vez ou outra se façam presentes alguns túmulos diferenciados entre as sepulturas. Mas, na verdade nesta aparente simplicidade sempre esteve presente um enorme investimento material e espiritual em torno da morte que discutiremos neste capítulo.

Contudo, é possível encontrar uma similaridade que faz parte do passado destes cemitérios que são as pequenas capelas mortuárias onde no seu interior encontram-se o *velarium*. Como em Ouro Preto as igrejas e capelas são adornadas de altares esculpidos em madeira e revestidos de douramento, o *velarium*, para acender velas para as almas, aumenta o risco de incêndio tornando-se uma ameaça ao patrimônio cultural e religioso, por isso são adaptados dentro das capelas mortuárias.

Nestas capelas são realizados os velórios, porém atualmente esta prática vem sendo abolida progressivamente devido ao isolamento, pois estão localizadas no interior dos cemitérios e não oferece segurança e conforto aos familiares durante o velório. Além disso, quando o falecimento ocorre na Santa Casa de Misericórdia o corpo é velado na Capela Velório, que se localiza próximo à Rodoviária ou nas capelas dos cemitérios municipais. Contudo, muitos dos velórios ainda são realizados nas próprias casas do falecido, principalmente se a família morar próximo ao cemitério. No Alto da Cruz acontece assim:

Quando falece um irmão o presidente é avisado para que faça a abertura da sepultura e a família na maioria das vezes faz o velório na residência do irmão falecido. No dia do sepultamento a irmandade manda tocar o sino e acompanha o cortejo até a igreja de Santa Efigênia que estará preparada para receber o corpo para a celebração das exéquias e logo após acontece o enterro¹⁶¹.

¹⁶¹ Cf. Relato de Marcus Vinícius de Jesus, irmão do Rosário e estudante de filosofia no Seminário Arquidiocesano de Mariana.



Fotomontagem 19: Enterro e sepultamento de uma irmã da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz. ¹⁶²Foto de Marcus Vinícius de Jesus. 18/06/2014

Vê-se que o ritual da morte está longe de se encerrar, mesmo com a perda do aspecto barroco e festivo, para esta irmandade, a morte é pública, é vivida de modo solidário pelos vizinhos e irmãos, pelo encontro daqueles que há muito não se viam, pela reunião dos parentes que moram longe; que se reúnem no cortejo para conduzir o morto à sua “última morada” no cemitério, onde podemos observar ainda presentes os ritos fúnebres, do “antes” e “durante”. Ao que parece, apesar de a lei exigir que os cemitérios se localizem separados da cidade, ainda hoje se encontram em território estritamente urbano, ao lado das igrejas o que nos permite dizer que a cidade de Ouro Preto ainda não se afastou dos seus mortos.

Todavia, de uma forma ou de outra, o tema morte e cemitério também nos permite mencionar Sônia Maria Queiroz de Oliveira, (2013), que aponta sob o viés histórico a evolução do como lidar com os mortos e a fixação desse espaço territorial. Segundo a autora, a ereção sob a forma de abrigo eterno na memória dos vivos, o espaço denominado “cemitério”, permitiu que da mesma maneira os vivos nestes espaços reproduzissem cenários ligados à suas religiosidades por cima da moradia que duraria uma eternidade.

De acordo com a colocação de Sônia de Oliveira, no cenário traduzido pelas fotografias dos quatros cemitérios visitados, à religiosidade¹⁶³, em particular no cemitério da

¹⁶² Cortejo da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz que saiu da casa de D. Eva (a irmã falecida); Sepultura aberta no cemitério da irmandade para o sepultamento de D. Eva; Igreja de Santa Efigênia preparada para receber o cortejo para a celebração das exéquias.

irmandade de Nossa Senhora do Rosário, está reproduzida na simbologia católica das cruzes de madeira, cimento ou ferro colocadas sobre as sepulturas ou fixadas no chão. No contexto histórico, social e econômico da irmandade, a cruz como representação da religiosidade, parece o que de melhor a instituição tinha a oferecer. Além do mais, a cruz representa em diversas sociedades a interseção do plano material e do transcendental. Assim, não descartamos como possibilidade de seu uso neste cemitério, ter sido influência dos escravos vindos da África, pois na gênese dos irmãos desta irmandade muitos negros vieram do antigo Reino do Congo, na chamada África Banto, onde as cruzes cristãs eram chamadas de *minkisi*, pelos sacerdotes católicos na conversão ao catolicismo.

Para a melhor compreensão da questão dos cemitérios das irmandades, também deve se lembrado que o século XXI é o “tempo” de estudo para o tema e que vamos nos deslocar de uma cidade histórica mineira, onde muitas atitudes religiosas estão arraigadas ao catolicismo popular, para uma cidade cosmopolita onde a maioria da população é preciso ter um bom motivo para ir ao cemitério como, por exemplo: para enterrar um parente ou amigo ou para visitá-lo no Dia de Finados.

¹⁶³ Cf. Sônia Oliveira et. al., em *Identidade e memória: patrimônio dos enterrados [cemitério de Santo Antônio do município de Governador Valadares]*, 2013, p. 1-15. Estas representações de objetos pertinentes à cultura cristã católica e a proximidade entre alma do ser outrora vivo com os seres divinos do reino celestial, começam a ser introduzidas nos cemitérios extramuros do Brasil Império, com fundamentação legal na Constituição Imperial de 1824, que afirma ser o poder soberano da jurisdição eclesiástica da religião católica vigente ostensivamente sobre os enterramentos dos cristãos. São eles entalhes de coroa de flores com visíveis espinhos em recordação ao sofrimento de Jesus; âncora representando a salvação da alma que alcançou o bom porto; castiçal com a presença da hóstia consagrada em devido respeito aos ritos sacramentais da Santa Missa; Sagrado Coração que sintetiza a história da salvação e paixão de Jesus, significando também a possibilidade de ressurreição; Cruz que representa em diversas sociedades a interseção do plano material e do transcendental em seus eixos perpendiculares sobre ramos de palmas; flor copo de leite, cujo significado analógico nos diz ser o alimento da alma. E outros que se consubstanciam na alusão, desde a devoção à Sagrada Família até os Santos da Igreja Católica, as imagens do Cristo de corpo inteiro, ajoelhado ou no pastoreio com bastão alado e ovelhas. A imagem do “Bom Pastor” é a representação de Cristo como o dedicado pastor de suas ovelhas, o que por certo cuidaria de um ali existente.



Foto 18: Lateral esquerda do cemitério da irmandade destacando a construção das sepulturas e suas cruzes como representação simbólica da religiosidade dos irmãos. Arquivo da autora. Em 13/01/2013.

3.1.2- São Paulo, as irmandades e os seus cemitérios.

Desde o século IV e século V, sob a égide de era cristã a preocupação com o sepultamento dos corpos estava presente e os registros históricos apontam que aos primeiros cristãos foram doados terrenos destinados à sepultura de seus mortos (SILVA, 2006, p.6).

De acordo com Renato Cymbalista (2012), tudo leva-nos a crer que a partir deste período a morte passou a demarcar através do local de sepultamento à expressão de diferenciação social, ou seja, os espaços externos às igrejas, os chamados adros ou cemitérios, eram o local de destino daqueles com menos recursos. O interior das igrejas paroquiais eram os locais de sepultamento daqueles que possuíam maior recurso financeiro. Contudo, este espaço interno das igrejas também era estratificado entre os mais ricos que construía capelas perpétuas (túmulos) para a família, ou escolhia ser sepultado nas proximidades das imagens de santos, ou próximo da imagem da Santa Maria.

Dentro deste contexto, a Igreja teve que regular estes sepultamentos que com o passar dos tempos veio a causar disputas e discórdias entre a classe elitizada com relação à

ostentação dos sepultamentos dentro das igrejas e capelas. Assim, a legislação eclesiástica do século XVI, de uma forma geral adaptou-se à pauta do Concílio de Trento, para restringir a abusos privados como à aquisição de jazigos perpétuos nas igrejas ou de sepultamento nas capelas principais, restrições aos sepultamentos nos degraus do altar, restrições à comercialização das sepulturas, restrições à realização de sepultamentos sem o consentimento da Igreja (CYMBALISTA, 2012, p.4). Esta prática tão comum em Portugal foi mantida nas províncias instituídas no Brasil e não podia ser diferente na Província de São Paulo.

Adentrando o universo paulistano, os mortos, eram enterrados nas igrejas ou em suas proximidades, considerado solo sagrado, o que garantiria que a alma do morto iria para o paraíso. Em São Paulo o trabalho com os enterramentos era de responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, e era considerado como um ato de misericórdia final.

Partindo deste pressuposto, iniciamos o tema pela história do lugar na dimensão geográfica “cemitério”, sem ou com o uso da lei, da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu de São Paulo, proprietária da igreja do Rosário.

Reinaldo José de Oliveira (2012) considera que a força de negros e de negras da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, foi decisiva para o desenvolvimento da cidade de São Paulo, pois edificaram, através da labuta do cotidiano, do corpo que não se entregava ao cansaço, aos pés descalços, à edificação dos imóveis, como a igreja e as habitações que sublocaram, do cemitério, de alimentos que comercializavam e de uma política social, objetivando a ajuda e o apoio aos africanos e seus descendentes, libertos e forros.

De acordo com o autor, acontece a “desapropriação” dos bens da irmandade no primeiro período do zoneamento da cidade de São Paulo (1886 a 1931), que atuou no processo de limpeza urbana, colaborando diretamente para a edificação da cidade limpa, bela e moderna. Desta forma, entendemos que a legislação desenhou os lugares de ricos e pobres, brancos e negros atuando diretamente no processo de desapropriação dos bens materiais e simbólicos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

A leitura do livro de Joviano Raul do Amaral e a pesquisa de campo realizada na irmandade reforçam as considerações de Reinaldo sobre a segregação dos negros da irmandade, por intermédio da lei, que obrigou e tornou oficial a “desapropriação” das terras onde localizava o cemitério e alguns imóveis de que era proprietária prejudicando assim a construção social, política, cultural e econômica da irmandade do Rosário.

Amaral em seu livro compilou a documentação sobre a demolição da igreja, desapropriação dos imóveis, desapropriação do cemitério nos colocando próximos da realidade vivenciada por este grupo social que muito incomodou as autoridades paulistanas.

É relevante nos reportarmos à leitura deste pequeno trecho de Amaral para darmos continuidade à discussão:

Desapropriados pelo poder público, e pela importância de 6:000\$000, os pequenos prédios e terrenos que serviam de cemitério, contíguos à igreja - em 1872 - prédios esses “que confinavam com o referido cemitério e eram habitados por casais de pretos africanos”(1991, p. 74).

Este pequeno trecho comprova a existência do cemitério, mas ao mesmo tempo faz ferver em minha cabeça inúmeras perguntas que tive que me conter para não perguntar. Minha curiosidade se tornou maior ao chegar à igreja do Rosário no segundo dia de trabalho de campo para entrevistar Vanilda e outras irmãs que se colocaram a disposição. No exato momento chegava também à notícia do falecimento da irmã Cristina Prudêncio de 66 anos de idade, que no dia anterior (domingo) estava na missa Compromissal e que foi encontrada morta na manhã de segunda-feira por uma vizinha.

A preocupação e a tristeza tomou conta do ambiente por certo tempo, e a conversa entre as irmãs era que Cristina não aparentava estar doente. Neste momento não havia espaço para outro assunto, então me sentei um pouco afastada do grupo, enquanto acompanhava as primeiras decisões a serem tomadas a cerca deste falecimento.

Entre as irmãs presentes, estavam Alaíde e Sônia que imediatamente se colocaram à frente da situação. Como a irmã morava sozinha, e foi encontrada morta, a primeira providência foi comunicar a polícia para acionar o Instituto Médico Legal (IML) para a remoção do corpo da residência para o eventual exame de necropsia para determinar a causa da morte. Em seguida, a tentativa foi de localizar algum parente próximo para que junto com as irmãs Alaíde e Sônia, pudessem dar continuidade aos demais procedimentos como: reconhecimento do corpo, apresentação dos documentos pessoais junto ao IML, a roupa que seria usada pela irmã falecida, condições financeiras para aquisição de caixão, local e hora para a realização das exéquias e o cemitério a ser sepultada.

Assim estava presenciando, mesmo que de longe, dos preparativos existentes após o cessar das atividades biológicas (morte) de uma irmã do Rosário.

Diante desta narrativa, acredito que nada parece diferente do que já vivenciamos com relação aos procedimentos a serem tomados diante da morte para pessoas que não tem plano funeral, pois nos dias atuais estes “detalhes” são bem resolvidos pelas agências funerárias, sem o envolvimento dos familiares e minha expectativa era ver algo diferente, pois de tratava de uma “irmã do Rosário”.

Depois de certo tempo, ali observando, me aproximei novamente das irmãs e iniciamos um bate papo informal, sobre o que acabara de presenciar. A irmã Sônia iniciou a conversa dizendo que a irmã Cristina tinha um filho, mas este havia saído de casa há muito tempo e ninguém sabia por onde andava, por isso estavam tentando encontrar uma sobrinha que morava no interior de São Paulo para assumir o lugar do filho.

Depois da explicação me senti a vontade para fazer algumas perguntas. Então, perguntei: A irmandade é proprietária de cemitério para sepultar os irmãos? Qual a responsabilidade da irmandade pelo sepultamento dos filiados? E obtive a seguinte resposta:

A irmandade não possui mais cemitério e quando o filiado não tem parentes que possa arcar com o funeral a irmandade assume com a funerária que será responsável pelo traslado do corpo entre outras despesas, mas agora tudo de comum acordo com o interventor do Ministério Público¹⁶⁴.

A seguir as irmãs Sônia e Alaíde saíram para ir até a casa da irmã falecida e comecei a entrevista agendada com Vanilda e este assunto foi colocado em segundo plano. Porém, no transcorrer da entrevista fomos interrompidas pela chegada de Sônia dizendo que a polícia já havia liberado o corpo para o IML e que estavam aguardando o contato com a sobrinha. Convidei-a então, para que participasse também da entrevista naquele momento junto com Vanilda e este primeiro contato foi de grande valia para toda a pesquisa. Passei todo o dia entre o salão na parte baixa da igreja e a igreja na parte de cima observando o entra e sai de fiéis e irmãos já relatos nos capítulos anteriores.

Neste momento o interesse é relatar o desfecho da morte da irmã Cristina, cujo corpo até quarta-feira (dia 10) ainda se encontrava no IML. Durante à tarde de quarta-feira, a tão esperada sobrinha chegou, fez o reconhecimento do corpo e o sepultamento seria no dia seguinte, mas sem previsão de horário. Todos estavam temerosos, inclusive eu, porque havia uma manifestação na cidade de São Paulo referente “ao passe livre nos transportes públicos”

¹⁶⁴ Cf. Sônia Pereira irmã da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a mais de trinta anos. São Paulo, dia 08/07/ 2013.

para a quinta-feira dia 11 de julho de 2013. Muitas ruas seriam interditadas, a igreja do Rosário fechada, enfim, entrevistei outras irmãs e voltei para Sorocaba sem esperança de participar do sepultamento. Retornei na sexta-feira pela manhã e fiquei sabendo que o sepultamento de Cristina Prudêncio foi realizado no Cemitério Municipal da Vila Formosa¹⁶⁵ e como a igreja ficou fechada as exéquias foram realizadas em uma das capelas do próprio cemitério.

De acordo com a irmã Sônia, esta situação foi considerada atípica, porque quando falece um dos irmãos é realizada na igreja a missa de corpo presente pelo capelão da irmandade com a presença dos demais filiados, que rezam e depois acompanham o sepultamento até o cemitério escolhido pela família. Da mesma forma cabe também aos familiares a decisão se o irmão ou irmã será enterrado com a opa se por acaso em vida não tenha expressado este desejo. Sônia ainda complementa dizendo:

As nossas tradições sempre são mantidas na medida do possível, pois hoje contamos com um número bem reduzido de irmãos. Estamos trabalhando para preservação de nossa história, e é uma caminhada difícil, mas com certeza vamos conseguir. A irmandade não pode perder a sua essência, os seus valores.

Com efeito, a colocação de Sônia deixa clara a noção de que na morte de um filiado nos dias atuais, a irmandade procura manter certa tradição e a ação ritual se trata de práticas e representações sociais amplamente compartilhadas e que deve se tratada com cuidado. No entanto, as questões sobre o antigo cemitério para o sepultamento dos irmãos continuavam sem resposta.

Onde se encontram os restos mortais dos primeiros irmãos?

Pergunta sem resposta.

Então li novamente com mais atenção o livro de Raul Joviano do Amaral “Os pretos do Rosário de São Paulo” para certificar-me se não havia passado despercebido algum relato e encontrei na página 113 a transcrição do ofício encaminhado pela irmandade em resposta à

¹⁶⁵ O Cemitério da Vila Formosa é uma necrópole pública localizada entre os distritos de Carrão e Vila Formosa, na cidade de São Paulo. Fundado em 20 de maio de 1949, o Cemitério da Vila Formosa, ocupa uma área de 763.175 m², localiza-se na Avenida de Vila Formosa s/n, São Paulo. Desde a sua inauguração até os dias de hoje, já foram realizados mais de 2 milhões de sepultamentos. É uma necrópole usada, sobretudo, para enterros de pessoas das classes, C, D e E. Dividido em duas alas, todo mês realizam-se uma média de 275 sepultamentos, possui dezoito salas para os velórios e possui três entradas. Este cemitério ocupa a quarta maior área verde municipal da Cidade de São Paulo e também é considerado o maior cemitério da América Latina.

proposta feita pelo poder público; no que diz respeito à indenização de todas as dependências da igreja, inclusive o cemitério, pelo decreto municipal, o qual deixa clara a insatisfação dos irmãos e a resistência, uma das características principal dos “pretos do Rosário”.

Assim, das seis reivindicações propostas pelos irmãos ao poder público, a de letra “b” é que se refere ao pedido de indenização no valor de 500:000\$000 (quinhentos contos de réis) para “a remoção dos cadáveres que se acham enterrados na igreja e demais solicitações” que não são pertinentes a esse tema, porém de grande importância para os irmãos. O prefeito Antonio Prado, em resposta ao ofício da irmandade, não aceitou as solicitações encaminhadas pela mesma e encerrou a história com a promulgação da Lei nº 698 que já foi mencionada anteriormente. A saber, a irmandade recebeu 50% da indenização pedida referente ao valor que o poder público julgou serem legítimos para os bens da Irmandade e para “à exumação e possível transladação dos cadáveres que na igreja se achavam inumados”.



Fotomontagem 20: O Cemitério da Vila Formosa é uma necrópole pública da cidade de São Paulo usada, sobretudo, para enterros de pessoas das classes, C, D e E. Fundado em 20 de maio de 1949. Neste cemitério foi sepultada Cristina Prudêncio irmã do Rosário no dia 11/07/2013.

Contudo, não conseguindo obter nenhuma informação concreta e não compreendendo o silêncio dos irmãos como alternativa para minhas indagações e sai à procura da resposta para este assunto que se tornou paradoxal com relação ao dever da irmandade e o direito do

irmão no que tange “aos ritos fúnebres e sepultamentos”. Resolvi fazer uma retrospectiva aos acontecimentos mais relevantes entre os anos de 1854 a 1859.

Em Amaral encontrei o seguinte:

Para acabar com o uso abusivo dos enterramentos no interior dos templos, a Câmara de Vereadores de São Paulo, mandou construir o Cemitério Público da Consolação cuja obra iniciou em 1854 e começou a funcionar em três de julho de 1858. O primeiro administrador do cemitério foi Dr. João Nepomuceno de Almeida que fez vigorar as Posturas e Regulamento aprovados pela Câmara de Vereadores desde o ano de 1857. Assim, o regulamento oficiava a todas as Irmandades religiosas e Ordens terceiras o direito de pedirem o terreno julgado necessário, dentro do cemitério, afim de ali terem o seu próprio cemitério. Contudo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos não se habilitou a requer seu terreno (AMARAL, 1991, p.66).

A última frase desse trecho de Amaral deixa claro que a irmandade não requereu seu terreno junto ao cemitério da Consolação, mais em momento algum são expostos no decorrer de seu livro os motivos que contribuíram para esta decisão. É interessante observar que, se a morte sempre suscitou emoções que se socializaram em práticas fúnebres, e o não abandono dos mortos, por que então os irmãos do Rosário não se lembram sobre os sepultamentos que ocorriam no interior da igreja do Rosário, no antigo Largo do Rosário, e no seu cemitério contíguo? Por que não lembrar onde estão enterrados seus mortos (irmãos)?

Diante deste perfil de aparente esquecimento, busquei explicações na autora Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010) que aponta ser a memória a principal fonte dos depoimentos orais, revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, ou ocultando inconscientemente como se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram a vida de cada pessoa ou até mesmo de um grupo de pessoas. Estariam então, estes irmãos do Rosário ocultando inconscientemente as lembranças deste passado?

Assim numa atitude de respeito a esse grupo que sofre por não ter autonomia sobre os livros de registros pertencentes à irmandade, pois para consultá-los necessitam de autorização do interventor, continuarei a escrita deste tema baseando-me em estudos de outros autores¹⁶⁶.

A dissertação de Breno Henrique Selmine Matrangolo, Formas de bem morrer em São Paulo: transformações nos costumes fúnebres e a construção do cemitério da Consolação

¹⁶⁶ Estes autores nada mais são que autores de dissertações cujo tema estudado é a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos nos seus mais diferentes aspectos que estarão especificados na lista de referências desta dissertação

(1801-1858) ¹⁶⁷ possibilitou-me acesso à leitura de documentos sobre a criação, posturas e regulamento do Cemitério da Consolação; publicações de jornais da época, atas da Câmara Municipal e outros documentos por ele transcritos, que utilizarei a partir deste momento para escrever parte da história, esquecida, ou apagada pelo tempo, pelos irmãos do Rosário. Daí a necessidade de se retornar aos fatos históricos para percorrer o transcurso feito anteriormente pelos irmãos diante da perda de seu cemitério.

Dentro do contexto histórico diferentemente da província de Minas Gerais os problemas das epidemias de febre amarela, tifo e cólera assolaram as províncias do Rio de Janeiro; Salvador e em particular a epidemia de varíola na província de São Paulo a partir da década de 1850. Este momento foi marcado por inúmeras mortes e também pela divulgação das ideias higienistas, que se difundiu no país através dos periódicos, com artigos médicos. Dessa forma, os médicos paulistanos e os das demais províncias utilizaram de seus trabalhos acadêmicos na tentativa de influenciar o pensamento da classe mais instruída e bem situada economicamente com relação à transferência dos enterramentos realizados dentro das igrejas, nos cemitérios contíguos ou nos cemitérios urbanos para os cemitérios públicos.

Particularmente em São Paulo, embora as autoridades se preocupassem com a construção de cemitérios públicos a maioria da população prosseguiria a não ver com bons olhos esta medida, não auxiliando na construção dos cemitérios, pois estes vinham contra suas crenças religiosas.

De acordo com os estudos de Matrangolo (2013), a Câmara Municipal de São Paulo, não detinha recursos suficientes para uma obra de tal monta e precisava da ajuda da população, pois somados todos os gastos com a construção do cemitério da Consolação entre os anos de 1854 e 1859, foram despendidos 18:000\$000 réis (dezoito contos de réis), quantia muito além das possibilidades do município.

No entanto, somente as epidemias, forçaram os diferentes governos a agir e a população a enxergar nos cemitérios uma questão de salubridade a ser resolvida. Nesse sentido, podemos considerar que o medo das epidemias configurou em grau maior para a mudança de mentalidade da população em relação aos sepultamentos do que o debate médico.

Segundo João José Reis:

Os mortos, contados aos milhares e espalhados entre todas as categorias sociais, já não podiam receber os cuidados que até então os sobreviventes lhes dedicavam para que desfrutassem de uma boa morte. Aquela

¹⁶⁷ Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre. 2013.

convivência pacífica e solidária entre vivos e mortos ruiu em face da desordem instalada pela epidemia. Já não se gastava tempo com os mortos, porque eles passaram a ser temidos instrumentos dessa desordem. Em primeiro lugar ficava agora a saúde física dos vivos, não a saúde espiritual dos mortos. Entre as primeiras providências figurava a expulsão destes da cidade dos vivos, das igrejas e cemitérios intramuros (1997, volume II, p. 140).

Mesmo diante deste histórico, de “milhares de mortos amontoados para serem sepultados”, a abertura do cemitério da Consolação em 1858, foi motivo de calorosa discussão pela imprensa paulistana e por parte dos membros das irmandades religiosas e ordens terceiras que preocupadas com a perda de suas rendas, prestígio, e o afastamento dos fiéis, foram as maiores opositoras dos cemitérios públicos não só em São Paulo como em todo o império.

Com relação à província de São Paulo a polêmica entre as irmandades e a Câmara Municipal se estabeleceu no ano de 1857 a partir da exigência em se fazer cumprir o Artigo 28º do Regulamento para os cemitérios da cidade de São Paulo¹⁶⁸ que estipulava que qualquer irmandade, confraria ou corporação religiosa que desejasse obter um jazigo perpétuo deveria pagar 10\$000 réis (dez mil réis) de joia por braça quadrada¹⁶⁹ e um foro anual de 4\$000 (quatro mil réis), sendo a concessão por aforamento perpétuo.

Neste sentido, as irmandades que já se encontravam contrárias à construção de cemitérios públicos se indispuseram contra o poder público obrigando a Câmara a reformular o Artigo 28º em 02/04/1857, que reduziram as taxas para 2\$000 réis (dois mil réis) de joia e \$050 réis (cinquenta réis) anuais por braça quadrada¹⁷⁰.

Ainda insatisfeitas com as alterações do Artigo 28º as irmandades encontraram respaldo no padre e deputado João Vicente Valadão, que propôs e conseguiu a aprovação de uma lei conferindo gratuitamente para as irmandades nos terrenos dos cemitérios públicos. Desta forma o presidente da província Antonio Roberto de Almeida em 30/04/1857, sancionou a lei nº46 e em seu Artigo único tem-se que: Os terrenos destinados para jazigos

¹⁶⁸ Formas de bem morrer em São Paulo: transformações nos costumes fúnebres e a construção do cemitério da Consolação (1801-1858). Breno Henrique Selmine Matrangolo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre. São Paulo, 2013.

¹⁶⁹ Cf. Medidas Antigas Brasileiras (relações com o Sistema Métrico Decimal Legal) uma braça corresponde a 2,20m, logo para calcular uma braça quadrada deve-se multiplicar desta forma: (2,20m X 2,20m), que será igual a 484m².

¹⁷⁰ Atas da Câmara Municipal de São Paulo. Sessão Ordinária de 02/04/1857. Volume 44. P. 156 apud MANTROLO, 2013, p.168.

das ordens terceiras, confrarias ou irmandades religiosas nos cemitérios públicos, serão concedidos gratuitamente, revogadas as disposições em contrário¹⁷¹.

Embora pareça que tudo tenha se resolvido com as irmandades através da referida lei, no final do ano de 1858 e nos primeiros meses de 1859, membros das ordens terceiras do Carmo e de São Francisco e das irmandades de São Benedito, Rosário dos Homens Pretos, Santo Elesbão e Santa Ifigênia enviaram petições e abaixo assinados ao presidente da província e à assembleia legislativa provincial pedindo pela manutenção dos seus cemitérios (MATRANGOLO, 2013, 169).

O foco central neste momento se refere à petição dos membros da irmandade do Rosário dos Homens Pretos a Assembleia Legislativa.

Em síntese, na petição dos irmãos do Rosário, eles afirmavam que estavam cientes de que os enterramentos dentro das igrejas eram indecentes e prejudiciais, e que os cemitérios públicos eram necessários e admitidos nas nações civilizadas, no entanto, defendiam que São Paulo não estava nas mesmas condições higiênicas das províncias marítimas nas quais as epidemias eram contínuas. A cidade, pelo seu clima e temperamento estava livre de epidemias, com exceção da varíola, e a confraria possuía um antigo e bom cemitério, ao lado de sua igreja (MATRANGOLO, 2013, p.169).

Além destas afirmações a irmandade enviou em anexo à petição a avaliação do cirurgião Salvador Machado de Oliveira e do doutor William Ellis que validava o pedido dos irmãos do Rosário nestes termos:

Por outro lado é sabido, que somente nos lugares não ventilados, abafados, ou cobertos que se acumulam os gases mefíticos tão nocivos aos vivos o que não pode acontecer no referido Cemitério, e por isso, estamos persuadidos, que nele se pode fazer a inumação dos Irmãos defuntos sem prejuízo da saúde publica¹⁷².

¹⁷¹Arquivo Municipal Washington Luís. Coleção Papéis Avulsos, Volume 176, 1857 apud MATRANGOLO, 2013, p. 168.

¹⁷² ALESP. Império. Representação de diversas irmandades sobre cemitério, 1860. Número EE60. 013, caixa ESP-161, p. 17, código 39, Id. Documento 2745, apud Formas de bem morrer em São Paulo: transformações nos costumes fúnebres e a construção do cemitério da Consolação (1801-1858). Breno Henrique Selmine Matrangolo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre. São Paulo, 2013, p. 169.

Diante desta situação criada pela irmandade, a Câmara Municipal, não aceitou as reivindicações, mesmo com o aval de dois médicos, e nem das demais irmandades e as ordens terceiras que entraram com petições na mesma data.

Portanto, restou às ordens terceiras e irmandades acatarem as disposições estabelecidas desde 1857, ou seja, cada uma delas deveria requerer gratuitamente terrenos no cemitério da Consolação, no entanto, precisavam se responsabilizar pelo levantamento de muros e demais construções necessárias.

Logo, apenas aquelas mais ricas e influentes conseguiriam ter suas necrópoles, como a Ordem Terceira do Carmo que inaugurou, em 1868, o seu cemitério junto ao da Consolação e a Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1899, em terreno adjacente ao Cemitério Municipal do Araçá¹⁷³.



Fotomontagem 21: Cemitério Municipal da Consolação na cidade de São Paulo.

Outras situações envolveram a não aceitação da população paulistana com relação aos sepultamentos fora da cidade, entre elas os problemas de falta de infraestrutura do cemitério, o novo imposto criado sobre os enterros, a distância da cidade, o alto preço cobrado pela

¹⁷³ Cemitério da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral de São Paulo (católico), construído no ano de 1898. Está localizado na esquina da Avenida Doutor Arnaldo com a Rua Cardoso de Almeida nº 1200, em um canto do Cemitério do Araçá. Ligado à Cúria Metropolitana de São Paulo. É um cemitério da Irmandade de São Pedro dos Clérigos. Várias congregações religiosas têm ali seus túmulos comunitários, de padres e freiras.

empresa funerária para o transporte dos mortos¹⁷⁴, o preço dos caixões, a falta de uma capela mortuária com paramentos adequados para o vigário, entre outros.

Se não bastassem todas estas situações, a questão que causou grande polêmica foi com relação a quem caberia a administração do Cemitério. A Câmara Municipal indicou João Nepomuceno de Almeida, um leigo, desagradando os clérigos, pois vinha contra uma tradição mantida pela Igreja. Contudo, segundo Matrangolo (2013), em contrapartida, a Câmara Municipal de forma conciliatória determinou ser o cemitério público, ou melhor, um cemitério público eminentemente católico. Assim, ficaram asseguradas as autoridades eclesásticas a benção do terreno, a separação entre católicos e protestantes, a construção de uma capela com os paramentos necessários para missas e encomendações dos corpos e por fim, para o sepultamento nas quadras da Consolação, seria necessário um atestado assinado pelo pároco, mantendo a autoridade da Igreja Católica sobre os sepultamentos paulistanos.

Como se pode observar a data de construção do cemitério da Consolação e a petição dirigida a Câmara Municipal pelos irmãos do Rosário, é datada respectivamente no ano de 1858, portanto é anterior a desapropriação do cemitério da irmandade que ocorreu no ano de 1872, totalizando 15 anos entre um fato e outro. Então não há como calar minha voz.

Onde foram sepultados os irmãos do Rosário durante estes 15 anos se as irmandades estavam proibidas de realizar sepultamentos no interior das suas igrejas e nos seus cemitérios contíguos? Onde foram sepultados os irmãos do Rosário após o ano de 1872? Onde estão sendo sepultados os irmãos do Rosário atualmente?

Mais uma vez perguntas sem respostas.

Então continuei procurando as respostas entre as conversas informais, como se buscasse a ponta da linha de um novelo para desenrolar, ou quem sabe apenas descobrir o que havia por trás de tanta história não contada. E foi assim, que num desligar de microfone, uma das irmãs que durante a entrevista se manteve calma, com voz suave e sempre sorridente, falou alto, quando se afastou da mesa onde estávamos reunidas há poucos minutos.

Esta irmandade foi administrada por moleques, tínhamos um jazigo perpétuo para sepultar nossos irmãos no Cemitério Gethsêmani no Morumbi e não sabemos mais nada sobre ele. Agora temos que recorrer aos sepultamentos públicos.

¹⁷⁴ Somente a partir de março de 1859, às ações da Câmara e do governo provincial, que tomaram medidas efetivas para a melhoria dos serviços prestados: maior controle sobre a empresa fúnebre, início da construção de uma capela com os seus paramentos, garantia de gratuidade na condução e sepultamento dos pobres, etc, serviram para acalmar os ânimos de parte da população que inicialmente tinha se colocado contra o campo santo.

Percebi no seu olhar ao mesmo tempo os sentimentos de raiva e de alegria, sentimento de raiva pelas ações da Mesa Administração que colocou a irmandade sob a intervenção do Ministério Público e o sentimento de alegria por ter conseguido expor o que também a afligia.

Mesmo assim, até o final da pesquisa não encontrei documentação comprobatória deste jazigo perpétuo, embora em contato telefônico com a administração do Cemitério Gethsêmani, a secretária disse lembrar-se de “alguma coisa em nome dos pretos do Rosário”, mas que só mediante o nome da Razão Social correto seria possível à identificação nos arquivos se ainda pertence à irmandade ou se foi efetuada a sua venda. Segundo a mesma, só é possível a perda de um jazigo perpétuo, se não for pago as anuidades por um período de três anos, mas o proprietário é avisado para que se faça o acerto do débito ou a exumação dos corpos. Como não tive acesso à documentação da irmandade para verificar a Razão Social, cabe à irmandade futuramente desvendar.

Para ilustrar este parágrafo utilizo uma fotomontagem do Cemitério Gethsêmani, localizado na Praça da Ressureição, nº1, no Bairro Morumbi, São Paulo que foi fundado em 1965 pela Arquidiocese de São Paulo e aberto ao público com o seu primeiro sepultamento em 16 de março de 1971 e ocupa uma área gramada de 135.000 m² com mais de 2700 árvores de variadas espécies¹⁷⁵.

Diante de tal situação, não posso usar outras palavras se não as do ensaísta, sociólogo, poeta, historiador, advogado estatístico-economista, mesário e secretário por diversos anos e Juiz Provedor durante o ano de 1988 da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Raul Joviano Amaral, que foram por ele registradas na primeira e na segunda de seu livro, sobre a história da irmandade nos anos de 1954/1991 e que posso dizer, são atualíssimas.

¹⁷⁵ Cf. Disponível em< <http://www.encontramorumbi.com.br/morumbi/cemiterio-gethsemani-morumbi.shtml>> Acesso em 10/12/2013.



Fotomontagem 22: Cemitério Gethsêmani – Bairro Morumbi- São Paulo¹⁷⁶.

A existência da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, se desenvolveu sempre num clima de ameaças e de inquietude. Os seus arquivos - que seguramente constituíram precioso repositório para a reconstrução de alguns aspectos da vida paulistana – parece que foram extraviados. Daí os saltos inevitáveis na sucessão dos fatos, muitas vezes apreendidos num ou noutra documento, numa ou noutra passagem de acontecimentos nem sempre relacionados com a Irmandade (1991, p. 69).

Utilizo as palavras de Amaral (1991), para pontuar que no momento atual não está sendo diferente, existe inquietude entre os irmãos e que para escrever a história desta Irmandade, não depende somente da história oral, pois a pesquisa documental, muitas vezes, caminha junto e se auxilia de forma mútua como bem aponta Delgado (2010). Além disso, acredito que estes 10 anos de intervenção, sem autonomia para ver, tocar e ler os livros, foliar os álbuns de fotografias e documentos que pertencem a Irmandade e os acontecimentos não registrados pelos irmãos durante todo este tempo, tem prejudicado a narrativa dos depoentes porque, a história, tempo e memória são processos interligados.

¹⁷⁶ Foram extraídas cinco fotos do arquivo de vendas Mercado Livre, são elas: Entrada do Cemitério Gethsêmani, capela mortuária para velório, capela para celebração de missa de corpo presente e jazigos <https://www.google.com.br/search?newwindow=1&site=&source=hp&q=site+do+mercado+livro&oq=site+do+mercado+livro&gs_l=hp.3..0i13i30j0i13i10i30j0i13i30i18.50431.72940.0.80438.21.19.0.0.0.0.1029.3289.2-1j4j6-1j1.7.0....0...1c.1.48.hp..14.7.3284.RKAO7nx4k44> e a última foto, cova da família de Hebe Camargo. Foto da Agência NEWS. Dia 30/09/2012, data de seu sepultamento.

Segundo Delgado (2010), é usual recorrer a velhas relíquias ou a antigos guardados, encobertos pela pátina do tempo, como fotos, objetos, jornais, discos, cartas, poemas, entre outros recursos, pois eles podem contribuir para tornar o ato de lembrar mais vivo. Desta forma a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos tem renascido das cinzas para construir o seu presente recontando no passado reproduzido por Amaral, o livro de cabeceira de todo irmão do Rosário. Contudo as tradições religiosas, a ajuda aos necessitados, estas são mantidas através das experiências individuais e coletivas que se constitui no diálogo do presente com o passado, um diálogo enriquecido onde o jovem fala do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente (DELGADO, 2010, p.18).

O intuito ao finalizar este capítulo, não é descrever sobre a morte no contexto das irmandades nos séculos passado, porque vários autores já o fizeram, contudo merece descrever como nos dias de hoje estas irmandades do Rosário de São Paulo e Ouro Preto tem cuidado da “boa morte”, e do “bem morrer”.

3.1.3- A Igreja católica, a preocupação com a “boa morte” e o “bem morrer”.

Segundo Reis (2012), é certo que o dever de culto aos mortos tinha uma relevância muito maior na tradição africana, embora não estivesse absolutamente ausente na portuguesa e, com o passar do tempo, os mortos foram ganhando mais importância no catolicismo popular, ainda impregnado de fortes componentes mágicos.

Sabe-se também que para alcançar a graça da redenção, objetivo de toda cristandade, não basta às cerimônias fúnebres, é necessário o devoto praticar a caridade e o amor ao próximo, resistir às tentações deste mundo, fixar os pensamentos na eternidade, arrepender-se de seus pecados e confessá-los a um sacerdote, pois só assim conseguirá caminhar rumo à bem aventurança celestial (SANT'ANNA, 2006, p. 69).

Em outras palavras, tradicionalmente, a Igreja católica sempre alertou os seus fiéis para se prepararem para o momento da morte. O Catecismo da Igreja Católica em seu item 1014 diz claramente que:

A Igreja nos encoraja à preparação da hora de nossa morte (Livrai-nos, Senhor, de uma morte súbita e imprevista: antiga ladainha de todos os santos), a pedir à Mãe de Deus que interceda por nós "na hora de nossa morte" (oração da Ave-Maria) e a entregar-nos a S. José, padroeiro da boa

morte: Em todas as tuas ações, em todos os teus pensamentos deverias comportar-te como se tivesse de morrer hoje. Se tua consciência estivesse tranquila, não terias muito medo da morte. Seria melhor evitar o pecado que fugir da morte. Se não estás preparado hoje, como o estarás amanhã?
 Louvado sejais, meu Senhor, por nossa irmã, a morte corporal, da qual homem algum pode escapar. Ai dos que morrerem em pecado mortal, felizes aqueles que ela encontrar conforme a vossa santíssima vontade, pois a segunda morte não lhes fará mal (Item sobre a Morte 1014, p. 119).

Em conformidade com a citação do catecismo católico padre Reginald Garrigou-Lagrange no livro, *O homem e a eternidade* (1958), recorda que o homem não deve ser colhido pela morte, mas deve esperá-la e estar preparado. Segundo o autor, embora haja uma aversão natural ao pensamento sobre a morte, o pecador, por causa disso, vive a fugir do simples pensamento sobre ela, porém o homem temente a Deus, virtuosamente, deveria pensar a respeito da morte várias vezes ao longo do dia. Esse pensamento de Garrigou-Lagrange infere ao homem a necessidade de ter consciência da iminência da morte. Nesse sentido, consciente dos pecados cometidos cotidianamente, o homem se vê capaz de pedir perdão a Deus, através do sacramento da confissão que permitirá a absolvição dos mesmos, seguido do sacramento da comunhão. Este sacramento, para o católico, o coloca na Graça de Deus, na esperança da vida eterna, uma vida desfrutada ao lado da Santíssima Trindade, com a Virgem Maria e com todos os Santos.

Atualmente a Igreja católica com relação à doutrina dos fins últimos, tem tomado por base os *Tratados sobre os Novíssimos*¹⁷⁷. Neste caso, especialmente os que foram escritos após o concílio de Trento (1545-1564), que abordam questões doutrinárias a respeito da Morte, do Juízo Particular, dos lugares reservados às almas (Céu, Inferno e Purgatório) e do Juízo Final (consumação dos tempos) considerando sobre o plano individual e o universal (SANT'ANNA, 2006, p.56).

Desta forma, as irmandades, obedientes a esse catecismo e aos demais tratados da Igreja católica, como os demais fiéis católicos, se preparam para a “boa morte”, relacionando-a a um juízo particular¹⁷⁸ para todos após a morte (Hebreus 9,2)¹⁷⁹ e também para o juízo

¹⁷⁷ O termo, “novíssimos” - do latim *novissimus* - era usado durante o período Medieval e época Moderna para designar a doutrina dos fins últimos isto é, os remates da vida humana segundo a perspectiva das Sagradas Escrituras.

¹⁷⁸ Cf. O catolicismo católico- Capítulo III- Artigo 12: “Creio na vida eterna”, item I. O juízo particular 1021- A morte põe fim à vida do homem como tempo aberto ao acolhimento ou à recusa da graça divina manifestada em Cristo. O Novo Testamento fala do juízo principalmente na perspectiva do encontro final com Cristo na segunda vinda deste, mas repetidas vezes afirma também a retribuição, imediatamente depois da morte, de cada um em função de suas obras e de sua fé. A parábola do pobre Lázaro e a palavra de Cristo na cruz ao bom ladrão assim como outros textos do Novo Testamento, falam de um destino último da alma pode ser diferente para uns e

final. Mais do que isso, entram em foco também a preparação para a distribuição das almas no espaço celestial. De acordo com Mara Regina do Nascimento (2006), este espaço celestial é o da transcendência em que as almas têm um destino incerto e duvidoso, entre o Inferno e o Paraíso, perpassado pela expiação de seus pecados no estágio do Purgatório.

Em suma, as almas plenamente puras irão diretamente para o Céu, aqueles que morrem afastados de Deus (em pecado mortal) as almas irão para o Inferno e, aqueles que não estão afastados de Deus, mas ainda carregam pecados veniais e precisam se purificar por causa de um apego indevido para consigo mesmos vão para o Purgatório¹⁸⁰ porque nada de impuro pode ingressar no Céu (Apocalipse 21,27).

Como o meu tempo de pesquisa de campo já se esgotara e na impossibilidade de retornar a Ouro Preto e São Paulo resolvi convidar o padre Eder Luiz Pereira, nascido em Barbacena, Minas Gerais, por conhecer sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário de sua cidade, além de ser Chanceler da Arquidiocese de Juiz de Fora, para prestar seu depoimento sobre o diálogo dos padres com os fiéis católicos sobre a doutrina dos fins últimos, no século XXI.

Segundo padre Eder, “morremos para alcançarmos um destino melhor. Contudo, a morte nos repugna. E é natural, porque fomos feitos para a imortalidade, custa-nos aceitá-la. Por isso a fé é necessária. A nós padres cabem à preparação dos fiéis para o encontro do último dia”.

Assim prossegue seu depoimento baseando-se no Livro da Doutrina Católica nº1:

Embora poucos detenham na morte seu pensamento, atitude, aliás, que não nos livra dela, mais prudente seria pensar no assunto, porque nossa alma é imortal. A doutrina escatológica assegura uma existência após a morte, porém não promete um futuro de felicidade eterna para todos. Por isso, dizemos: “O pó voltará a ser pó”, mas a alma, espiritual, é incorruptível. E cada um será julgado conforme suas obras. “Todos os homens hão de morrer e o juízo há de acompanhar a morte” (Hb 9, 27). Entretanto, como “não sabemos o dia nem a hora” de nossa morte, a Sabedoria consiste em sempre estar preparado, porque somos todos julgados logo após a morte. É o que

outros. (Parágrafos relacionados 1038, 679) e 1022- Cada homem recebe em sua alma imortal a retribuição eterna a partir do momento da morte, num Juízo Particular que coloca sua vida em relação à vida de Cristo, seja por meio de uma purificação, seja para entrar de imediato na felicidade do céu, seja para condenar-se de imediato para sempre. (Parágrafo relacionado 393), p.120.

¹⁷⁹ “E dado que os homens morrem uma só vez e depois disso vem o julgamento”

¹⁸⁰ O Purgatório, após ser admitido pelo Magistério Eclesiástico em 1274, foi incorporado aos ensinamentos escatológicos tornando-se frequente na literatura sobre os Novíssimos. O mesmo ocorreu com o Juízo Particular, que embora nunca tenha sido declarado pela Igreja como um dogma de fé, está suposto ou contido nas decisões doutrinárias do II Concílio de Lião (1274), de Florença (1439) e no catecismo elaborado pelo Concílio de Trento. Sobre o Purgatório Cf. LE GOFF, Jacques. O Nascimento do Purgatório. Lisboa: Editora Estampa. 1995.

chamamos de “o juízo particular”. Penetrando na eternidade, apresentamos-nos diante do Rei, e nossa veste deve ser branca (Mt 22, 1s). Por isso, devemos viver bem para morrer bem. Assim, a morte não apavora. Em vez de medo, devemos ter confiança, porque os santos, que podem ser definidos como as pessoas que sabem viver, em vez de tristeza, têm alegria. Na concepção bíblica é bom que não saibamos o dia de nossa morte, para estarmos sempre prontos. “Estai preparados porque o Filho do Homem virá na hora que ignorai” (Mt 24, 44). “A morte é terrível para o pecador, mas não para o justo”, pois a alma se fixa no estado em que a pessoa se encontra na hora da morte, isto quer dizer, a alma do justo ou a alma do pecador. Nós não escolhemos a hora da morte, mas escolhemos o modo de vida (ou de morte) de nossa alma, temos o livre arbítrio. Todos nós somos predestinados ao Céu, Deus quer que a salvação de todos. Mas não nos obriga a querer o mesmo. Porém, após a morte, Deus nos pedirá contas de nossa administração (Lc 16, 22). São Mateus fala que daremos conta até das palavras inúteis (Mt 12, 36). “Todos compareceremos ante o tribunal de Cristo” (Rm 14, 10). “Cada um receberá a sua recompensa, conforme o seu trabalho” (1Cor 3, 8) “está estabelecido que os homens morrem uma só vez e, depois disso, venha o juízo” (Hb 9, 27).

Vê-se pelo depoimento acima apresentado que a Igreja católica se pauta na preocupação dos fiéis católicos viverem preparados para a morte, preparados para encontrar o Juiz, o verdadeiro Juiz da vida, o Absolutamente Justo, aquele que penetra nos pensamentos, nas intenções, sabe das fraquezas e misérias humanas. Desta forma, pode-se entender que a Igreja prega que se deve viver de modo que tudo sirva de meio para a conquista do Céu, pois o mais importante, para cada um, é o juízo particular. A hora da morte, hora da passagem do tempo presente para a eternidade, é o momento mais importante de toda a vida.

Em suma, podemos dizer que a teologia católica pós-tridentina, mantém a continuidade com a teologia medieval e que ambas admitem a existência dos dois juízos: o Particular, após o falecimento, e o Universal, que se efetivará com a volta gloriosa do Cristo.

É importante destacar que, embora o momento da morte continue sendo considerado o mais importante para a doutrina católica, porque o juízo particular na asserção escatológica, ao deixar o corpo, a alma é imediatamente examinada e sentenciada por Deus, à preparação para a “boa morte”, dessa forma vem se transformando no que se diz respeito às palavras de João José Reis: que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruisse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos (1991, p. 91).

Segundo o teólogo Michael Schmaus, no exato momento da morte, Deus na sua onipotência e onisciência traz à memória do homem todos os pensamentos, ações e decisões tomadas durante sua existência terrena. Sem poder apartar-se deste exame, que atinge o

estrato mais íntimo do ser, a alma conhece seu destino eterno (SCHMAUS, Michael-1965, § 302. p. 424-429 apud SANT'ANNA, 2006,).

Assim, para os católicos “a boa morte”, não deve se prender mais a elaboração de testamentos, verdadeiros documentos de súplica aos santos, distribuição dos bens e prática da caridade com doações para ordens religiosas, órfãos e pobres, solicitação de expressivo número de missas em sufrágio pela alma do testador e pelas almas do purgatório, escolha da mortalha e local de enterramento e resolução de assuntos pendentes. Estas ações aos olhos dos novos tempos só tem importância no plano terrestre. Hoje a atribuição a “boa morte” está vinculada a prática do bem durante toda a vida e, não no que se deixará registrado para ser resolvido por outras pessoas no pós-morte.

Portanto, é dentro deste contexto que os irmãos do Rosário se preparam para a hora derradeira, no entanto, o oferecimento de orações, sacrifícios e missas pelos irmãos falecidos, para que suas almas sejam purificadas de seus pecados e possam entrar quanto antes na glória e gozar da presença Divina, são práticas preservadas pelas irmandades, onde as missas pelas almas são rezadas na segunda-feira com a participação dos irmãos e demais fiéis católicos.

3.1.4- Diferenças e similaridades entre os ritos fúnebres dos irmãos do Rosário.

À primeira vista deve-se entender que não existe um confronto estabelecido entre a autora desta pesquisa e as irmandades para definir o que é certo ou errado na manutenção dos ritos fúnebres. Foi respeitado cada uma das irmandades dentro do espaço geográfico diferenciado, onde as práticas devocionais populares ainda persistem de acordo com a tradição mantida pelo grupo de irmãos, a fé no santo de devoção, a facilidade de acesso no espaço público e apoio das autoridades civis e religiosas.

Tendo em vista o exposto até aqui, o texto que segue, tem como objetivo elucidar os aspectos mais relevantes de acordo com as entrevistas, portanto ao entrevistar padre José Enes de Jesus, presidente do Instituto do Negro Padre Batista de São Paulo, ele salientou a importância de se cumprir o que determina o Estatuto da irmandade, no que diz respeito ao enterro. Apesar de não ser o capelão do Rosário dos Homens Pretos, no entanto declara que já realizou exéquias de irmãos do Rosário.

Sim, eu já realizei exéquias de irmãos do Rosário. E você conhece o Estatuto da Irmandade, em um de seus Artigos é justamente sobre um enterro digno que ele determina como direito de todos os irmãos. Além disso, os irmãos têm o dever de mandar rezar missa de sétimo dia, rezar pelas almas etc. Acredito que este costume está incorporado na população católica como um todo.

Ao dizer enterro digno padre Enes não se refere aos enterros pomposos do século XVIII e XIX, mas a acolhida dos irmãos a família do falecido, a realização das exéquias no rito romano, a missa de corpo presente, a missa pelo sétimo dia de falecimento, as orações da irmandade dedicadas à alma do irmão que partiu. Ao seguir o estatuto no que determina se refere ao falecimento dos irmãos, a irmandade mantém a tradição, mesmo com a necessidade de adaptação devido às transformações do tempo moderno.

Seguindo nossa análise, vamos nos ater nos detalhes com relação aos rituais fúnebres de cada uma das irmandades nas suas particularidades.

O toque dos sinos anunciando a morte, para a irmandade do Rosário dos Pretos de São Paulo, esta tradição já se perdeu no tempo devido ao desenvolvimento da cidade. Mas para a irmandade de Ouro Preto essa tradição é mantida e é considerada importante para os irmãos. Assim, explica o irmão Marcus Vinícius em um trecho de sua entrevista sobre os toques de sino nos funerais.

O que eu sei é que hoje quando morre um irmão ou irmã, a primeira coisa que é feita é tocar o sino, para mulheres duas badaladas e dobro, para crianças até quatorze anos, uma badalada e para os homens três badaladas e dobro. Depois na hora do sepultamento quando o corpo estiver quase chegando à igreja toca-se de novo, aí conduz o corpo até igreja e coloca sempre com a cabeça pra porta. Depois é feita a encomendação pelo padre ou pelo ministro da eucaristia, o senhor Wilson. Ele reza o ritual, joga a água benta e depois os familiares se despedem e levam o corpo para o cemitério passando sempre pela porta direita do cemitério. Nas cerimônias fúnebres ainda são valorizados o dobre do sino que é mantido de acordo com a categoria do cargo, há a presença de poucos irmãos para rezar, onde a família e demais parentes é que aumenta o número de acompanhantes, mas a sepultura esta é garantida para a hora da morte¹⁸¹.

¹⁸¹ Entrevista concedida no dia 22/09/2013 por Marcus Vinícius de Jesus, estudante de filosofia e irmão do Rosário de Ouro Preto.

Na descrição do irmão Marcus Vinícius com relação do badalar dos sinos em suas torres na cidade de Ouro Preto se mantêm até os dias de hoje e, estão de acordo com as determinações nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de autoria do arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, promulgada em 1777. As Constituições Primeiras se constituíram como um trabalho de adaptação das normas eclesásticas à realidade local de uma diocese luso americana. Apesar das Constituições permanecerem em vigor, com algumas modificações, até o fim do Império, o toque de sinos para anunciar a morte e sepultamento na cidade de Ouro Preto, é mantido pelas irmandades, pois, o badalar dos sinos avivam a memória da morte, que ecoa por toda a cidade. Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia assim encontra-se registrado:

Pelo falecimento de homens eram dados três sinais breves e distintos; dois sinais fúnebres por mulheres e para crianças de até quatorze anos, faziam-se um sinal. Seguido o cerimonial, ao serem levados a enterrar, faziam-se mais outros sinais e durante o sepultamento, outros tantos, de maneira que o falecimento de homens era marcado por nove sinais fúnebres, enquanto que o das mulheres ficava marcado por seis e o de menores de idade, por três (VIDE, Constituições..., Livro 4º, tit. 48, §828 e 829, p. 291).

Como na cidade de Ouro Preto, os irmãos do Rosário são proprietários do seu cemitério, os velórios são diferenciados dos irmãos do Rosário de São Paulo. Na verdade devido ao grande número de cemitérios de outras irmandades; e a cidade ter um contingente menor de habitantes ainda é permitido ocorrer à permanência de parte da tradição colonial nos ritos fúnebres em relação à cidade de São Paulo. Então, os velórios em Ouro Preto são realizados em capelas mortuários das irmandades ou nas próprias casas ou até mesmo no interior das igrejas onde estão erigidas as irmandades. Dentro deste contexto a ocorrência de cortejo fúnebre realizado a pé, da casa do irmão até a igreja, é comum na cidade de Ouro Preto e inexistente na cidade de São Paulo.

Outro aspecto relativo às transformações identificadas no ritual da morte (exéquias), para os que são filiados, tanto em Ouro Preto como em São Paulo está relacionado à presença do padre, que era fundamental para este momento. Em Ouro Preto, hoje o padre é substituído na maioria das vezes, por seminarista ou pelo ministro das exéquias especialmente preparado para este fim. Em São Paulo a irmandade tem seu capelão que está sempre presente nas exéquias. Com relação à celebração da missa de corpo presente nas duas irmandades

pesquisadas se obedece ao esquema proposto pela Igreja católica, pois é uma das partes das exéquias¹⁸² que há restrições estabelecidas no Ritual Romano.

Sem dúvida que a morte não tem o aspecto de “espetáculo”, ou seja, de “uma festa”, como atribuída por João José Reis, mas, ela continua sendo uma preocupação para ambas as irmandades mesmo em contextos bem diversificados.

Verificamos assim, que os ritos fúnebres foram reformulados e, ou reestruturados e novos sentidos foram atribuídos à morte dentro da concepção atual da Igreja católica e que foram nas irmandades adaptados de acordo com as propostas da Igreja mantendo dentro do possível parte das tradições estatutárias e locais.

3.2- Devoção entrelaçada: santos negros e Nossa Senhora do Rosário.

Apesar de serem irmandades de Nossa Senhora do Rosário, ou seja, de mesma devoção, ambas possuem particularidades sobre o papel desempenhado no contexto atual no que se refere à junção de dois santos como padroeiros negros, que era considerado um ato comum, nas associações classificadas como “irmandade de cor”¹⁸³.

A saber, Nossa Senhora do Rosário é chamada de “santa branca” entre seus devotos, em decorrência da tradução simbólica da figura de libertação, padroeira dos escravos no período colonial¹⁸⁴, na maioria das irmandades, dividindo o papel de padroeira com um santo negro. A respeito da devoção a santos negros, sabe-se que a Igreja no Brasil buscou difundir esta prática, com base em uma relação mais espiritualizada com os santos, tornando-os parte integrante da vida cotidiana dos fiéis, para que seus exemplos de obediência e amor a Deus fossem praticados, porque assim os santos poderiam interceder pelas suas almas.

¹⁸² Cf. Código de Direito Canônico, cân. 1176 -1185; Ritual Romano, Celebração das Exéquias, Braga 1984. Entre as Missas de defuntos está em primeiro lugar a Missa exequial, que pode celebrar-se todos os dias, exceto nas solenidades de preceito, na Quinta-Feira da Semana Santa, no Tríduo Pascal e, nos domingos do Advento, Quaresma e Tempo Pascal, observando, além disso, o que deve ser observado segundo as normas do direito.

¹⁸³ O termo “irmandade de cor” se refere aos “santos de cor”. Nesse sentido, a cor dos santos assume um papel fundamental nas classificações das associações religiosas. Oliveira (2008, p. 181) demonstra que a catequese buscou construir “narrativas específicas”, relativas à conversão das populações negras: “... o discurso sobre cor explícita de forma indubitável o caráter da mensagem que se quer transmitir e o grupo específico que se quer atingir”.

¹⁸⁴ No Martilógico Romano de 7 de outubro de 1572, o Papa Pio V teria instituído a comemoração anual de “Nossa Senhora da Vitória”, para render graças, como a vitória da cristandade contra os turcos na batalha de Lepanto, ocorrida um ano antes. O Papa Gregório XIII, em 1573, alterou o nome da comemoração festiva para “Nossa Senhora do Rosário” por reconhecer no Rosário a força pela vitória. Em 1716, o Papa Clemente XI decretou que a celebração deveria se estender a toda igreja do ocidente, pela graça obtida contra os turcos.

Na irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de São Paulo, Nossa Senhora do Rosário divide o papel de padroeira com São Benedito. Este santo possui uma cosmologia distinta, onde a cor e a condição de cozinheiro, o posiciona como trabalhador negro como os fiéis irmãos. Embora o nome de São Benedito não constar no nome oficial da irmandade o santo é festejado com honra todos os anos.

O mesmo fato não ocorre na irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz de Ouro Preto, cujo nome de Santa Efigênia já faz parte de seu registro. Na realidade no seu primeiro compromisso consta também o nome de São Benedito. Através da consulta aos primeiros livros de receita, disponível em microfilmagem no arquivo da Casa dos Contos em Ouro Preto, verifica-se que a irmandade festejava os três santos.

De acordo com Andréa Paiva, as irmandades buscavam difundir a devoção relacionada à espiritualidade com os santos, tornando-os parte da vida cotidiana dos fiéis, mantendo uma relação mais terrena entre os devotos e o sagrado (2009, p. 45). Já Hoornaert considera que os santos negros foram escolhidos pelas irmandades, porque poderiam ser considerados “símbolos da verdade racial e social do Brasil” (2008, t.2, p. 352). E, Boschi complementa o pensamento de Hoornaert dizendo que Santa Efigênia, São Benedito, Santo Elesbão eram as invocações dos negros não apenas pela afinidade epidérmica ou pela identidade de origem geográfica, mas também pela identidade com suas agruras (1983, p. 26).

Na pesquisa de campo desenvolvida nas irmandades do Rosário evidenciamos que a devoção aos santos traduz a força simbólica, aglutinadora e geradora de identidades coletivas. O culto ao santo, ao traduzir a primeira obrigação do devoto pelos seus estatutos, apresenta-se como fator de distinção do grupo, daí a importância para os irmãos do Rosário o “bem festejar” o santo padroeiro.

Mas como entender o entrelaçamento dos santos negros a devoção a Nossa Senhora do Rosário?

É importante destacar que no Brasil, a presença da devoção a Maria (Nossa Senhora) sempre foi uma constante e no processo de evangelização sua figura se sobressaiu como a mãe poderosa e intercessora, “o povo fiel reconhece na Igreja a família que tem por mãe a mãe de Deus”¹⁸⁵. Para Maria convergem todos os aspectos que configuram uma mãe poderosa e celestial, cuidadosa e amorosa a quem se pode recorrer de imediato e com confiança (CIPOLIN, 2010, p. 37). Dessa forma, podemos inferir que Nossa Senhora ocupa o

¹⁸⁵ IV- CELAM, A evangelização no presente e no futuro da América Latina, n. 284.

papel de mãe dos fiéis e, como mãe sua proteção se estende também a seus filhos negros, que por analogia torna-se a padroeira dos pretos.

No contexto atual os irmãos do Rosário têm na sua padroeira, Nossa Senhora, com o título de Nossa Senhora do Rosário, a devoção mariana que faz parte da matriz cultural tradicional do catolicismo brasileiro, reconhecida pelo Papa João Paulo II¹⁸⁶, ao visitar o Santuário de Aparecida em 1980, assim declarando: “o amor e a devoção a Maria são um dos traços característicos da religiosidade brasileira” (1980, p. 129), além disso, Nossa Senhora do Rosário, é considerada pelos irmãos o socorro de todos os momentos.

Participando do cotidiano dos irmãos podemos constatar que a vida destes irmãos se desenrola sob o signo da religião, da fé em Nossa Senhora do Rosário e aos pedidos de graças, que também podemos chamar de pedidos de socorro.

A fala de Dona Josefina Ferreira ilustra o que descrevemos acima:

Nós cuidamos do altar da igreja, fazemos limpeza no altar, ai nós fazemos um grupinho de irmãs. A gente vem, limpa, troca as toalhas, sabe? No dia de festa a gente também faz outro grupinho. A gente monta, arruma os arranjos, o altar pra festa e o andor, tudo isso por conta da gente.

Depoimentos como o de Dona Josefina faz parte da vida comprometida de diversas irmãs com a igreja e Nossa Senhora do Rosário pelas graças alcançadas. Estas irmãs criam tempo e intervalos para se reunirem para cuidar com carinho e respeito não só do altar da padroeira, mas de todos os altares da igreja e também de suas dependências.

Norma: Porque a senhora Dona Josefina e este grupo de irmãs citadas se reúnem para arrumar o altar de Nossa Senhora?

Dona Josefina: Porque eu sou muito devota de Nossa Senhora do Rosário e recebo muitas graças, sempre, sempre, né. Só da gente tá aqui no dia seguinte já é uma grande graça [...]¹⁸⁷

¹⁸⁶Canonização dupla de João Paulo II com João XXIII realizada no dia 27 de abril de 2014 pelo Papa Francisco, "Declaramos e definimos como santos os beatos João XXIII e João Paulo II e os inscrevemos no Catálogo dos Santos, e estabelecemos que em toda a Igreja sejam devotamente honrados entre os Santos", foi a fórmula pronunciada em latim pelo Papa Francisco, após a qual a multidão na praça rompeu em aplausos. Disponível em <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/joao-paulo-ii-e-joao-xxiii-se-tornam-santos-neste-domingo.html>> Acesso em 27/04/1014.

¹⁸⁷ Entrevista com Josefina Ferreira realizada no dia 08/07/2013 no salão da igreja de Nossa Senhora do Rosário.

No mesmo sentido, descreve Sônia a respeito da sua relação com a irmandade e com Nossa Senhora do Rosário:

Entenda uma coisa. Eu vou te falar aqui de todo o meu coração, com toda a fé que eu deposito em Nossa Senhora do Rosário, porque eu tenho histórias pessoais, que posso te falar. Eu estou aqui por ela. Por ela (estende a mão para a imagem de Nossa Senhora do Rosário). Porque gente, eu posso estar do outro lado, quando eu vejo estou aqui, e quando estou aqui alguma coisa vai acontecer para eu ter que resolver.

Vê-se nessas narrativas que a ligação entre os irmãos com os santos padroeiros permanece sustentada pela relação de fé e crença na graça recebida.



Foto19: Altar de Nossa Senhora do Rosário. São Paulo¹⁸⁸. Arquivo da Autora. Em 07/07/2013.

De certo modo, não só os irmãos do Rosário possuem está relação de fé e crença na graça recebida com os santos, mas também os devotos que visitam e se dirigem as várias imagens expostas na igreja de Santa Efigênia. Nesta igreja, irmãos e devotos visitantes, se encontram para agradecer os santos padroeiros da irmandade, os tradicionais santos católicos e os santos de devoção mais recentes. No que se refere aos santos de devoção mais recentes,

¹⁸⁸ Igreja do Rosário da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu- São Paulo. 08/07/2013.

destacamos Santa Bakhita¹⁸⁹, Nossa Senhora da Rosa Mística e Nossa Senhora desatadora dos Nós¹⁹⁰ que se encontram alojadas em um dos altares laterais da igreja entre os santos tradicionais.



HORÁRIO DAS MISSAS

Segunda à Sexta-Feira
7hs:30 - 8hs:30 e às 18hs.

Domingos
às 7hs:30 - 9hs e 10hs:30

Todas as Quartas-Feiras
Missa toda 4ª feira - Nsrª Desatadora - 7h:30 e 8h:30

Toda primeira Segunda-feira e última Quinta-feira do mês.
1000 Ave Marias a partir das 10:00hs

Todo dia 7 de cada mês
Missas em louvor a Nossa Senhora do Rosário

Todo dia 8 de cada mês
Missas em Louvor à Santa Bakhita

Toda primeira Quinta-feira
As missas são em louvor à Santa Edwigens
Inclusive às 12hs e às 15hs.
e Bazar no subsolo da Igreja a partir das 9hs:30

Toda 1ª Sexta do mês
Missas e a Bênção do Santíssimo Sacramento

Todo dia 16 de cada mês
Além das missas normais há missas
às 15hs. Missa pelos enfermos.

Igreja Nossa Senhora do Rosário
dos Homens Pretos de São Paulo
Largo do Paissandu, S/N - Centro - SP
Tel.: 3223-3611 - Tel/Fax.: 3331-1983

Foto 20: Calendário de missas celebradas na igreja de Nossa Senhora do Rosário distribuído pela irmandade. Arquivo da autora. Em 07/07/2013.

No “Calendário de missas”, distribuídos pela irmandade, para a devoção popular a Nossa Senhora desatadora dos Nós é reservado todas as quartas-feiras para a celebração da missa e reza da sua novena¹⁹¹ e todo dia oito de cada mês as missas em louvor a Santa Bakhita.

¹⁸⁹Cf. <http://www.vatican.va/news_services/liturgy/saints/ns_lit_doc_20001001_giuseppina-bakhita_po.html> Irmã Josefina Bakhita nasceu no Sudão (África), em 1869 e morreu em Schio (Vicenza-Itália) em 1947.

Flor africana, que conheceu a angústia do rapto e da escravidão, abriu-se admiravelmente à graça junto das Filhas de Santa Madalena de Canossa, na Itália. O processo para a causa de Canonização iniciou-se doze anos após a sua morte e no dia 1 de dezembro de 1978, a Igreja emanava o Decreto sobre a heroicidade das suas virtudes.

¹⁹⁰Cf. BOURGERIE, Denis. A fita representa a vida de cada devoto que tem nós e a Virgem Mãe está mostrando que pode desatá-los.

¹⁹¹Uma novena é um tipo de oração que a pessoa faz a Deus durante nove dias consecutivos, pedindo a intercessão particular da Virgem Maria, de um santo padroeiro, dos arcanjos ou dos anjos da guarda.

Ao fazer a novena o devoto estabelece a prática da aliança e contrato e, se compromete a retribuir simbolicamente uma vantagem material ou simbólica conseguida ou pretendida (OLIVEIRA, 1985, p. 113ss).

Diferentemente da irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São Paulo a relação estabelecida entre os irmãos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz de Ouro Preto e a devoção a Santa Efigênia, de cor negra e princesa da Núbia, gira em torno da história de uma “visão sobrenatural” da qual foi acometido Chico Rei:

Chico Rei viu uma linda moça de cor negra no alto do morro que lhe pediu para construir naquele local uma Igreja para Nossa Senhora do Rosário e seus irmãos negros, assim após comprar sua alforria e uma mina de ouro construiu a igreja como a moça havia lhe pedido. Mas tarde essa moça, no imaginário dos escravos sofridos teria sido Santa Efigênia¹⁹².

Depois de ouvir outras pessoas narrando à mesma história denominei esta devoção popular a Santa Efigênia de entrelaçada com a de Nossa Senhora do Rosário, pois ao longo do tempo veio sendo venerada desta forma pelos afrodescendentes e continua até os dias de hoje por toda população do Alto da Cruz. Entretanto, Marcelo Henrique Dias Hipólito, negro, historiador autodidata, pesquisador da história local e morador do bairro Alto da Cruz explica que a devoção a Santa deve ser observada também sob o ângulo daqueles que a tem como a intercessora junto a Jesus para a aquisição de uma casa. Assim comenta:

É muitas pessoas vão até a igreja ter devoção a Santa Efigênia, especificamente não a Nossa Senhora do Rosário, mas especificamente a Santa Efigênia, brancos e negros todos, por ela ser a protetora dos sem casas, eles invocam Santa Efigênia pra construir sua casa¹⁹³.

Diante deste comentário retomo a história contada pelo presidente da irmandade quando diz que na visão sobrenatural de Chico Rei, Santa Efigênia, pedia a construção de um templo para Nossa Senhora e para os irmãos negros. No simbolismo desta narrativa os laços

¹⁹² História contada pelo presidente da irmandade Francisco Paulo Santos durante a entrevista realizada no dia 15/01/2013. Ouro Preto, MG.

¹⁹³ Entrevista concedida por Marcelo Henrique Dias Hipólito em 20/03/2008 a Laurimar Gomes da Silva autor da dissertação de mestrado “Irmandade do Rosário dos Pretos de Santa Efigênia do Alto da Cruz proposta de Gestão de um arquivo em Ouro Preto”. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2009.

de proteção entre Nossa Senhora e a princesa Efigênia já estavam estabelecidos e o tempo foi o instrumento para atá-los fortemente pela fé.

Pelo compromisso da irmandade do ano de 1733 pode-se afirmar que a devoção a Santa Efigênia nesta região, remonta ao século dezoito e os filiados da irmandade contam e recontam a mesma história, com a presença de pequenas alternâncias no contexto imaginário com a seguinte:

Contam os mais antigos que uma moça negra apareceu para Chico Rei no alto do morro e pediu que fosse erguida uma igreja para Nossa Senhora do Rosário para que os negros pudessem rezar e dividirem suas angústias. Após sua construção colocaram a Virgem do Rosário no alto do altar-mor e após alguns dias, logo abaixo de Nossa Senhora do Rosário, apareceu como milagre a imagem da moça que Chico Rei tinha visto e que nada mais era que a princesa da Núbia, Santa Efigênia, o que provocou a comoção do povo e o início a sua devoção pelos negros de Vila Rica e que é forte entre os ouro-pretanos de hoje¹⁹⁴.

Corroborando também para o entendimento da devoção à Santa Efigênia em Ouro Preto os seguintes fatos: a Igreja Católica celebra Santa Efigênia como a “Advogada contra os incêndios e protetora das moradias” e a existência na antiga Vila Rica, então capital de Minas Gerais, de um Batalhão da Polícia Militar tendo como padroeira Santa Efigênia devido ao seu triunfo sobre a voracidade das chamas¹⁹⁵. Este batalhão participava ativamente das festividades em honra a Santa Efigênia e a homenageava com sua Banda de Música acompanhando a procissão e também participando com seus militares na missa solene no dia de sua festa.

É importante ressaltar que ao ser transferida a capital mineira para Belo Horizonte, este batalhão foi transferido constituindo o 1º Batalhão de Polícia de Minas Gerais, que atualmente é conhecido como a “Muralha de Santa Efigênia” e seus policiais são os responsáveis por patrulhar a região do Bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte e pela condução de presos. Ainda hoje, militares deste batalhão, comparecem todos os anos nas festividades de Santa Efigênia em Ouro Preto.

¹⁹⁴ História contada pelo presidente da Irmandade Francisco Paulo entrevista realizada em 14/01/2013.

¹⁹⁵ Cf. História da vida de Santa Efigênia.

Disponível em <<https://sites.google.com/site/estudoscatolicos/santuاريو/oracao-santa-ifigenia-casa-propria>> Acesso em 12/09/2013.

Então, a devoção à Santa Efigênia pode ser considerada como um fenômeno tipicamente popular, repassada pelos seus fiéis de geração a geração, porque Santa Efigênia é festejada não só como a santa de devoção dos escravos, mas também como a “santa de devoção dos sem moradia e a santa protetora dos militares” (SILVA, 2009, p.31).

Nessas e em inúmeras outras narrativas, Santa Efigênia, é sempre mencionada. Então, para melhor compreensão da questão, também merecem ser destacados os fatos abaixo.

Desde o início da pesquisa de campo, em janeiro de 2013, percebemos a forte relação que os irmãos entrevistados estabelecem com o passado e principalmente a respeito da crença de que Chico Rei mandou edificar a igreja de Santa Efigênia. Esta lenda histórica se mantém viva através dos relatos dos irmãos da irmandade do Alto da Cruz, faz parte das explicações dos guias turísticos e nas narrativas dos moradores de Ouro Preto. Além disso, se cristaliza nos dizeres da placa afixada em um obelisco na lateral esquerda e, externa da igreja de Santa Efigênia para quem se posiciona de frente para sua escadaria. O texto da placa escrito em duas línguas, a portuguesa e a inglesa, permite a leitura de um número maior de turistas.

O texto diz que:

“Erguida pela Irmandade do Rosário dos Negros Forros, em 1733, a história dessa igreja liga-se a Chico Rei. Segundo a tradição este chefe africano escravizado, conseguiu, com o trabalho na extração do ouro, comprar sua liberdade, de sua família e de sua tribo, que se tornou proprietária da Mina da Encardideira. Na pia de pedra à entrada da igreja, as mulheres negras lavavam os cabelos salpicados de ouro, deixando aí seu agradecimento a Deus. O Altar-mor é de Francisco Xavier de Brito, mestre do Aleijadinho. Rica talha barroca ornamenta os altares dos santos africanos. No dia 06/01, o Reinado do Rosário deixava a igreja e percorria as ruas em meio a danças e festejos, iniciando uma tradição que ainda mantém em algumas cidades históricas de Minas”.

A esta história os guias turísticos de Ouro Preto e os irmãos do Rosário, acrescentam que nos altares da igreja estão esculpidos símbolos africanos como búzios, chifres e conchas do mar e no teto tem a pintura de um papa negro que representa o escravo alforriado Chico Rei. Ao realizar a primeira entrevista no dia 15 de janeiro de 2013, com o senhor Antonio Horta de Paula de 74 anos, viúvo, pai de oito filhos e filiado à irmandade desde 1990 a relação com Santa Efigênia se torna evidente. Senhor Antonio é funcionário da paróquia, trabalha na igreja de Santa Efigênia recebendo os guias e seus grupos de turistas, visitantes

casuais e demais pessoas que procuram informações. Conversamos por um bom tempo antes de começarmos a entrevista o que contribuiu para a espontaneidade durante a sua realização.

Enfim, iniciei a entrevista com o propósito de conhecer o procedimento para entrada dos irmãos nesta irmandade e de saber quais os motivos que os levam a se filiarem nos dias atuais. Então fiz a pergunta:

Senhor Antonio, como se faz para filiar-se nesta irmandade? A sua resposta foi:

“Pode ser convite de outra pessoa, da família, a pessoa tem que interessar para entrar na irmandade, ser devoto de Santa Efigênia, também, né. Quer ser irmão dessa Igreja, os devotos de Santa Efigênia sempre quer ser irmão da Igreja dela, por isso que as pessoas vêm cá, pra ser irmão”.

Fiquei surpresa com a resposta, “a pessoa tem que interessar para entrar na irmandade, ser devoto de Santa Efigênia também”, pois afinal das contas, o meu objeto de pesquisa está voltado para a irmandade de Nossa Senhora do Rosário erigida na igreja de Santa Efigênia. Por um minuto pensei estar no caminho errado, embora estivesse entrado em contato telefônico com a secretária da paróquia e com o presidente da irmandade que confirmaram a plena atividade da referida irmandade. Esperei um pouco para retomar a entrevista enquanto me questionava: “Será que viajei até aqui, tão longe, para não realizar meu trabalho de campo”?

Então, respirei fundo e, procurei me tranquilizar para retomar a entrevista com a seguinte pergunta: Aqui, nesta igreja então tem duas irmandades, senhor Antonio?

Com voz calma ele respondeu que “a irmandade é uma só, mas é que as pessoas tem muita fé em Santa Efigênia. A irmandade tem o nome das duas e também de São Benedito, aqui na festa de Santa Efigênia a igreja fica cheia”.

Prossegui indagando:

Norma: E a irmandade faz festa?

Senhor Antonio: Faz! Tem a festa de Santa Efigênia que termina dia 21 de Setembro e a de Nossa Senhora do Rosário que termina dia 1º de Janeiro.

Norma: A festa de Nossa Senhora do Rosário não é no mês de outubro? Por quê?

Senhor Antonio: Outubro eles costumam comemorar a festa de Nossa Senhora do Rosário, mas na igreja do padre Faria. E até terminou ontem a festa do reinado, né. Aqui é a irmandade que faz.

Com relação à festividade de Nossa Senhora do Rosário ser realizada em primeiro de janeiro, como mencionada acima por senhor Antonio segue as regras estatutárias desde o primeiro compromisso. Atualmente esta festa reúne menor número de devotos e irmãos em comparação com a festividade de Santa Efigênia. As considerações de Marcus Vinícius de Jesus, o mais jovem irmão que entrevistei, apontam para os motivos da redução dos participantes.

Então, a festa de Nossa Senhora do Rosário também ela é antiga, celebrada no início do ano dia primeiro. É uma festa assim, teve uma época que ela foi muito concorrida, agora de uns anos pra cá ela deu uma pequena caída; a gente vê que em janeiro não participa tanto como participava antigamente, mas como agora voltou à tradição da festa de Nossa Senhora do Rosário ou Reinado que é aquele com presença dos congados de fora. Então, agora a de Nossa Senhora do Rosário enche, vêm várias guardas de congas da nossa região de Minas Gerais e até do estado do Espírito Santo. Então, a gente tem duas festas do Rosário no mês de janeiro, a tradicional do **dia primeiro que é a da irmandade e depois é celebrada Nossa Senhora do Rosário, a festa dos congadeiros**, né. Então, a festa que tem mais população, mais pessoas que participam é a tradicional do mês de janeiro, a gente vê, que o povo não sabe, com a modernidade então muita coisa parece que as pessoas estão deixando de fazer. Agora a missa em latim é opcional, essas são tradições antigas, então vejo que a festa de Nossa Senhora do Rosário é uma festa muito bonita, mas o povo hoje com a modernidade não está tendo aquele raciocínio de diferenciar que nós estamos vivendo o passado, mas não é só isso, a gente vê que tá bem avançado (grifo da autora).

Como destacamos na narrativa de Marcus Vinícius são realizadas duas festas, uma da irmandade e a outra dos congadeiros. As colocações a cerca da festa deixa claro que a redução dos participantes não está ligada a redução da devoção, mas sim com questões vivenciadas por outras irmandades. Entre elas está o afastamento dos leigos na participação das ações da Igreja. As festas exteriorizadas que foram condenadas como profanas (as congadas) foram substituídas com a presença dos padres que tinham a função de doutrinar os fiéis com atitudes e festas mais contritas, com missas solenes cantadas em latim (missa da irmandade) com participação dos sacramentos.

Também, ao se referir que a festa em janeiro reúne um número menor de fiéis é possível fazer a ligação com outras atividades religiosas e também sociais no mesmo período. Segundo o pároco Luiz Carlos, as festividades do Natal e de Ano Novo congregam os familiares em suas casas para a ceia natalina, para a distribuição de presente. Da mesma forma, as festividades de Réveillon e também as viagens agendadas para as férias, por si só, faz com que muitos fiéis se ausentem da Igreja neste período. Assim, com o passar do tempo,

outros anseios desfavoreceram a tradição dos festejos a Nossa Senhora do Rosário, que se inicia com o tríduo nos dias 29, 30 e 31 de dezembro e a “festa” é a celebração no dia primeiro de janeiro com a missa festiva, cantada em latim. Por este motivo, os irmãos filiados, mais estruturados na fé cristã e compromissados com Nossa Senhora, organizam a festa e concorrem para que a devoção não se perca no tempo presente. Apesar de Marcus Vinícius dizer que “agora a missa em latim é opcional”, para a irmandade é importante, porque faz parte da tradição imposta pelo catolicismo ultramontano que foi assimilado pelos irmãos do passado.

A segunda festa a qual se refere Marcus Vinícius, “agora voltou” com a “presença dos congados” se inicia no dia seis de janeiro, no Dia dos Santos Reis e chamado de Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia finaliza-se no domingo dia doze ou treze de janeiro conforme o calendário do ano civil.

Participando das duas festas, e analisando no contexto atual da Igreja católica o estigma do sagrado e profano se encontra diluídos, pois a mesma Igreja que proibiu as congadas no Brasil e outras manifestações religiosas, atualmente abre suas portas para estes devotos que podem pertencer ou não as irmandades, mas cujas práticas de devoção aos santos revelam a valorização positiva das relações entre igreja e fiéis. Para afirmar tais considerações utilizei os dois cartazes confeccionados para a festa do ano de 2013 e a programação cultural desenvolvida pela AMIREI e UFOP para este período da festa.

O cartaz abaixo faz alusão à fé do congadeiro, que está diretamente ligada ao compromisso com os santos de devoção e para honrar seus antepassados os mesmos congadeiros levantam a bandeira de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia assumindo o compromisso de devoção por eles iniciado. Neste cartaz/convite, enviado aos grupos de congadas tem como fim reavivar a devoção aos santos padroeiros que participaram do Reinado, não evidenciei nenhum tipo de ação que pudesse ser tomada como profana que em tempos passados fugia ao controle da Igreja católica.

O segundo cartaz traz o registro de todas as celebrações religiosas interagindo com os grupos de Congos. Estes cartazes são afixados nas igrejas e capelas de Ouro Preto como também em estabelecimentos comerciais, na Secretaria de Cultura e em outros lugares de acesso ao público. Todos os eventos foram programados em conjunto com os capitães das congadas, com o presidente da Irmandade, com o pároco e representantes da AMIREI.



Foto 21: Cartaz/convite enviado para os grupos de Congadas das cidades vizinhas à cidade de Ouro Preto para a participação do Reinado



Foto 22: Cartaz com a programação da festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia para 2013. Arquivo da autora.

“A fé que canta e dança” lema dos cartazes do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia trazem nas entrelinhas a reflexão proporcionada pela Teologia da Libertação que no continente latino-americano foi decisiva na descoberta dos pobres como sujeitos do processo histórico.

Nesse sentido, José Geraldo Rocha (2013) aponta que a Teologia da Libertação no continente latino-americano descortinou o rosto do Deus da vida em meio aos pobres, permitindo a modificação do modo de ver a presença negra no cotidiano eclesial. E que somente a partir de uma compreensão teológica que está na raiz dos Agentes de Pastoral Negros, os empobrecidos, oprimidos e marginalizados passam a atuar como sujeitos do processo histórico.



Fotomontagem 23: Lavagem da escadaria da igreja de Santa Efigênia na madrugada do dia 13/01/2013 pelo Grupo de Congo de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, Ouro Preto, MG. Arquivo da autora.

Destacam-se nesta fotomontagem os integrantes do Grupo de Congo do bairro Alto da Cruz, que cantam, lavam e perfuma a escadaria da igreja de Santa Efigênia para a alvorada no domingo, último dia do reinado. Após a lavagem da escada todos os grupos de congadeiros e seus reis Congos se reúnem para receber a benção que será dada pelo padre Luiz Carlos e em seguida seguem até a capela d Padre Faria de onde sai em cortejo em direção à mina da

encardideira, a mina de Chico Rei. Apesar dos integrantes do grupo de Congo, estar vestidos de roupas brancas e lavando com água de cheiro a escadaria da igreja, como as baianas de Salvador, para a lavagem da escadaria da igreja de Nosso Senhor do Bonfim, não podemos afirmar se existe uma relação do candomblé com a religiosidade nestas práticas, mesmo que similares, porque não é nosso objetivo de pesquisa.

3.3 - Papel da Irmandade do Rosário de São Paulo e de Minas Gerais para seus filiados.

Antes de adentrarmos ao tema é preciso deixar claro que apesar do objeto de pesquisa ser duas irmandades de devoção a Nossa Senhora do Rosário o que se pretende ao analisá-las não tem caráter de comparação crítica, visto que a religiosidade, como expressão humana, assim como a religião, vive transformações que implicam outros modos de pensar, agir, e sentir o que denominamos como sagrado. Além disso, cada irmandade tem uma história que a antecede e a atravessa que durante todo o processo de pesquisa foi tratado com respeito, pois mesmo na atualidade, com processos acelerados de tecnologia, não quer dizer que as irmandades pesquisadas se transformaram com a mesma velocidade. Apesar de a análise abranger o mesmo período histórico, as irmandades estão erigidas em espaços geográficos distintos no qual as necessidades sociais, religiosas e econômicas são diferentes.

Após realizar o trabalho de campo na irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo pode-se afirmar que esta irmandade é mais que uma associação. Ela representa uma organização comunal, onde seus membros se estruturam de forma coletiva e centralizada. Atua como associação caritativa, porém não entre os irmanados, pois a maioria dos irmãos encontra-se com a vida financeira equilibrada¹⁹⁶. Contudo, a irmandade tem o compromisso de ajudar as famílias carentes e aos moradores de rua do entorno da igreja no Paissandu. Hoje, para seus filiados a irmandade é instrumento de representatividade social e não o lugar de consolo frente às adversidades da vida. E que a devoção, a fé, o cuidar das coisas de Deus os mantêm unidos e resistentes à frente das lutas contra o racismo, desigualdade social, característica particular dos irmãos do Rosário do Paissandu.

A cada dia a irmandade tem o papel de reforçar em seus irmãos o orgulho e a dignidade de ser negro além de salvaguardar a tradição através da transmissão de valores

¹⁹⁶ De acordo com entrevista concedida no dia 08/07/2013 pela irmã Vanilda Aparecida Costa Silvério no salão da igreja de Nossa Senhora do Rosário. São Paulo.

espirituais e morais de geração a geração e o conhecimento resultante da transmissão oral ou de hábitos inveterados¹⁹⁷.

Nos irmãos do Rosário permanece vivo o ideal de solidariedade que marcou os tristes anos da escravidão, e “a luta hoje é tentar atrair os jovens para dar continuidade ao trabalho da irmandade” como relata o irmão Sérgio Braz. Sarah, sua filha e Rainha Conga deixa transparecer no seu depoimento esse ideal de solidariedade, a sua força jovem, o seu carinho, o seu respeito às tradições e a fé em Nossa Senhora do Rosário.

Meu nome é Sarah Cristina Juliano do Nascimento, sou filha de Sérgio Braz do Nascimento, tenho 36 anos, sou casada, do lar e mãe de um menino. Eu conheci a irmandade num momento de tristeza, em 6 de junho de 1991 na missa de sétimo dia de minha mãe Logo em seguida meu pai se tornou irmão. Entrei para a irmandade e comecei ajudando nos trabalhos voluntários como a distribuição de cestas básicas e atualmente faço os cafés nas festas da igreja. Ainda não tive o privilégio de ter um cargo na irmandade, mas sou a Rainha Conga nas missas e festas aqui da igreja e das outras igrejas representando minha irmandade do Rosário. Devo tudo a essa Irmandade. Ela é tudo na minha vida e de minha família. Sem ela eu não seria nada, pois foi ela que acolheu meu pai viúvo com três filhos. Ela é nossa segunda casa e é muito importante em minha vida e de minha família que eu amo de paixão. Pela Irmandade eu faço tudo. Eu e meu irmão Sérgio somos irmãos do Rosário e também o casal de Reis do Congo, fomos eleitos também para sermos o Rei e Rainha do estado de São Paulo, o casal perpétuo, este cargo será passado de geração em geração em nossa família e a coroação é sempre realizada em setembro no evento chamado de “Revelando São Paulo”, onde somos coroados como o Rei e Rainha da festa do Rosário. Eu me sinto importante, pois não só represento a minha irmandade que tem uma história de superação linda, mas também represento todo meu estado de São Paulo e sinto o carinho das congadas que nos recebem, e principalmente das crianças com coisas simples e pequenos gestos que nos faz muito felizes. É uma honra e orgulho fazer parte dessa Irmandade e desse Reinado. Tenho muito respeito pelos nossos ancestrais e dou muita importância a todos os irmãos, pois se não fossem eles eu não seria quem eu sou hoje. Aprendi muita coisa com eles e graças a Nossa Senhora do Rosário aonde quer que eu vá eu tenho orgulho de levar o nome da minha irmandade.

Percebe-se, no depoimento de Sarah, a marca da tradição religiosa e cultural desta irmandade se revela na festa do Rosário. É nesta festa que a cultura negra se incorpora aos rituais de toda a população com a participação de outros membros da sociedade. Assim, esta

¹⁹⁷ Cf. verbete - Muito antigo, de velha data; profundamente radicado; arraigado Mini Dicionário Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa, 2010, p. 748. Editora Positivo: Curitiba - Paraná. 8ª edição

irmandade cumpre o papel de celebrar, reunir o grupo em torno do culto de devoção, de uma festa e das procissões que realizam.

Através do contato com os irmãos do Rosário de Ouro Preto vivenciei o catolicismo popular, em diálogo com o catolicismo tridentino, o catolicismo ultramontano e o catolicismo renovado, no qual há a abertura da Igreja para as transformações.

Para os filiados que entrevistei a irmandade cumpre com o papel de manter a tradição, do culto a Mãe do Rosário já iniciado na África, onde foi introduzida pelos portugueses, antes de os escravos chegarem ao Brasil.

Um agravante relacionado ao funcionamento da irmandade se deve ao longo período de reforma da igreja, local das reuniões e atividades religiosas, que esteve fechada de 2008 a 2014 para a execução de sua restauração. Durante este período às celebrações religiosas aconteceram na Capela de Padre Faria o que levou a certo afastamento de irmãos das atividades da irmandade.

Para o presidente Francisco Paulo à frente da irmandade por dois anos, não só o período de reforma, mas também, os problemas causados pela administração anterior causaram o desinteresse dos irmãos contribuindo para o afastamento. Porém, para os irmãos entrevistados a irmandade cumpre o seu papel na medida do possível e, ainda consideram a irmandade o refúgio para as aspirações e sentimentos democráticos. Neste sentido, a irmandade se torna o espaço para as práticas religiosas, pois os irmãos participam de modo ativo das atividades da Igreja.

Diante de tantos problemas a irmandade tem o papel de administrar o cemitério da irmandade com responsabilidade e dedicação. Francisco Paulo, o presidente e também o sineiro da igreja há mais de 53 anos, disponibiliza muitas horas do seu dia na organização dos livros de receita, óbitos e na conservação do cemitério. Além disso, nestes dois últimos anos acompanha diretamente a equipe de restauro para que tudo fique pronto dentro do prazo.

Para os irmãos mais velhos a irmandade tem o papel primordial de festejar os santos padroeiros com missas solenes, cantadas em latim. O canto do *De Teum*, um canto de louvor pelas graças alcançadas é muito valorizado. Os shows pirotécnicos são recordados com satisfação, ainda que em séculos passados comprometesse a receita da irmandade. Hoje os fogos são proibidos pela Arquidiocese de Mariana, por orientações do arcebispo metropolitano Dom Geraldo Lyrio Rocha, para que se evitem os grandes incêndios.

O papel da irmandade nos dias de hoje, e também dos párocos, vigários e bispos que celebram na igreja de Santa Efigênia é narrar a história da vida de Santa Efigênia onde a ressignificação da imagem da santa, passa a ser vista como um parente superior que por suas

atitudes na terra foi santificada. E por ser parente e, Santa os devotos podem contar com sua intercessão junto a Deus nos seus momentos difíceis. A importância dada à Santa Efigênia torna-se extremamente visível durante sua festa nos dias do tríduo, 19, 20 e 21 de setembro e, no dia 22, nas celebrações das quatro missas descritas no Capítulo 2.

Durante a pesquisa relatos apontaram opiniões diferentes entre os irmãos sobre o papel desempenhado pela irmandade atualmente. Entretanto, de modo geral, os irmãos julgam ser importante pertencer a uma irmandade, pois este pertencimento tem haver com a preservação da tradição. De certo, não podemos considerar como homogênea a razão para a filiação na irmandade, a não ser com a devoção a Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia.

A análise que se segue exprimem as opiniões selecionadas nos trechos das entrevistas de quatro depoentes de faixa etária diferente.

Marcus Vinícius de Jesus, 27 anos de idade, frequenta a igreja de Santa Efigênia desde 2006, como paroquiano e pertence à irmandade há seis meses.

Norma: Por que você entrou na Irmandade?

Marcus Vinícius: Eu nasci em Belo Horizonte, mas moro aqui já tem 23 anos e a gente vê que essa questão de fé, de irmandade, de ter essas tradições é muito forte e todo ouro-pretano sente vontade de engajar em alguma obra aqui relacionada à tradição e eu vim assim. Eu sou apaixonado por esta irmandade pelos seus cantos em latim, pela missa solene e entrar nessa irmandade é fazer parte da história de Ouro Preto, porque a irmandade está na história de Ouro Preto.

Senhor Antônio Horta de Paula, 67 anos e pertence à irmandade há 23 anos:

Norma: Por que o senhor entrou na Irmandade?

Senhor Antônio: Eu entrei porque minha esposa estava doente e eu então entrei pra ver se ela entrava junto comigo. Ai aconteceu que ela não veio, eu entrei, continuo sendo irmão e ela não conseguiu entrar, acabei enterrando ela um ano depois, ela morreu, ela acabou sendo enterrada na gaveta.

Norma: É bom pertencer à irmandade senhor Antônio?

Senhor Antônio: É ótimo, né. É bom. É uma maneira de ajudar a igreja, né. E também um lugar que a gente tem certeza que tem um lugar quando a gente vier a falecer, aonde a gente ir.

Norma: Por que é certo que há lugar quando falece um irmão?

Senhor Antônio: A gente paga. É para entrar agora paga 60 reais para assinar o livro e 15 reais por ano. Agora esses 15 reais pode não ser definitivo né, que sempre aumenta quando tem aumento de salário.

Francisco Eduardo de Almeida, 36 anos de idade e pertence à Irmandade há 21 anos.

Norma: Você pode contar sobre sua participação atualmente como irmão?

Francisco: Sim. Não deixo de participar do dia de Santa Efigênia e, às vezes, de Nossa Senhora do Rosário. Além disto, compareço às eleições da Mesa Administrativa. Nunca assumi cargo na mesa, pois, como terceiro carmelita, sempre me dediquei mais à Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo. Não sou um participante ativo. Mesmo porque, no meu conhecimento, a irmandade, atualmente, não tem criado momentos de reuniões e discussões. Mantenho as minhas anuidades em dia e, diariamente, invoco a proteção de Santa Efigênia. Ultimamente, por estar residindo em Mariana, a minha participação na irmandade se tornou mais difícil.

Norma: Porque você entrou nesta irmandade?

Francisco: Para ter a proteção da Virgem Maria e Santa Efigênia na minha vida e me permitir ajudar, mesmo que timidamente, a manter viva a cultura e a religiosidade em Ouro Preto.

Norma: Como você descreve as atividades realizadas pela Irmandade?

Francisco: Atividades tímidas e que não possibilitam o crescimento espiritual e cultural de seus membros. Parece a irmandade se limitar, hoje, a “um consórcio habitacional para após a morte”. Poderia contribuir muito mais para a difusão dos valores religiosos, da devoção a Santa Efigênia e da cultura ouro-pretense.

Senhor Paulo Francisco dos Santos, atual presidente da irmandade, 79 anos de idade e pertence à irmandade há 54 anos.

Norma: Por que o senhor entrou para a irmandade?

Senhor Paulo: Na 4ª vez que ele se casou (referindo-se ao avô) é que ele ficou viúvo pela 4ª vez, que ele ficou sozinho então minha mãe que era filha dele. Minha mãe pediu para eu morar com ele lá, então já estava meio de idade debilitado, aí eu fui morar com ele e ele me trazia aqui pra igreja com meus 10, 12 anos, ele me trazia aqui na igreja, naquela época né. Aí ele faleceu e eu dei continuidade a conservação como voluntário e trabalhei muito aqui, depois atingi a maior idade porque menor não pode pertencer a Mesa Administrativa, a irmandade lá, aí irmandade em si, tem que ser Mesa Administrativa, então eu passei a zelar pela igreja como voluntário. Assim que eu passei a maioridade eu comecei a participar da Mesa Administrativa, eu já fui mesário aqui diversas vezes, e já fui irmão de mesa, já fui tesoureiro, já passei pelos cargos todos. Hoje eu sou Juiz Presidente da irmandade pela 2ª vez, mas nas outras ocasiões eu participei da mesa nos outros cargos. E sempre estou aqui e tem mais ou menos, foi mais ou menos em 49.

Norma: A família do senhor sempre pertenceu à irmandade?

Senhor Paulo: Toda família sempre pertenceu à irmandade

Norma: Senhor Paulo o senhor pode contar porque são cobradas as anuidades dos irmãos?

Senhor Paulo: A gente tem um sistema na irmandade de uma contribuição anual, é anual, hoje está em torno de 15 reais por ano, para conservação da igreja, comprar os paramentos, pra comprar velas, limpeza da igreja, quando ela está em atividade total, porque ela agora esta em restauração, não sei se você sabe disso né. E quando ela está em atividade total ela tem outras despesas, tem missas, tem casamentos, tem outros eventos, tem batizado, tem reuniões, tem gente que pede a igreja para essas coisas, reuniões, quando se trata de reuniões religiosas né. Então tem esses gastos ai que a gente fala. Então dos 2500 quase 3000 irmãos inscritos lá dentro no arquivo que fazem esses pagamentos de 15 reais por ano é onde a gente tira esse dinheiro para conservar o cemitério e depois no final, tem o sepultamento de graça, que é o caminho de todos nós, é esse né. Então tem ai, a pessoa inscrita como irmão, não importa o tempo, ele tem o sepultamento de graça, e quando a pessoa não quer ser irmão, não quer participar da irmandade paga uma quantia de dois salários mínimos para sepultar, 4 horas antes do sepultamento. Hoje corre ai por 1.244,00 reais. Agora aumentou, vai aumentar um pouquinho né. Norma: Então pode ser enterrado também aqui quem não é irmão? Senhor Paulo: Pode mais só pagando esse valor de dois salários mínimos. Esse que é o critério da irmandade.

O sentido de pertença é comum na fala dos quatro entrevistados e a devoção faz parte do cotidiano de todos eles, porém a preocupação em ter um lugar para ser sepultado é evidente não só neste pequeno trecho, mas em toda a entrevista realizada com senhor Antônio e com o presidente senhor Paulo. Nos trechos escolhidos das entrevistas os dois irmãos deixam transparecer que o principal papel desempenhado pela irmandade é: “Dar um enterro digno aos irmãos do Rosário”, tradição mantida a mais de 280 anos.

Para Marcus Vinícius e Francisco o papel desempenhado pela irmandade deveria se voltar para a espiritualidade, para a devoção aos santos, para garantia da proteção da Virgem Maria e Santa Efigênia, para a difusão dos valores religiosos, e maior participação nas missas solenes. Francisco apesar de estar em dia com seus anuais, não demonstra a preocupação em ter um lugar para o sepultamento, mais sim certa insatisfação ao dizer: Parece a irmandade se limitar, hoje, a “um consórcio habitacional para após a morte”.

Apesar da escolha destes quatro depoentes para o registro nesta dissertação no que se refere à questão da importância da irmandade na hora da morte a consulta do Livro de Entrada dos irmãos nº 21¹⁹⁸ nos fornece dados que se cruzam com a insatisfação do irmão Francisco Eduardo. Na análise do livro, comprovei que foram filiados à irmandade no ano de 2012, 88 irmãos, sendo 39 homens e 49 mulheres, inclusive entre eles moradores de outras cidades. Todos estes 88 irmãos inscritos em 2013 e os anteriormente inscritos tem o direito a sepultura

¹⁹⁸ Termo de abertura em 09/07/2001 e Termo de encerramento em 09/01/2013 com todas as páginas rubricadas e numeradas de 001 a 146.

(cova rasa). É bom lembrar que atualmente gira em torno de 2500 filiados à irmandade. No Livro de Sepultamento, iniciado em 1955, porém sem número de identificação, foram registrados 41 sepultamentos no ano de 2012 e, sendo 7 deles registrados somente no mês de junho de 2012, portanto foram sepultados quase a metade dos inscritos em 2012. Para um cemitério que tem 223 sepulturas disponíveis, embora com ainda corpos sepultados, e entre estas 223 algumas sepulturas são perpétuas, acredito que ocorra a remoção de restos mortais para o ossuário com grande frequência. Embora esta análise, ainda que em caráter superficial, demonstra o porquê da colocação do irmão Francisco Eduardo: Parece à irmandade se limitar, hoje, a um consórcio habitacional para após a morte.

Para Laurimar Gomes da Silva (2009), está irmandade é guardiã da memória da história social e cultural da cidade de Ouro Preto, por ter na sua formação escravos e ela fornecer subsídios a serem resgatados como elementos identitários e positivados, no sentido de preservar a cultura étnico-religiosa. Para o autor a necessidade de um arquivo adequado para seus livros é fundamental para se preservar a sua história.

Após analisar os relatos destes irmãos e as considerações expostas por Laurimar, acreditamos que o futuro da irmandade encontra-se ameaçado pela falta do interesse das novas gerações. Quiçá, após a reabertura da igreja de Santa Efigênia, à devoção a Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia se fortaleça, que a prática da oração do rosário possa reaproximar os irmãos que se encontram afastados e que o interesse do local a ser sepultado deixe de ser o veículo para a entrada dos irmãos.

3.4- Irmandade do Rosário de São Paulo: espaço de múltiplas ações.

A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Largo do Paissandu em São Paulo é propriedade da irmandade, que preserva a memória da escravidão, porque a igreja foi o espaço no século XIX para preservar a cultura africana, abrigar os escravos fugitivos e para realização de reuniões abolicionistas.

Segundo a historiadora Antônia Quintão, no século XIX, muitas irmandades foram transformadas em locais de encontro, em discussão política, em espaço de luta e resistência (2009, p.103-104). Hoje, no século XXI, no momento presente registramos que nesta irmandade “há o momento das missas, há o momento do encontro, onde os irmãos ali

reunidos rezam o terço em louvor à padroeira e muitos irmãos estão envolvidos nos debates contra a discriminação racial”¹⁹⁹.

Estas considerações tem como fim, despertar o olhar de outros pesquisadores para as irmandades do Rosário que foram estudadas desde o período colonial até o século XX com o propósito de entender seu funcionamento, a contribuição para a formação da sociedade, a solidariedade entre os irmãos, o sincretismo religioso e tantos outros aspectos. Estas irmandades em cada canto do Brasil estão vivas, atuantes, mesmo que discretamente, ou com ousadia como a do Rosário dos Pretos de São Paulo. No processo de resistência, de maneiras diversificadas e mais modernas as irmandades são espaços de lutas e múltiplas ações que não deixaram de existir. Dentro deste contexto de lutas e ações a igreja do Rosário do Paissandu e filiados à sua irmandade faz parte da tradicional “Marcha Noturna pela Democracia Racial” em São Paulo. Como eles se manifestam na “Marcha Noturna pela Democracia Racial”?

O engajamento as ações populares a favor do negro se deve a proximidade dos irmãos do Rosário de São Paulo a padre José Enes de Jesus, presidente do Instituto do Negro Padre Batista. Através dele os irmãos aderiram a Marcha Noturna (passeata), movimento realizado na noite do dia 12 de maio numa tentativa de denunciar o sofrimento do negro nos dias de hoje. Hoje o dia 13 de maio não é festejado pela irmandade como a data que representa a libertação dos negros no Brasil pela Princesa Isabel. A Marcha Noturna e a celebração da Missa Afro são realizadas no dia 13 para que os negros não se esqueçam de que ainda não existe democracia racial e que a luta continua. E ainda afirma padre Enes que “É só ver que o negro ainda não ocupa postos significativos em empresas e no poder. Os negros só vencerão os desafios com investimento em educação”. Em 2014 a Marcha Noturna completa a sua 18ª edição e é, realizada pelo Instituto do Negro Padre Batista, Uneafro, CUT e sindicatos filiados, além da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, entre outras entidades. A cada ano tem aumentado o número de instituições e movimentos negros engajados nesta marcha pacífica mais reivindicatória e, a abolição inacabada é lembrada na região central, passando por pontos históricos significativos para a população negra.

A marcha geralmente inicia-se às 22 horas saindo da igreja da Boa Morte, próxima a Rua Tabatinguera, região da Praça da Sé, onde havia um Pelourinho instalado no século XVII. Em seguida percorre as ruas do centro velho de São Paulo lembrando as lutas empreendidas pelo povo negro e expressando manifestos pela promoção da igualdade racial. Chega ao Largo do Paissandu às 24:00 horas onde num gesto simbólico todos se dão as mãos para

¹⁹⁹ Deixo este registro porque no convívio com esta irmandade foi possível comprovar que a oração, a luta, a resistência é a herança deixada pelos antepassados.

abraça na igreja do Rosário dos Homens Pretos. Este é um gesto de gratidão à irmandade pela sua importância na luta pela liberdade dos negros na época da escravidão no país.

Participando destes eventos os negros do Rosário não desistem da luta por dias melhores, e a insistência em celebrar sua fé e vislumbrar um futuro melhor está relacionada à memória de seus antepassados, que embora coisificados ao chegarem ao Brasil, conseguiram redefinir suas identidades.

A irmã Sônia Pereira em sua entrevista retrata a importância da igreja e da irmandade para os negros de São Paulo assim:

A igreja de Nossa Senhora do Rosário e a irmandade nela erigida tem uma importância muito grande para a população negra de São Paulo, pois com sua história de mais de 300 anos, a Capela traz junto consigo uma história de luta, preservação e perseverança de uma etnia tão discriminada pela sociedade, mostrando que nós negros somos capazes de realizar e edificar sonhos²⁰⁰.

Da mesma forma enfatiza a importância da irmandade na sua vida pessoal dizendo:

Na minha vida pessoal e espiritual a irmandade tem muita importância, pois foi frequentando as reuniões que alguns valores que eu tinha foram modificados, pelo lado espiritual obtive um crescimento significativo sendo espiritualista, sempre gostei de conhecer outras culturas religiosas, mas nas minhas andanças acabei descobrindo que todas elas não importando qual o seguimento passam pelo Catolicismo, o que muda é simplesmente a maneira de cultivar²⁰¹.

Durante toda a pesquisa desenvolvida sobre irmandade do Rosário Paissandu desde o seu início em 1711 até os dias atuais nos permite considerar que esta irmandade foi e continua sendo um espaço de múltiplas ações, que seus membros procuram estar sempre em sintonia com os projetos de valorização do negro na sociedade paulistana e brasileira, no culto e devoção a Nossa Senhora do Rosário e a preservação das tradições culturais africanas na celebração da missa afro.

Segundo a pesquisadora, Maria do Carmo dos Santos (2006, p. 24), a partir da sua análise sobre a história da vivência religiosa dos irmãos do Rosário nesta irmandade, afirma

²⁰⁰Entrevista concedida no dia 10/07/2013 pela irmã Sônia Pereira, no salão da igreja de Nossa Senhora do Rosário. São Paulo.

²⁰¹ Idem.

que esses irmãos imbuídos da fé em Nossa Senhora do Rosário e aliados a outros fatores, entre eles a identidade étnica e a esperança geraram “resiliência” (2006, p. 24)²⁰².

Na concepção desta autora (2006), os irmãos desta irmandade são resilientes, porque se reconstroem continuamente dentro deste mesmo processo de desconstrução do ser homem, mulher negra e de sua cultura que se “supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro”. Assim:

Eles desenvolvem alguns mecanismos de proteção como a autoestima elevada, determinação, confiança, sociabilidade, capacidade de abstrair sentidos positivos e reconhecer com efetivo o suporte do grupo. Além de poder contar com a possibilidade de estruturação de vínculos novos e (re) estruturar os antigos o que favorece o desenvolvimento do espírito de mudança de algo dinâmico, não estático (SANTOS, 2006, p. 28).

Nesta mesma perspectiva Fábria Barbosa Ribeiro destaca que o mundo mental do africano destaca como valor mais alto a comunidade, assim está irmandade tem consciência de que cada indivíduo funciona como uma peça fundamental de um todo e a importância que ela tem na construção da teia de relações, pois sua identidade é criada a partir das relações que mantém com a coletividade e o sujeito (irmão) é aquilo que seu grupo lhe permite ser (2008, p. 3).

O que também está em jogo entre os irmãos do Rosário, são o respeito e consideração aos seus ancestrais através da memória que se faz presente na fala dos irmãos, bem como através de quadros, imagens de santos e na história recontada pelos seus membros. A narrativa de Dona Josefina, filiada na irmandade há mais de trinta anos, reflete sua preocupação com pessoas que assumem cargos na irmandade com irresponsabilidade com o passado.

²⁰² Resiliência significa voltar ao estado normal, e é um termo oriundo do latim *resiliens*. Resiliência possui diversos significados para a área da psicologia, administração, ecologia e física. Portanto, resiliência é a capacidade de voltar ao seu estado natural, principalmente após alguma situação crítica e fora do comum. Na área da psicologia, a resiliência é a capacidade de uma pessoa lidar com seus próprios problemas, vencer obstáculos e não ceder à pressão seja qual for a situação. A teoria diz que resiliência é a possibilidade do indivíduo de tomar uma decisão quando tem a chance de tomar uma atitude que é correta, e ao mesmo tempo tem medo do que isso possa ocasionar. A resiliência demonstra se uma pessoa sabe ou não funcionar bem sobre pressão. Disponível em < <http://www.significados.com.br/resiliencia/> > Acesso em 18/09/2013.

A gente respeita muito os que já estiveram aqui antes de nós. Mas não são todos, tanto é que já tiraram uma vez os quadros com os retratos deles. Teve uma juíza que passou por aqui tirando, e aí a gente fez com que voltasse o quadro no lugar. Porque se não fosse eles na época, a gente sabe que era tudo mais difícil para os negros. Se eles não dessem opinião, não colocasse a posição deles, nós não tínhamos essa capela. Essa igreja é da irmandade e graças a eles, por isso que eu acho que eles têm que ficar aí, num tem que tirar. A irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos tem mais de 300 anos marcado de resistência e luta por quer preservar sua igreja, símbolo da religiosidade e identidade, através do qual eles se inseriam na sociedade da época²⁰³.

Nas entrevistas constatamos a luta dos irmãos pela preservação de seu espaço sagrado e da religiosidade, que continua presente no século XXI, diante da cidade que vivencia as grandes manifestações dos últimos tempos, os conflitos da multidão que toma conta das ruas, avenidas e viadutos, diante de bombardeiros entre manifestantes e policiais.

Em suma, o que encontramos nestes irmãos do Rosário foi a força do ser negro diante de várias tentativas de destituição da pessoa negra, na sua característica original de ser humano. Eles não mataram aqueles que os escravizaram, nem aquela que os libertou. Da Princesa Isabel os irmãos falam bem, são gratos, mas se espelham na figura de Zumbi, homem que para o grupo, verdadeiramente lutou pelo povo e buscam força na sua história para continuarem participativos das lutas diárias. A fé em Nossa Senhora do Rosário sempre aliada à esperança gera uma força interior capaz de impulsionar e resistir à pressão da reforma da Igreja Católica no Brasil não encerrando assim suas atividades religiosas.

Assim os negros, que influenciaram a fé, a cultura e o modo de vida dos brancos, depois de muito tempo conseguem também influir na esfera política e econômica do país. Vale citar que a primeira deputada negra de São Paulo Theodosina Rosário Ribeiro²⁰⁴ foi uma irmã do Rosário dos Homens Pretos.

Para Jean Nascimento, um dos irmãos que ocupou o cargo de Juiz Presidente, nas festividades dos 300 anos da irmandade no ano de 2011 prestou o seguinte depoimento a Revista Raça Brasil:

²⁰³ Entrevista concedida pela irmã Josefina Ferreira no dia 10/07/2003.

²⁰⁴ Theodosina Rosário Ribeiro foi à primeira deputada negra da Assembleia Legislativa de São Paulo. Nasceu em 29 de maio de 1930 na cidade de Barretos (SP). Quarenta anos depois, em 1970, a maior cidade da América Latina a elege como primeira vereadora negra da Câmara Municipal de São Paulo. E, em 1974, a primeira deputada negra da Assembleia Legislativa do Estado, onde ocupou também o cargo de vice-presidente. Theodosina formou-se em filosofia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de Mogi das Cruzes, e advogada, pela FMU-Faculdades Metropolitanas Unidas. Na vida pública, teve quatro candidaturas vitoriosas - uma como vereadora e três como deputada estadual. Ela se tornou uma referência e estímulo para as negras e os negros. Depois dela, outras mulheres negras se engajaram na vida pública.

A Irmandade desenvolve um trabalho de preservação da cultura negra. Afinal, foi neste espaço que nasceram os mais importantes eventos dedicados à comunidade negra: Bonequinha do Café, o famoso Clube Aristocrata, bailes, além do importante movimento político, intitulado: Frente Negra, o maior movimento político negro de São Paulo. Um de seus idealizadores, Justiniano Costa foi também juiz-provedor da Irmandade. A participação das mulheres, eleitas pelas mesas administrativas, exercendo o cargo de rainha e de juíza, foi um dos marcos revolucionário da participação feminina na história do Brasil²⁰⁵.

Enfim, a convivência com esta irmandade durante a pesquisa de campo ofereceu subsídios que comprovam a permanência de parte das suas tradições, o sentimento de pertença e, pelo fato de ter completado 303 anos de atividade, demonstra a sua integração social enquanto grupo e, conscientes de sua identidade se colocam como parte integrante e atuante da sociedade paulistana.

3.5- Chico Rei, irmandade do Rosário do Alto da Cruz, Ouro Preto: identidade e memória.

Ao iniciar a pesquisa de campo na cidade de Ouro Preto, particularmente na irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz, através das entrevistas fiquei a frente do passado de um grupo de pessoas que na maneira de ser, trabalhar, sentir, expressar sua fé, e conscientes que no estudo da vida dos irmãos e sobre o comando de Chico Rei é que se construiu a história da irmandade do Alto da Cruz. A análise objetiva do passado desta irmandade, respeitáveis autores já o demonstraram através de suas pesquisas acadêmicas, relacionadas aos rituais de morte, ao passado geográfico de Minas Gerais, na análise de registros paróquias, na organização e seu funcionamento e até mesmo uma pesquisa de proposta de gestão de um arquivo documental para sua preservação. Entretanto, não há registro da própria história da irmandade escrita por um dos irmãos como encontramos na irmandade do Rosário dos Pretos de São Paulo, cujo autor é Raul Joviano do Amaral, ex- presidente da irmandade, já falecido. Em Ouro Preto a irmandade do Rosário conserva os livros de registros de atas, receitas, entrada de irmãos, óbitos que estão em perfeito estado para manuseio e consulta com permissão do juiz presidente.

²⁰⁵ Disponível em < <http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/160/artigo240617-1.asp/> > Acesso em 20/02/2013.

Embora, nas civilizações e culturas africanas a tradição oral tem um papel fundamental, que de acordo do Amadou Hampaté Bâ (1973) o relato dos eventos passados, as lendas, as poesias, tudo é guardado pela memória coletiva. A verdadeira modeladora da alma africana e arquivo de sua história estão se perdendo com a morte dos irmãos mais velhos e, por certo desinteresse por parte de alguns irmãos que se filiaram, apenas para ter o lugar certo para ser sepultado. Podemos então perceber que parte da história e cultura do povo negro muito se perdeu na travessia do Atlântico, quando, estrategicamente, o colonizador branco misturou os vários tipos de etnias com a finalidade de impedir a comunicação entre elas (CUNHA, 2004, p. 28), e continua a se perder em terras brasileiras pela falta de registros pelos sujeitos da própria história.

Os negros que aqui chegaram como escravos foram forçados ao batismo na Igreja católica, a maioria dos negros perdeu o nome, perdeu sua identidade e como não eram mais donos da sua vida perderam também a sua história. Contudo um novo processo histórico estava por construir porque a religião veio com os negros quando foram trazidos como escravos e as raízes se espalharam pelo Brasil, mesmo considerando que na travessia muitos negros morreram e com isto levaram os segredos consigo (JOAQUIM, 2001, p. 25).

Neste sentido, Maria Salete Joaquim (2001) afirma que a religião foi a primeira forma de resistência dos escravos, e a África forneceu elementos que vieram contribuir às necessidades do Novo Mundo, criando assim os estilos de vida do negro na América portuguesa. Consideramos então que cada negro apesar da repressão reconstruiu a sua identidade se utilizando da religião católica ou do candomblé para a construção de sua nova identidade individual e social. Mas, vejamos agora as irmandades como o espaço que asseguravam aos negros um local para a reelaboração de sua identidade, mas de uma maneira que também lhes interessava o que incluía a oportunidade de encaminhar a sua própria leitura do catolicismo, desde que dentro de limites aceitos.

Nossa abordagem crítica não tem a intenção de fazer juízo de valor ou discriminar a vivência religiosa da irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Ouro Preto. Importa salientar e evidenciar a relação desta irmandade com a figura de Chico Rei na reconstrução da identidade destes irmãos. Através da reconstrução do passado, com apoio na memória do grupo pertencente a esta irmandade, tentamos entender o valor que Chico Rei representa como elemento formador de identidade, desde a sua origem.

Em primeiro lugar, para falar de Chico Rei e sua relação com a irmandade do Rosário foi preciso indagar sobre quem foi Chico Rei: Chico Rei é uma lenda, é um mito ou é uma história?

Um estudo sob a perspectiva comparativa entre as várias narrativas podem dar início a reflexões mais detalhadas a partir do que julgamos ser correto.

Para escolhermos as três como resposta o referencial tomado por base é a memória popular de vários atores, com trajetória de vida diferente, mas que apresentam convergências relevantes, ao narrar sobre Chico Rei. Vamos nos deter na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia como um lugar de memória no qual os objetos de memória que ali se encontram estão envoltos na imaginação e nas lembranças ou estão investidos de uma aura simbólica. Assim, vamos iniciar com olhar mais atento as respostas do depoente senhor Antônio (69 anos) um dos irmãos entrevistados que podem revelar inúmeros diálogos. As palavras de senhor Antonio nos comprovam o que Nora em sua conceituação de lugar de memória, nos afirma que, qualquer aparência material, e isto vale para o espaço da Irmandade, está repleta de valor simbólico e tudo torna-se objeto de um ritual.

Norma: O senhor acha que foi importante os negros lá no início, como o senhor disse, lá em 1733 eles terem construído esta igreja?

Senhor Antônio: Pra eles foi ótimo e também até hoje né, está sendo último (útil) né, para o povo ouro-pretano né. É a cultura africana né. Então é muito importante pro Brasil, né. Até as lembranças deles, da religião deles, que é o símbolo da religião deles que é o Candomblé, né.

Norma: Mas o candomblé é praticado aqui dentro da Igreja?

Senhor Antônio: Não, não é. Que dizer eles só puseram como a fé, eles tem a fé deles né. Então eles puseram como lembranças.

Norma: E onde eles deixaram estas lembranças aqui?

Senhor Antônio: Tem, naquele altar ali, né. E tem o papa negro, né.

Lá em cima, no altar mor. Por cima do altar mor, o papa é negro.

Os símbolos africanos que se refere senhor Antônio são: as conchas, os búzios e os camarões esculpidos nos altares e o papa negro seria a representação de Chico Rei.

Norma: O senhor sabe quem teve a iniciativa de fazer esta Igreja?

Teve alguém que liderou?

Senhor Antônio: É o Chico Rei, né.

Norma: Foi o Chico Rei? (admirada)

Senhor Antônio: Foi o Chico Rei, o Chico Rei. (resposta rápida)

Norma: Então isso não é lenda não?

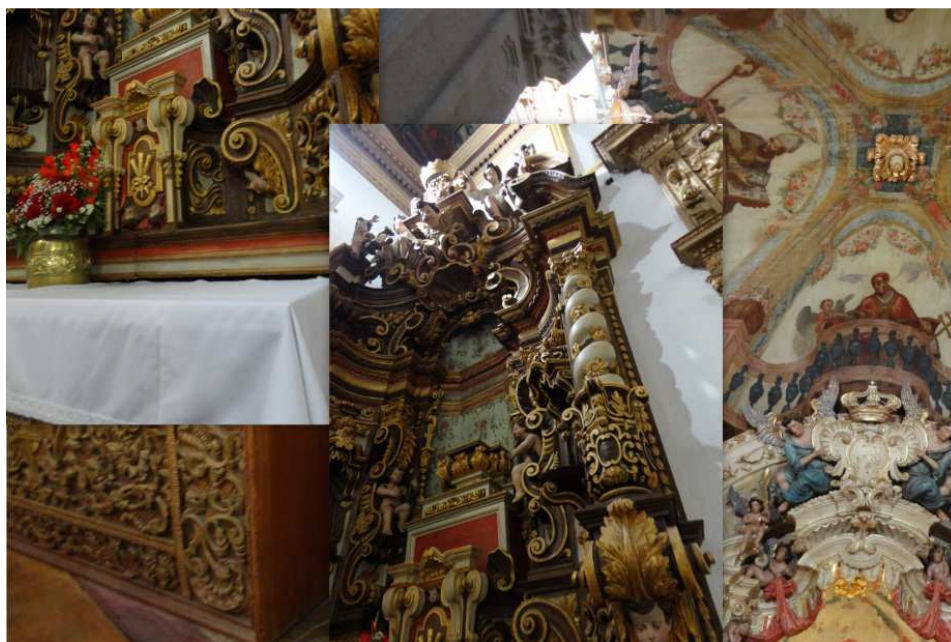
Senhor Antônio: Não, não, tem uma placa ali que explica né.

(aponta o dedo em direção ao adro da igreja onde fica a placa)

Da maneira como foram respondidas as perguntas por senhor Antônio, percebemos que Chico Rei constitui um elemento importante na definição positiva da identidade dos irmãos do Rosário, que perpetuam a memória africana, as crenças, os símbolos (por eles chamados de lembranças). Também é possível considerar que os africanos e seus

descendentes que se congregaram na irmandade do Rosário ao entrarem em contato com outras influências culturais acabaram por reelaborar as suas.

Portanto, para senhor Antônio Chico Rei é, e não deixará de ser, o escravo bom que construiu a igreja de Santa Efigênia para a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia e para os escravos e forros.



Fotomontagem 24: Detalhes africanos nos retábulos e altares²⁰⁶. Arquivo da autora. 15/01/2013

Sem documentação que comprove a veracidade da história de Chico Rei, ela vem sendo contada por gerações e gerações com tamanha riqueza de detalhes que a sua história de vida cativou não só os negros como outras pessoas que o transformou em tema de romances, filme e enredo de escola de samba²⁰⁷.

Encontramos várias narrativas sobre Chico Rei que apesar de apresentarem pequenas alterações visto que é contada e recontada por narradores diferentes, que suprimem fatos ou acrescentam outros, onde a memória individual através da oralidade cria e recria a história de Chico Rei selecionamos quatro delas.

²⁰⁶Entalhados nos retábulos e altares laterais (conchas, búzios, camarões) e no teto ao centro a pintura representativa de Chico Rei como o papa negro. 16/01/2013. Arquivo da autora.

²⁰⁷ Livro sobre Chico Rei: Chico Rei- de Agripa de Vasconcelos. Editora Itatiaia. 1966.

Filme: Chico Rei - Direção Walter Lima Junior. 1985. Samba Enredo: Chico Rei - Compositores, Geraldo Babão, Djalma Sabiá, Binha. Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro. 1964.

Assim a primeira narrativa escrita tem como fonte: Palavras Negras em Lavras Novas de Marcus de Nilo, Dicionário Brasil Colonial 1500-1808.

A lenda de Chico-Rei nos conta que a origem das festas do Congado está ligada à Igreja Nossa Senhora do Rosário, situada na antiga Vila Rica (Ouro Preto). Segundo a lenda, o escravo batizado com o nome de Chico-Rei, viera da África com outros membros de sua família. Na sofrida viagem, rumo às Novas Terras, Francisco perdera a mulher e seus filhos, com exceção de um. Chico-Rei se instalou em Vila Rica e com o passar do tempo, com as economias obtidas no trabalho aos domingos e dias santos, conseguiu a alforria do filho. Posteriormente, obteve a própria alforria e a dos demais súditos de sua nação que lhe apelidaram de Chico-Rei. Unidos a ele, pelos laços de submissão e solidariedade, adquiriram a riquíssima mina da Encardideira. Casado com a nova rainha, a autoridade e o prestígio do "rei preto" sobre os de sua raça foi crescendo. Organizaram a Irmandade do Rosário e Santa Efigênia, levantando pedra a pedra, com recursos próprios, a Igreja do Alto da Cruz. Por ocasião da festa dos Reis Magos, em janeiro, e na de Nossa Senhora do Rosário, em outubro, havia grandes solenidades típicas, que foram generalizadas com o nome de "Reisados". Nestas festas, Chico-Rei, de coroa e cetro, e sua corte apareciam lá pelas 10 horas, pouco antes da missa cantada, apresentando-se com a rainha, os príncipes, os dignatários de sua realeza, cobertos de ricos mantos e trajes de gala bordados a ouro, precedidos de batedores e seguidos de músicos e dançarinos, batendo caxambus, pandeiros, marimbás e canzás, entoando ladainhas.

Segundo a narrativa mencionada acima, podemos inserir que as lendas que envolvem negros, pelo simbolismo que encerram, são de interesse geral e revelam nas lacunas e entrelinhas, as tensões causadas pela escravidão negra, na Província das Minas e no Brasil, assim, em todas estas lendas uma figura se destaca e em Ouro Preto é Chico Rei.

A seguir, segundo Antônio Joaquim Barbosa Mascarenhas²⁰⁸ (1995), historiador autodidata e baseando na obra de Agripa Vasconcelos diz ser Chico Rei um mito comumente acionado por outras comunidades, principalmente na região central de Minas Gerais, como referência ao surgimento do Congado, ritual lúdico religioso e performático bastante disseminado na região.

Em linhas gerais, aqui Chico Rei é narrado como Mito de origem e entidade: os herdeiros de Chico Rei²⁰⁹ da comunidade negra de Pontinha situada no município de Paraopeba, Minas Gerais, formada por uma parentela composta por cerca de 240 núcleos

²⁰⁸ Cf. Antônio Joaquim Barbosa Mascarenhas, apud ALVARES, 2007, p.9.

²⁰⁹ Cf. ALVARES, Ricardo. 2007. Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Este trabalho partiu de outro, escrito em 2007 para a Reunião Equatorial de Antropologia, que ocorreu em Aracaju, modificando-o e discutindo outros aspectos que naquela oportunidade não foram contemplados.

familiares totalizando, aproximadamente, 2000 pessoas (ÁLVARES, 2007, p.6). Segundo Ricardo Álvares esta versão sobre a origem da comunidade foi bem aceita e incorporada pelos moradores, que chegou a ser matéria de reportagem da Revista IstoÉ em 1998. Além de herdeiros de Chico Rei, atualmente a comunidade se autoidentifica enquanto quilombolas, mobilizando-se etnicamente a este respeito e buscando a regularização mais ampla de seu território²¹⁰.

Chico Rei teria sido o Rei africano Galanga, do Congo, escravizado pelos portugueses e vendido, em 1740, junto com o único filho sobrevivente à trágica travessia do Atlântico (as mulheres - esposa e filha de Chico Rei inclusive - teriam sido jogadas ao mar, durante uma tempestade), como escravo a um proprietário de uma mina de ouro em Vila Rica, atual Ouro Preto, em Minas Gerais. Trabalhando incessantemente, Chico Rei conseguiu comprar a própria liberdade, a do filho Muzinga e de todos os seus súditos, reconstruindo o seu reino em plena Vila Rica, após comprar a mina da Encardideira, considerada esgotada por seu proprietário. Após a morte de Chico Rei, em 1781, Muzinga, seu único filho sobrevivente, teria juntado casais amigos, antigos súditos do pai, para migrar com vários potes de ouro em busca de uma terra na qual pudessem viver em paz e produzir seus próprios alimentos. Migrando em direção ao norte, pela margem do rio Paraopeba, chegaram ao município de Pompéu, onde conheceram um padre chamado Moreira que lhes vendeu uma “pontinha” de suas terras, daí o nome da Comunidade. Daí, também, o sobrenome da maior parte dos moradores da Comunidade: Moreira. Estes casais teriam se fixado neste local, onde hoje vivem seus herdeiros. Portanto, os moradores de Pontinha seriam, na verdade, herdeiros de Chico Rei²¹¹.

A vida de Chico Rei, portanto é cheia de nuances, e até agora se desdobrou como o edificador de igrejas e irmandades, o criador do congado, e agora após essa narrativa, o catalisador necessário para o reconhecimento de comunidade remanescente de quilombos.

Agora vamos analisar a narrativa da vida de Chico Rei no ponto de vista da historiadora Margareth Monteiro, promotora cultural do Museu da Inconfidência, que de

²¹⁰ Atualmente a Comunidade de Pontinha se encontra mobilizada para a regularização fundiária de seu território de acordo a legislação existente, o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 ou o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, Em 02 de março de 2005 recebeu a “Certidão de Autoreconhecimento”, emitida pela Fundação Cultural Palmares, e o processo de regularização se encontra aberto na superintendência regional do INCRA.

²¹¹ Segundo esta versão de Mascarenhas, 1995 apud Artigo Mito de origem e etnicidade: os herdeiros de Chico Rei Ricardo Álvares – UFMG- 2007, p.9-10.

início diz que é fundamental que permanentes estudos sejam feitos para traçar, com detalhes, a trajetória de Galanga, do Congo ao Brasil²¹².

Vê-se que é necessário realizar o caminho de volta do navio negreiro pelo Oceano Atlântico na tentativa de encontrar documentos, narrativas sobre Galanga em África e outros indícios que possam auxiliar na reconstrução do seu passado.

Em continuidade ao assunto, segundo Margareth tudo começou assim:

No início do século XVIII, no auge do Ciclo do Ouro em Minas, quando os colonizadores portugueses partiram para a África a fim de capturar os negros e fazê-los escravos nas minas, garimpos e aluviões. Havia escassez de mão de obra na mineração e o comércio se intensificava com o Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Os chamados navios negreiros transportavam famílias inteiras e tribos que viajavam no convés. Em 1739, o rei Galanga, sua mulher, a rainha Djalô, e os filhos, Muzinga e Itulo, partiram da terra natal no navio Madalena e, durante uma tempestade, “para aplacar a ira dos deuses do mar que ameaçavam afundar a embarcação”, os negros mais fracos foram lançados ao mar. Nesse grupo, estavam Djalô e a filha, Itulo. Foi assim, em clima de desespero, que Galanga e Muzinga chegaram ao Rio. No batismo católico, Galanga ganhou o nome de Francisco e foi com ele que chegou a Ouro Preto, ao lado do filho, depois de vendidos num lote de escravos ao major Augusto, proprietário da Mina da Encardideira, no Bairro Antônio Dias. O escravo não esmoreceu, conseguiu juntar seu ouro, migalha a migalha, comprando a sua liberdade e a de Muzinga. Reza a tradição oral que o metal foi juntado de forma bem criativa: Chico Rei e outros escravos escondiam o ouro em pó entre os cabelos e depois os lavavam na pia batismal da igreja, sendo acobertados pelos padres. Depois de liberto, Chico Rei, como já era aclamado devido aos gestos de solidariedade, comprou a Encardideira e ainda alforriou os amigos que vieram com ele no Madalena. A vida religiosa, representada pela devoção, a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Santa Efigênia, esteve presente na vida do ex-monarca africano em Ouro Preto. Junto com outros negros, ele construiu, em 1785, a igreja dedicada às santas no Bairro Alto da Cruz. Nessa mesma época, foi criada a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e de Santa Efigênia, a maior de Minas nos tempos coloniais. Coroado rei no templo católico, Galanga se considerou vingado pela morte de Djalô e da filha Itulo. Até então, os negros não podiam ser enterrados nos cemitérios católicos, que ficavam dentro ou no entorno das igrejas. Esse era um direito exclusivo dos brancos. Então, o novo templo ganhou espaço para o sepultamento dos escravos. Dessa forma, eles poderiam ter o corpo repousando eternamente como um ser humano, ser um cidadão. A edificação da igreja permitiu ainda que os negros realizassem as suas festas, com as danças e cantos em louvor às santas protetoras. No fim do século XVIII, aos 72 anos, Galanga morreu em Vila Rica de hepatite, mas seu filho herdou o posto de rei do congado.

²¹² Cf. Gustavo Werneck- Publicação: 20/10/2012 06:00 Atualização: 20/10/2012 07:09h. Em meio a festas consagradas a Nossa Senhora do Rosário, em ritmo de congado Ouro Preto revive hoje, com uma peça de teatro, a figura do escravo que comprou sua liberdade. Disponível em <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/10/20/interna_gerais,324537/conheca-a-nobreza-de-chico-rei-em-ouro-preto.shtml> Acesso em 12/05/2013.

Ao finalizar sua narrativa, Margareth complementa dizendo: “A tradição é tão viva, que é impossível que tudo isso não tenha sido verdade”²¹³.

Neste cenário de tantas narrativas, Dom Barroso, bispo emérito de Oliveira que já foi citado nos capítulos anteriores, durante sua entrevista deixou registrada sua opinião a respeito de Chico Rei quando conversávamos sobre a irmandade do Rosário do Alto da Cruz ter como patrimônio uma casa próxima e a igreja de Santa Efigênia.

Norma: A irmandade é proprietária da casa paroquial?

Dom Barroso: De início ela é da irmandade, a irmandade cedeu para o padre e mais ainda, não só a casa, a igreja é da irmandade. (risos)

Norma: A igreja é da irmandade? (fiquei surpresa com está revelação)

Dom Barroso: A igreja foi construída pela irmandade do Rosário e por sinal é histórica, porque é da história de Chico Rei.

Norma: Isso é verdade?

Dom Barroso: Não isso é lenda.

Norma: É lenda?

Dom Barroso: É lenda, mas lenda histórica. Todas as histórias contam isso. (risos)

Norma: É eu tenho visto isto. Mas, alguns não acham que é lenda.

Dom Barroso: Ó, ó, os que acham que não é lenda como comprovam? Os que acham que não é lenda como comprovar que é verdade?

Norma: Eu também queria encontrar algum documento, alguma coisa que provasse a existência de Chico Rei.

Dom Barroso: Que eu saiba não tem. Que eu saiba não tem. E gente que ainda tá vivo que diz que levava o ouro também não tá não né? (muitos risos)

Norma: Não tem, pois é que levava ouro no cabelo (risos)

Dom Barroso: Não! Não! Eu levei muitas vezes. (muitos risos).

É uma coisa que tem que passar contando como lenda histórica, porque aqui em Ouro Preto tem muita lenda histórica, né, muita lenda histórica, mas já entrou para a história, né, então é uma lenda, mas é uma lenda histórica, diferente de qualquer lenda ai.

Dentro deste contexto, após a análise mesmo que superficial destas narrativas, pois outras tantas foram encontradas e arquivadas, pois tornaria exaustivo e não pertinente à pesquisa, podemos dizer que as problematizações acerca de Chico Rei não foram totalmente esclarecidas. Após ouvir a fala dos irmãos entrevistados da irmandade, as explicações dos guias turísticos, o depoimento de Jeferson morador do bairro Alto da Cruz e as considerações feitas por Dom Barroso, até o momento final desta pesquisa, concluímos que a resposta certa

²¹³ Cf. Gustavo Werneck em 20/04/2012, às 20h, no anexo do Museu da Inconfidência, na Praça Tiradentes, onde foi apresentada a peça (marionetes) Chico Rei pelo grupo Terno Teatro com participação do Congado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia. Em cena, a trajetória do escravo que comprou a sua liberdade.

para esta pergunta pode ser: Chico Rei é uma lenda e/ou é um mito e/ou é uma história, depende do olhar do sujeito histórico. Chico Rei para uns, trata-se de lenda, pela falta de documentação, mas outros garantem que é pura história, pois a tradição oral manteve o seu nome sempre em alta e há registro de feitos importantes atribuídos a ele e outros negros, como a construção da igreja de Santa Efigênia e de Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz. Chico Rei também é um mito, porque ele é passível de construção, reconstrução e atualização²¹⁴.

A irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia se encontra num processo de movimentação onde o passado e o presente, a cultura e a religião estão sendo reestruturados a partir do ano de 2011, quando foi eleita uma nova Mesa Administrativa para assumir frente à irmandade os problemas administrativos causados pela mesa anterior. Da mesma forma as questões relacionadas à espiritualidade da irmandade também vem sendo reestruturada com a presença de padre Luizinho que tem sido fundamental para os irmãos que se mantiveram firmes na devoção a Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário.

Apesar de a irmandade ter o quadro de associados acima de 2500 filiados, segundo o juiz-presidente, em dia de reunião de assembleia a frequência fica entre 180 a 300 irmãos, dependendo da pauta da assembleia. E para as atividades da irmandade no dia a dia o número de irmãos é ainda mais reduzido e os irmãos assíduos atribuem a falta de interesse das gerações mais novas por ser uma instituição dirigida por pais ou avós ou outros parentes.

Esta irmandade se tornou ao longo do século XVIII um espaço de representação e de construção de identidade, uma vez que a escolha da filiação estava intrinsecamente ligada a fatores étnicos e a devoção a um santo negro como símbolo de identidade. Da mesma forma foi à irmandade que mais se destacou com relação à compra de alforrias, com as festas e procissões pomposas e barulhentas (BORGES, 2005); e cuja devoção a Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário levou a construção de uma igreja tão ricamente adornada como as igrejas das Ordens terceiras. Hoje, caminha a passos pequenos, através da participação do resgate da Congada de Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário do Alto da Cruz, que vem cumprindo o papel de unir os irmãos na celebração de seus santos padroeiros.

Percebemos ao conviver com os irmãos mais idosos o firme propósito de cumprir com os compromissos e deveres de irmãos, além do cumprimento do pagamento dos anuais e fiéis a devoção. Contudo, encontramos em outros irmãos apenas o interesse de estar irmanado para

²¹⁴ Cf. Mitos e mitologia <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/protagoras/links/mito.htm>

ter a garantia de ser enterrado como os irmãos do passado, mas não demonstram fervor devocional como estes mesmos irmãos.

Particularmente, no contexto atual desta irmandade, não é possível afirmar que a “identidade negra” que leva ao grupo a luta por discursos referentes à “tomada de consciência” pelo afro descendente da sua particularidade étnica que se elabora com ações discursivas da diferença “racial” (Silva, 2010) estejam sendo articuladas, pois o estatuto reformulado em 1996, no que se diz respeito ao nome da irmandade o termo “Homens Pretos” foi retirado. Não acredito que seja por razões de racismo, mas por não ser a questão étnica o principal fator de agregação.

Somente os filiados que mantêm a relação com o passado, com seus ancestrais e que contam e recontam a lenda história de Chico Rei, continuam zelando para que a igreja esteja sempre arrumada para os dias de festas como também o cemitério. Para estes irmãos a lenda de Chico Rei conta sobre a esperança dos negros pela liberdade e de toda uma luta durante o ciclo do ouro, que tem como um exemplo, o líder criado a partir de uma história de perda da identidade cultural; mas que recriou no Alto da Cruz o seu reinado como forma de resistência a forma de escravidão vivida por ele e seus irmãos.

Apesar dos irmãos acreditarem na resistência de Chico Rei a escravidão e ser ele o edificador da igreja de Santa Efigênia e ereção da irmandade a qual pertencem, nos festejos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário eles ao que parece não participam ativamente da guarda de Congo. A sua maioria é formada por moradores do Alto da Cruz, devotos de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia e, assumem a frente da devoção popular, enriquecendo as celebrações das missas na igreja de Santa Efigênia.

Não podemos deixar de ressaltar que os processos de reagrupamento e reelaboração das raízes africanas se deram de forma conflituosa e oprimida pelo poder do catolicismo, no período da escravidão, que impunha a cultura mítico-religiosa cristã e buscava reprimir e substituir os elementos de matriz africana.

Entretanto, o reinado de Chico Rei no Alto da Cruz é lembrado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais com as seguintes palavras:

Dos heróis, podemos citar Chico Rei (patrono do congado, herói símbolo do reconhecimento que propomos), que, apesar de deportado do Congo como escravo, conquistou sua liberdade e a de mais de 400 negros escravos nas minas de ouro de Vila Rica. Não podemos deixar de citar ainda Chica da Silva, mulher negra que deixou sua marca na história mineira, Ambrósio e

outros tantos que a história suprimiu e são nossos referenciais de luta até aos dias atuais. Esses vultos poderiam tornar-se marca dos negros, a partir do momento em que os revivêssemos em homenagens. Quem já assistiu à entrega dessas medalhas confirma as estatísticas de que os afrodescendentes são menos de 1% dos privilegiados com as comendas. Então, “cadê” nossos negros? Quem é rei nunca perde a majestade. [...] Por estas considerações, curvamo-nos diante do legado de contribuições de Chico Rei e vários afrodescendentes na formação histórica de Minas Gerais. Assim, conclamamos os nobres pares a aprovarem esta proposição. Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Direitos Humanos para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno²¹⁵.



Foto 23: Estatueta alusiva à representação de Chico Rei afixada Encardideira aberta à visitação pública. Foto da autora. 16/01/2013.

Chico Rei assim, não é uma lenda, não é um mito, não é uma história. Agora Chico Rei é comenda e a cerimônia de entrega da Comenda da Liberdade Chico Rei, será realizada anualmente no dia 20 de novembro, como parte das comemorações do Dia da Consciência Negra, de cujo calendário oficial passa a fazer parte.

Em suma, esta pesquisa foi realizada com a história local com auxílio da história oral, que se sustenta de memórias individuais e coletivas, em um espaço delimitado como menor,

²¹⁵ Cf. Publicação da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/68995838/al-mg-12-04-2014-pg-5>> Acesso 12/06/2014.

onde se manteve o estabelecimento de continuidades e de diferenças, através de histórias lidas a partir de diferentes sujeitos históricos, das histórias silenciadas e das histórias que não tiveram acesso à História.

3.6- Zumbi, irmandade: identidade e memória.

Para adentrarmos nas questões proposta pelo subtítulo deste item é preciso nos localizar no tempo e no espaço. O espaço escolhido foi a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu e o tempo o cenário contemporâneo da irmandade nesta igreja instituída; cuja história representa a expressão cultural e religiosa no que concerne ao espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965).

Este Concílio teve como objetivo modificar as atitudes da Igreja em relação ao mundo, passando da atitude de condenação e indiferentismo para assumir as esperanças e alegrias do povo em sua dinâmica pastoral (SANTOS, 2011, p. que 107). Fica evidente na Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, que o Concílio Vaticano II faz a abertura da Igreja para o mundo através de seus documentos e constituições renovadores, trazendo uma nova perspectiva de diálogo com o mundo. Assim temos:

Fiel à própria tradição, simultaneamente consciente de sua missão universal, ela pode entrar em comunhão com as diversas formas de cultura, donde resultará um enriquecimento tanto para a Igreja como para as diferentes culturas (GAUDIUM et SPES, 1982, p. 210).

Vale destacar o caminho apontado através das Conferências²¹⁶ realizadas na América Latina através do CELAM²¹⁷ no espírito do Concílio que inspira a Igreja a configurar um

²¹⁶ “As conferências marcam uma caminhada com trigo e joio: Medellín (libertação), Puebla (comunhão e participação), Santo Domingo (inculturação) e Aparecida (missão).” Quem faz essa reflexão é o doutor em Teologia Fundamental e integrante do Conselho Indígena Missionário (CIMI) Paulo Suess, em entrevista concedida por e-mail à revista IHU On-Line. Segundo ele, todas as Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano impregnaram também um caráter sacramental, um caráter indelével na Igreja latino-americana, como a opção pelos e com os pobres e a libertação. “Esse caráter indelével aparece mais na microestrutura eclesial do ‘povão’ do que nas instâncias hierárquicas”, destacou. Neste “sentido, Suess enfatizou que temos uma grande responsabilidade de continuar essa caminhada “,sobretudo por causa dos pobres e por causa dos nossos mártires que deram a vida pelo povo pobre e as causas do reino”.

CF.<http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2015&secao=267>
Acesso em 12/08/2013.

rosto próprio para a Igreja do Brasil, incentivando um novo olhar para a cultura popular. Em Medellín se lança o olhar para a realidade da América Latina de cultura diversificada, sofrida e marcada pela pobreza e opressão de sua gente. Nesta Conferência a Igreja começa a ver o próprio rosto e a reconhecer as riquezas de suas expressões populares como portadoras de riqueza e de valores culturais evangélicos. Nas suas conclusões indica como ponto de partida a compreensão das manifestações populares:

Ao ajuizar sobre a religiosidade popular não podemos partir de uma interpretação cultural ocidentalizada, própria das classes médias e altas urbanas, sim do significado que a religiosidade tem no contexto da subcultura dos grupos rurais e urbanos marginalizados (MEDELLIN, 1984, p. 69).

Na Conferência de Puebla a Igreja reafirma sua opção profética preferencial e solidária pelos pobres, afirmando no número 1134 a “necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua libertação” (PUEBLA, 1983). Podemos dizer que os bispos e os presbíteros, a partir destas conferências responderam positivamente as recomendações do Concílio Vaticano II o que já é possível perceber através da queda dos registros de circulares proibitivas e atritos frontais entre os padres e os fiéis.

Retomando a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo onde os atores que estamos investigando embora não pertençam ao *métier* como historiadores profissionais, elaboram saberes e conhecimento histórico e religioso que no contexto contemporâneo estão arraigados no seio da sociedade paulistana, mesmo que tenham sido (in) visibilizados por muitos séculos por esta mesma sociedade.

A igreja do Rosário dos Pretos o espírito suscitado pelo Concílio Vaticano II e os resultados das Conferências Latino-Americanas foram abraçados pelos irmãos que escrevem sua própria história desde a sua ereção, quando para sua legitimação necessitaram de um Estatuto para aprovação eclesiástica e temporal estabelecida pelo regime de padroado. Agora além de manter a relação com o passado é preciso contar a história a partir de novos recortes distintos, e através do conhecimento elaborado pelos irmãos no mesmo espaço, porém em

²¹⁷ Cf. Pesquisa sobre Congada e Reinado: história religiosa da irmandade negra em Jequitibá, MG. Carlos Roberto Moreira dos Santos. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião (2011, p. 107 a 109). Disponível em < http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencReligiao_SantosCR_1.pdf > Acesso em 15/03/2013.

tempos diferentes. Na perspectiva de “cultura histórica” para estudar as irmandades na atualidade foi necessário estabelecer vínculos com os atores desta história para entender os aspectos que os irmãos enfatizam como relevantes ou quais selecionam para uma nova abordagem da história, bem como aqueles que relegam a sombra do esquecimento.

Por este ângulo de observação, os irmãos do Rosário, relega ao esquecimento o sofrimento de seus ancestrais quanto ao cativo, mas os enaltece diante das lembranças das fugas para os quilombos como forma de resistência ao regime de escravidão no Brasil. Além disso, através da abertura realizada pela Igreja que diz da “necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua libertação” (PUEBLA, 1983) e; sustentados pela fé em Nossa Senhora do Rosário a protetora dos negros, a identificação com a figura histórica de coragem, resistência e luta de Zumbi e aos referenciais com a Mãe África reconstrói a sua identidade negra.

O convívio com os irmãos, principalmente durante as entrevistas e nas celebrações religiosas foi fundamental para o estabelecimento da história oral que aborda a memória que seleciona a partir de critérios seletivos de lembrança e esquecimento.

As considerações sobre a história da cultura, da religião, da memória e da identidade individual e identidade coletiva reconstruída destes afrodescendentes, não foram analisadas sob a ótica folclorista. Vamos então, conhecer um pouco da história de Zumbi:

Zumbi foi um dos grandes líderes do quilombo dos Palmares situava na região do atual estado de Alagoas, mas na época integrava a região da Bahia. Esse Quilombo chegou a ter em média 29 mil habitantes. Distribuía-se em mocambos com um poder central na Serra da Barriga. Várias foram às investidas dos senhores e da Coroa portuguesa para destruir esse quilombo. Palmares tornou-se um efetivo espaço de busca da liberdade à reelaboração de relações sociais, políticas e econômicas. Dentre suas lideranças destacam-se Aquilone, Dandara, Ganga Zumba, Zumbi. Francisco foi o nome cristão de Zumbi, o herói brasileiro que mais vitórias obtiveram nos combates da nossa história. Zumbi foi capturado na região de Palmares, onde nasceu. Tinha então, seis anos de idade, sendo criado por um padre português, que o ensinou a ler e escrever, inclusive em latim. Também, aprendeu a desenvolver as atividades de coroinha, na igreja. Contudo, com idade de 15 anos, ele foge, retornando a Palmares. Era o ano de 1670. Passou então, chamar-se Zumbi e transforma-se num excelente estrategista militar, e em pouco tempo assume a liderança do quilombo dos Palmares, substituindo Ganga Zumba. Em Palmares Francisco recebeu um novo nome e se tornou sobrinho de Ganga Zumba, na concepção africana de família. Zumbi morreu no ano de 1695, um dos grandes, líderes do Quilombo dos Palmares. (SEDUC/MT, p.2).

Na leitura da história de Zumbi, não o identificamos como um devoto de Nossa Senhora do Rosário, apesar de ter sido criado por um padre português entre seis anos de idade até a idade de quinze anos, com quem aprendeu a ler e escrever, inclusive em latim e aprendeu a desenvolver as atividades de coroinha, na igreja. Se analisarmos Zumbi neste contexto, a ideia que temos é que ele tinha vida tranquila, sobre os cuidados de um padre zeloso, ao qual foi ingrato ao fugir aos quinze anos retornando a Palmares de onde foi capturado.

Estas são as indagações após as considerações expostas acima:

Qual a relação da história de Zumbi com a Igreja? Qual a relação dos irmãos do Rosário do Paissandu com a história de Zumbi?

A primeira pergunta quem responde é a Constituição pastoral *Gaudim et Spes* que impulsiona a Igreja a ir ao encontro da cultura do povo para reconhecer seus valores e riquezas. Não só reconhecer, mas assumir as esperanças dos povos e com elas se identificar, para a Igreja significa adotar um novo espírito.

A aplicação desta Constituição pastoral em relação ao objeto de nossa pesquisa pode ser reconhecida no Capítulo 2, dedicado ao estudo da religiosidade nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário. Nas missas inculturadas afros, as festividades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito com a participação de Rei e Rainha Congos comunicam o espírito proposto pela Constituição pastoral *Gaudim et Spes*.

É preciso deixar claro que essa nova postura da Igreja vivencia conflitos para que haja uma adesão total, os padres mais tradicionalistas apresentam certa resistência, assim como os próprios católicos enraizados na Igreja dos concílios anteriores. Apesar de tudo, a partir da década de 1970 segundo Henrique Cristiano José Matos (2010), a Igreja no Brasil vem avançando no sentido da revalorização da religiosidade popular. Neste sentido, tem crescido a convicção de que não se trata de ignorância religiosa ou de formas degeneradas do catolicismo, mas de maneiras diferentes de viver a mesma fé.

Entretanto, a Igreja sozinha não conseguiria convencer todos os povos a respeito da valorização das diversas culturas e sua religiosidade, pois vivemos o pluralismo religioso. Então, as reivindicações sociais dos movimentos de liderança negra através de passeadas e outras manifestações públicas, provocou o desencadeamento de reuniões no Congresso Nacional para a criação de leis específicas que resguardasse o direito de igualdade racial aos negros. Assim foi que a África e Zumbi entraram nas Escolas através da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a inclusão do ensino da história da África e afro-brasileiros na

educação básica e ensino superior, propondo uma nova leitura do continente africano e dos afrodescendentes.

Verificamos assim que a posição da Igreja Católica em relação à valorização da cultura e religiosidades de todos os povos e sua mudança em relação ao mundo se antecede através do Vaticano II (1962-1965) a sociedade legitimada pelos seus governantes e a frente das propostas curriculares das escolas brasileiras.

Nas escolas a finalidade da lei é de conhecer e estudar sobre a contribuição negra na formação do país, ampliando os conhecimentos da nossa própria história. Em decorrência de preconceitos, muitos personagens negros, não foram estudados na história do país, muito menos abordados nos livros didáticos. Dessa forma, conhecer sobre a história de homens e mulheres africanos e afrodescendentes no Brasil auxilia na desconstrução das ideias racistas e no silenciamento sobre as contribuições culturais, científicas e intelectuais importantes na construção da identidade. Com a criação da Lei 10.639/01/2003 foi instituído o Dia da Consciência Negra, a ser comemorada no dia 20 de novembro, data do falecimento de Zumbi.

Esta data além de homenagear Zumbi, um dos símbolos da luta negra, e é um dia dedicado especialmente a uma reflexão nacional sobre a situação sócio-política e econômica da população negra, bem como sobre a sua participação fundamental na história e cultura brasileira. A Igreja celebra neste dia da Consciência Negra a missa Conga ou a reza dos Libertos²¹⁸ que põe em diálogo a liturgia da igreja católica e a religiosidade popular. As cidades que mantêm a tradição das Guardas de Congo são estas guardas que se preparam para entrar na igreja e o passado - tão presente - traz à lembrança as porta do templo, sempre fechadas aos fiéis de pele negra. O capitão da guarda faz o lamento, e perto dele permanece um jovem, que será futuramente o conhecedor das palavras sagradas. Nas cidades que não possui a tradição das guardas pode ser rezada a Missa Conga onde o coral da igreja canta músicas propostas pelos Agentes da Pastoral dos Negros.

Mas por que celebrar a missa da Consciência Negra?

A explicação do porque celebrar a Missa da Consciência Negra faz parte de um documentário realizado com o padre Antonio Luciano do Santuário São Judas Tadeu da cidade de São Paulo, através do blog²¹⁹ criado para contribuir com a divulgação da Missa Inculturada da Consciência Negra, que será realizada no dia 20 de novembro de 2011.

²¹⁸ Disponível em < http://www.unicamp.br/folclore/folc6/missa_conga.html > Acesso em 04/10/2013.

²¹⁹ Cf. Blog que foi criado para contribuir com a divulgação da Missa Inculturada da Consciência Negra, que será realizada no dia 20 de novembro de 2011, às 14h30, no Santuário São Judas Tadeu (Av. Jabaquara, 2682 - ao lado da estação São Judas do Metrô).

Podemos analisar sobre dois pontos de vista: o histórico e o espiritual. No ponto de vista histórico é para dizer que o negro quando foi trazido para o Brasil e ele trouxe sua religião, sua religiosidade e aqui no Brasil não era permitido a eles celebrar conforme sua própria cultura, conforme a sua tradição. Eles trouxeram elementos da sua própria cultura e acabaram aculturando-os dentro do cristianismo.

No ponto de vista espiritual é para dizer que o negro quando foi batizado recebeu o Espírito Santo e esse Espírito Santo de Cristo agiu em cada um deles e eles não conseguiram ser diferentes dos brancos, pois perante Deus todos nós somos iguais. Hoje a Igreja acolhe os negros com sua cultura, com suas histórias, e assim celebram dentro da paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Cristo a sua libertação, e tudo isso se realiza na missa, por isso teremos esse momento bonito do Espírito Santo para darmos às mãos e caminharmos juntos. Assim a Igreja celebra a missa inculturada em comemoração ao Dia da Consciência Negra, dia que lembramos a morte de Zumbi dos Palmares. Zumbi batizado com o nome de Francisco é considerado um dos grandes líderes de nossa história. Símbolo da resistência e luta contra a escravidão, que lutou pela liberdade de culto, religião e prática da cultura africana no Brasil Colonial.

A explicação de padre Antonio Luciano contribuiu neste contexto para o entendimento de como os padres vem tratando, neste caso, o povo negro através das missas inculturadas no contexto histórico e espiritual.

Assim, entendemos que a irmandade é o local de construção e (re) construção de identidade onde a memória estabelece estas construções de (re) construções. A partir deste ponto vamos tentar identificar através das respostas dos depoentes que a memória deste grupo entrevistado em parte está relacionada a situações que não vivenciaram, mas que herdaram dos seus antepassados.

Assim, a memória se torna seletiva, pois nem tudo guarda, nem tudo registra e as preocupações do presente é que ajudam na seleção e reestruturação da memória. Neste caso, para estes irmãos destacamos que a memória é um fenômeno construído pelo indivíduo de forma consciente e inconsciente, em um trabalho constante de organização onde ele grava, recalca, exclui de maneira individual ou pelo grupo do qual faz parte. Sob este aspecto vamos analisar as respostas das irmãs entrevistadas Sônia Pereira e a Rainha Conga Sarah a respeito da irmandade.

Norma: Qual a importância da igreja de Nossa Senhora do Rosário para a população negra nos dias de hoje?

Sônia: Uma importância muito grande, pois com sua história de mais de 300 anos, a Capela traz junto consigo uma **história de luta, perseverança e**

preservação de uma etnia tão diferenciada pela sociedade, mostrando que os negros são capazes de realizar e edificar sonhos. (grifo da autora)

Encontramos na fala de Sônia o exercício de construção da memória associado à identidade segundo Michael Pollak (1992, p. 9).

Se, podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata de memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Esta imagem, nada mais é que a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida pelos outros.

Na fala de Sarah podemos ainda identificar o que Pollak nos diz a respeito da memória como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, além de ser um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou um grupo na reconstrução de si.

Norma: Qual a função do casal de Reis do Congo na Irmandade?

Sarah: Além de sermos irmãos tanto na irmandade e na vida real nós **levamos o nome da irmandade** e mostramos que **nós ainda existimos** e estamos **mais unidos do que nunca** e mostramos para as pessoas que mesmo com os problemas e as dificuldades estamos **firmes e fortes**. (grifo da autora)

Reunindo as palavras que foram destacadas em negrito nas respostas de Sônia e Sarah encontramos o sentimento de inferioridade substituído pelo orgulho de ser negro, que é um dos pilares da construção de um novo lugar do afro-brasileiro no conjunto da sociedade. Isto confirma que uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos.

Estas mesmas palavras podemos encontrar na trajetória de vida do herói de Palmares, Zumbi, porém a irmandade o considera como o negro que transformou Palmares no efetivo espaço de busca da liberdade da reelaboração de relações sociais, políticas e econômicas.

Então, impulsionada por minha curiosidade perguntei para a irmã Sônia qual a relação que os irmãos mantêm com a Princesa Isabel e Zumbi. Para responder esta e outras perguntas Sônia deixou claro que suas respostas seriam pessoais e não coletiva. Assim, obtivemos as seguintes respostas:

Sônia: Acredito que para a Irmandade seja a referência de liberdade em épocas e papéis diferentes Princesa Isabel pela assinatura da Lei Áurea alforriando os negros e Zumbi pela luta propriamente dita, lutando ao lado do povo pelo povo. Acredito na influência histórica, mais pela necessidade de apoio e consolidação da etnia, na procura de espaços onde realmente pudessem se sentir livre como Zumbi.

Norma: Como Zumbi é lembrado pela Irmandade?

Sônia: Ele é lembrado em nossas missas afro, mas em épocas pontuais como o dia da Consciência Negra. Zumbi não é Santo para ser cultuado, no máximo homenageado.

Norma: Vocês irmãos quando se reúnem conversam sobre a Mãe África, como uma parcela de negros que se remete ao Continente Africano?

Sônia: Os irmãos mais antigos têm mais dificuldades para falar sobre esta temática, mas a maioria fala sim.

Estas respostas traduzem que Zumbi é importante no contexto da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, mas os irmãos se encontram unidos pela devoção a Nossa Senhora do Rosário. Contudo, os irmãos mais velhos foram influenciados pela diversidade de elementos culturais africanos presentes no Brasil, que no passado permitiram a composição desta instituição e que, vem com o passar dos anos, engajando nos movimentos sociais da população negra como seus ancestrais em relação à luta e resistência contra as ações do dominante sobre os dominados.

No cenário contemporâneo segundo Maria da Conceição dos Santos “a memória é elemento fundamental e o sonho gera esperança - dá sentido à existência- [...] que suscitam ação e as virtudes libertárias, tais como identidade, luta e resistência também presente na memória [...] se manifestam através das ações (2006, p. 111)”. É possível identificar estas virtudes libertárias no ressoar da fala da Rainha Conga Sarah, quando diz: “Nós ainda existimos. Estamos mais unidos do que nunca. Firmes e fortes.”

Em síntese, homens e mulheres se articularam, e continuam se articulando para a preservação da memória, da religiosidade, da identidade coletiva e cultural, da etnia e de todo o patrimônio material e imaterial da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu. Se destacam por participarem de movimentos que alteraram a estrutura social brasileira, como à participação no Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), dos Agentes de Pastoral Negros (APN's) iniciado pelo padre Antonio Aparecido da Silva, mais conhecido por padre Toninho e ainda nas participações das Marchas Noturnas realizadas todos os anos desde 1986, à noite no dia 12 de maio, com reivindicações políticas e sociais na cidade de São Paulo contra o racismo e a discriminação social.



Foto 24: Salão no subsolo da Igreja do Rosário no Paissandu onde foram realizadas as entrevistas com as irmãs Sueli à esquerda e Vanilda à direita.²²⁰08/07/2013. Arquivo da autora.

Ao finalizar esta seção sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu, reescrevo as palavras selecionadas durante as entrevistas com Sônia e

²²⁰ Na parede ao fundo quadros dos benfeitores e irmãos ilustres já falecidos da Irmandade e entre eles do lado esquerdo o quadro de Zumbi desenhado em grafite pelo irmão Cassiano José Neves Filho. Arquivo da autora.

Sarah que resumem a história de um grupo que muito tem a ensinar: “História de luta; Perseverança; Preservação de uma etnia. Diferenciada pela sociedade. Firmes e fortes. evamos o nome da irmandade. Nós ainda existimos. Mais unidos do que nunca. Firmes e fortes”.

CONCLUSÃO

Uma vez que o objetivo central desta pesquisa foi verificar como os irmãos do Rosário constroem sua identidade individual e coletiva a partir da religiosidade e se a interação com o catolicismo permanece nas práticas religiosas ou se conservam em parte nas irmandades no cenário contemporâneo, construímos e analisamos comparativamente o histórico social, religioso e institucional da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, do Paissandu, em São Paulo e a Irmandade de Nossa Senhora e Santa Efigênia, do Alto da Cruz, em Ouro Preto.

A partir da participação das celebrações religiosas e das narrativas dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu de São Paulo, encontramos a conservação em parte das suas tradições originais, principalmente no que se refere aos seus santos de devoção e aos ritos fúnebres. A celebração ou festa de Nossa Senhora do Rosário que realizam está em acordo com o calendário Litúrgico da Igreja católica, ou seja, do dia 7 de outubro, segundo a narrativa histórica da Igreja, no que diz respeito à vitória da esquadra católica atribuída à intervenção de Nossa Senhora na Batalha de Lepanto na manhã de 7 de outubro de 1571. A oração do rosário é uma das práticas religiosas fortemente enraizadas e que faz parte do dia a dia dos irmãos, atribuindo a São Domingos, o fundador da Ordem dos Pregadores ou Dominicanos sua origem. A aceitação de que em São Domingos se deve a origem e a propagação da oração do rosário, se traduz na presença no altar mor, da imagem de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia onde a Virgem se encontra assentada com o menino Jesus ao colo e o rosário sendo entregue a São Domingos que se encontra ajoelhado aos seus pés. Esta prática devocional se estende a vida particular, a vida familiar e entre os irmãos que se reúnem para rezar o terço, onde a memória coletiva é reafirmada estabelecendo-se o sentimento de pertença. A vida de luta dos ancestrais é rememorada na missa compromissal, ou missa da irmandade. Nesta celebração rezam-se orações em memória da alma dos irmãos falecidos, inclusive para os ancestrais negros, que lutaram para a construção da igreja para os negros livres, forros e fugitivos. Esta atitude demonstra a relação dos irmãos mantida com o passado, com o patrimônio arquitetônico, com os objetos de memória que os acompanham por toda a vida o que lhes permite a construção e reconstrução da memória coletiva.

Estes irmãos se orgulham de serem reconhecidos como os negros do rosário e as histórias dos santos e dos ancestrais se misturam entre uma fala e outra, e neste universo católico os irmãos vivenciam os significados do “ser negro” e “ser irmão”, tornando-os distintos. O orgulho de “ser negro” está na busca da força dos ancestrais visivelmente presentes na fala de Vanilda que foi entrevistada no dia 8 de julho de 2013 no salão de confraternização da irmandade ao qual me referi como sendo o subsolo da capela e fui corrigida da seguinte forma:

[...] eu quero fazer uma retificação. Você não está no subsolo da nossa capela, você está sim na fundação. Olha o chão! Aqui é o início da nossa capela, esta é a pedra fundamental. Então através dela, do meu pezinho nela, passa a energia dos nossos ancestrais, para eu poder fazer uma colocação, que o Espírito Santo me ilumine para eu poder ser bem transparente nesta entrevista.

A memória do passado está sempre presente na fala destes irmãos do rosário e especialmente como nesta de Vanilda que pede energia aos ancestrais para iniciar a entrevista. Atestamos assim, que a memória individual e a memória coletiva estudada por Michel Pollak e por Pierre Nora se revelam nos irmãos através de lembranças, de esquecimentos e de silêncios que foram proporcionados pelos espaços e pelos lugares de memória.

As diferenças entre o “ser negro” e “ser irmão” compreendemos no uso da opa e da fita onde “o negro se veste de irmão” e o “irmão de veste de negro”. Estes paramentos permite a identificação como grupo religioso, à identificação do “irmão” em relação ao povo, e media a relação entre os irmãos e padroeira, como um compromisso obrigatório. A vestimenta é o símbolo de identificação dos irmãos do Rosário dos Pretos, ou seja, como objetos de identidades assumidas pelo grupo e também como diferenciadores de identidades entre os demais seguimentos da sociedade.

A assimilação do catolicismo pelos irmanados permanece interagindo nos dias atuais com ressignificações africanas onde as práticas religiosas e sociais bem como o conjunto de crenças e ações realizadas pelos irmãos procuram estabelecer dentro do possível à tradição do passado na relação mantida com o capelão padre Lázaro e com padres negros ligados ao espírito do Concílio Vaticano II e com os Agentes da Pastoral Afro. As práticas religiosas católicas são enriquecidas com as celebrações da Missa Afro e da Missa Conga, inculturadas na liturgia da Igreja Católica de rito romano. Os irmãos do Rosário expressam nestas celebrações as manifestações africanas, sustentam o respeito à tradição e ressignificam o

sentimento de pertença entre os irmãos e elaboram uma história que se contrapõe à história oficial.

Apontamos nestes irmãos a capacidade de superação dos obstáculos e a capacidade de reinventar formas de sobrevivência nos momentos de maiores pressões e afirmamos que esta superação esta vinculada a maioria do grupo ser “irmãos de sangue”, ou seja, a maioria tem o vínculo de parentesco.

Para ser irmão do Rosário no cenário contemporâneo desta irmandade é preciso ser devoto de Nossa Senhora do Rosário e conhecer a história do passado vivenciada pelos ancestrais. O culto ao santo, traduzido como a primeira obrigação do devoto no seu estatuto, é o fator de distinção do grupo e agregação dos irmãos. Os irmãos trazem do passado a memória do sofrimento dos ancestrais no processo de escravidão no Brasil e, luta pela igualdade social e racial, traduzidas no personagem da historiografia Zumbi, o herói de Palmares. São nos irmãos do passado que construíram a igreja e erigiram a irmandade mesmo diante das adversidades contrárias aos elementos culturais africanos transplantados para o Brasil é que os irmãos de hoje se reportam para engajar nos movimentos sociais da população negra. Como seus ancestrais mantêm a luta e resistência contra as ações do dominante sobre os dominados. A memória, portanto é preservada e a sua atualização individual e coletiva se revela nas categorias: memórias/esquecimento, identidade/ diferença e espaço/ lugar.

Mesmo sem cemitério próprio seguem as regras do compromisso quanto à assistência material e espiritual à família dos irmãos que não possuem condições para o sepultamento. Os ritos fúnebres acontecem para os irmãos falecidos no interior da igreja, ou em capelas mortuárias, quando solicitados e levando em consideração as condições pela qual o irmão faleceu, para evitar o risco de contaminação. A irmandade ainda cumpre com o dever de ajudar os mais necessitados, com a prática da caridade, que hoje se volta para o auxílio de cesta básica para famílias carentes cadastradas por visitas domiciliares e prestam auxílio aos moradores de rua que se encontram nas proximidades da igreja distribuindo agasalhos e alimentos. Dessa forma, praticam seus deveres estatutários sociais e religiosos no centro da cidade de São Paulo.

A história da irmandade se constrói no cenário contemporâneo, de acordo com os estudos de Le Goff onde a “cultura histórica”, reconhece o lugar que o passado ocupa nas sociedades para designar a relação que uma sociedade na sua psicologia coletiva mantém com o passado (2010, p. 48). Apoiados por Le Goff, compreendemos que a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu da cidade de São Paulo, utiliza a

memória do passado para a construção e reconstrução de sua cultura história, ou seja, sua história local.

As observações sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz da cidade de Ouro Preto seguiram os mesmos parâmetros utilizados para a irmandade do Rosário de São Paulo.

A irmandade do Rosário de Ouro Preto e seus irmãos adaptam-se a nova realidade da Igreja, determinadas pelo Concílio Vaticano II, a passos pequenos e tímidos, pois estão mais ligados às práticas do catolicismo oficial, apesar da resistência do catolicismo popular.

Os irmãos homenageiam duas padroeiras, a padroeira da irmandade que é Nossa Senhora do Rosário e a padroeira da paróquia e também devoção negra da irmandade, Santa Efigênia. A festividade de Nossa Senhora do Rosário ocorre de acordo como primeiro compromisso datado de 1733 e se opõe ao calendário Litúrgico da Igreja católica. Os motivos que levam a permanência da festa no dia primeiro de janeiro são atribuídos à memória do passado, ao primeiro Reinado da corte de Chico Rei. Os irmãos atribuem a Chico Rei a construção da igreja de Santa Efigênia e a ajuda dos escravos, para congregar os libertos e forros sob a proteção de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia.

A irmandade enfatiza o *status* de Santa Efigênia ser a princesa da Núbia que se converteu ao cristianismo de acordo com a evangelização de São Mateus, e seus irmãos e irmãos a homenageiam por suas virtudes. Destacamos três motivos para a devoção dos irmãos a Santa Efigênia: a relação entre o imaginário de sua vida terrena de perseguição e a conversão ao cristianismo, à salvação de um incêndio pela fé depositada em Jesus e por ser aclamada a santa que abençoa os lares, seus moradores, estendendo-se a casa. Orgulham-se da proteção de Nossa Senhora do Rosário, mas se identifica com Santa Efigênia pela cor e por associarem a história de sua vida, a dos antepassados negros perseguidos ou em cativeiro.

Nas duas festas as práticas da religiosidade popular estão presentes nas missas, nos terços, nas novenas, nos tríduos, nas procissões com bandas de música e nos reinados, demonstrando assim, que o catolicismo oficial se mantém firme, mas o catolicismo popular não foi esquecido, porque a história dos antepassados é revivida e recontada pelos narradores atuais.

A Missa Conga celebrada no final do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, não se trata como enfeite do congado e sim como uma celebração da memória da paixão de Cristo unida à memória da escravidão do povo negro.

Os irmãos do rosário entrevistados se reconhecem na condição de sujeito-histórico, pois recriam novas formas de participação em sintonia com a igreja tornando-a mais viva, mais alegre, mais participante e festiva.

A irmandade rememora o passado mantendo no presente a data da Festa do Rosário, a reza da ladainha de Nossa Senhora, o trajeto e a presença das bandas de músicas nas procissões, as missas cantadas e o bulhar dos sinos. Ainda permanece a prática de angariar recursos junto à sociedade cristã para a realização das festas, como o costume das associações leigas no período colonial.

Como proprietária do cemitério, a irmandade realiza os sepultamentos de maneira diferenciada, porque nele podem ser enterrados os filiados pelo direito estatutário e os que não são filiados através do sistema de arrendamento de covas ou pelo pagamento do uso de gavetas, que é regido por um regulamento interno previsto no novo estatuto de 1996.

A irmandade se reconhece como lugar de memória do passado, sobretudo como o espaço para as práticas religiosas tradicionais, pois ao pertencer à irmandade os irmãos participam da construção da própria história e da história do grupo. Também se diferenciam pelo uso da opa como irmãos do rosário entre os paroquianos da igreja de Santa Efigênia e entre os irmãos de outras irmandades e ordens terceiras da cidade de Ouro Preto. Julgam ser importante pertencer a uma irmandade, porque esse pertencimento vincula-se preservação da tradição histórica e social religiosa da irmandade e também da cidade de Ouro Preto.

Não afirmamos que a razão para se filiarem é homogênea, levando em consideração que a irmandade é proprietária do cemitério sendo um forte atrativo para a filiação de irmãos e nesta pesquisa não foi possível o encontro com os mais de 2500 inscritos para verificação do vínculo devocional.

Não encontramos história da irmandade escrita por um dos irmãos, a não ser a registrada nos livros de reunião, receitas e despesas, entre outros, que permite que pesquisadores consultem para seus estudos acadêmicos. Percebemos que a história oral está se perdendo com a morte dos irmãos mais velhos e pelo desinteresse dos irmãos que se filiam apenas para ter a garantia do lugar certo para o sepultamento.

No estatuto renovado em 1996, constatamos que há ingerido a prática da devoção e a obrigação da ajuda mútua para os seus filiados e necessitados da paróquia, contudo não presenciemos a prática da ajuda mútua, mas comprovamos a devoção na organização das festas de seus santos padroeiros, o zelo na conservação da igreja e na administração do cemitério.

Concluimos que as duas irmandades do Rosário pesquisadas como instituições baseadas em normas sociais e religiosas sofrem punições administrativas provocadas por conflitos entre os irmãos e a Mesa Administrativa com relação à dilapidação do patrimônio material e financeiro. E que apesar das punições aplicadas pelo Ministério Público dos referidos estados a elas pertencentes, estas irmandades continuam no cenário atual como meio de agregação social por meio da releitura do passado.

A devoção aos santos por estas irmandades ainda se traduz, mesmo que de forma diferenciada, para a aglutinação dos irmãos e que o pertencimento a estas irmandades contribuem para a construção e reconstrução de identidades individuais e coletivas no cenário contemporâneo.

A morte continua é preocupação para ambas as irmandades, porém dentro de contextos bem diversificados. Os ritos fúnebres foram reformulados e, ou reestruturados e novos sentidos foram atribuídos à morte dentro da concepção atual da Igreja católica e que são adaptados pelas irmandades, de acordo com as propostas da Igreja, mantendo dentro do possível parte das tradições locais.

As irmandades do Rosário do Alto da Cruz, em Ouro Preto e do Paissandu, em São Paulo, funcionam, possuem significados e seus membros como “irmãos do rosário” empregam o seu tempo; o seu dinheiro, e ainda mantém viva cada uma a sua maneira a religiosidade, o comportamento ritual diante da morte e a devoção ao santo protetor.

O arquivo documental destas irmandades é composto por bens tangíveis e intangíveis, constituindo assim numa referência cultural para a comunidade afrodescendente herdeira da escravidão, mas que pela sua importância histórica é objeto de disputa da memória, por instituições que tem por objetivo a hegemonia da história e dos fatos sociais inerentes a esses grupos de atores sociais envolvidos. A documentação das duas irmandades encontra-se descentralizada no poder da irmandade, em diversas instituições públicas e privadas e, muitos documentos estão danificados e outros desapareceram.

Alcançamos os objetivos propostos para a pesquisa e lançamos um novo olhar para estas instituições que devem ser valorizadas como um lugar de práticas coletivas entre seus integrantes do passado e as construções por elas estabelecidas no cenário contemporâneo através das histórias que os irmãos contam a respeito de si mesmos e de seu grupo. Esperamos que essa pesquisa possa indicar novos caminhos para projetos futuros aos pesquisadores interessados no estudo das irmandades de Nossa Senhora do Rosário.

REFERÊNCIAS:

AGUIAR, Marcos Magalhães de. “Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial”. In.: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris. Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: HUCITEC, EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001.

ALBERTI, Verena. Manual de história oral/ Verena, Alberti. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. Primeira edição publicada com o título: História oral: a experiência do CPDOC.

AS CONFERÊNCIAS Episcopais Latino-Americanas.

Disponível em

<http://www.irmaspastorinhas.com.br/downloads//d_25/AsConferenciasEpiscopaisLatino.pdf>

Acesso em 10/07/2014.

ALISSON, Eugênio. Fragmentos de liberdade: As festas das Irmandades religiosas dos escravos em Minas Gerais na época da Colônia. 2ª edição. Rio de Janeiro: E-Papers. 2010.

ÁLVARES, Ricardo. Mito de Origem e etnicidade: os herdeiros de Chico Rei. 2007, p 1-13.

Disponível

em

<http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2020/ricardo%20alvares.pdf>. Acessado em 23 de Agosto de 2013

ALVES, Rubens. O que é religião. 12 Ed. São Paulo, Loyola, 2011.

AMARAL, Raul Joviano do. Os pretos do Rosário de São Paulo: Subsídios Históricos. 2 Ed. São Paulo, João Scortecci Editora, 1991.

ANDRADE, Maristela Oliveira. A religiosidade brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crença e o processo sincrético. Disponível em:

<<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n14/6A%20religiosidade%20brasileira.pdf>>. Acesso em julho de 2013.

ARIÈS, Philippe. História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias. Rio de Janeiro. Tradução Francisco Alves, 1982.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos, 1875-1942. Dicionário analógico da língua portuguesa: ideias afins/thesaurus / Francisco Ferreira dos Santos, Azevedo – 2.ed. atual e revista. – Rio de Janeiro: Lenikon, 2010.

AZZI, Riolando “A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial” In HOONAERT, Eduardo et al. História da Igreja no Brasil colonial. Primeira época. 3. ed., Petrópolis, Ed. Paulinas/ Vozes, 1983.

_____. Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução no Brasil: *Religião e Sociedade*, n° 1. Rio de Janeiro, 1977, p. 125-143.

_____. *A cristandade, um projeto autoritário*. São Paulo. Paulinas – 1987.

_____. *A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Santuário, 2008.

_____. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

BÂ, Amadou Hampatê. *A palavra, memória viva na África (17-23)*. Correio da Unesco. Janeiro 1993.

BARROS, José d' Assunção. *A construção social da cor: diferença e desigualdade da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro- Petrópolis: Vozes, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O governo de Morgado de Mateus em São Paulo*, São Paulo: Ed. Conselho Estadual de Artes e Ciência Humanas, 1979.

BENEDETTI, Luiz Rabelo. *Os Santos Nômades e o Deus Estabelecido*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

BEOZZO, José Oscar – *História da Igreja no Brasil: ensaio, interpretação: ensaio, interpretação a partir do povo – Petrópolis*. Vozes.

BETTENCOURT, Dom Estêvão (OSB), *HISTÓRICO E SIGNIFICADO DO ROSÁRIO*. Disponível em <http://www.pr.gonet.biz/kb_read.php?num=2707> acesso em 24/10/2013.

BIAS, de Mauro. *Antes da Reforma Pereira Passos (1902 a 1906), Rio de Janeiro era conhecido como "Porto sujo" e "cidade da morte"*.

Disponível em <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/passado-que-condena>> Acesso em 14/ 05/2013.

BÍBLIA Sagrada-Edição Pastoral. Paulus, 1990.

BOAVENTURA, Josuel dos Santos. *Negritude e experiência de Deus. Afrodescendentes brasileiros: na diversidade de culto, unicidade divina*. *Teocomunicação*, v.37, n.156. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais*. Juiz de Fora: ERUFJF, 2005.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais*. Editora Ática. São Paulo. 1983

BRASIL, Constituição Política do Império do Brazil (1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. > Acesso em: 16 /09/ 2013.

BRASIL, Constituição da República Federativa do (1988). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 16/09/2013.

BRITO FILHO, Paulo Corrêa. “Histórico da Oração da Ave-Maria”. Revista Catolicismo Cultura e atualidades.

Disponível em <<http://www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=3CFF1630-90EA-4174-AB90E740A4548600&mes=Abril2005>> acesso em 10/12/2013.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Bases temporais para o estudo histórico da Igreja Católica do século XX. In: Horizonte: Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 56-74, jun. 2007, p. 79. Disponível em:

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Roteiro sagrado: monumentos religiosos de Ouro Preto. Belo Horizonte: Tratos Culturais / Editora Francisco Inácio Peixoto, 2000.

CAMPOS, Germano Moreira. A administração da diocese de Mariana no governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875). Universidade Federal de Ouro Preto. 2010. Disponível em: <http://www.seminariojals.ufop.br/germano_moreira_campos.pdf>. Acesso em agosto de 2013.

CASALI, Alípio. Elite intelectual e restauração da Igreja. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CIPOLINI, Pedro Carlos. A devoção mariana no Brasil. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 36-43, jan./abr. 2010.

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/teo/article/view/7774/5519>> acesso em 10/11/2012.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, cân. 1176 -1185; Ritual Romano, Celebração das Exéquias, Braga 1984.

COELHO, Tatiana Costa. A Reforma Católica em Mariana e o discurso ultramontano de Dom Viçoso (1844-1875). Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2010.

COMAR, Michelle. Imagens de Ébano em Altares Barrocos: as irmandades leigas de negros em São Paulo. (Séculos XVIII-XIX). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História Social.

Disponível em <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/.../MICHELE_COMAR.pdf> Acesso em 12/05/2013.

CRAWFORD, R. O que é Religião? Editora Vozes, Petrópolis, 2005, p.13-14.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros Estrangeiros: os Escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo. Brasiliense, 1985.

CUNHA, Perses Maria Canellas da, *Educação como forma de resistência -O caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos*. Niterói 2004 Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Área de Concentração: Educação Brasileira.

CYMBALISTA, Renato. *Territórios de cidade, territórios de morte: urbanização e atitudes fúnebres na América portuguesa*. 2012, p. 1-15.

Disponível

em <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/985/960>> Acesso em 18/12/2013.

DAIBERT JUNIOR, Robert. *Isale, a “Redentora” dos Escravos: uma história da Princesa entre olhares negros e branco (1846-1888)*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

DANTAS, Beatriz Goes. *Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal. 1988.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades* / Lucilia de Almeida Neves Delgado. – 2 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIAS, João S. Clá. *O Rosário, a oração da Paz!* São Paulo - 2008

DIAS, Maria Odila Silva. *A hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. Projeto História. São Paulo, 1998.

FERREIRA, Aurélio de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da língua Portuguesa*. 8.ed. Editora Positivo, Curitiba 2010.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *A cultura clerical e a folia popular*. Revista Brasileira de História. Vol. 17 n.34. São Paulo, 1997.

GAUDIUM et SPES – *Compêndio Vaticano II*. Petrópolis. Vozes. 1982.

GONÇAVES, José Reginaldo dos Santos. *A retoricada da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora UFJR/IPHAN. 1999a.

_____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro. Ministério da Cultura/IPHAN/DEMU, 2007a.

GRIGIO, Ênio. *A Irmandade do Rosário e os conflitos gerados no processo de centralização clerical em Santa Maria/RS (1873-1915)*. Revista Sociais e Humanas- Universidade Federal de Santa Maria, 2003. Disponível em <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociais humanas/article/view/1225/732>> acesso em junho de 2013.

GUERREIRO, Silas no texto: *Desafios atuais aos estudos das religiões*. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/10.shtml>> Acesso em 02/03/2013.

GUIA CULTURAL Mariana-Passagem para Mariana-Ouro Preto. 2006, p.64.

HEYWOOD, Linda. As conexões culturais angolano – luso brasileiras IN PANTOJA, Selma et al (org. Entre África e Brasil: Paralelo 15 São Paulo: Marco Zero, 2001

HORNAERT, Eduardo et al. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: História da Igreja no Brasil: Primeira Época- Período Colonial. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

_____. [et al.]. História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, tomo II, v.1 Período Colonial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HOUAISS, Antônio. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa/[Antônio Houaiss e Mauro de Salles Villar; elaborado no Instituto de Lexiografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa] - 4 ed. rev. e aumentada – Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

IV- CELAM, A evangelização no presente e no futuro da América Latina, n. 284

JOAQUIM, Maria Salete. O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

KLINHHAMMER Karl Jos. (S.J.). O Rosário, o Terço: A sua origem e a sua intenção primordial. Extraído da Revista « Der Sendbote des Herzens Jesu », editada pelos Padres Jesuítas, A-6021 Innsbruck, Sillgasse 6. Números de Julho (I), Agosto (II) e Setembro (III) de 1970. Tradução do francês de Armindo Carvalho O.P. editada pelo Secretariado Nacional do Rosário de Fátima em 1998.

Disponível em <<http://www.chartreux.org/pt/textos/rosario.php>> acesso em 12/08/2013.

LAHON, Didier. O negro no coração do império: uma memória a resgatar, séc. XV-XIX. Lisboa Secretariado-Coordenador dos programas multiculturais/ Ministério da Educação, 1999. Editora Casa do Brasil, 1999.

LAGRANGE-GARRIGOU, Reginald. OP. O homem e a eternidade 1958.

Garri (traduzido do francês por Januário Nunes. Idioma português). Ano: 1958. Editora Flamboyant.

LANGE, Francisco Curt. História da música nas irmandades de Vila Rica. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Belo Horizonte. Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais. 1981.

Disponível em <http://www.geocities.ws/adarantes/Textos_Sabrina_SantAnna/1.pdf> Acesso em 10/08/2013. 2013.

LE GOFF, Jacques. Memória e História. Trad. Bernardo Leitão [et al]. 2ª Ed. Campinas/ São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003.

_____. O Nascimento do Purgatório. Lisboa: Editora Estampa. 1995.

LEITE, Maria Odila Dias. A hermenêutica do cotidiano na Historiografia Contemporânea. São Paulo: Projeto Histórico, 1998. Monografia – Bacharel em direito da UESC. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11148>> Acesso em 16/06/2013.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. História de Nossa Senhora em Minas Gerais: origens das principais invocações. Coleção Historiografia de Minas Gerais- Série Alfarrábios, 1. Edição comentada, coordenada por Francisco Eduardo de Andrade e Mariza Guerra de Andrade. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

LIMA, Lana Lage da Gama. A Confissão pelo Averso: o crime de solicitação no Brasil Colonial. Tese (Doutorado em História Social)- Universidade de São Paulo, 1990.

LONDOÑO, Fernando Torres. Público e Escandaloso: Igreja e Concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro, tese de doutoramento apresentada na USP, 1992.

_____ Imaginária e devoções no catolicismo brasileiro. Revista Projeto História, nº 21. São Paulo: PUC- SP/Programa de Pós-Graduação em História, novembro de 2000, p.246- 263. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10771>> acesso em 16/08/2012.

MAUSS, Maciel. Sociologia e Antropologia. Paulo Neves (Trad.). São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MARIA, Antônio. Pequeno Dicionário Católico: dogma, liturgia, moral e bíblia. Rio de Janeiro: Coleção: Estrela do Mar, 1966.

MARTINS, Monica de Souza Nunes. Entre a cruz e o capital: mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824). 2007, p.1-27. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204431/4101444/entre_cruz_capitall.pdf> acesso em 10/04/2012.

MATO GROSSO – Livreto: Consciência Negra: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC/MT SUPERINTENDÊNCIA DE DIVERSIDADES EDUCACIONAIS GERÊNCIA DE DIVERSIDADES. Disponível em <<http://www.seduc.mt.gov.br/conteudo.php?sid=20&cid=12929&parent=0>> Acesso em 18/04/2014.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil, tradução James Amado – São Paulo: Brasiliense 2003.

MATRANGOLO, Breno Henrique Selmine. Formas de bem morrer em São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-18112013-130205/pt-br.php>> Acesso em 10/11/2012.

MEGALE, Nilza Botelho. As 107 invocações da Virgem Maria no Brasil: história, folclore e iconografia. Petrópolis: Vozes, 1980.

MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e Irmandades, de Ouro Preto. Notas de Ivo Porto de Menezes. In: Publicações do IEPHA. 1 (1975): 60-7 e 135.7 (notas)

MENEZES, Renata de Castro. A dinâmica dos sagrados, sociabilidades e santidade num convento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004a.

MIRANDELA, Padre Ernesto de Sales. Apontamentos Históricos de Padre Ernesto de Sales. Disponível em <<http://www.cm-mirandela.pt/index.php?oid=5181>>. Acesso em 09/11/2013.

MISSA DA CONSCIÊNCIA NEGRA - blog criado para contribuir com a divulgação da Missa Incultrada da Consciência Negra, que será realizada no dia 20 de novembro de 2011, às 14h30, no Santuário São Judas Tadeu (Av. Jabaquara, 2682 - ao lado da estação São Judas do Metrô). Disponível em <<http://missaconsciencianegra.blogspot.com.br/p/musicas-e-explicacao-da-missa.html>> Acesso em 25/10/2013.

MONTFORT, São Luiz Maria Grignon de. O segredo do Rosário. Traduzido por Gerlado Pinto Faria Jr. Disponível em: <<http://osegredodorosario.blogspot.com.br/p/download-livro-o-segredo-do-rosario.html>>. Acesso 12/07/2013.

MOURA, Paulo Cursino de. São Paulo de outrora: evocações da metrópole. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

NASCIMENTO, Flávio Santos do. Um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Villa do Lagarto (1856-1875). 2009.

Disponível em <<http://www.historiaeculturadelagarto.com/arquivo01/Completa.pdf>> acesso em 12/08/ 2013.

NILO, Marcus, Palavras Negras em Lavras Novas de Marcus de Nilo, Dicionário Brasil Colonial 1500-1808. Disponível em <<http://www.mg.gov.br>> acesso 12/10/2013.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História nº10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, 1993, p. 8-27.

O CATOLICISMO CATÓLICO- Capítulo III- Artigo 12: “Creio na vida eterna”, item I. O juízo particular 1021- A morte põe fim à vida do homem como tempo aberto ao acolhimento ou à recusa da graça divina manifestada em Cristo.

Disponível em <<https://www.catequisar.com.br/dw/catecismo.pdf>> Acesso em 10/02/2014.

O PODER DO SANTO ROSÁRIO. Disponível em

<<http://www.derradeirasgracas.com/2.%20segunda%20p%C3%A1gina/O%20Poder%20do%20Ros%C3%A1rio.htm>> . Acesso em 10/11/2012.

OLIVANO, Giovan Tinellidi. A Batalha de Lepanto.

Disponível em <<http://www.lepanto.com.br/dados/BatalhaLepanto.html>> Acesso em 23 de Abril de 2011.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de: Os bispos e os leigos: reforma católica e Irmandades no Rio de Janeiro Imperial. 1995. Disponível em

<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2122/1603>>. Acesso 12/07/2013.

Devoção e identidades: significados do culto de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais no Setecentos. TOPOI, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006, pp. 60-115.

Disponível em <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi12/topoi12a3.pdf>. Acesso em 16/06/2013.

OLIVEIRA, Cláudia Marques. Cultura afro-brasileira e educação: significado de ser criança negra e congadeira em Pedro Leopoldo-Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-8NPLAL10/08/2013>.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. Entre o rígido e o flexível: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero mineiro (1844-1875). Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Campinas, 2010. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000779569>> Acesso em 12/09/2013.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n 40, p. 145-163, dez. 2010. Disponível em <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3375>> Acesso em 10/08/2013.

OLIVEIRA, Luciano Conrado / MARTINS, Karla Denise. O ultramontanismo em Minas Gerais e em outras regiões do Brasil. Disponível em <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo4vol11-2.pdf>> Acesso em 10/08/2013.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. In Revista Eclesiástica Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1976. On-line, Campinas, n 40., p. 145-163, dez. 2010. Disponível em http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Artigo_5_Mauricio_de_Aquino.pdf> acesso em 10/08/2013.

_____. Religiosidade: Conceito para as Ciências do Social. In: COUTINHO, S. R. (org). Religiosidades, Misticismo e História no Brasil Central. Brasília: Universa, 2001. 56 e 57.

OLIVEIRA, Pedro Rubens. O rosto popular de Deus refletido no catolicismo brasileiro. As múltiplas faces de Deus: desafios do pluralismo religioso. 2009. Revista do Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco Recife n. 1 - jan.jun. Ano VIII, p.17-49. Disponível em <http://www.unicap.br/revistas/teologia/arquivo/teologia%202009.pdf>> Acesso em 12/10/2023.

OLIVEIRA, Sônia Maria Queiroz de. Identidade e memória: patrimônio dos enterrados [cemitério de Santo Antônio do município de Governador Valadares]. Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12910&revista_caderno=24> Acesso em 16/10/2013.

OLIVEIRA, Reinaldo José de, A cidade de São Paulo: a sociologia urbana na dimensão do lugar. 2012. 1-15. Disponível em <http://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/A-cidade-de-S%C2%8Bo-Paulo-a-sociolog-ia-urbana-na-dimens%C3%83%C3%89o-do-lugar.pdf>> Acesso em 18/12/2013

OLIVEIRA, Sueli do Carmo. O reinado nas encruzilhadas do catolicismo: a dinâmica das comunidades congadeiras em Itaúna/MG/ Sueli do Carmo Oliveira – 2011. Dissertação de Mestrado defendida em 29/06/2011. Biblioteca da UFJF-MG.

PAIVA, Andréa Lúcia da Silva. Os Fios do Trançado: um estudo antropológico sobre as práticas e as representações religiosas na Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos no Rio de Janeiro. 2009.

Disponível em <http://teses2.ufrj.br/Teses/IFCS_D/AndreaLuciaDaSilvaDePaiva.pdf> acesso em 12/10/2013.

PEREIRA, Denise et al. Sant'ana: Mudanças e novos significados na maior festa religiosa da cidade de Ponta Grossa – PR (1930 -1965). Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 1, n 2; dez 2009. Disponível em

<http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=621> acesso em 12/10/2013.

PIRES, Fernanda. Memórias da África, do cativo e as lutas políticas no congado e no jongo. (durante o século XX). Disponível em

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308145329_ARQUIVO_texto_seminario_2011\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308145329_ARQUIVO_texto_seminario_2011[1].pdf)> acesso 10/12/2013.

_____. O Congado e sua relação com a Igreja Católica. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0673.pdf>> acesso em 10/12/2013.

POEL, Francisco van der. Cronologia da Devoção de Nossa Senhora do Rosário, entre os bantos na África, Portugal e no Brasil, nos séculos XV-XVII. Disponível em <www.religiosidadepopular.uaivip.com.br/datas.htm> acesso em 10/05/2011.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento Silencio.

Disponível em <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em 14/12/2013.

_____. Memória e identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 5 n°10, p.200-215.

PROJETO história do Programa de Estudos – Pós-graduados de História – ISSN (eletrônico) Revista A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, em Desterro (1860-1880) 2006. Disponível em <<http://www.pergamun.udesc.br/dados-bu/000000>> Acesso 12/05/2013.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002.

RABELO, Cláudia Maria. A festa do divino pai eterno em trindade: uma expressão do catolicismo popular de Goiás. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião)- Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2001. Disponível em

http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=206 acesso em 12/05/2013.

REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular – no Brasil no século XIX. São Paulo: Cia das letras, 1991.

_____. Identidade e diversidade étnicas nas Irmandades negras no tempo da escravidão. Niterói: Revista Tempo, v. 2, n.3, p.7-33, 1996.

REGINALDO, Lucilene. Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

REVISTA Catolicismo Cultura e atualidades. Disponível em <<http://www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=3CFF1630-90EA-4174-AB90E740A4548600&mes=Abril2005>> Acesso em 10/12/2013.

REVISTA BRASIL-ANGOLA MAGAZINE de 2012.

REVISTA “MUNDO E MISSÃO”. Texto de Maria José de Deus. Disponível em <http://www.pime.org.br/mundoemissao/irmandade.htm> acesso em 10/06/2013.

REVISTA RAÇA BRASIL, novembro de 2011. Artigo: 300 anos de história da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos do Paissandu em pleno centro de São Paulo, é a terceira mais antiga do Brasil. Artigo de Cláudia Canto.

_____. Disponível em ><http://racabrasil.uol.com.br/cultura-gente/160/artigo240617-1asp>< Acesso em 10/06/2013. Acesso em 20/02/2013

RIBEIRO, Caio Ricardo Duarte. Elite dirigente e elite religiosa- Disputas e conflitos na República Velha em Pelotas/RS (1910-1020). Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades – ANPUH - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR): v. III, n. 9, jan/2011. Disponível em <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>> acesso em maio de 2013.

RIBEIRO, David Willian Aparecido. Do Rosário ao Paissandu: vida, identidade e autorrepresentação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo após a Abolição (São Paulo, 1888-1908), 2009. Disponível em <https://www.academia.edu/6423889/Do_Rosario_ao_Paissandu_vida_identidade_e_autorrepresentacao_da_Irmandade_de_Nossa_Senhora_do_Rosario_dos_Homens_Pretos_de_Sao_Paulo_apos_a_Abolicao_Sao_Paulo_1888-1908_> Acesso 12/05/2013.

RIBEIRO, Myriam Andrade de Oliveira; CAMPOS, Adalgisa Arantes. Barroco e Rococó nas igrejas de Ouro Preto e Mariana. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3109> acesso 10/08/2013. 2013.

ROCHA, José Geraldo. Um canto afro de libertação. Estudos Teológicos São Leopoldo v. 53 n. 1 p. 119-131 jan./jun. 2013. Disponível em <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/549/796> Acesso em 16/10/2013.

RODRIGUES, Cláudia. Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. RODRIGUES, Claudia. Nas Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF. Niterói, 2002. p. 118-120.

_____. Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1997.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Fidalgos e filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

_____. Escravos e libertos no Brasil Colonial. Tradução: Maria Beatriz Medina- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALLES, Fritz Teixeira de. Associações religiosas no ciclo do ouro: introdução ao estudo do comportamento social das Irmandades de Minas no Século VIII. 2. Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SANT'ANNA, Sabrina Mara. A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (Séculos XVIII e XIX). Dissertação de mestrado FAFICH/UFMG. 2006. Disponível em < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/>> Acesso em 16/10/2013.

SANTOS, Carlos José Ferreira. Nem tudo era italiano – São Paulo e pobreza: 1890-1915. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.

SANTOS, Carlos Roberto Moreira dos. Congada e Reinado: História religiosa da irmandade negra de Jequitibá, MG. 2011. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião.

Disponível em

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/viewFile/P.2175-5841.2012v10n26p650/4027>> Acesso em 12/05/2013.

SANTOS, Maria da Conceição dos. Festa de Preto na São Paulo antiga: um exemplo de resiliência na Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos (1887 – 1907).

SACRO SANCTUM CONCILIUM sobre a Sagrada Liturgia.

Disponível em

< http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html> Acesso em 18/06/2013.

SEIGER, Cláudio. O povo bakongo.

Disponível em: <<http://claudio-zeiger.blogspot.com.br/2012/02/o-povo-bakongo.htm>> Acesso em 20/06/2013.

SCHLESINGER, Hugo, e PORTO, Humberto. Dicionário Enciclopédico das Religiões, verbete “Cristandade”, p.737.

SELINGARDI, Sérgio Cristóvão. Declínio das irmandades leigas em Minas Gerais na primeira metade do século XIX – Monografia de Bacharelado (História) UFOP – Minas Gerais 1999. Disponível em

<http://www.ichs.ufop.br/lph/index.php?option=com_content&view=article&id=93:declinio-das-irmandades-leigas-em-minas-gerais-na-primeira-metade-do-seculo-xix&catid=7:pesquisas-monograficas&Itemid=5> acesso em 12/05/2013.

SCARANO, Julita. Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

SILVA, Ademir Luiz da. O Novo templo português: a formação da Ordem de Cristo - séculos XIV-XV Universidade Estadual de Goiás. Unidade Universitária de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas de Anápolis. Revista PLURAIIS – Virtual – v. 3, n. 1 – 2013 – Edição Especial – ISSN: 2238-3751.

Disponível em >www.prp.ueg.br/revista/index.php/.../article/.../901> Acesso em 16/06/2013.

SILVA, José Maria da. Apresentação de Trabalhos Acadêmicos: Normas e Técnicas / José Maria da Silva, Emerson Sena da Silveira. 5. ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SILVA, Laurimar Gomes da. Irmandade do Rosário dos pretos de Santa Efigênia do alto da Cruz: Proposta de gestão de um arquivo em Ouro Preto (MG). 2009.

SILVA, Mônica Cristina Adams de Matos da et al. Religiosidade e sentimento de pertença: considerações acerca da festa em homenagem a São João Batista e da missa afro na comunidade remanescente de quilombo “São João Batista” –Campo Grande/MS .Revista Brasileira de História das Religiões. ANPUH, Ano III, n. 8, Set. 2010

<<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf7/04.pdf>> Acesso em 16/10/2013.

SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da Cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo trabalho no Brasil. Rio de Janeiro UFRJ, 2002. Disponível em < <http://www.ppphis.historia.ufrj.br/corpo-docente/corpo-permanente/jessie-jane-vieira-de-souza/>> Acesso em 16/06/2013.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida. Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scileo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-546X200100200005> acesso em 10/09/2013.

SOUZA, Laura de Mello e. O Diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Marina Mello de. Reis Negros no Brasil Escravista. UFMG. 2006.

_____ Catolicismo e comércio na região do Congo e de Angola, séculos XVI e XVII, em Nas rotas do império, organizadores: João Fragoso, Manolo Florentino e outros. Ilha de Vitória, EDUFES, 2006, pp.279-297. África e Brasil africano. São Paulo, Ática, 2ª edição, 2008.

STEIL, Carlos Alberto. Política, etnia e ritual (o Rio das Rãs como remanescente de quilombos). *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 93-110, 1998.

SUPPIA, Alfredo e SCARABELLO Marília. As reformas do Rio de Janeiro no início do século XX. Disponível em < <http://pre.univesp.br/as-reformas-do-rio-de-janeiro-no-inicio-do-seculo-xx> > Acesso em 17/05/14.

TINHORÃO, José Ramos, *Os Negros em Portugal. Uma presença silenciosa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

TRINDADE, Raimundo. A Igreja de São José em Ouro Preto. In: *Revista do IPHAN*. 13 (1956): 109-214.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das Idéias Religiosas*, São Paulo: Grijalbo, 1968.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*, Rio de Janeiro: ed. Campus, 1989.

VAINFAS, Ronaldo e SOUZA Beatriz de. *Brasil de todos os santos*. 2 ed. Rio de Janeiro : Jorge Zahar. Ed. 2002.

VAINFAS, Ronaldo e SOUZA, Marina de Mello. Catolização e poder no tempo do tráfico; o reino do Congo da conversão coroada ao Movimento Antoniano, séculos XV – VCIII, nº 6 (dez de 1998, pp. 95. 118).

VOLPATTO, Rosane. Nossa Senhora do Rosário. Disponível em <http://www.irmandadedoshomenspretos.org.br/irmandade_nossa_senhora_do_rosario.htm> Acesso em 20/05/2012.

VASCONCELOS, Agripa. *Chico Rei – Romance do Clico da Escravidão nas Gerais. Sagas do País da Gerais*, V. 6. Ed Itatiaia Ltda, Belo Horizonte. 1966.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro, 1853

WERNET, Augustin. Crise e definhamento das tradições nas monásticas brasileiras durante o século XIX. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/73464/77186>>. Acesso em 12/10/2013.

_____. *A Igreja Paulista no século XVIII. A Reforma de D. Antonio Joaquim de Melo (1851-1861)*. Ed Ática AS – São Paulo 1987.

WERNECK, Gustavo. Conheça a nobreza de Chico Rei em Ouro Preto. <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/10/20/interna_gerais,324537/conheca-a-nobreza-de-chico-rei-em-ouro-preto.shtml> acesso em 12/10/2013.

ZANON, Dalila. *A Ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)*. Dissertação apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade.

Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=vtls000224724> / Dalila Zanon. - - Campinas, SP : [s.n.], 1999> acesso em 16/04/2013

ZULIAN, Rosângela Wosiack. Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Antonio Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa – PR (1930-1965). Tese de Doutorado- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. Disponível em <<http://ri.uepg.br:8080/riuepg/handle/123456789/696>> acesso em 16/04/2013.

FONTES PRIMÁRIAS:

Ata da Irmandade de Santa Efigênia do Alto da Cruz - p s/nº -20/02/1807. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana-MG. Pasta 21.

Cartas pastorais de D. Viçoso. Arquivo Eclesiástico de Mariana. MG

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e Santa Efigênia dos Homens Pretos do Alto da Cruz, período 1733 a 1788, códice nº123, rolo 058/0818-0846. Casa dos Contos, Ouro Preto, Minas Gerais.

Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz refeito em 1996. Arquivo particular da Irmandade. Ouro Preto. Minas Gerais. Arquivo da Irmandade.

Documentos avulsos dos séculos XVIII e XIX da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia do Alto da Cruz. Arquivo Eclesiástico de Mariana. MG

Livro de receita e despesa da Irmandade de Nossa Senhora e Santa Efigênia dos Homens Pretos do Alto da Cruz. Anos de 1723 a 1798. cód 132 – rolo 060/0312. Casa dos Contos, Ouro Preto, MG.

Posturas Policiais (1830). Arquivo 2, gaveta 2, pasta 34. Arquivo Eclesiástico de Mariana. MG

OUTRAS FONTES:

JORNAL ESTADO DE MINAS GERAIS. PUBLICAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/68995838/al-mg-12-04-2014-pg-5>. Acesso 12/06/2014.

JORNAL O ESTADÃO. Disponível em

<<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,igreja-do-paicandu-precisa-de-r-180-mil-1021369,0.html>> acesso em 10/08/2013.

“CORREIO PAULISTANO” de 02/10/1904, página 2.

ANEXOS

ANEXO A

Íntegra do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Em: QUINTÃO, Antonia Aparecida. Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume: FAPESP, 2002, p.123-131.

Joaquim Ignácio de Oliveira Leite, Official do Registro Geral e de Hypothecas da Comarca da capital do Estado de São Paulo etc.

Certifico o pedido verbal de pessoa interessada que revendo o archivo deste registro a meu cargo, delle consta o documento do theor seguinte: Publica forma: Antonio da Costa Pinto e Silva, Presidente da Província de São Paulo etc etc etc.

Faço saber aos que esta carta virem, que sendo-me presente o Compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rozario dos Homens Pretos desta cidade e bem assim a aprovação dada pelo Ordinário na parte espiritual e verificada pelo exame a que mandei proceder, que nenhuma de suas disposição se opunha às leis em vigor, nem offerencia algum outro inconveniente, resolvi, usando da attribuição que me confere a Lei Provincial numero cinco de seis de Fevereiro de mil oitocentos e quarenta, confirmar como por esta confirmo o dito compromisso. Mando, portanto, que seja o mesmo observado pelo Mezarios e mais Irmãos da referida Irmandade e que os Ministros e Justiça a quem pertencer o farão cumprir como nella se contem. Dado no Palácio do Governo de São Paulo, aos dez dias do mez de Abril de mil oitocentos e setenta e um. Antonio Augusto de Araújo. Segunda Secção. Julio Nunes Ramalho a fiz. Número vinte e quatro. Pagou dez mil réis de emolumentos. S. Paulo onze de Abril de mil oitocentos e setenta e um. Prado Azevedo Marques. Numero quatro. Trinta mil réis. Pagou trinta mil réis. Collectoria de São Paulo, onze de Abril de mil oitocentos e setenta e um. Chagas Amaral. Compromisso que deve reger a Irmandade de

Nossa Senhora do Rozario dos Homens Pretos, da cidade de São Paulo, erecta na Igreja do mesmo nome, o qual foi creado a dous de janeiro do anno de mil setecentos e noventa e nove.

CAPITULO I

Dos Irmãos, seus deveres e obrigações.

Artigo primeiro. Podem ser Irmãos, sem distinção de sexo, idade, condição e naturalidade, todos os que professarem a religião Catholica Apostólica Romana, e se queiram voltar ao culto e adoração de Santa e Miraculosa Senhora do Rozario, protectora desta Irmandade.

Artigo segundo. Uma vez acceitos e na Irmandade inscriptos, todos os irmãos são indistintamente obrigados:

Parágrapho Primeiro. A pagaremno acto da inscripção uma jóia de mil réis; como annuaes nos oito dias que precederem a festa da Oraga, a quantia de seiscentos e quarenta réis. Para os que se inscreveram em artigo de morte, a jóia será de trinta mil réis.

Paragrapho Segundo. A acceitarem todos os cargos para que forem eleitos os quaes só poderão se recusar uma vez que paguem aos cofres da Irmandade a quantia de vinte mil réis.

Paragrapho Terceiro. A concorrerem a todas as solenidades e actos religiosos que a Irmandade tenha de celebrar e a usarem tanto nestes como nos outros, para que ella tenha de concorrer, da Opa branca que lhe serve de distinctivo.

CAPÍTULO II

Da mesa Administrativa, sua eleição e attribuição

Artigo Terceiro. Como condição essencial de sua ordem e prosperidade, a Irmandade representada por uma Meza que sob a denominação de - Administrativa - na tarde da primeira dominga que a seguir a festa da Oraga, e que dentro da órbita de suas attribuições que ficam mencionadas e definidas neste capítulo, com o zelo sollicitude e probidade devida ao respeito da Santa Senhora, administrará todos os seus negócios internos e externos.

Artigo Quarto. A Meza administrativa será composta de um Prezidente, um Secretario, um Procurador, um Thezoureiro e mais vinte e quatro Membros que com a denominação de Irmãos e Irmãs que mais se distinguirem pelo zelo e devoção ao serviço e prosperidade da Irmandade.

Artigo Quinto. A eleição da Meza se fará pelo modo seguinte:

Na tarde do dia designado no artigo terceiro, reunida da Meza e a Irmandade, que por meio de um edital affixado na porta da Igreja e publicado pela imprensa, será oito dias antes convocada, o prezidente, depois de apresentar uma lista dos Irmãos que mais se acham nas condições especificadas no artigo quarto a convidará a eleição, e receberá as esferas que lhe afores apresentadas, as quaes serão recolhidas em uma Urna, até que a devoção se conclua. Recebidas as esferas, e pelo Secretario contadas em alta voz, se fará a apuração e em seguida se dará posse aos novos eleitos que imediatamente entrarão no exercício de suas funções.

Artigo Sexto. Como uma entidade collectiva que é, só poderá legalmente deliberar, quando ella estiver representada pelo seu prezidente e por mais seis dos seus Membros, pelo menos. Ainda pelo mesmo princípio, as suas deliberações só podem ter character da obrigariedade quando ellas se pautarem pela vontade da maioria.

Artigo Sétimo. A meza administrativa, nos termos de seu mandato, incumbe:

Paragrapho Primeiro. A inscripção d'aquelles que, nos termos do artigo primeiro, como membro da Irmandade, se queiram votar ao culto e adoração da Santa Senhora, receber suas jóias e annuaes e, por intermédio do Thezoureiro, remettelas ao respectivo cofre.

Paragrapho Segundo. A Eliminar do numero dos Irmãos, aquelles que renegarem a religião Catholica Apostólica Romana, os que por vícios e crimes se tornarem indignos da Irmandade e, finalmente, aquelles que por espaço de dous annos não pagarem os seus annuaes ou si façam de qualquer modo rebeldes as disposições do presente compromisso.

Paragrafo Terceiro. Convocar annualmente a Irmandade para a eleição de Meza que a deve substituir, observando n'ella a disposição do artigo quinto, que regula o modo porque a convocação deve ser feita.

Paragrapho Quarto. A eleição dos Juizes e Reis devem fazer a festa da Oraga, os quase só podem ser escolhido dentre os Irmãos de côr preta, observando n'lla o que a respeito se estatuir.

Paragrapho quinto. Mandar celebrar em todos os dias de finados, missas com liberamé por alma dos Irmãos fallecidos.

Paragrapho Sexto. Mandar celebrar, em todos os Domingos e dias Santificados, uma missa por intenção de todos os Irmãos vivos, devendo por meios dos necessários annuncios publicados pela imprensa, scientificar-se da hora em que ella deve ser regularmente celebrada.

Paragrapho Sétimo. Mandar celebrar missa de corpo presente no dia do fallecimento d'aquelles dos Irmãos que com distincção occuparem qualquer cargo na Irmandade e nomear uma comissão que o acompanhe ao lugar de suas últimas moradas.

Parapho Oitavo. Contractar um capelão para celebração do culto e a este como ao Sachristão, marcar os respectivos ordenados,

Parapho Nono. Tem um livro numerado, selado e rubricado pelo Juiz de Capellas com termos de abertura ou encerramento, onde serão lançadas as actas de suas sessões, nas quaes o prezidente fará minuciosamente extractar tudo quanto nella se passar.

Parapho Décimo. Authorizar todas as despesas que forem necessárias para a celebração do culto, acceio, e decência da Igreja, uma vez que ellas se compadeçam com as forças da receita ordinária do cofre e de qualquer modo não possam onerar os bens moveis e do cofre e de qualquer modo não possam onerar os bens moveis e immoveis da Irmandade.

Parapho Onze. Tomar contas ao thesoureiro e glozar aquellas que não forem instruídas com documentos capazes de merecerem fé em Juízo.

Parapho Doze. Fazer o enterro dos irmãos que fallecerem no estado de pobreza, uma vez que elles não se achem em divida para com a Irmandade.

Parapho Treze. Exercer a mais rigorosa vigilância sobre os empregados da Irmandade, suspende-los quando omissos no cumprimento de seus deveres, praticar tosos os actos que forem necessários para acautelar os seus interesses, uma vez que elles não sejam contrários à moral e à religião, às leis do paiz e às disposições do presente compromisso.

Parapho Quatorze. Remover por si ou por intermédio dos seus advogados, aos quaes poderá passar alvarás de procuração, à cobrança de tudo quando a Irmandade for devido, e responder perante todos os tribunaes do paiz nas questões em que ella for interessada.

Parapho Quinze. Fazer a festa da oraga quando o Juiz Provedor e a Juíza que for designada não queiram por si faze-la.

CAPÍTULO III

Attribuições do Prezidente da Meza

Artigo Oitavo. Ao prezidente da Meza administrativa, a quem se dará o tratamento de Juiz Provedor, incumbe:

Parapho Primeiro. Prezidir as suas sessões, manter a ordem que nella deva reinar e supendel-a quando se façam tumultuarais.

Parapho Segundo. Acompanhar com vara todos os actos religiosos para os quaes a Irmandade deve concorrer.

Parapho Terceiro. Fazer a festa da Oraga de mão comum com o Juízo que a eleição designar; de pagar aos cofres da Irmandade a quantia de cem mil réis quando não queria fazel-a.

Parapho Quarto. Convocar a Meza todas as vezes que a regularidade e a ordem do serviço da Irmandade careçam de medidas que só por ellas podem ser tomadas.

Parapho Quinto. Ser um dos clavicularios dos cofres da Irmandade e responder pelas quantias que não forem legalmente despendidas.

Parapho Sexto. Nomear d'entre os membros da Meza, quem substitua ao Secretário. Thesoureiro e Procurador, quando estes falleçam ou se achem de qualquer modo impedidos de exercerem as funções de seus cargos.

CAPÍTULO IV

Atribuições de Secretario

Artigo Nono. Ao Secretario incumbe:

Parapho primeiro. Substituir ao presidente quando este falleça ou se ache de qualquer modo impedido de exercer as funções de seu cargo.

Parapho Segundo. Escrever em todos os livros da Irmandade, fazer as convocações que pelo presidente lhe forem ordenadas e ter sempre em bôa guarda todos os livros, documentos e mais papeis de que se compuzer o seu archivo.

Parapho Terceiro. Ser um dos clavicularios do cofre e responder pelas quantias que não forem legalmente despendidas.

Parapho Quarto. Fornecer os documentos e todos os esclarecimentos precisos para o bom andamento do serviço da Irmandade.

CAPÍTULO V

Atribuições do Thesoureiro

Artigo Décimo. Ao Thezoureiro incumbe:

Parapho Primeiro. Ter sob sua guarda o cofre de que é um dos clavicularios, as jóias e alfaias da Irmandade, que, com respectivo inventario, no acto da posse, lhe serão entregues.

Parapho Segundo. Responder pelas quantias que não forem legalmente despendidas, bem assim pelos valores dos objectos confiados a sua guarda que porventura se extraviem.

Parapho Terceiro. Prestar contas à Meza, todas às vezes que para isso for chamado, e instruí-la com documentos que possam merecer fé em Juízo.

CAPÍTULO VI

Attribuições do Procurador

Artigo Onze. Ao Procurador, como um delegado da Meza incumbe:

Parapho Primeiro. Gerir e administrar os negocios internos e externos da Irmandade, receber as quantias que lhe forem devidas e fazer as despesas authorisadas.

Parapho Segundo. Fornecer os guizamentos, preparos necessários para celebrações do culto, nos termos das ordens e instruções que da Meza receber.

Parapho Terceiro. Prestar contas ao Thesoureiro, das quantias que receber e d'aquellas que despende, devendo instruir as suas contas com documentos que mereçam fé em Juízo.

Parapho Quarto. Zelar, por intermédio do Sachristão, que lhe fica em tudo subordinado, do acceio, decência e conservação da Igreja e das alfaias e Jóias que lhe forem confiadas para o momento da mesma.

CAPÍTULO VII

Dos Irmãos de Meza

Artigo Doze. Aos Irmãos de Meza incumbe:

Parapho único. Assistir a todas as reuniões para que forem convocados, votarem em todas as questões sobre que a Meza deve deliberar e pagarem uma jóia de dez mil réis no acto de serem empossados de seus cargos.

CAPÍTULO VIII

Das Irmãs de Meza

Artigo Treze. As irmãs de meza em razão de seu sexo, que as impede de prestar outros serviços a Irmandade, incumbe:

Parapho único. Pagarem uma Jóia de dez mil reis e a vestirem um anjo para acompanharem a procissão que no dia da festa de Oraga, percorre as ruas da cidade.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Artigo Quatorze. A festa da Oraga será feita com a maior decência possível, pelo Juiz Provedor e pela Juíza, que a Meza Administrativa designar, na primeira Dominga desempedida depois do dia de Natal.

Artigo Quinze. Além desta festa, que será celebrada com missa cantada, sermão, procissão a tarde e outras solemnidades que os Juízes festeiros julgarem conveniente, haverá ainda, festa do patêo que será feita pelos Irmãos que a Meza designar, com os nomes de Rei e de Rainha, que serão obrigados a pagar a quantia da cincoenta mil reis quando não queiram faze-la.

Artigo Dezesseis. A Irmandade terá um cofre fechado por três chaves do qual serão clavicularios; o Juiz Provedor, o Secretário, e Thezoureiro, onde serão recolhidas todas as jóias e quantias que a Irmandade possua e que ficará sob a guarda do Thezoureiro, que é por elle responsável.

Artigo Dezessete. Nas procissões e outros actos religiosos a que a Irmandade deva concorrer, será sempre precedida de cruces cirios.

Artigo Dezoito. A Irmandade por intermédio da Meza administrativa poderá conferir o título de Protector a todos aquelles que por qualquer motivo se torne d'elle.

Artigo Dezenove. As disposições do presente compromisso só poderão ser legalmente alteradas quando as necessidades, filhas do tempo e da occasião, assim a exijam e a Irmandade, congregada, nisso consinta. João Ignacio Esteves de Moura. O Juiz. O Thezoureiro Joaquim Fernandes Coutinho Sobrinho. O Secretario Seviriano José de Ramos. O Procurador Marcellino Alves da Cruz. Zelador Mezario, Raymundo Guilherme F. de Andrade, Francisco Mugnani. A rogo de Zacharias, João Ramalho, F. Dores Ribeiro. A rogo de João Rodrigues da Cruz, Congo, S. J. Ramos. A rogo de Simplicio de Souza Queiroz, J. S. O. de Moura, Antonio dos Santos, Chinbinho, José Alves Fernandes, São Paulo cinco de Março de mil oitocentos e setenta e um. O Secretario, Seviriano José Ramos. Estavam sete estampilhas no valor de mil e quatrocentos reis devidamente inutilizadas. Este é o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos desta cidade escripto em sete meias folhas de papel por mim numeradas e rubricadas. Secretaria do

Governo de São Paulo doze de Abril de mil oitocentos e setenta e um. João Carlos da Silva Telles. Apresentado na Sessão do dia quatro de junho de mil oitocentos e setenta e um. Consistório da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, quatro de Junho de mil oitocentos e setenta e um. Eu Seviriano José de Ramos a fiz e assigno, o Irmão Juiz João Ignácio Esteves de Moura, Seviriano José de Ramos, visto e registre-se. São Paulo, onze de Junho de mil oitocentos e oitenta e nove. Ignácio Arruda. Era o que se continha em dito compromisso que me foi apresentado, do qual bem e fielmente fiz extrair a presente publica forma, que em tudo vae exacto e conforme ao seo próprio original, ao qual me reporto dou fé em mãos e poder do apresentante. São Paulo, onze de Março de mil oitocentos e noventa e cinco. Eu João Tiburcio Leite Penteadado Tabelião a subscrevi, conferi e assigno em público e rãs. Em testemunho da verdade "Estava o signal publico" João Tiburcio Leite Penteadado Quinto Tabelião. Estava o sello de dous mil reais e uma estampilha do Estado de São Paulo inutilizado do modo seguinte. S. Paulo, onze de Março de mil oitocentos e noventa e cinco. Joaquim Tiburcio Leite Penteadado. Conferido e concertada commigo primeiro Tabellião Antonio yppolito de Medeiros. A margem estava cotado o seguinte: F. R. S. de dezessete mil quatrocentos. Nada mais se continha em dito documento do qual bem fielmente fiz extrair a presente certidão que vae em tudo conforme ao seo original e dou fé. São Paulo, dezanove de Junho de mil oitocentos e noventa e nove. Eu João Luiz Anbin sub-official a escrevi. Eu Joaquim Ignácio de Oliveira Leite official a subscrevi e assigno Joaquim Ignácio de Oliveira Leite.

ANEXO B

Provisão da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

Em: MENEZES, Joaquim Furtado de. Igrejas e Irmandades, de Ouro Preto. Notas de Ivo Porto de Menezes. In: Publicações do IEPHA. Nº1, 1975, p.106-108.

Em 1873 a Irmandade enviou ao Bispo do Rio de Janeiro a seguinte petição:

“Ilmo. Sr. Dizem o Juiz e mais oficiais e irmãos de N.S. do Rosário dos Pretos, sita em Capela particular do Arrarial do Padre Faria, Freguesia de N.S. da Conceição de Antônio Dias que para bom governo e economia da dita Irmandade lhe tem feito o compromisso incluso, pelo qual se querem reger, em razão de se lhe destruir e corromper o que tinham a princípio, confirmado pelo ilustríssimo Antecessor de V. Ilma. E porque para maior validade do dito compromisso deseja sua confirmação, pedem a V. Ilma. Lhes faça mercê mandar passar Provisão de confirmação na forma que sem semelhantes se proatica. E receberão mercê.”

O Bispo despachou: “juntem a licença para ereção da Irmadades. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1733”. Viram-se por esse despacho formados a promover uma justificação que, por ordem do Bispo, encadernaram com o compromisso.

Essa justificação foi feita perante o Dr. Felix Simões de Paiva, Vigário Colado de Antônio Dias. Nesta justificação procuraram provar, com testemunhas, que a Irmandade foi ereta com permissão e aprovação do Bispo D. Francisco de S. Jerônimo, que teve compromisso aprovado pelo mesmo Bispo e que esse compromisso apodreceu Lendo-se os depoimentos das testemunhas, vê-se mais que a Irmandade foi ereta na Matriz de Antônio Dias, donde mudou-se para a Capela por ela e devotos construída.

O novo compromisso foi aprovado pelo Bispo do Rio de Janeiro e confirmado por D. Maria a 27 de janeiro de 1785. O Capítulo 14 desse compromisso diz: “E porque esta capela foi feita a expensas da devoção e Fiéis, sem que para a sua fatura, ornatos ou guizamento concorresse em tempo algum o Pároco desta freguesia e estes costumam só desfrutá-las, querendo se lhe pague fábricas sem acompanharem os Irmãos e ainda sepulturas, sendo eles

enterrados nesta própria Capela, sem mais zelo e caridade, que o da sua ambição por não ser ela filial em razão de não ter concorrido a mais com coisa alguma, se não pagará nada ao dito Pároco ou fábrica e será só sujeita no temporal aos Doutores carregadores e no Espiritual ao Exmo. E Rvmo. Bispo e ao seu Pe. Capelão, etc”.

Na provisão Real foi declarado aprovado o compromisso, respeitados os direitos paroquiais e que essa declaração fosse feita em termo de mesa geral assinado por todos os irmãos. Esse termo traz a data de 26 de outubro de 1788.

Como verá facilmente quem ler esse compromisso e os livros de entradas de irmãos, eram admitidos na Irmandade indistintamente brancos e pretos, não tendo eu encontrado vestígios de Irmandade de brancos distinta dessa que se intitulava Irmandade de N.S. do Rosário dos Pretos da Capela da Cruz do Alto do Padre Faria.

A não ser o sintó que existe na Capela do Padre Faria traz belíssima Imagem de N.S. do Rosário gravada e o dístico “Virgem Santa do Rosário - Ano 1750”, nenhum vestígio histórico achei, de duas Irmandades uma dos brancos e outras dos pretos, expulsa aquela por esta mais ou menos pelos anos de 1740 e das quais foi a primeira reedificar a Capela do Padre Faria e enriquecê-la como dis o mestre D. Diogo. Também as minhas pesquisas foram feita em tempo por demais curto para que fossem minuciosas.

ANEXO C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
DEPARTAMENTO DO CURSO DE CIÊNCIA DA RELIGIÃO - MESTRADO
ROTEIRO DE PERGUNTAS

ENTREVISTADOR:

ENTREVISTADO (A):

ESTADO CIVIL:

DATA DE NASCIMENTO:

PROFISSÃO:

LOCAL DA ENTREVISTA:

DATA:

PERGUNTAS:

- 1- Gostaria que contasse como começou a fazer parte da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Paissandu de São Paulo?
- 2- Qual a sua participação na Irmandade?
- 3- Chegou a ter algum cargo na Irmandade? Conte um pouco sobre este fato?
- 4- Atualmente participa frequentemente da Irmandade? De que forma?
- 5- Qual a importância da irmandade na sua vida?
- 6- Qual a importância da igreja de Nossa Senhora do Rosário para a população negra nos dias de hoje?
- 7- Qual a sua opinião sobre as atividades realizadas pela Irmandade?
- 8- Quais são as atividades e celebrações que a irmandade ainda mantém nos dias atuais? O que elas recordam do passado?
- 9- Como se sente pertencendo à irmandade de Nossa Senhora do Rosário?
- 10- Que importância tem para você, o que os irmãos vivenciaram no passado nesta irmandade para os dias de hoje?